



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

THIAGO BRAGA TELES DA ROCHA

**“DE QUEM É SOBRAL?”: AS PRÁTICAS LETRADAS, AS TENSÕES POLÍTICAS
E A LUTA PELA TEMPORALIDADE NA IGREJA CATÓLICA (1945-1953)**

FORTALEZA-CEARÁ

2017

THIAGO BRAGA TELES DA ROCHA

“DE QUEM É SOBRAL?”: AS PRÁTICAS LETRADAS, AS TENSÕES POLÍTICAS E A
LUTA PELA TEMPORALIDADE NA IGREJA CATÓLICA (1945-1953)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Programa de Pós-Graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso

FORTALEZA - CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Rocha, Thiago Braga Teles da .

"De quem é Sobral?": As práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953) [recurso eletrônico] / Thiago Braga Teles da Rocha. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 204 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Ph.D. Gleudson Passos Cardoso.

1. Igreja Católica. 2. Práticas Letradas. 3. Temporalidades. 4. Poder. I. Título.

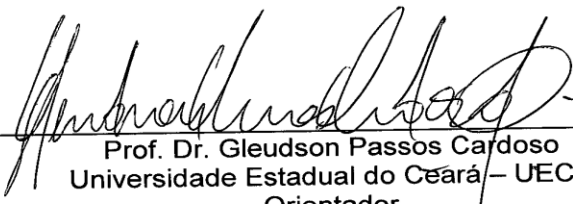
THIAGO BRAGA TELES DA ROCHA

“DE QUEM É SOBRAL?”: AS PRÁTICAS LETRADAS, AS TENSÕES POLÍTICAS E A
LUTA PELA TEMPORALIDADE NA IGREJA CATÓLICA (1945-1953)

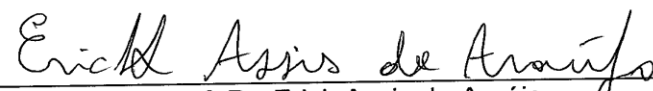
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Programa de Pós-Graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas.

Aprovada em: 21/12/2017.

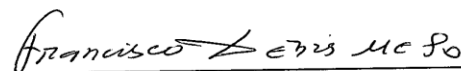
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Orientador



Prof. Dr. Erick Assis de Araújo
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Membro Interno



Prof. Dr. Francisco Dênis Melo
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Membro Externo

Para minha mãe, minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

É algo desafiador escrever um texto de agradecimento depois de anos tão intensos quantos os dois últimos. Esta dissertação é produto de um grande esforço que envolve muitas pessoas para poder ser realizada.

Agradeço primeiramente a minha mãe, dona Gorete, que me motivou e compartilhou desse sonho, muitas vezes carregados de angústias, nesses dois últimos anos.

Agradeço ao meu pai, Expedito (in memoriam), por todos os exemplos que me deu na vida. Sem dúvidas, sem sua referência eu nunca chegaria a lugar algum.

Agradeço aos meus afilhadinhos, Matheus e Samuel, que por mais que crescidos, são sempre lembrados pela sua doçura e me encham de orgulho dia após dia.

Agradeço também aos meus parentes que sempre compartilharam dos meus sonhos e me motivaram ao longo de minha formação a continuar os estudos, em especial a minha avó, dona Francisca “Neguinha” Teles da Rocha.

Agradeço a um ser não humano, a cadela Princesa, que foi o ser que mais me deu carinho e amor nos últimos meses, tirando muitas vezes o peso da vida.

Agradeço aos meus amigos, Samuel e Lucas, irmãos que trago no peito, que sempre compartilharam de vivências e me escutaram em vários momentos de angústia e preocupação.

Agradeço também às amigas, Kamila, Cristiane e Rosalina, que sempre se preocuparam comigo como irmãs em minhas crises de ansiedade ou de cansaço ao conciliar trabalho e estudo.

Agradeço a pessoas que mesmo não vendo tanto quanto gostaria nesses últimos anos, continuam sendo inspirações e amigos que levo para vida, como Osvaldo e Liduína.

Agradeço ao Dênis Melo, não só por compor esta banca, mas por há muito ser um amigo que partilha comigo interesses comuns pela discussão sobre a vida e pela história de Sobral.

Agradeço ao Edilberto, amigo de todas as horas, que abriu os caminhos no MAHIS ao sempre partilhar de sua experiência comigo.

Agradeço a irmandade MR4 Futsal, nas pessoas de Matheus e Roberto, por me acolher em um dos momentos mais turbulentos da minha vida.

Agradeço aos colegas de MAHIS, pessoas que aprendi a admirar e que senti muita falta nesse ano de escrita. Saudades de Lia, Thaís e Vlândia, esta última que gentilmente me hospedou em sua casa no segundo semestre de aulas.

Agradeço aos professores e funcionários do MAHIS, em especial ao Samuel Maupeou, que contribuiu muito para esta pesquisa, e ao Adauto Neto que sempre me auxiliou nas questões burocráticas do Mestrado.

Agradeço ao Professor Erick que gentilmente aceitou fazer parte desta banca e colaborou para meu trabalho desde o Exame de Qualificação.

Agradeço ao Professor Gleudson, orientador e novo amigo, que me deu todo o suporte para a concretização desta pesquisa.

Agradeço aos meus alunos da Escola Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, que sempre me contagiaram com sua sede de viver apesar das adversidades impostas a eles.

Agradeço aos colegas do Centro de Educação a Distância, nas pessoas de Gerson, Pauliane, Diego e Rodolfo. O CED, em pouco tempo, já me fez me sentir em casa.

Enfim, agradeço a todos que passaram pela minha vida nesses últimos anos e deixaram cicatrizes em mim. Sem os aprendizados e vivências que partilhamos juntos, certamente eu não seria um ser capaz de produzir esta pesquisa e seu consequente resultado. Espero que gostem e saibam que sem vocês, incentivadores e amores que a vida trouxe e levou, este trabalho não seria possível.

“Saia do meu caminho, eu prefiro andar sozinho
Deixem que eu decido a minha vida
Não preciso que me digam, de que lado nasce o sol
Porque bate lá o meu coração

Sonho e escrevo em letras grandes de novo
pelos muros do país
João, o tempo, andou mexendo com a gente
sim
John, eu não esqueço, a felicidade é uma arma quente
Quente, quente

Saia do meu caminho, eu prefiro andar sozinho
Deixem que eu decido a minha vida
Não preciso que me digam, de que lado nasce o sol
Porque bate lá o meu coração

Sob a luz do teu cigarro na cama
Teu rosto rouge, teu batom me diz
João, o tempo andou mexendo com a gente
sim
John, eu não esqueço (oh no, oh no), a felicidade é uma arma quente
Quente, quente”

(Belchior e Penna, 1979)

RESUMO

O trabalho a seguir analisa e reflete historicamente sobre a produção de textos da Igreja Católica na cidade de Sobral entre os anos de 1945 e 1953, a partir de seus atores-construtores e das relações de poder nas disputas simbólicas pela urbe, além de suas temporalidades. A problemática, dessa forma, é a análise de produção de práticas letradas que buscavam alcançar simbolicamente a posse temporal da cidade pelos sujeitos históricos estudados. Foram utilizadas Análise de Discurso e Análise Comparativa como metodologias basilares para a nossa pesquisa. As principais fontes foram os jornais, com destaque para “*O Correio da Semana*”, e obras produzidas pelos clérigos sobralenses, com protagonismo “*O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota*”. Destaca-se que as fontes são pensadas como um produto de uma série de seleções, de diferentes atores, ao longo do tempo. A pesquisa se insere na perspectiva historiográfica das *Práticas Letradas*, que busca estudar a produção de espaços a partir da publicação de ideias em material impresso. Problematisa-se historicamente os grupos políticos que compunham a cidade, os intelectuais, a cidade, a Igreja e, principalmente, a produção intelectual sobre os conflitos estudados contidos em jornais e livros, idealizando noções como *passado*, *presente* e *futuro*. Pretende-se expor a cidade como palco de embates, marcada por cicatrizes que se revelam em textos e embates. Trabalha-se com os conceitos de modernidade (Rezende), lugar social (Michel de Certeau), militarização (Pierre Bourdieu) e a perspectiva de esquecimento (Paul Ricoeur) nos três capítulos, contribuindo para a produção de história sobre a cidade de Sobral, evidenciando novas problemáticas acerca da atuação da Igreja e de seus membros.

Palavras-chave: Igreja Católica. Práticas Letradas. Poder. Temporalidades.

ABSTRACT

The following work analyses and historically reflects on the production of texts from the catholic church of the city of Sobral between the years of 1945 and 1953, from then on their actors- builders and the relationships of power in the symbolic rivalry for the urbe, apart from the temporalities. The problematic, this way, is the analysis of the production of lettered practices that aimed to achieve symbolically the temporal possession of the city by the historical subjects studied. It was used the Speech Analysis and the Comparative Analysis as basic methodologies for our research. The main sources were the newspapers, with emphasis for the “O Correio da Semana” and works produced by sobralenses clergymen with prominence “O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota”. Highlighted itself that our sources were thought as a product of a series of selections, of different actors, over time. The research inserts itself into a historiographic perspective of “Práticas Letradas” that aims to study the production of space from then on the publication of ideas in printed material. It problematizes historically the politics groups that integrate the city, intellectuals, the city, the Church and, mainly, the intellectual production about the studied conflicts presented in the newspapers and books, idealizing the notions as past, present and future. It intends to expose the city as a conflict stage, tagged for scars that reveal in texts and clashes. It works with modernity concepts (Rezende), social place (Michel de Certeau), militarization (Pierre Bourdieu) and the oblivion perspective (Paul Ricoeur) in the three chapters, contributing for the production of history about the city of Sobral, highlighting new problematics about the Church action and its members.

Keywords: Catholic Church. Lettered Practices. Power. Temporalities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Primeira propaganda eleitoral televisiva de Ivo Gomes	26
Figura 2 -	Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral ..	62
Figura 3 -	Destaque 1 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral	63
Figura 4 -	Destaque 2 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral	63
Figura 5 -	Planta Indicativa da Rede de 6.600V e Posteação de Alta do Sistema Sobral – 1952	65
Figura 6 -	Vista aérea do prédio do Seminário Diocesano	67
Figura 7 -	Planta Geral indicativa da Rede de Iluminação Pública do Sistema Elétrico de Sobral – 1952	68
Figura 8 -	Planta Geral Indicativa de Localização das Principais Indústrias em Sobral Prováveis Consumidoras de Fôrça – 1952	69
Figura 9 -	Centro de Sobral, em destaque, e a localização de construções católicas	74
Figura 10 -	Planta da Cidade de Sobral, primeira metade do século XX	75
Figura 11 -	Catedral da Sé – Sobral	75
Figura 12 -	Igreja de Nossa Senhora das Dores	76
Figura 13 -	Colégio Santo Antônio	76
Figura 14 -	Igreja do Menino Deus	77
Figura 15 -	Igreja de São Francisco de Assis	77
Figura 16 -	Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	78
Figura 17 -	Colégio Maria Imaculada	78
Figura 18 -	Santa Casa de Misericórdia de Sobral	79
Figura 19 -	Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretinhos	80
Figura 20 -	Colégio Sant’Ana	80
Figura 21 -	Museu Diocesano Dom José	81
Figura 22 -	Praça Quirino Rodrigues, Colégio Sobralense à direita, Igreja de Nossa Senhora do Abrigo à esquerda	82
Figura 23 -	Arco de Nossa Senhora de Fátima	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica.
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e Óleo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LEC	Liga Eleitoral Católica.
NEDHIS	Núcleo de Estudos e Documentação Histórica.
PCB	Partido Comunista do Brasil.
PET	Programa de Educação Tutorial.
PRP	Partido Republicano Progressista.
PSD	Partido Social Democrático.
PSP	Partido Social Progressista.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
SALTE (Plano)	Plano Saúde Alimentação Transporte e Energia.
UDC	União Democrática Cristã.
UDN	União Democrática Nacional.
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	“BATALHAS PELA LUZ”: ARQUIVAMENTO, PROGRESSO E BUSCA PELA POSSE DO FUTURO EM SOBRAL	24
2.1	“A FIM DE SE NÃO PERDEREM AS RELÍQUIAS DO PASSADO HISTÓRICO”: DOCUMENTOS, MONUMENTALIZAÇÃO E ARQUIVAMENTO DAS PRÁTICAS LETRADAS EM SOBRAL.	25
2.2	“VENCER E PROGREDIR”: MODERNO, PROGRESSO E DISPUTAS PELO FUTURO NO PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO DA CIDADE DE SOBRAL ...	37
2.3	“SOBRAL COMO CIDADE PROGRESSISTA”: ENTRE PLANOS, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES DE SOBRAL.....	50
3	“INCOMPREENSÕES POLÍTICAS”: TENSÕES E “MILITARIZAÇÃO” DO CLERO NA CIDADE DE SOBRAL	71
3.1	“LAMENTANDO QUE ESTEJA O JORNAL DA DIOCESE ABERTAMENTE FACIOSO”: AS TENSÕES POLÍTICAS NA IGREJA CATÓLICA E A DISPUTA PELA CIDADE	72
3.2	“PELOS DOMÍNIOS DA POLÍTICA”: AS CONVERGÊNCIAS CATÓLICAS A PARTIR DA “MILITARIZAÇÃO” DO CLERO	94
3.3	“REPTO O SENADOR A PROVAR AS SUAS DECLARAÇÕES”: AS ELEIÇÕES DE 1947 E AS TENSÕES NO CAMPO POLÍTICO SOBRALENSE..	117
4	“O LIVRO INÉDITO DE DOM JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA”: A DEFESA HISTÓRICA DO PRIMEIRO BISPO DE SOBRAL.....	139
4.1	“ENGANA-SE O DR. JOSÉ SABÓIA; NUNCA O CONSIDEREI MEU INIMIGO”: O PORQUÊ DO(S) RESSENTIMENTO(S) DE DOM JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA	140
4.2	“A VITÓRIA DA VERDADE”: HISTÓRIAS E “POSSE” DA VERDADE EM SOBRAL	149
4.3	“HISTÓRIA CONCEBIDA EM TERMOS DÚPLICES”: AS DEFESAS HISTÓRICAS DO PRELADO SOBRALENSE.....	174
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
	REFERÊNCIAS	196

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O LUTADOR

Buscou no amor o bálsamo da vida,
Não encontrou senão veneno e morte.
Levantou no deserto a roca-forte
Do egoísmo, e a roca em mar foi submergida!

Depois de muita pena e muita lida,
De espantoso caçar de toda sorte,
Venceu o monstro de desmedido porte
— A ululante Quimera espavorida!

Quando morreu, línguas de sangue ardente,
Aleluias de fogo acometiam,
Tomavam todo o céu de lado a lado,

E longamente, indefinidamente,
Como um coro de ventos sacudiam
Seu grande coração transverberado!
(MANUEL BANDEIRA, 2004, p. 133)

Esta pesquisa parte de um conjunto de inquietações que se entrelaçam com minha história de vida. Enfrentei Quimeras e outros monstros dia a após dia para poder viabilizar esse processo de escrita. Este texto, produto dessas inquietações e dessas vivências, não pode ser lido sem uma apresentação de meu entrelace com ele e com a vida.

Entre os dez e os dezessete anos de idade eu convivi com muitos clérigos e com toda uma ritualística católica. Era coroinha nesse período enquanto minha mãe era ministra da Eucaristia. Ela me incentivava a ser padre. Graças a Deus (ou não) segui um caminho mais profano. Ajudei em muitas missas, a diferentes padres e várias igrejas. O mais marcante, certamente, foi o Monsenhor Sabino Guimarães Loyola, um dos protagonistas desta pesquisa, que tinha mais de noventa anos quando o auxiliei em algumas liturgias em sua residência, onde mantinha uma capela particular e celebrava diariamente às 17h.

Após adentrar ao curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, perpassando pelas disciplinas, passei a me identificar com a perspectiva de estudar a influência católica na cidade. Esse interesse foi amadurecendo, ainda mais enquanto fui bolsista do Programa de Educação Tutorial, PET História/UVA. Trabalhei em um arquivo, o NEDHIS, e pude assim mergulhar em campo variado de fontes.

Durante essa experiência, encontrei textos do então Padre Sabino, além de outros clérigos e aliados da Igreja em diferentes contextos existentes no jornal *Correio da Semana*. Mergulhei nos jornais e os jornais mergulharam em mim, produzindo uma relação de entorpecimento que deu origem a minha monografia de conclusão de curso “‘As lides da Boa Imprensa’: a atuação e os discursos da Igreja Católica em Sobral (1941-43)”, publicada em

2013. Após isso, submergi na docência, que já praticava desde o terceiro período do curso. Passei no concurso para Professor Efetivo do Estado do Ceará em 2014, ano que também iniciei uma especialização já concluída em Ensino de História do Ceará (2016).

Entretanto, mesmo com uma grande carga horária – conciliava atividades também em uma instituição privada de ensino – a inquietação da pesquisa ainda permeava minhas reflexões. Devido a isso, em 2015, decidi concorrer a uma vaga no Mestrado Acadêmico de História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará – MAHIS/UECE. A aprovação significou um grande momento de felicidade e prazer pessoal unido ao peso da responsabilidade. Pedi demissão da escola particular em que lecionava e busquei conciliar nos dois últimos anos as atividades do mestrado e do ensino, já que não gozei de liberação do Estado por ainda estar no Estágio Probatório. Foram tempos difíceis, marcados por angústias, ansiedade e muita incerteza.

Dessa forma, a pesquisa aqui narrada, que versa sobre as cicatrizes que a Igreja deixou na cidade entre 1945 e 1953, também é produto de cicatrizes vivenciadas por este autor que, antes de tudo, foi um professor combativo diariamente em sua sala de aula, tentando oferecer aos seus alunos as melhores possibilidades de educação a seu dispor. Agradeço a eles por sempre me darem força nessa empreitada.

Sem dúvidas, as interpretações e o processo aqui contido são indissociáveis da experiência que partilhei em *arquivos, bibliotecas, salas de aula e ambientes de escrita*. Adentrando a apresentação do texto, os atores históricos que ganham protagonismo nesta pesquisa se identificam com a personagem do poema de Manuel Bandeira. São *lutadores* dentro das lides políticas da cidade que batalham, cada qual contra sua Quimera, a fim de exercer sua visão de cidade, encenando suas batalhas a fim de evidenciar a cada oportunidade os seus próprios brilhos, em detrimento da escuridão apontada no *outro*.

Não pretendo julgar, nesta narrativa histórica, as ações desses sujeitos a partir do prisma de *herói e bandido*, de *bem e mal*, de *mocinho e vilão*. Não é tarefa do historiador julgar os homens por ele estudados. Minha responsabilidade não é a de “condenar” ou “absolver”, e sim, narrar, esperando a revisão de seus estudos pela constante reescrita da história¹. Dom José Tupinambá da Frota, então bispo da cidade, e Dr. José Saboya de

¹ Concorro com Paul Ricoeur sobre as especificidades que separam a função do Historiador e do Juiz. Segundo o filósofo, “O que acontece, então, com o confronto entre a tarefa do juiz e a do historiador? [...] O juiz deve julgar – é sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve reinstaurar uma justa distância entre o culpado e a vítima, segundo uma topologia imperiosamente binária. Tudo isso, o historiador não faz, não pode, não quer fazer; se tenta, com o risco de erigir-se sozinho em tribunal da história, é ao preço da confissão da precariedade de um julgamento cuja parcialidade e até mesmo a militância ele reconhece. Mas então, seu julgamento audacioso é submetido à crítica da corporação historiadora e à do público esclarecido, sua obra oferecida a um

Albuquerque², ex-juiz, dono da fábrica de tecidos e chefe político local, além dos outros personagens desta escrita, vão além de uma imposição maniqueísta.

O campo de problematização desta escrita é a cidade. Não apenas o aspecto físico da urbe, com suas praças, ruas, becos e avenidas, articulados por casas, palácios, igrejas e escolas, mas as relações simbólicas, as *práticas urbanas*, que transformam estas delimitações geográficas em *espaços*, ao serem *lugares praticados*³. Filio-me assim a perspectiva de análise da cidade proposta por Michel de Certeau, que refletindo sobre a “cidade-conceito” afirma:

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluí. (CERTEAU, 2009, p. 161)

A análise da vida urbana é possível a partir da percepção das relações que produzem os espaços. A produção de *espaços*, dentro dessa perspectiva de Michel de Certeau, é possível basicamente a partir da construção de *relatos*. São eles que “efetuam portanto um trabalho que, incessantemente transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros” (CERTEAU, 2009, p. 185).

Se os *lugares* podem ser entendidos como a delimitação geográfica onde podemos apontar o dedo e identificá-lo como *estando ali*, e que, por sua vez, são transformados em *espaços*, ou seja, rede de experiência a partir de um *lugar*, podemos entender que em uma mesma cidade temos um sem número de *lugares* e uma infinidade de *espaços*. Compreendo que a produção de cultura de escrita, em especial nos jornais e nas produções historiográficas,

processo ilimitado de revisões marca a diferença entre um julgamento histórico e provisório e um julgamento judicial definitivo”. (RICOEUR, 2007, p. 335).

² Nesta pesquisa, deparei-me com o nome do ex-juiz em duas grafias diferentes: Saboya e Sabóia. A primeira é a contida em suas documentações e nos documentos históricos da época. A segunda, é usual por textos posteriores e biografias. Opta-se, nesta escrita, por utilizar “Saboya”, entretanto, mantive “Sabóia” nos documentos que assim utilizam a grafia.

³ Aqui se parte de Michel de Certeau que afirma, “Em suma, o *espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – escrito”. (CERTEAU, 2009, p. 184).

é um dos *lugares* a que o historiador pode fixar um pouco o olhar a fim de identificar os relatos organizadores dos *espaços*⁴.

Assim sendo, os jornais e os livros são irradiadores de relatos que organizam experiências nas cidades. Ajudam a construir a *cidade praticada* a partir de *relatos de experiência*. Produzem, dessa forma, *práticas letradas* (CARDOSO, 2009) que dão um sentido de coletividade aos sujeitos que interagem entre si na produção de *relatos* organizadores de espaços. Os jornais, assim como os livros, são cenários onde as personagens atuam conforme os *relatos* a que selecionam e desejam organizar.

Refletindo acerca do que seriam as *práticas letradas*, Gleudson Passos Cardoso afirma que,

Em relação às *práticas letradas*, essas são as realizações praticadas cotidianamente em prol do letramento, como a difusão das ideias e visões de mundo e de sociedade através da leitura em gabinetes e círculos de leitores; da impressão e circulação dos textos em livros, revistas e jornais e da promoção de saraus e debates nas associações e grêmios literários, científicos e filosóficos, com a produção intelectual ordinária, ritualizando o saber letrado. (CARDOSO, 2016, p. 15)

Uma possibilidade complementar de análise é a percepção que a produção de *práticas urbanas* através das *práticas letradas* é realizada a partir de atuações intencionais de seus produtores. Dessa forma, uso a noção de “representação do eu”, de Erving Goffman (1985). O sociólogo canadense propõe em sua obra “A representação do eu na vida cotidiana” a hipótese de compreensão da sociedade a partir de um modelo dramaturgico. Nessa perspectiva, enredo, palco e cenário não estariam desassociados entre si, mas pelo contrário, fariam parte de uma conjuntura de fatores que auxiliariam na compreensão das ações cotidianas. Segundo Goffman:

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença continua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo de padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. Para fins preliminares será conveniente distinguir e rotular aquelas que parecem ser as partes padronizadas da fachada”. (GOFFMAN, 1985, p. 29).

⁴ Concorde, dessa forma, com o Albuquerque Júnior, “Se cada coisa ou corpo tem o seu lugar, ocupa um lugar, só se tornam espaços, só formam espaços, no entanto, quando conectados por práticas; quando reunidos numa trama, quando a serviço de um enredo [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 80).

Por isso, o cenário ganha grande importância para a lógica de atuação dos personagens em sociedade. Durval Muniz de Albuquerque Júnior percebe que esta possibilidade de compreensão fica à margem da História. Ele contribui a esta reflexão ao afirmar que “Os historiadores quase sempre pensam os espaços como cenários desligados das tramas, dos eventos, das cenas que aí vêm a ocorrer, que aí vêm a ser representadas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 81). Para ele, a representação só tem sentido a partir da relação de conectividade com o cenário (*lugar*) e com a cena (*enredo*). Dessa forma, as *performances* dos indivíduos em suas cenas auxiliam na compreensão das estratégias de organização de espaços.⁵

Entendo *performance* como a expressão dos atores históricos na construção dos relatos de suas cenas. Não desejo estudar apenas o “que”, mas também o “como”. Ou seja, *como* os sujeitos históricos justificavam suas produções discursivas ao longo dos embates narrados. Reitero, as *performances* que desejo estudar nesta dissertação são as *discursivas*, estão nos jornais e nos livros de História produzidos *no* e *sobre* a conjuntura de acontecimentos narrada. São parte do que Michel de Certeau chamou de *economia escriturística*, ou seja, essa troca simbólica entre o *escrito* e *oral*, entre “*burguesia*” e “*povo*”⁶, onde a palavra escrita é signo de poder político e econômico. Segundo Certeau, “Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 2009, p. 204).

Retornando à lógica de interação entre *lugares* e *espaços*, um dos principais vetores da constituição de espaços é a produção de discursos⁷ que, por si só, já indicam relações praticadas a partir da escrita, a partir de suas *performances*. É como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 108).

⁵ Goffman partilha de uma linha de raciocínio própria, mas mesmo assim conectada a essa perspectiva. “Em presença de outros, o indivíduo geralmente inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios que, sem isso, poderiam permanecer despercebidos ou obscuros” (GOFFMAN, 1985, p. 36).

⁶ Segundo Certeau, “A instituição dos aparelhos escriturísticos da ‘disciplina’ moderna indissociável da ‘reprodução’ possibilitada pela imprensa foi acompanhada pelo isolamento do ‘Povo’ (em relação à ‘burguesia’ e da ‘voz’ (em relação à escrita). Daí a convicção que, longe, bem longe dos poderes econômicos e administrativos, ‘o povo fala’” (CERTEAU, 2009, p. 202).

⁷ Entendo a noção de discurso segundo a proposta de Michel Foucault, “[...] toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 8 e 9 [a]).

Mas quem são os construtores desses discursos na cidade que interagem com a natureza e a sociedade Sobralense? Um grupo de sujeitos ligados à Igreja, muitas vezes com ideias diferentes entre si, interferiu nos rumos da política sobralense ao longo da década de 1940. Como afirma Peter Burke, “As inovações culturais são muitas vezes obra de pequenos grupos, mais que de indivíduos” (BURKE, 2008, p. 23). Essas inovações estavam interligadas ao *político*, revelando tensões e discordâncias entre os membros. Continham leigos e, especificamente, clérigos.

Ao analisar a cidade e as lutas desempenhadas em seu palco, é perceptível que alguns atores não lutavam apenas pelo *presente* em que viviam. Suas disputas simbólicas iam além da temporalidade de seus corpos, encaixando-se em lides pelo *passado* e pelo *futuro* de suas realizações.

Dito isso, Sobral se assemelha muito a *Zaira*, uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino. Segundo o literato ítalo-cubano, “A cidade não é feita disso [materialidade], mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. E estes acontecimentos do passado são narrados a partir das cicatrizes provocadas pelos embates,

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p. 14 e 15)

A escrita de discursos e os embates entre tais relatos provocam as cicatrizes da cidade. A ligação entre escrita e poder nas práticas cidadinas é algo que perceptível na formação de outros grupos letrados cearenses desde o início do período republicano. Segundo Gleudson Passos Cardoso, “Como pode ser percebido, desde a primeira experiência de sociedades literárias no Ceará, sobretudo no espaço hegemônico político de Fortaleza, essa iniciativa sempre esteve atrelada ao poder” (CARDOSO, 2000, p. 118).

Este pequeno grupo de intelectuais católicos, com destaque em nesta narrativa para o Padre Sabino Guimarães Loyola e para o Bispo Dom José Tupinambá da Frota, pensava na construção da *cidade ideal* expondo isso em muitos de seus escritos, demonstrando uma ligação à perspectiva de *cidade letrada*, “porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos e porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dotá-las [as cidades] de um aspecto sagrado, liberando-as de qualquer servidão para com as circunstâncias” (RAMA, 1985, p. 82).

Os membros do grupo católico eram tratados, desde antes da redemocratização, como modelos a serem seguidos pelos habitantes de Sobral. Eram modelos de comportamento que deveriam ser seguidos, ou, pelo menos, respeitados.

São personagens que pertenceram ao grupo de intelectuais participantes da Ação Católica na época. Foram “soldados” modelares das lutas da Igreja. Junto a eles havia os participantes fora dos grupos religiosos que também tinham sua visão político-ideológica. Foi um tempo, assim como o nosso, marcado por incompreensões políticas, como é o título do Padre Alfredo Soares para um artigo do *Correio da Semana*. Refletindo sobre as eleições do fim de 1945, o clérigo afirma, “Tão cega quanto a paixão amorosa é a paixão política” (*Correio da Semana*, 5 de janeiro de 1946. p. 2). Tendo a concordar que a cegueira é uma das marcas desse contexto, e não poupa de forma alguma os próprios clérigos.

O trabalho a seguir analisa e reflete historicamente sobre a produção de discursos na cidade de Sobral entre os anos de 1945 e 1953, a partir de seus atores-construtores e das relações de poder encaradas pela Igreja Católica entre 1945 e 1953 nas disputas simbólicas pela cidade.

Ele é produto do amadurecimento do processo de pesquisa realizado junto ao Mestrado em História e Culturas/MAHIS – UECE. O projeto original, “A cidade é obra de quem (alguém)?”, amadureceu ao longo das disciplinas e orientações e teve um enfoque temática, além de um recorte temporal, melhor definido.

A pesquisa analisa, dessa forma, um período marcado por mudanças no Brasil e no restante do mundo, em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial, da instalação da Guerra Fria e, especificamente no Brasil, de uma nova experiência democrática, decorrente do fim do Estado-Novo Vargasista.

A pesquisa se encaixa em uma perspectiva de análise das relações dos grupos letrados e da Igreja Católica em Sobral, já abordada por outros historiadores locais, como Ferreira (2010), Silva Júnior (2015), Melo (2013) ou Santos (2005), mas com um objeto e/ou um recorte temporal diferentes, tentando contribuir para a crescente produção historiográfica local.

A perspectiva de análise a seguir se filia a uma abordagem ligada a *História Intelectual*, que tem como referências de produção os pesquisadores Gleudson Passos Cardoso, Francisco Dênis Melo, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Jean-François Sirinelli e Norberto Bobbio e algumas de suas pesquisas nesse campo da História. A percepção da noção da relevância do estudo dos intelectuais produtores de *práticas letradas* existente nesta pesquisa parte da percepção de Sirinelli, “Ora, podendo a cultura ser comparada, forçando a

nota, à mecânica dos fluidos, com uma origem multiforme (a <<criação>> cultural) e uma circulação (a <<mediação>> cultural) complexa e ramificada, são vectores dessa circulação que são decisivos”. (SIRINELLI, 1998, p. 262)

É feito aqui um estudo das tensões políticas promovidas a partir da disputa simbólica pela cidade de Sobral protagonizadas pela Igreja Católica e os grupos políticos rivais, partindo das práticas letradas produzida no e sobre o período pesquisado. O caminho é facilitado pelo diálogo com autores ligados à perspectiva teórica da *História Cultural*, com destaque para Michel de Certeau. Metodologicamente há o apoio na análise de discurso e na análise comparativa como instrumentos que viabilizam esta pesquisa.

As fontes de destaque para esta escrita da história são os jornais, principalmente o *Correio da Semana*, além de *O Povo*, *Diário da Noite* e *Correio do Ceará*. Como obras historiográficas de destaque há *O Livro Inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral* (1991).

Há aqui a tentativa de compreender as práticas letradas produzidas sobre e no período pesquisado como uma “escrita de poder” que revela nuances de *performances* dos enunciadores dos discursos revelados nas páginas dos jornais e dos livros. A partir dos textos é encontrada uma cidade de Sobral disputada por alguns grupos políticos. Em destaque há o grupo do Deputado Francisco de Almeida Monte, o Chico Monte, que se equilibra entre o apoio aos outros dois importantes grupos do campo político sobralense, a Igreja, liderada pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota, e a União Democrática Nacional, liderada pelo ex-juiz Dr. José Saboya de Albuquerque.

Dessa forma, o desafio aqui foi o de tentar entender como a disputa pela posse de Sobral refletia as intencionalidades das práticas políticas urbanas no contexto de redemocratização brasileira. Como a Igreja voltaria a se equilibrar nas malhas do poder após o fim do Estado Novo (1937-45), marcado por um novo pluripartidarismo e rearranjo democrático, experiência ainda pouco comum na história política brasileira.

Neste trabalho, desejou-se abordar a perspectiva da influência de uma elite intelectual na construção da cidade ideal. Como cita Angel Rama, a partir da leitura de José Maria Samper e de Eugenia Maria de Hostos, a cidade das letras foi marcada a “nova função que majoritariamente os escritores se sentiram compelidos a exercer: a *função ideologizante* [...]” (RAMA, 1985, p. 106). Esta *função ideologizante*, marcada pela formação de novas hostes para a política, é uma das tônicas da atuação da Igreja Católica nesse contexto. Padres e leigos, ligados à Igreja, mantinham escritas cotidianas que buscavam legitimar a atuação católica na cidade. Produziam também, em momentos de tensões políticas, textos belicosos

que atacavam e defendiam, defendiam e atacavam, em um movimento compassado e estratégico visando uma construção de um poder simbólico. Mais do que isso, batalhavam por aspectos de domínio da temporalidade da cidade.

Para a melhor organização do trabalho, optou-se pela divisão em três capítulos, cada um subdividido em três tópicos, que dão possibilidade de compreensão abrangente desta temática de pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado “*Batalhas pela luz: arquivamento, progresso e busca pela posse do futuro em Sobral*”, parte-se da reflexão sobre as relações que buscam, através de estratégias diferentes, garantir uma perspectiva de “*posse do futuro*” para o grupo ligado à Igreja Católica.

No primeiro tópico, “*‘A fim de se não perderem as relíquias do passado histórico’: documentos, monumentalização e arquivamento das práticas letradas em Sobral*”, propôs-se estudar os primeiros desafios dessa pesquisa, a busca por seu *princípio*, por seu *comando*, na perspectiva que propõe Derrida (2001), buscando uma reflexão sobre as seletividades que envolvem os arquivos sobralenses, transformando os documentos em monumentos, na perspectiva proposta por Jacques Le Goff (2003). No segundo tópico, “*‘Vencer e Progredir’: Moderno, progresso e disputas pelo futuro no processo de eletrificação da cidade de Sobral*”, adentrou-se ao estudo das práticas letradas que versavam sobre a campanha, e as propostas, para a instalação de uma rede elétrica eficiente para a cidade. Neste tópico, são analisadas as visões de *progresso* e de *modernização*, a partir de autores como Bauman, Berman e Antônio Paulo Rezende, defendidos por intelectuais e clérigos ligados à Igreja e suas concomitantes visões de *futuro* para a cidade. No último tópico, “*‘Sobral como cidade progressista’: Entre planos, projetos e representações de Sobral*”, é realizada uma análise do plano de construção da rede elétrica da cidade elaborado pela empresa TH. Marinho de Andrade Construtora S.A. A partir dele e das noções de representação propostas por Pesavento, tentou-se problematizar como foram feitas as seletividades em tal projeto, privilegiando alguns setores da cidade em detrimento de outros.

No segundo capítulo, intitulado “*‘Incompreensões Políticas’: tensões e ‘militarização’ do clero na cidade de Sobral*”, discute-se um dos pontos centrais desta pesquisa, que é a organização dos “soldados” da Igreja nas disputas discursivas destacadamente entre os anos de 1945 e 1947. Avalia-se que o processo de *militarização* (BOURDIEU, 2010, p. 202) do clero foi possível através da construção de inimigos, possibilitando a aglutinação nas lutas políticas. De maneira geral, há uma tentativa em revelar disputas em que a Igreja buscava afirmar sua visão de cidade e de poder, além de evidenciar como os clérigos trabalham juntos a fim combater os rivais políticos da Igreja. São batalhas pelo *presente* de então.

Sem dúvidas, os protagonistas desse capítulo são o Padre Sabino Guimarães Loyola e o bispo Dom José Tupinambá da Frota, do lado da Igreja e, do lado contrário, o Deputado Francisco de Almeida Monte, o ex-juiz José Saboya de Albuquerque e o Senador Plínio Pompeu de Saboya Magalhães. O tópico “*‘Lamentando que esteja o jornal da Diocese abertamente facioso:?’*”: as tensões políticas na Igreja Católica e a disputa pela cidade”, revelam-se as tensões dentro do próprio grupo político da Igreja no ano de 1946, dando destaque ao confronto entre o Padre Sabino e o Deputado Chico Monte, até então associado aos interesses católicos. Na sequência, o tópico “*‘Pelos domínios da política’*”: as convergências católicas a partir da *militarização* do clero” é evidenciado como os padres católicos se aglutinam em prol da figura do bispo Dom José nos embates discursivos contra o ex-juiz Dr. José Saboya, no contexto das eleições governamentais do Estado em 1947. Por fim, o tópico “*‘Repto o senador a provar as suas declarações’*”: as eleições de 1947 e as tensões no campo político sobralense”, busca-se demonstrar como, através da influência política do Senador Plínio Pompeu, as disputas políticas em torno do bispo ganham repercussão estadual e regional. Ao longo de todo o capítulo, é perceptível a construção cuidadosa das *performances* nos jornais, importante instrumento de compreensão da *função ideologizante* a que Angel Rama se refere.

Por fim, o terceiro capítulo, “*‘O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota’*: o *ressentimento político do primeiro bispo de Sobral*”, problematiza-se, de maneira geral, o impacto da produção de práticas letradas sobre as disputas políticas entre 1945 e 1947. Almeja-se realizar uma produção reflexiva sobre a obra que marcadamente expõe os ressentimentos do bispo em seus relatos acerca das tensões políticas narradas. Esta obra serviria para a luta pela *memória* de um *passado*, pois foi publicada bem depois dos acontecimentos narrados e tem como marca a intencionalidade de buscar – pretensamente - a última versão dos fatos ocorridos.

No primeiro tópico desse capítulo, a “*‘Engana-se o Dr. José Sabóia; nunca o considereí meu inimigo’*: O *porquê do(s) ressentimento(s) de Dom José Tupinambá da Frota*”, discute-se a produção de relatos históricos a partir do bispo sobralense sobre política e sobre o recorte temporal problematizado, buscando problematizar os “silêncios” e os “esquecimentos”, na perspectiva de Paul Ricoeur (2007), mesmo com o grande arsenal de fontes à disposição. Nessa perspectiva, tenta-se compreender a escrita da histórica local, com predileção pela análise da vertente de produção eclesiástica, como uma escrita de poder, ou seja, marcada por opções políticas. No segundo tópico, “*‘A Vitória da Verdade’*: *histórias e “posse” da verdade em Sobral*” é analisada a construção do ideal de verdade presente na

importante obra do bispo Dom José, publicada postumamente pelo Padre João Mendes Lira, onde ele apresenta a sua perspectiva de verdade sobre as disputas ocorridas no contexto das eleições de 1947 como verdadeira, munida de fontes repetidas estrategicamente. Por fim, o tópico “*‘História concebida em termos dúplices’: as defesas históricas do prelado sobralense*”, apresenta de forma breve outros relatos sobre os conflitos políticos da Igreja ao longo do recorte temporal narrado, evidenciando o papel dúplice do bispo, de político e chefe religioso.

Que esta pesquisa possa contribuir para a escrita da História sobralense que tem como temática a Igreja, diferenciando-se por conta da perspectiva de análise e compreensão, ou seja, o de uma Igreja como instituição de poder que não mantinha facilmente a hegemonia ideológica sobre a cidade de Sobral. Desejo contribuir para a historiografia local com o estudo de um recorte “esquecido” pela historiografia acadêmica sobralense quando se trata de problematizar a Igreja, os anos de 1940 e 1950. Segue-se o texto.

2 “BATALHAS PELA LUZ”: ARQUIVAMENTO, PROGRESSO E BUSCA PELA POSSE DO FUTURO EM SOBRAL

O capítulo objetiva estudar como se dá a construção de uma luta simbólica, a partir das *práticas letradas* e de seu processo de arquivamento, pelo ideal de *futuro* para a cidade de Sobral, orientada pelos grupos ligados à Igreja Católica da cidade. De maneira geral, os três tópicos que compõem este capítulo versam sobre estratégias distintas para garantir a presença da Igreja nos relatos associados ao *progresso* e ao *futuro* da cidade. O texto perpassa pelo *arquivamento* da documentação garantidora de relatos e também pela análise das batalhas pela instalação da rede elétrica, símbolo do *progresso*, na cidade

Inicialmente, é realizada a análise de como são as condições dos arquivamentos das fontes que são discutidas em toda esta pesquisa, compreendendo esse processo como algo cercado por intencionalidades, principalmente por conta da ligação dos arquivos onde os documentos repousam com os personagens estudados. Problematisa-se, dessa forma, como ocorreu um processo de monumentalização dos documentos a fim de preservar uma memória seletiva, evidenciando suas intencionalidades.

No tópico seguinte, são discutidas as batalhas existentes e revelados no “*Correio da Semana*”, indicando quais interesses haviam por trás do processo de eletrificação para a cidade, indicando as visões de moderno e de progresso existentes em Sobral e pautadas com respaldo pela Igreja Católica, apresentada como uma das principais incentivadoras de um processo de eletrificação eficiente para a cidade.

Por fim, no último tópico deste capítulo, é realizada a análise da documentação do “Projeto das redes primária e secundária de distribuição de energia elétrica da cidade de Sobral”, que traz informações de como foi realizado e projetado e quando seria realizado o processo, a partir de 1952, trazendo referências e representações da cartografia da cidade, indicando escolhas e seletividades que marcam as relações de poder locais naquele contexto.

2.1 “A FIM DE SE NÃO PERDEREM AS RELÍQUIAS DO PASSADO HISTÓRICO”: DOCUMENTOS, MONUMENTALIZAÇÃO E ARQUIVAMENTO DAS PRÁTICAS LETRADAS EM SOBRAL.

EU AMO TUDO O QUE FOI

Eu amo tudo o que foi,
Tudo o que já não é,
A dor que já me não dói,
A antiga e errónea fé,
O ontem que dor deixou,
O que deixou alegria
Só porque foi, e voou
E hoje é já outro dia.
(FERNANDO PESSOA, 1955, p. 31)

Amar o passado é uma das maiores seduções para o homem, em especial para o historiador. Mais que isso, amar o tempo e desejar controlá-lo através de mensuração, observação, acumulação, seleção, narrativa e projeção é um dos principais fetiches de nossa existência. O controle sobre o tempo é, sem dúvidas, uma das principais formas de busca por imprimir um exercício de poder. É uma das alternativas mais eficazes na tentativa de construção de uma memória sobre o *passado*, de uma noção de dominação sobre o *presente*, de uma perspectiva de progresso para o *futuro*.

De certa forma, é isso que esse texto analisa, como um grupo de pessoas agia em um recorte temporal e espacial para garantirem sua influência no tempo. Dom José Tupinambá da Frota, seus subordinados eclesiásticos e intelectuais leigos próximos se submeteram às batalhas no campo escrito para poderem garantir uma posse temporal sobre a cidade de Sobral. Para isso são essenciais a produção de *documentos* transformados em *monumentos* e as escolhas existentes nos *arquivos*.

As batalhas aqui narradas são orientadas a partir de diferentes estratégias em prol de uma vitória. A base, nesta pesquisa, é a grande produção documental em prol de Dom José Tupinambá da Frota, especialmente no recorte temporal estudado, entre 1945 e 1953, a fim de alcançar a idealização de sua imagem, a produção de seu discurso, a feitura de um *imaginário*.

Para isso ser possível, a seletividade documental produzida é formulada com o pressuposto de se associar à idealização monumental. Os documentos deixados no tempo não são marcados pela *naturalidade*, pretensa por uma visão acrítica e irreflexiva de história. Os documentos são marcados por intencionalidades em sua *feitura* e também em sua *preservação*, atendendo a interesses de produtores. Há um claro esforço em tornar o *documento*, símbolo da “prova”, em um *monumento*, que tem o poder de perpetuação.

Nessa esteira, Jacques Le Goff esclarece ao mesmo tempo em que adverte que,

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF, 2003, p. 538)

Ou seja, o documento é um produto forjado ao longo do tempo que contém uma grande carga de intencionalidades objetivando que uma sociedade futura construa uma percepção imagético-discursiva acerca da temporalidade em que a fonte foi forjada ou, até mesmo, na temporalidade em que foi conservada. Le Goff conclui que, “Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo” (*Idem*). Cabe, portanto, a nós, historiadores, buscarmos um antídoto contra o entorpecimento provocado pelo contato documental a fim de que estes não sejam vistos como simples verdades inquestionáveis, prejudicando a crítica ou a reflexão histórica.

É importante esclarecer que não são rejeitadas as relações entre a documentação e o tempo onde elas foram produzidas. Não se trata de negar tal construção. Muito mais interessa perceber uma intensa relação entre ambos. Tão intensa que não seja vista apenas como um rastro deixado ao acaso. Sigo a perspectiva de investigação proposta por Carlo Ginzburg que elucida, ao refletir sobre o encanto que a pesquisa pode proporcionar ao profissional de história, que, “Mas eu estava convencido (e ainda estou) de que entre os testemunhos, seja os narrativos, seja os não narrativos, e a realidade testemunhada existe uma relação que deve ser repetidamente analisada” (GINZBURG, 2007, p. 8).

Em Sobral, é perceptível que essa busca pela construção de uma possibilidade de “armazenamento” do passado, “comprovando-o” a partir da seletividade documental. A proposta aqui é a análise de um fragmento dessa produção. É importante frisar que essa pesquisa certamente é motivada por conta do sucesso, ao menos parcial, do projeto de controle do tempo impresso por seus idealizadores. Ainda hoje, após quase sessenta anos da morte do primeiro bispo de Sobral, a busca pelo exercício do poder e pelo controle da ordem política é associada ainda a este personagem. Há ainda uma batalha pela herança de sua influência.

Figura 1 - Primeira propaganda eleitoral televisiva de Ivo Gomes⁸



Fonte: <https://www.facebook.com/FalaIvo/videos/526620314210408/>

O “grande realizador”, cunhado a partir de suas obras e, em muito também, a partir dos discursos que o circundam empresta sua imagem em vários momentos para a disputa pelo poder cidadão. Na propaganda eleitoral acima, não por acaso a primeira vinculada em redes sociais e na televisão da campanha de Ivo Ferreira Gomes para prefeito de Sobral em 2016, têm-se a elaboração de um discurso de construtivismo associado ao seu irmão, Cid Ferreira Gomes. Este, por sinal, grande “cabo eleitoral” do irmão que saiu vitorioso naquele pleito. Ivo é apresentado como um herdeiro de Cid. Este, por sua vez, como um herdeiro de Dom José. Um passado “próximo” e um “mais distante” são apresentados de forma intencional, na busca de produção de um presente.

Essa relação passado/presente na temporalidade da história é uma das marcas das produções e reflexões humanas sobre a ideia de tempo. Essa relação é incentivada na busca por uma perspectiva de legitimação do discurso ou das reflexões sobre o que acontece ou o que *pode* acontecer. O *novo*, desprovido desta ligação, pode ser entendido nas sociedades humanas com pessimismo, necessitando muitas vezes de um elo com o *antigo*. Para Le Goff, “Se a ligação com o passado pode admitir novidades e transformações, na maior parte dos casos o sentido da evolução é percebido como decadência ou declínio. A inovação aparece em uma sociedade sob a forma de um regresso ao passado: é a ideia-força das ‘renascenças’” (LE GOFF, 2003, p. 217).

A Igreja ainda investe na perpetuação dessa imagem. As produções culturais contemporâneas ainda buscam reproduzir a imagem de um Dom José construtor, relevante

⁸ Trechos da primeira propaganda da campanha do então candidato Ivo Gomes para Prefeitura Municipal de Sobral em 2016, exibida em suas mídias sociais e na televisão. Quadro 1: As mãos e o corpo de Cid Gomes abrindo um computador portátil sendo “observadas” por uma imagem de Dom José Tupinambá da Frota [26”]. Quadro 2: Cid Gomes olha reflexivo para o computador e a imagem de Dom José Tupinambá da Frota [27”]

para a dinâmica política e cultural da cidade. No livro festivo do centenário da Diocese de Sobral, comemorado em 2015, há um relato biográfico sobre todos os bispos da cidade, evidenciando algumas de suas facetas. A de Dom José, claramente, é a do construtor. Segundo a obra, de escrita coletiva,

Em seu longo episcopado, [Dom José] foi considerado, pelo conjunto de sua obra eclesial, política, cultural e administrativa, o segundo fundador de Sobral. Quis fazer de sua cidade uma nova Roma, equipando-a de aparato multiforme, constituído pelo Seminário São José, na Betânia, os colégios Sant’Ana e Sobralense, a Santa Casa de Misericórdia, o Jornal Correio da Semana, o Abrigo Sagrado Coração de Jesus, o Banco Popular e o Museu Diocesano. (MONT’ALVERNE; GOMES; ROCHA; 2015, p. 25)

Esse discurso apologético reproduz os interesses da Igreja Católica, de sempre ser associada ao passado da cidade, em uma perspectiva de interferência hegemônica. A “monumentalização” das obras de Dom José e o constante ato de comemorar sua imagem auxiliam em um processo contínuo de legitimação.

Dito isso, as produções materiais, as narrativas históricas e a preservação documental que cercam o personagem Dom José são (res)significados em um processo de releitura e reelaboração a fim de buscar intensamente essa gênese ou herança. Certamente é uma das motivações para tornar também a documentação em *monumentos*, a fim de serem preservados, rememorados e até comemorados.

Entretanto, não são os membros do clã “Ferreira Gomes” os únicos responsáveis por concretizarem esse projeto. Isso vem, a princípio, das *intencionalidades* propostas pelos próprios clérigos e aliados contemporâneos de Dom José, perpassando em muito por outros supostos herdeiros políticos e religiosos que tinham motivações para atuarem como guardiões da documentação ao longo das últimas décadas. Esse processo está, e muito, atrelado à construção de uma narrativa tratada durante muito tempo como hegemônica na cidade.

Essas documentações estão espalhadas em diferentes lugares. Foram e são preservados por diferentes atores sociais que trazem consigo diferentes *intencionalidades*. Parte-se deste ponto para a elaboração desta produção histórica e consequente problematização sobre a temática aqui estudada. Porém, a narrativa em história não pode ser fabricada ao acaso. O trabalho do historiador, assim como a produção histórica sobre o bispo e seus meandros políticos, parte de um início. De algo que autorize a produção. A busca pelo princípio, especialmente em história, parte de um *arquivo*. A palavra advém de *arkhê* que, como pensa Jacques Derrida,

[...] designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada – princípio nomonológico. (DERRIDA, 2001, p. 11).

Ressignificando esta passagem, certamente os arquivos que foram visitados servem primeiramente como o começo da escrita. Exercem sobre nós pesquisadores, indubitavelmente, uma série de comandos. *Fabricamos* história a partir dos documentos, dos rastros deixados no tempo que, em grande parte, são deixados preservados nos *arquivos*. Mas essa preservação não é aleatória. Ela é produto de uma série de intencionalidades que não devem ser ignoradas.

Dessa forma, os *arquivos* são o pontapé inicial e, ao mesmo tempo, funcionam como autorizadores da produção historiográfica. Por isso, seguindo o alerta de Le Goff citado acima, não se deve crer na documentação em uma perspectiva naturalizada de *verdade*. Assim sendo, a escrita aqui não pretende ser apenas apologética à lógica arquivista. Minha ida a uma série de arquivos notou também que a própria construção destes locais é produto de uma seleção, de uma série de manipulações que, agindo em conjunto com a feitura dos documentos e com a sua utilização posterior na escrita da História, podem ser utilizados como meios para a enunciação de propostas de verdade em perspectiva hegemônica.

As fontes que são trabalhadas nesta pesquisa estão espalhadas por seis arquivos. Além da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, onde o acesso de sua hemeroteca se deu de forma virtual, houve visitas ao Instituto do Ceará, a Biblioteca Menezes Pimentel e sua hemeroteca, todos em Fortaleza, o arquivo do Jornal Correio da Semana (na Cúria Diocesana de Sobral) e, principalmente, o Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS (anexo ao Curso de História da UVA) e o Museu Diocesano Dom José, estes últimos na cidade de Sobral.

Estes arquivos, principalmente os existentes em Sobral, trazem em si formas de organização diferentes. São, como a expressão cunhada pela historiadora Arlette Farge, *lugares para a História*. Possibilitam a relação temporal passado e presente em uma perspectiva de investigação, de indiciamento, abrindo espaço para a crítica histórica. Como Farge afirma, “Na atualidade, ora trágica, ora melancólica [...], há lugares para a história que permitem confrontar o passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, buscando articular o que desaparece com o que aparece” (FARGE, 2011, p. 9).

Essa preocupação em perceber os movimentos de ruptura e de continuidades existentes em um arquivo são de grandíssima importância. Orientam não só esta, mas quaisquer pesquisas no campo da História, inclusive outras que perpassaram pelos mesmo arquivos que nós.

Uma das principais fontes para escrita deste trabalho são os exemplares do jornal “*Correio da Semana*”, publicados entre 1945 e 1953. Tive acesso a eles de variadas formas, mostrando as diferentes estratégias de preservação existentes em cada um dos *arquivos* pesquisados. O jornal ainda é publicado, devido a isso era compreensivo que um de dos primeiros passos desta investigação seria a ida a sede do próprio jornal, pesquisando em seu próprio arquivo.

A sede do “*Correio da Semana*” fica localizado em anexo à Cúria Diocesana de Sobral. Chamar o local onde são preservados exemplares antigos de *arquivo*, talvez, seja pretensão minha ou ausência de um repertório conceitual adequado. Os jornais, de diferentes anos, repousam sobre uma preservação não adequada, sem uma organização clara ou regras próprias de pesquisa. O acervo é incompleto e contribuiu pouco para esta pesquisa, essencialmente por não ter documentos inéditos dos anos que estudados.

Discordo assim da visão – e da sensibilidade pensada acerca - do mesmo arquivo pensada pela historiadora Ana Carolina Rodrigues da Silva, que afirma em sua dissertação de mestrado que “O ambiente disponibilizado para os pesquisadores é agradável” (SILVA, 2015, p. 22). Na verdade, a partir de minhas deambulações e idas ao arquivo, por mais que haja um esforço dos funcionários em serem cordiais com os pesquisadores que por ali passam, o ambiente é caótico devido ao “aperto”, má organização e barulho existente na sala, que funciona também como redação do jornal. Não é um ambiente agradável e muito menos ideal para a conservação de documentos tão relevantes para a produção historiográfica local.

Parece que aqueles documentos já cumpriram sua função para a Igreja e continuar a preservá-los não tem muita lógica. Afinal, revisitá-los pode gerar novas narrativas, novas problematizações que por ventura questionem o papel e o lugar da Igreja na narrativa da história sobralense.

Já o Museu Diocesano Dom José não é propriamente um arquivo, pelo menos na ideia comum de um local com função básica de preservação de documentos. Na verdade, além de sua grande variedade de arte sacra e de outros bens materiais associados à história de Sobral, sem manter uma conectividade aparente além da perspectiva elitista que o cerca, o museu traz em si uma grande variedade de salas em homenagem às personalidades ligadas principalmente à Igreja.

Tem como, segundo um texto da época de sua fundação em 1951, “única finalidade é por debaixo dos olhos visitantes o que estava em uso naqueles tempos de nossa infância civil e religiosa” (*Correio da Semana*, 22 de agosto de 1951, p. 1), pois foi formado “A fim de se não perderem as relíquias do passado histórico” (*idem*). Pode-se compreender que o que é ou não mostrado nas salas do museu atende a um processo de escolha, de seletividade, indicando qual passado deve ser rememorado para o futuro.

Dentre as alas do Museu Diocesano Dom José, existe a sala “Padre Lira”. Como seu nome diz, aquele espaço homenageia o Padre e Historiador João Mendes Lira (1925-2005). É uma sala de exposição pequena, com apenas um cômodo. Traz em seu interior uma escrivaninha, com livros sobre ela, junto a uma máquina de escrever. Ao lado, uma estante com mais livros. Todos móveis e livros do acervo original do padre. Ao canto, atrás da escrivaninha, escondida ao lado de uma janela, há um móvel com gavetas. Uma espécie de criado-mudo. Nele, aparentemente, nada tem. Seria, ao primeiro olhar, apenas um órgão estético. Entretanto, ao ser aberto, existe uma grande massa documental de trabalhos variados de Lira. Dentre eles, um dos cernes desta pesquisa.

O Padre Lira é um dos personagens centrais na preservação documental e na construção imagética sobre Dom José Tupinambá da Frota. Suas opções de vida e de pesquisa, principalmente no campo da História, auxiliaram a compor uma perspectiva monumental da cidade de Sobral, deixando o bispo como protagonista, mesmo que com alguns ressentimentos expostos como cicatrizes em sua escrita.⁹

Lira viveu no prédio que hoje é a sede do Museu Diocesano Dom José. Tinha uma ligação sentimental com aquele lugar. Por isso deixou em testamento a vontade que seus arquivos pessoais fossem doados para o Museu.

Lá estão documentos avulsos, originais de livros e recortes de fontes históricas, principalmente jornais, que estão acumulados, de forma aleatória, sem tipo algum de organização. A existência da documentação não é informada em uma visita comum. É necessário que se pergunte por ela e, mais que isso, pedir autorização para poder ser estudada. Não há material para garantir a preservação e o contato com a documentação como luvas e máscaras. Parece que há um medo do que aqueles textos podem “provar”, ou melhor, contestar em uma versão crítica da História da cidade.

⁹ É de se destacar a relevância do trabalho de mestrado da professora Ana Carolina Rodrigues da Silva, intitulado “Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira”, apresentado em 2015 no programa de História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC. No trabalho, a autora faz uma investigação sobre a construção de uma visão monumental da cidade ao passo que indica os ressentimentos que marcam a escrita de Lira.

Nem toda a documentação de Lira foi para o destino reservado em seu testamento. Foi separada, mais que isso, houve uma amputação do corpo documental, ceifando a conexão entre vários sistemas e órgãos da lógica pensada por Lira. No museu, aparentemente a documentação está lá apenas por uma estratégia estética de dar respaldo e alguma vida à sala. Não é, a um primeiro momento e apesar de toda polidez e esforço dos funcionários, um ambiente convidativo para a pesquisa, o que revela as intencionalidades por trás de sua organização.

A separação dos documentos em muito prejudica a pesquisa. É, infelizmente, uma barreira a ser superada para a compreensão das produções de *práticas letradas* sobre a cidade. Isso é notado por diferentes historiadores que se debruçaram sobre o acervo de Lira. Segundo o historiador Francisco Dênis Melo,

Quando do falecimento do padre João Mendes Lira em 2006, o seu arquivo pessoal, de acordo com o seu desejo, deveria ser doado ao Museu Dom José. Na ocasião era diretora do mesmo a professora Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão, também professora do Curso de História da UVA, que decidiu dividir o arquivo em duas partes, ficando uma parte no museu outra no NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Apesar da boa vontade da diretora do museu, essa atitude trouxe muitos prejuízos para a totalidade do arquivo que, ao ser dividido, sofreu alguns danos irreparáveis, como a perda de anotações, pequenos textos, bilhetes, entre outros documentos digamos assim mais sensíveis. Outro problema, foi como proceder a escolha do que deveria ficar no museu e o que deveria ser enviado ao NEDHIS. (MELO, 2013, p. 14)

O historiador, profundo conhecedor da história e historiografia de Sobral, elucida que este processo trouxe danos que são inerentes a um processo de seletividades. É válido também destacar a afirmação de Ana Carolina Silva, que ao refletir sobre a doação e separação do acervo do Padre João Mendes Lira afirma que,

Em abril de 2006, nove meses depois do falecimento de Padre Lira, a família realizou seu desejo, respeitando o que estava previsto em testamento. Infelizmente o acervo foi desmembrado em dois e possui registro no Livro de Tombo do museu e do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS) da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. O desmembramento de qualquer acervo sempre será uma violência a sua constituição, pois toda separação traz consigo perdas que quase sempre são impossíveis de serem sanadas. (SILVA, 2015, p. 21)

Como afirmado pela autora, o restante da documentação foi para o Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. Neste arquivo, os documentos advindos de Lira compõem um fundo arquivístico, com grande variedade de textos, imagens, revistas e

transcrições eclesiásticas. Eram documentos que estavam juntos aos que estão no Museu Diocesano Dom José.

Dessa forma, proponho duas hipóteses para a documentação que se encontra no Museu. A primeira é de que estes documentos estão lá apenas de forma decorativa. Preservam uma estética dentro da concepção de beleza e das intencionalidades pensadas pelos organizadores do acervo no Museu.

A segunda hipótese é de que a documentação lá preservada, com originais de livros e várias fontes que versam sobre Dom José, não deveria estar à mercê do livre acesso de pesquisadores no NEDHIS, mas sim protegidas pelas paredes e pessoas que compõem o Museu, a fim de garantir uma *posse*, protegendo os textos de novas possibilidades de interpretação.

Em ambas as hipóteses, o cuidado com a documentação revela um processo de manipulação que auxilia a construção de um discurso, interessante para a preservação de uma memória sobre alguns dos protagonistas das relações eclesiásticas em meados do século passado.

O NEDHIS, ao contrário, é marcado por outras intencionalidades. Foi criado no início da década de 2000, através de um esforço da professora Maria Aparecida Vasconcelos Lopes, então do Curso de História da UVA. Desde então passou por grandes transformações, sendo incorporado à Universidade. De um modo geral, é um arquivo com uma grande variedade de documentos. Não mantendo uma conectividade entre si, mas buscando um meio de preservar os mais variados fragmentos do tempo pretérito de Sobral e região.

Fruto de várias doações de arquivos pessoais, eclesiásticos e institucionais, a pesquisa é centrada na utilização de três de suas documentações. Primeiramente os jornais que lá estão sendo arquivados, com protagonismo para o *Correio da Semana*, e foram digitalizados e catalogados pelo Programa de Educação Tutorial – PET História/UVA. Além dele, o “*Plano de Eletrificação da Cidade de Sobral*” e as “*Cartas para Dom José*” foram de grande importância para a pesquisa e compreensão de fragmentos do passado.

As intencionalidades da documentação preservada monumentalmente ou humildemente pelo *fazer* arquivístico em Sobral (ou outros arquivos diversos) serão, em alguns de seus fragmentos, problematizados por esta pesquisa. Destaca-se que há uma relação clara de defesa de diferentes temporalidades pelos protagonistas das *práticas letradas* na cidade. O *futuro* (noção de progresso), o *presente* (defesa das práticas de então) e o *passado* (defesa histórica para a posteridade) são alicerçadas nesses documentos utilizados como sinais

de *provas* por seus produtores e tratadas como testemunhos, voluntários ou não, sobre o passado.

Baseio-me em dois autores, com perspectivas concordantes, acerca da ideia de “*testemunho involuntário*” para compreender as relações de produção e reflexão sobre a documentação produzida. Primeiro, o Professor Francisco Dênis Melo, que em sua tese de doutoramento, defende a percepção e crítica sobre a documentação oficial, a fim de perceber uma compreensão sobre a produção dos relatos sobre o passado (2013). Em uma perspectiva concordante, Carlo Ginzburg percebe, ao resenhar a proposta de *fazer História* de Marc Bloch, que,

[...] Contra o ceticismo positivista que punha em dúvida o caráter fidedigno deste ou daquele documento, Bloch fazia valer, de um lado, os testemunhos involuntários; de outro, a possibilidade de isolar nos testemunhos voluntários um núcleo involuntário, portanto mais profundo. (GINZBURG, 2010, P. 10)

O desafio proposto, portanto, é o de compreender através da documentação que nos foi deixada de forma intencional através de diferentes processos de preservação, como foram produzidos testemunhos, entendendo-os como marcas no passado produzidos para uma posteridade a fim de garantirem alguma perspectiva de posse da temporalidade.

Dos principais arquivos citados, que compõem o cerne desta pesquisa, é importante destacar a ligação que eles têm com alguns dos personagens históricos evidenciados aqui. O museu Dom José foi fundado pelo próprio bispo – com o nome de Museu Diocesano – e sua narrativa é intimamente interligada a de apologia à Igreja em Sobral. O arquivo do *Correio da Semana*, anexo à própria Cúria Diocesana, ainda faz parte das possessões da Igreja Católica na cidade. O único que tem uma perspectiva de maior independência é o NEDHIS, por ser anexo a uma universidade pública. Entretanto, como a documentação é oriunda de doações, a maior parte da documentação por nós pesquisada tem origem ligada à Igreja Católica, como o Fundo Padre Lira ou os exemplares do *Correio da Semana*.

Dessa forma, não se pode compreender o *fazer arquivístico* que embasa esta pesquisa como algo natural, desprovido de *historicidade*. Percebo então os arquivos em Sobral na perspectiva proposta por Paul Ricoeur,

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro [testemunho] que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social. (RICOEUR, 2007, p. 177)

Ou seja, os *arquivos* que visitei em Sobral pertencem a diferentes *lugares sociais*, interligados em maior ou menor grau ao poder de influência da Igreja, compondo assim elementos de grande relevância para a compreensão das intencionalidades e seletividades de autores e dirigentes. A partir disso, a documentação presente neles, pode ser problematizada não como um conjunto de relatos aleatórios, mas sim de um corpo interligado que compõe uma parte do projeto dos autores das *práticas letradas* na cidade: o domínio das temporalidades históricas.

Não só os *arquivos* e seus labirintos documentais, forjados ao longo do tempo com diferentes intencionalidades que se articulam em alguma perspectiva de domínio temporal, mas também seus produtores devem ser pensados como envolvidos em uma reflexão que os associa ao *lugar social* de onde produzem. Isso auxilia no constante movimento de desconstrução de uma perspectiva de neutralidade ou naturalidade propagada por seus incentivadores.

A *operação historiográfica* parte desse exercício de (auto) compreensão, flertando com as perspectivas apontadas por Michel de Certeau. A produção histórica, aqui não restrita apenas à construção de textos e pesquisas, mas de todo o arcabouço teórico e metodológico que envolve a produção, inclusive os arquivos, partem de determinados locais que influenciam em todo o processo de seleção e constituição da narrativa histórica. Segundo Certeau,

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2010b, pp. 66 e 67)

As fontes que visitei, e outras tantas que ajudam a narrar fragmentos diversos da História de Sobral, foram passíveis de manipulações, seleções e refinamentos. Os *arquivos* que as abrigam foram escolhas de atores sociais que partilharam mais ou menos com os projetos de cidade e de História evocados. Os sujeitos que escreviam História (ou para a história), pertencentes a “uma categoria de letrados”, como Certeau os denomina, encaixavam-se próximos a setores que batalhavam pelo poder, distantes de qualquer ideal de naturalidade ou neutralidade.

As biografias desses atores, tratados como protagonistas neste trabalho, são narradas sempre atreladas ao papel de protagonismo que desempenharam frente à *Igreja* e à *cidade*. A associação não é involuntária. Há um esforço constante nos documentos da época e em posteriores produções de cunho historiográfico em associar à cidade a imagem de Dom José, Padre Sabino, do Padre Lira, Monsenhor Furtado, Padre Tibúrcio de Paula, ou até mesmo intelectuais leigos ligados em maior ou menor grau à Igreja Católica em Sobral como Gerardo Rodrigues, Gaudencio Napoleão, José Donato Filho, Luiz Gonzaga Prado, Ribeiro Ramos e José da Mata...

Estes sujeitos foram os responsáveis pela tentativa de garantir uma posse temporal do domínio da cidade pela Igreja, produzindo textos de defesa e ataque que estruturaram ao longo do tempo imagens a serem fixadas e monumentalizadas. Os documentos por eles escritos passam então pelo processo de transformação sugerido por Le Goff e, se não forem tomados com cuidado, justificam todo um processo de embasamento acrítico da presença da Igreja.

Não é interesse desta pesquisa a negação do protagonismo desta instituição nos jogos políticos da cidade. Pelo contrário, a Igreja é percebida como essencial para o desenrolar das relações de poder existentes em Sobral. Entretanto, o que as pesquisas indicam é que esse processo não foi natural, foi “naturalizado” em forma de discurso. Foi produzido a partir de grandes disputas que a partir dos *testemunhos voluntários e involuntários* estão presentes nos *arquivos*, locais estes que além de protetores dos documentos, também são objeto de intervenção e seletividade na cidade.

Os *arquivos*, dessa forma, não funcionaram apenas como garantidores de preservação do *passado*. Ao serem plausíveis, principalmente no Museu Dom José, de um processo de *monumentalização*, garantem também a subida ao ringue para uma contínua disputa pelo *futuro*. A noção de tentativa de domínio sobre o futuro não pode passar antes pela corajosa aventura de tentar preservar o passado. O processo de legitimação não é *natural*. Longe disso, é carregado de *simbolismos e intencionalidades*.

2.2 “VENCER E PROGREDIR”: MODERNO, PROGRESSO E DISPUTAS PELO FUTURO NO PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO DA CIDADE DE SOBRAL

A CIDADE EM PROGRESSO

Rio de Janeiro

(Ideal)

(fragmento)

O poeta parte no eterno renovamento.

Mas seu destino é fugir sempre ao homem que ele traz em si.

O poeta:

Eu sonho a poesia dos gestos fisionômicos de um anjo!

(VINÍCIUS DE MORAES, 2004)¹⁰

Assim como o poeta, com grande dose de vacilação, o historiador parte das rupturas (e possíveis continuidades), do “eterno renovamento” de que Vinícius fala em seu poema, numa tentativa de fuga do homem que é, habitante de seu próprio objeto de estudo. Quando trafega pela cidade, o poeta vê poesia nos atos humanos, vê amor nos beijos nas praças, vê a existência no badalar do relógio. O historiador vê história, passado e novo, antigo e moderno, conflitos de amor e ódio presos nas cicatrizes da cidade. Anjos e demônios ficam em segundo plano, o que nos interessa é o *humano*.

A Igreja Católica manteve diversos projetos de interferência na cidade de Sobral. Além das interferências nas eleições e nos jogos políticos de ocupação do poder em cargos públicos (como será analisado no capítulo seguinte) ou nas disputas pela memória e pela história da cidade, cercada de ressentimentos (como será analisado no último capítulo), houve disputas que uniram a intelectualidade católica em prol de um objetivo comum, em prol do alcance de um ideal de progresso e modernidade: a luz!

A luz aqui não é de cunho intelectual ou racional. Não é a busca por mais conhecimento por si ou pela construção de uma Universidade ou instituição de pesquisa e ensino. É algo mais prático, mais pragmático, diferente da perspectiva iluminista que a intelectualidade ama flertar. A campanha é pela luz elétrica. Mais que isso, é pela modernidade que traria à cidade um novo *status* de progresso, traria à Igreja e a seus intelectuais um novo protagonismo.

Sim, a *modernidade*, esse ideal reflexivo e sedutor que coabitou mentes e corpos em prol de sua constante e infinita concretização ao longo dos séculos. Mas o que é *moderno*? É uma resposta ampla, que precisa em muito até de uma genealogia. É uma associação que

¹⁰ Disponível em: <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/cidade-em-progresso>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

ganha ressignificados ao longo da história, mas mantém correlação constante à novidade, ao novo, em contraposição ao antigo. Como cita o Professor Antônio Paulo Rezende, “A associação do *moderno* como o *novo* é, portanto, histórica, na perspectiva da sua genealogia e da sua invenção” (REZENDE, 1997, p. 107).

Já a *modernidade*, na visão de Lefebvre, citado por Rezende, “é o produto da reflexão sobre essas transformações e contradições do mundo moderno” (LEFEBVRE *apud* REZENDE, 1997, p. 109). É uma visão que é alargada por Marshall Berman em seu livro já clássico “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Para ele, *modernidade* se confunde com a *prática de ser moderno*, que é, “encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 2007, p. 24).

Ser *moderno* em Sobral estaria ligado a esse processo de mudanças, atingindo inclusive setores tidos como conservadores da sociedade. Ou seja, o próprio *clero*. Uma causa para produzir essa contradição, inerente à *modernidade*, seria a noção de progresso, de perspectiva ufanista, em prol das melhorias da cidade. A energia elétrica, em fins da década de 1940 e início da década de 1950, era a causa ideal.

Dialogar com as mudanças que a sociedade passava nessa nova conjuntura política e social, posterior a Segunda Guerra Mundial e a experiência antidemocrática do Estado-Novo, era uma questão central para a Igreja nesse contexto. Refletindo sobre o contexto político que a Igreja Católica estava inserida no Brasil nesse contexto, Scott Mainwaring afirma que,

O sucesso do modelo de neocrisandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resistisse a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava-se à sorte ao lado de grupos de importância decrescente. (MAINWARING, 2004, p. 53)

Dessa forma, a sociedade brasileira, com a oposição entre *velho* e *novo*, era um desafio para a prática de exercício do poder por parte da Igreja Católica. Essas transformações atravessavam o Brasil e chegavam ao Ceará, de um modo geral, e a Sobral, de um modo específico.

Já havia eletricidade em Sobral desde a década de 1920, mas era ofertada de forma precária. A empresa era a “Companhia Luz e Força de Sobral, que pertencia ao senhor Oriano Mendes, que gerava energia entre as 18 e as 22 horas” (MELO, 2015, p. 76). Não atendia aos interesses modernizadores da cidade. Segundo o político Ildefonso Cavalcante, “Existe uma empresa de luz falha de recursos e de boa vontade, fundada em 1926, com um contrato já expirado em 5-2-46, que ainda hoje se vem arrastando por falta de uma boa compreensão de nosso povo” (*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951, p. 1).

As primeiras movimentações se iniciam em 1949. Sobral não contava com sistema de iluminação que fosse confiável por toda a noite. A iluminação a gás atingia alguns pontos da cidade e não era indispensável. A modernidade ainda não era concreta. Isso incomodava os intelectuais sobralenses, principalmente os ligados à Igreja. Como concretizar então esta realização? A quem recorrer? Ou melhor, quem pressionar? Pode-se iniciar este processo de análise a partir daqui, então. Da escolha para quem apelar.

Em 23 de abril o jornal *Correio da Semana* publica em primeira página um editorial, não assinado, que é o pontapé desta análise. Com o título “*Para quem apelar?*”, o texto versa acerca da problemática da ausência de energia na cidade, citando o precário sistema de abastecimento e a má vontade dos donos da empresa. Mas o que chama atenção é o protagonismo dado a uma parcela da população muitas vezes ignorada, o “povo”. “A paciência do povo de Sobral já está se esgotando e não pode mais suportar a atitude que vem assumindo a empresa que explora a energia elétrica em nossa terra” (*Correio da Semana*, 23 de abril de 1949, p.1). O que significaria para uma elite intelectual ver a paciência do povo aumentar? Nesse contexto, seria o povo aliado na concretização da obra, ao pressionar o poder público. O texto se encerra com a instigante indagação, “Para quem apelar? Para as autoridades ou para o povo?” (*Idem*).

A inclusão do povo nessa articulação é um avanço nas relações de poder que envolvem a Igreja em Sobral. Os embates ocorridos até então, analisados nos capítulos seguintes, ocorriam apenas dentro dos campos intelectuais e políticos. Não dialogavam com “gente comum”, “ordinária”. Entretanto, para uma grande mobilização e conquista do ideal de modernidade, ainda ligado à perspectiva de ideal civilizador (ELIAS, 2011, p. 72), a população não poderia ser ignorada das relações de poder.

É possível também a percepção de nuances diferentes a partir deste editorial inaugural. O jornal *Correio da Semana*, órgão dos interesses da Igreja Católica em Sobral, funcionou como órgão de imprensa com características libertárias quando convinha. Ou seja, quando os interesses da Igreja se confundiam com os da população, o periódico trazia em si uma

proposta menos elitista e condizente com uma perspectiva popular/libertária. Transcendia assim a marca elitista e conservadora que o identificava. Preocupações como o pagamento de taxas abusivas ou o não funcionamento de serviços à população, temáticas claramente populares e que não conviviam nas páginas do *Correio da Semana* normalmente, poderiam ganhar espaço a fim de a Igreja poder casar com seu objetivo maior: modernizar a cidade.

O problema da falta de luz de qualidade continua nos anos seguintes, ganhando maiores proporções no jornal apenas em 1951. Liderado por grupos de intelectuais católicos e pelo Vereador Ildefonso Cavalcante, com propostas diferentes, conseguiu-se contato e *lobby* político com o então governador, Raul Barbosa. O vereador foi personagem central nas disputas políticas e nas *práticas letradas* da cidade. Sua influência é justificada por ser um dos líderes do PSD local, mesmo partido do Governador do Estado.

A *modernidade*, como qualquer reflexão e construção cultural humana sobre a natureza, advém de projetos humanos. Não é neutra e tampouco acidental. Ela atende às intencionalidades. “[...] a modernidade não traça seus destinos acima das vontades dos homens, como um processo independente. Existem os que determinam a extensão desses caminhos” (REZENDE, 1997, p. 89).

Ildefonso Cavalcante é o arquiteto inaugural de um plano concreto para efetivar a rede elétrica para a cidade. Sua ideia era baseada em empréstimos e apoios políticos. Mesmo não sendo do grupo católico e tendo até sua ideia criticada por setores da sociedade sobralense, o *Correio da Semana* valoriza sua iniciativa. São perceptíveis algumas dessas relações na edição do periódico de 12 de maio de 1951. Nele, há a seguinte manchete em primeira página,

Luz e força, brevemente, para Sobral
O GOVERNADOR RAUL BARBOSA EXTENDE SUA MÃO DE AMIGO AO
POVO SOBRALENSE
Importante projeto do Vereador Ildefonso Cavalcante
 O ex-Prefeito Dr. Jacyntho Antunes continua cooperando decididamente para a
 resolução de nosso máximo problema
O Prefeito Cel. Antonio Frota teve conhecimento desse plano financeiro
 (*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1)

A partir do título, o jornal busca dar protagonismo político para vários personagens. O Governador Raul Barbosa ganha destaque central, em letras garrafais. Soma-se a isso a impressão de um retrato seu, ao centro da imagem. Ildefonso Cavalcante vem em sequência, evidenciando-se a relevância de seu projeto. Por fim, tanto o ex-prefeito quanto o atual ganham destaque na manchete, que é acompanhada de um extenso texto, ocupando praticamente toda a primeira página daquela edição do periódico.

O texto que se segue versa sobre a sessão da Câmara de Vereadores de Sobral, ocorrida em 9 de maio, quarta-feira anterior à publicação do jornal. Nela, além da apresentação da pauta sobre “o maior problema de nossa ‘Princesa do Norte’: LUZ E FORÇA”, vê-se o destaque enunciativo dado ao vereador pelo jornal, possivelmente por conta de suas proximidades com grupos católicos e, principalmente, pelo jornal da Igreja ser entusiasta do projeto. “O Vereador Ildefonso Cavalcante, eficiente <<leader>> da bancada do P.S.D., deu entrada a um arrojado projeto de lei que visa dar solução condigna ao debatido problema de luz e força, problema que não pode ser mais protelado” (*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1).

A eminência do progresso não poderia ser deixada de lado. O *novo contínuo* forçava a busca por soluções que dessem prosperidade ao tempo. É uma questão própria da modernidade, que não deve ser separada de sua grande contradição, a efemeridade de sua temporalidade. É uma temporalidade marcada por projetos de cidade. Por prognósticos em discursos cuidadosamente construídos, evidenciando o entusiasmo pela criação. Segundo Koselleck, “O prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta” (KOSELLECK, 2006, p. 32).

Vale destacar que a Igreja havia, desde as décadas anteriores, partilhado por todo o território nacional de uma perspectiva de apoio aos ideais de ordenamento urbano, marcado por um controle da moral, interferindo assim na política e na sociedade. A perspectiva de ordenamento social frente a uma moral cristão prevalecia nessa perspectiva ideológica incorporada por muitos setores do catolicismo. Segundo o professor Érick de Assis Araújo, refletindo sobre a Fortaleza da década de 1930,

Em Fortaleza, os grupos conservadores tiveram uma militância dinâmica, estabeleceram suas atividades em constante interação, entre representantes da imprensa, da educação, do judiciário, da repressão policial, do trabalho, da religião e de diversas esferas do poder público. Esses grupos estavam afinados com o discurso da cidade ordeira e harmônica, o que era reforçado com um peculiar tradicionalismo político, moral e religioso que se solidificou durante o decorrer dos anos 30. (ARAÚJO, 2007, pp. 71 e 72)

Em sequência o texto do jornal dá espaço a uma entrevista realizada com o próprio Ildefonso Cavalcante¹¹, apresentando-o como “dinâmico Vereador pessedista”. Na entrevista,

¹¹ Ildefonso de Holanda Cavalcante (1905-1974) foi um influente político sobralense, sendo seis vezes eleito vereador, além de ter sido eleito vice-prefeito da cidade e presidente do Palace Clube (clube que aglutinava boa parte da elite econômica da cidade). Era um empresário especializado na exportação de Chapéu de Palha e na

é notável, a partir das seletividades do autor da matéria e do próprio entrevistado, um aparente discurso apologético à proposta, nutrido por relações de poder que cercam a possibilidade de efetivação da energia elétrica de forma ampla na cidade, destacando que a sua possibilidade está atrelada a vontade política do Governo do Estado. Segundo Ildefonso Cavalcante,

Depois de organizado (sic) o projeto, estudado o calculo financeiro e redigida a justificação, dirigi-me ao nosso eminente Governador para submeter meu trabalho a apreciação esclarecida de S. Excia., pois sem o auxilio decidido do Governo do Estado, jamais conseguiremos solucionar o problema.
(*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p. 1)

O encontro político do vereador sobralense com o Raul Barbosa foi facilitado por outro político, o ex-prefeito Jacyntho Antunes, aliado de Ildefonso. Nele, segundo a entrevista dada ao jornal, Ildefonso apresentou o projeto fazendo os devidos esclarecimentos ao Governador. O mandatário máximo da burocracia estatal daria o apoio necessário à obra, encaminhando o projeto à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o apoio necessário para a concretização do empréstimo.

Entretanto, o que chama atenção não é apenas a prática política em torno da imagem de Raul Barbosa. As práticas letradas no *Correio da Semana*, nesse contexto, trazem em si um norteador comum, a noção de “progresso”. Na mesma entrevista, ao continuar a apologia sobre o Governador, é publicada uma frase de Ildefonso, “S. Excia., arguto e conhecedor perfeito dos problemas que dizem com o progresso e bem estar do povo cearense, logo percebeu a viabilidade da idea [...]” (*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1). Ou seja, progresso e bem-estar do povo são ideais que coabitam entre si. Enamoram-se nas estratégias de justificativa discursiva inerentes às *práticas letradas* existentes no jornal.

Evidencia-se o discurso elogioso acerca da figura do Governador, do grupo pessedista, que nutria afinidades na época com grupos católicos. Raul Barbosa é apresentado como entusiasta do projeto, o que talvez justifique o título da manchete que já contava com a concretização da obra. Percebe-se que o comprometimento ia além da articulação junto à Assembleia Legislativa. Baseava-se também na busca por prestígio junto às instituições financeiras para a realização do empréstimo necessário. O problema da “luz”, segundo a entrevista, parecia ser facilmente contornável.

Em contraponto aos elogios em torno de Raul Barbosa, existe uma crítica realizada ao Governador anterior, Faustino Albuquerque, da UDN, grupo apoiado por José Saboya de

obtenção de cera de carnaúba. Compôs durante todo o período estudado as fileiras do PSD, mesmo após a migração de Francisco Almeida Monte no início dos anos 1950 para o PSP.

Albuquerque, que protagonizou algumas das principais disputas políticas e construções de *práticas letradas* por parte da Igreja, que serão estudadas de forma aprofundada no capítulo seguinte. Segundo Ildefonso Cavalcante,

Logo após sua posse na Prefeitura deste Município o então Prefeito, Dr. Jacyntho Antunes, solicitou ao Governador daquela época garantia para contrair um empréstimo com a mesma finalidade, e, apesar da Constituição do Estado autorizar ao Governador a oferecer tal garantia aos Municípios que, dentro de um ano da data da promulgação, a solicitassem, lhe foi negada.

Hoje já não estando mais em vigor o dispositivo constitucional, o Governador Raul Barbosa, no intuito de bem servir o povo sobralense vai solicitar à Assembleia (sic) Legislativa autorização para garantir nosso empréstimo.
(*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1)

Na narrativa de Ildefonso, Faustino Albuquerque não tem sequer seu nome citado. É silenciado. Esquecido discursivamente. Contrapõe-se aos nomes Jacyntho Antunes e Raul Barbosa, apresentados como entusiastas do projeto. Ou seja, a temática da efetivação do projeto é colocada em uma seara política e utilizada para promoção de um grupo, apresentado como entusiasta da modernidade, em contraposição a outro, silenciado, relegado ao papel de “dificultador” da realização social.

Sobral era uma das cidades mais relevantes economicamente do Estado, sendo entreposto entre a Serra da Ibiapaba e o movimentado porto de Camocim. Tinha também grande destaque político, sendo responsável por apoios cruciais nas eleições para Governo do Estado no período e elegendo representantes para o legislativo federal. Apesar disso tudo, convivía ainda com aspectos distantes da modernidade almejada pelas elites que reproduziriam os anseios de opulência.

Nascem da própria elite os projetos para alcançar um dos aspectos mais desejados da modernidade até então, a rede elétrica. Não era algo fácil de se concretizar. Precisava, de fato, de um plano eficiente. Mas em que se baseava tal projeto proposto por Ildefonso Cavalcante? O projeto seria baseado em empréstimos, abalizados pelo Estado. Ele explica com detalhes na mesma entrevista. Segundo ele,

- O empréstimo, que será de Cr\$ 6.000.000,00, será lançado mediante apólices ao portador no valor de Cr\$ 100,00 cada, a juros de 5% a/a; anualmente a Prefeitura pagará os juros devidos; a partir do 3º ano começará o resgate das apólices mediante sorteio que até o 12º ano de Cr\$ 200.000,00 anualmente e desse ano até o 20º será de Cr\$ 500.000,00; os portadores de apólices poderão pagar determinados impostos (Indústria e Profissões e Predial Urbano) até 20% em apólices.

[...]

- Além do endosso do Governo do Estado, que será oportunamente solicitado pela Prefeitura, todos os bens constitutivos da empresa; 20% do imposto de

Indústrias e Profissões; 20% do imposto Predial Urbano; 50% da renda prevista no art. 15 da Constituição Federal (Imposto de Renda); um modico imposto adicional ao Predial Urbano e toda a renda da nova empresa, deduzida a importancia necessaria ao seu funcionamento.
(*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1)

Ou seja, 6 milhões de cruzeiros seria um grande empréstimo para os cofres da prefeitura. Entretanto, com apólices custando apenas cem cruzeiros, era possível que um grande número de pessoas participasse do empreendimento. Para facilitar a análise será tomado por base o salário mínimo da época. Entre 1944 e 1951 vigorou um salário mínimo de Cr\$ 380,00, baseado no Decreto-Lei 5.977/43. A partir de 1952, com reajuste previsto já em agosto de 1951, o salário passou a ter o valor de Cr\$ 1.200,00, baseado no Decreto-Lei Decreto nº 30342. Dessa forma, segundo a proposta, um trabalhador assalariado que tivesse economias guardadas e não tivesse seu orçamento sufocado, poderia participar do empreendimento.

Era apresentada como uma proposta lucrativa se forem deixados de lado os índices de inflação da época, com índice próximo a 10%.¹² Era, com a mobilização da população, ao menos uma proposta alcançável. Restava saber se seria sustentável com as garantias apresentadas, haja vista que dependendo da instabilidade econômica do país e da arrecadação de impostos, a dívida poderia crescer vertiginosamente. Entretanto, parece a primeira vista muito palpável o projeto para a época e uma boa alternativa para seus entusiastas.

O texto do *Correio da Semana* é findado com a afirmação que o então prefeito, Cel. Antonio Frota estava ciente dos fatos e se mostrou propenso a apoiar a proposta. Além disso, o jornal afirmou que, na edição seguinte, “publicará, na integra, o importante projeto do Vereador Ildefonso Cavalcante e a justificativa que o instrue”. (*Correio da Semana*, 12 de maio de 1951, p.1).

De fato, é o que ocorre na edição de 16 de maio. Em primeira página, abaixo da logomarca (centralizada) do jornal, houve a reprodução de todo o projeto de Ildefonso Cavalcante e sua justificativa. Destaca-se que era incomum nas páginas do jornal espaço “não comprado” tão grande a um projeto político de um vereador. A proposta, em linhas gerais, é a mesma já descrita pela entrevista já apresentada. Entretanto, é de se destacar a atenção para a justificativa estruturada por Ildefonso Cavalcante, baseada no crescimento urbano e populacional, somado a um sentimento modelar da cidade.

¹² Segundo o levantamento de inflação do recorte estudado, 1945 foi de 16,7%, em 1946 foi de 16,5%, em 1947 foi de 21,9%, em 1948 apenas 3,4%, em 1949 foi de 4,3%, em 1950 foi de 9,2%, em 1951 foi de 18,4%, em 1952 foi de 9,3%, e em 1953 foi de 13,8%. Cf.: <https://economiafinancas.com/2014/taxa-de-inflacao-1948-2013-serie-oficial-do-ine>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

A “justificativa” é iniciada evidenciando, mais uma vez, a tentativa de realização da empreitada pelo ex-prefeito Dr. Jacynto Antunes Pereira da Silva. Parece evidente a tentativa de sempre associar a ideia do projeto ao antigo mandatário da cidade, talvez por expressar o sentimento de grupo. Em sequência, o vereador argumenta da necessidade de concretizar a obra, da alternativa de empréstimo, que “exige uma cooperação mútua de todos os sobralenses, desde o mais poderoso até o mais humilde, para podermos ver concretizado o nosso maior ideal – LUZ E FORÇA”. (*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951, p.1).

O sentimento, guardada as devidas proporções, de quase “ufanismo” pela cidade é demonstrado aqui. O apelo não é direcionado apenas as elites, com capacidade de cooptação financeira e política para o projeto, mas para “todos os sobralenses”. Ou seja, o povo é colocado, mais uma vez, como personagem central para a concretização da ideia modernizadora.

O crescimento populacional, inclusive, é um dos principais argumentos para a construção de uma efetiva rede elétrica na cidade. É algo inerente a outros projetos da modernidade, até porque o espaço fundamental para o desenvolvimento dessas ideias é a cidade. E, quanto mais ela cresce, mais dá condições para essa noção de *modernidade*.

Segundo Antônio Paulo Rezende,

A modernidade tem suas ligações intrínsecas com a modernização. O espaço físico da modernização, sua concretude acelera a modernidade, alarga os sentimentos ditos progressistas. Na verdade, é a ideia de progresso que enfeitiça os homens e que veem na cidade seu lugar privilegiado. (REZENDE, 1997, p. 25)

São notáveis os sentimentos ditos progressistas na argumentação existente na proposta de Ildefonso Cavalcante, aliado ao crescimento da urbe. Segundo ele, a população do município cresceu muito no decênio anterior, “em 1940 era de 56.067 e em 1950, segundo o recenseamento procedido naquele ano, elevou-se a 71.121” (*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951, p.1). Maior ainda é o crescimento da sede. O vereador continua,

Se é apreciável esse total muito mais significativo é o argumento quanto á população da cidade, séde do município, nossa invicta – PRINCEZA DO NORTE pois de 13.533 em 1940, sua população elevou-se a 23.003 e, 1950, havendo portanto, um acrescimo 70%. Pelos dados estatísticos fornecidos pelo I.B.G.E. conta-se que foi a cidade no Ceará que teve maior aumento de população o numero de prédios passou de 3.375 em 1940 para 5.568 em 1950, sendo na zona urbana, 3.564 e na zona suburbana 2004, havendo, portanto, um acrescimo de 64%?

Que será de Sobral daqui a 10 anos? O tempo dirá!
(*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951, p.1).

Inegavelmente, é um grande crescimento populacional e urbano.¹³ A cidade ganhava novos rumos. Novos habitantes e novas práticas davam o tom a esta nova Sobral. O grupo intelectual católico que versava no principal jornal da cidade ansiava por esta cidade não ser apenas nova, no aspecto de ser marcada por crescimento e mudanças, mas que fosse também *moderna*, atendendo a um ideal civilizatório condizente com sua opulência. Afinal, o que seria a Sobral do futuro? Que cidade estes sujeitos estavam modelando? Tinham consciência da relação de suas ações com a construção de uma cidade do futuro, de uma cidade moderna.

Como esse implemento da modernidade se sustentaria? Para o vereador, as arrecadações federal, estadual e municipal justificariam esse crescimento, pois “Pela expressiva significação de seus números atesta de modo insofismável o desenvolvimento de nossa querida Sobral” (*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951).

De fato, os números apresentados atestam para um grande crescimento de arrecadação, principalmente nas esferas estadual e municipal. A arrecadação federal aumenta de Cr\$ 3.034.336.90 em 1946, para Cr\$ 3.244.663.70 em 1950. A estadual de Cr\$ de 2117.734.10 em 1946, para Cr\$ 3.710.116.70 em 1950. Já a municipal salta de discretos Cr\$ 816.186.90 para Cr\$ 2.261.739.30 (*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951). Esses dados ajudam a explicar o otimismo em torno da viabilidade financeira do projeto.

Outras argumentações ainda são apresentadas, como o crescimento comercial e industrial. Sobral constantemente é apresentada como uma cidade em constante progresso. A energia elétrica daria possibilidades para esse crescimento continuar, não se limitando,

O comercio estende-se, os estabelecimentos de ensino multiplicam-se, o meio intelectual eleva-se a “urbs” moderniza-se.

Astrito nosso progresso a tão asfixiante ambiente, cumpre o poder público procurar, a todo custo, uma solução para esse problema que não pode mais ser procrastinado.

(*Correio da Semana*, 16 de maio de 1951, p.1).

O progresso é a principal argumentação. Junto a ele o conceito de modernidade, inerente para o alcance de uma cidade ideal, pensada e idealizada pelos intelectuais. O feitiço do progresso não é exclusividade de Ildefonso e sua proposta estava longe de ser hegemônica. O sentimento progressista se estende por outros intelectuais, a maioria ligados à Igreja Católica, intitulado “Comitê contra as Trevas”, com ideias e projetos dissonantes.

¹³ Os dados são discordantes dos apresentados por alguns memorialistas locais, mas a população, segundo essa variedade de dados, é apresentada em torno de vinte mil habitantes. Segundo Plácido Marinho Andrade, citado por Francisco Dênis Melo, “Quem conhecesse a Sobral no meado da década de 20 para a de 30 tinha a impressão de que era uma cidade provinciana e carregada daquele doce bucolismo de cidade do interior. Em tudo reinava a tranquilidade. Sua população não passava de 18.000 habitantes”. (ANDRADE *apud* MELO, 2015, p. 74)

Há nuances dessas cicatrizes em artigo publicado por Aldo Ferrão, pseudônimo usado para aferir as ideias do *Correio da Semana*, funcionando como uma espécie de editorial que formava opiniões. Usar um pseudônimo é, nesse caso, usar uma máscara para dar robustez ao texto escrito, tornando-o formador de opinião mesmo sem ser, oficialmente, a opinião do próprio jornal. Segundo Hans Ulrich Gumbrecht, refletindo sobre a produção de cultura escrita através da imprensa,

Dissimulando corporalidade e temporalidade enquanto fatores de um sentido instável, o papel de autor, como máscara, cria portanto a impressão de *intencionalidade*. O que não quer dizer que todo texto atribuído a um autor enche de conteúdo o espaço de intencionalidade assim criado; ele pode também deixá-lo vazio e confiar sua concretização às fantasias particulares dos leitores. (GUMBRECHT, 1997, p. 100)

Confiar nas fantasias particulares dos leitores é uma das estratégias fundamentais para a formação de opinião e a busca por apoio no projeto modernizador de eletrificação da cidade. Em 23 de maio de 1951 no *Correio da Semana* é publicada uma avaliação do panorama acerca da concretização da “luz e força” na cidade. Inicialmente, destacando a possibilidade de finalmente edificar tal obra, possível apenas com a realização de empréstimos,

Acertemos os relógios

Todos sabiam e diziam que para a Prefeitura solucionar o problema de luz e força em Sobral só havia um caminho – o recurso ao crédito, o apelo a um empréstimo.

Quanto ao socorro do plano *Salte*, ninguém jamais o tomou a sério, nem os mais crédulos nem os mais espertos que dele pretendiam fazer bandeira (*Correio da Semana*, 23 de maio de 1951).

Compreende-se a partir do documento que Sobral não contava com uma efetiva rede de iluminação, discurso concordante com o do próprio Ildefonso. Além disso, apesar de o problema se arrastar há um certo tempo, não havia propostas efetivas para a concretização do projeto. Carecia a Igreja e a comunidade intelectual de uma bandeira para ser defendida até a levantada pelo vereador do PSD.

Destaca-se também o pessimismo em relação com a conjuntura nacional. É evidente a ausência de esperança com os efeitos do “Plano Salte”, lançado no mandato presidencial anterior por Eurico Gaspar Dutra. Destaca-se que este plano era baseado em proporcionar “saúde” e “alimentação” à população e melhorar a rede de “transporte” do Brasil, além de justamente efetivar uma rede de “energia” para o desenvolvimento do país. Sendo assim, o

plano proposto por Dutra foi inócuo em sua realização, ao menos para a cidade de Sobral, que não vislumbrou esses possíveis investimentos. Segundo Nelson Mello e Souza, “O Plano SALTE foi elaborado com deficiências graves em sua previsão financeira, e não relacionou o orçamento com sua aplicação, problemas técnicos enfrentados com relativo êxito no Plano de Obras” (SOUZA, 2012, p. 1672).

Sem o auxílio do Estado, a solução seria então a efetivação do projeto a partir de recursos próprios, o que seria possível apenas a partir de empréstimos promovidos pela própria população. A máscara de Aldo Ferrão demonstra “ampla simpatia” pela proposta de Ildefonso Cavalcante, sendo o jornal um espaço incentivador da coesão em prol da referida proposta,

Não podemos crer que a primeira iniciativa séria, com intuito de resolver o problema maximo de Sobral, seja relegada ao despreso (sic) e venha a morrer a categoria dos bons planos que nunca encontram meios de se concretizarem.

Que não falem as forlas e boas disposições ao autor do projeto, para levar a bom termo a luta em boa hora encetada.

Ponhamos parte todo e qualquer derrotismo, O povo recebeu com simpatia o plano tão bem elaborado e deseja vê-lo transformado em realidade. Si interesses de outra ordem não impedirem uma oportuna demonstração da modalidade de aplicação do empréstimo em vista, tudo indica que será completa sua vitória. (*Correio da Semana*, 23 de maio de 1951, p.1).

Segundo essa perspectiva, a alternativa de pedir um empréstimo de 6 milhões de cruzeiros dividida em 600.000 apólices era a única concreta apresentada até então. Não deveria haver derrotismo com esta proposta. Deveria haver união, pois o *povo*, personagem novamente evidenciado no projeto, é tratado como protagonista para a realização a empreitada.

As únicas ressalvas feitas pelo colunista eram em torno dos orçamentos para as obras que ainda não havia tido a exposição merecida. Sanadas essas dúvidas, “satisfeita a curiosidade do povo relativamente a estes quesitos a aquisição das Apolices excederia, de muito, às melhores expectativas” (*Correio da Semana*, 23 de maio de 1951, p.1). Como possível alternativa para que haja a pretensa união entre os diversos grupos políticos sobralenses, foi sugerida a formação de uma comissão, com representantes de vários setores da sociedade e da política sobralense. A aglutinação envolveria os diferentes grupos sociais, “Confiemos no esclarecimento dos vereadores, na generosidade dos pobres, no espírito de compreensão e cooperação dos ricos” (*idem*).

Pobre, povo, gente comum. A eles é relegada a missão de concretizar o projeto pensado e gestado pelas elites. Elites essas, cheias de rachaduras, de disputas de egos, que

acabam por dificultar a construção de seu projeto. Eram muitos os dilemas da modernidade (REZENDE, 1997, 121), um deles, talvez um dos mais sensíveis, era a incorporação da população não letrada nas lutas pelo progresso defendido pelas elites.

Voltando ao texto de Aldo Ferrão, a proposta é, ao longo do artigo, elogiada. Apesar de alguns questionamentos, ele se mostra favorável ao projeto, pedindo inclusive união da população e das classes dirigentes para combater os pessimistas e poder realizar e efetivar o projeto. Ildefonso Cavalcante não seria citado apenas neste texto.

O vereador Ildefonso Cavalcante, que hoje dá nome a uma das avenidas mais importantes da cidade, foi personagem central nas articulações em prol da construção do Comitê de Luz e Força. Isso, no entanto, não o isentou de sofrer oposição e críticas de outros setores da população sobralense. Ele era uma das lideranças do PSD na época, partido que ocupava papel de destaque na esfera estadual, com a eleição de Raul Barbosa no ano anterior.

Outros partidos mantinham influência na cidade. O PTB era liderado, nesse contexto por Francisco de Almeida Monte, o Chico Monte. Já a UDN estava órfã, desde o ano anterior, de seu grande líder regional, o Dr. José Saboya de Albuquerque, tendo seu genro, José Maria Mont'Alverne como grande líder regional desde então. Havia, dessa forma, disputas partidárias na cidade, que eram reflexos nas disputas pela *luz*.

A proposta de Ildefonso Cavalcante foi, em um primeiro momento, o ponto basilar para o desenvolvimento de críticas e alternativas políticas. No jornal *Correio da Semana*, aproveitando-se das críticas, iniciou-se um debate acerca da viabilidade da proposta.

Havia esperança do grupo intelectual autoproclamado “Comitê contra as Trevas” de conseguir efetivar a eletrificação da cidade de Sobral por outras vias. Havia intelectuais dispostos a participar das *práticas letradas* em prol da defesa de uma outra proposta, baseada na obtenção de energia através da Fábrica de Tecidos.

Em 9 de junho de 1951 é publicado um texto na coluna “ineditoriais”, com assinatura do “Comitê contra as trevas”, com o título “A proposito de uma carta aberta ao sr. Ildefonso Cavalcante”. Nela, há um processo de desconstrução de críticas realizadas por um “observador” que havia produzido um texto apologético à proposta do vereador pessedista. Infelizmente não obtive acesso a este texto também publicado no *Correio da Semana*, mas é perceptível, ao longo do artigo, que havia tensões dentro desse projeto intelectual para a efetivação da eletrificação. Segundo a narrativa do “Comitê”,

Ele (o observador) devia ter feito a carta mesmo fechada, pelo menos só o Sr. Ildefonso ficaria ciente de suas tolices e, ele, como recebeu grandes elogios, facilmente o perdoaria. Mas, nós outros não... Felizmente tanto há bons como há

mãos observadores. Este a que nos referimos está observando as cousa muito mal. O que a êle parece amor á cidade, interesse pelo progresso da terra, ao povo esclarecido, *bem observado* parece amor demasiado a seu partido, interesse mesquinho pela vitória de um vil capricho de seus chefes.
(*Correio da Semana*, 9 de junho de 1951, p.1)

Aparentemente, as questões partidárias ainda eram fundamentais para o panorama político sobralense em 1951. Certamente, o capital político associado à concretização do projeto possibilitaria um impulso ao grupo que liderasse tal realização da modernidade.

É digna de atenção a montagem do tal “Comitê”. Teoricamente, ele não faria parte de nenhum partido político. Na prática, era composto por clérigos e leigos católicos, com apelo intelectual, que mantinham o discurso de progresso em suas palavras. Na continuação do mesmo artigo, é demonstrada a ideia do Comitê,

Nós do Comitê Contra as Trevas (que só queremos da Fabrica, a LUZ – fator principal do progresso) lançamos o nosso PROTESTO, não pela bajulação que faz o fiel correligionário ao seu irmão <<idealista>>, mas pela afronta que fez aos <<Sobralenses desejosos do bem de sua terra>> que se pronunciaram galhardamente – pela voz deste Comitê, contra a aplicação utópica do tal empréstimo, e em favor da LUZ DA FABRICA – muito mais concreta, muito mais viável e muito mais realizável em muito menor espaço de tempo do que qualquer outra.
(*Correio da Semana*, 9 de junho de 1951, p.1)

Ou seja, há concordância entre os dois grupos que a “luz” é o principal fato de progresso para o desenvolvimento da cidade. Entretanto, as propostas para a concretização da rede elétrica da cidade são antagônicas. Enquanto uma se baseava em altos investimentos oriundos de um grande empréstimo sustentado pela própria população, o outro buscava aproveitar a energia oriunda da Fábrica de Tecidos de Sobral para alcançar o mesmo objetivo. Dessa forma, havia uma proposta arrojada e arriscada em contraposição a uma proposta conservadora. A defesa da proposta conservadora pelo “Comitê” é bem entusiástica,

[...] Mas o caso da luz e do Dr. Idefonso é outro muito diferente. Pois a LUZ já existe. Se por acaso não houvesse aqui quem nos podesse [sic] fornecer Luz, era o geito esperarmos por outra, isto é, pela execução do malfadado projeto. A LUZ, porém, já possuímos SOBRAL JÁ POSSUE A FONTE SUFICIENTE PARA SE SERVIR DE ENERGIA ELETRICA ABUNDATEMENTE, APENAS NÃO USA DELA PORQUE A PREFEITURA AINDA NÃO QUIS – AINDA NÃO DISSE AONDE DEVE SER LIGADA.
Ass. O Comitê Contra as Trevas
(*Correio da Semana*, 9 de junho de 1951, p.1)

O ponto central seria então a boa vontade política da prefeitura para a concretização da alternativa baseada na Fábrica. Como é perceptível no texto do “Comitê Contra as Trevas”, qualquer opositor ao projeto modernizador baseado na utilização da energia já existente da

cidade deveria ser combatido. Qualquer incentivador, protegido. Há um grande apelo pelo entusiasmo em concretizar a eletrificação da cidade. Isso sem poupar a prefeitura da cidade, na época administrada por Antônio Frota Cavalcante, eleito pelo PSD e que tomava posse naquele mesmo ano.

Ildefonso Cavalcante era elogiado mesmo no texto de seu “observador”. Era personagem central nas batalhas pela luz. Trazia consigo a possibilidade de conquistas políticas por conta de seu cargo como vereador e, de fato, não se omitiu das disputas dentro das *práticas letradas*.

Em 20 de junho é publicada na coluna “Ineditoriais” um texto do Padre Tibúrcio de Paula, presidente do “Comitê”. É um extenso artigo criticando a proposta de Ildefonso Cavalcante, afirmando que a proposta não atenderia a cidade toda, “a não ser que se procure solucionar em parte e demoradamente, quando não deve ser esse o caminho a trilhar”. Segundo o clérigo,

Se o Projeto do Sr. Ildefonso Cavalcante tivesse sido elaborado por alguém possuído unicamente do desejo de vê o progresso da terra, não envolvendo caprichos ou mágoas políticas, haveria por certo procurado solucionar o caso do modo mais viável e rápido e teria assim recebido o nosso irrestrito apoio, porque não somos contra a Luz, e sim contra os processos morosos, que somente delongam e dificultam.

(*Correio da Semana*, 10 de junho de 1951, p.1)

Deveria haver uma solução rápida e prática. A passagem do tempo aqui se esvai em velocidade vertiginosa. Novas possibilidades surgem como alternativas ao progresso e ao moderno. As ideias de futuro se sucedem, formando novas temporalidades. Como afirma Reinarth Koselleck,

Os fatos históricos do passado, assim como os do futuro, são possibilidades realizadas ou por se realizar, possibilidades que excluem uma necessidade obrigatória. Apesar de toda possibilidade de justificativa causal, os fatos permanecem contingentes, surgem no espaço da liberdade humana. Sob esse aspecto, o futuro passado, assim com o futuro em devir, são sempre frutos do acaso. (KOSELLECK, 2006, p. 158 e 159)

As batalhas aqui, dessa forma, não eram apenas pela simples realização da proposta de eletrificação da cidade. Eram, muito mais que isso, ligadas a um ideal de concretização de *progresso*, de *modernidade*, de *futuro*. Apresentadas as propostas, elas seriam defendidas incansavelmente para não se transformarem em “*futuro passado*”.

As *práticas letradas* não ficariam sem respostas. Em 23 de junho é publicada no *Correio da Semana*, uma “Carta do Vereador Ildefonso Cavalcante, dirigida ao Diretor desta Folha”. Nela, o vereador busca esclarecer algumas das disputas discursivas erigidas até então, com destaque para a resposta ao próprio “Comitê”. Ildefonso esclarece que a sua escrita se baseia em responder à carta escrita por intelectuais, ligados ao “Comitê Contra as Trevas”, Gerardo Rodrigues, Gaudencio Napoleão, José Donato Filho, Luiz Gonzaga Prado e José da Mata. Busca desassociar suas ações de uma prática motivada por “caprichos ou mágoas políticas”, conceituações que seus adversários o atribuíam. Segundo ele, “Minha maior preocupação é estudar a possibilidade e viabilidade para um levantamento de um credito para a realização do magno problema de luz, questão que tanto interesse vem despertando na coletividade, após o meu projeto” (*Correio da Semana*, 23 de junho de 1951, p.1).

O tom ameno da fala de Ildefonso, rebatendo as palavras dos contrários à sua proposta, com destaque para o “Comitê”, denota uma estratégia de busca de coesão. Ildefonso deixa claro na carta publicada que seu projeto já havia sido esclarecido em diferentes momentos e satisfazia os interesses de quem os presenciava.

Percebe-se, pela fala de Ildefonso, o esforço em expor discursivamente uma vontade coletiva maior que as realizações pessoais, desconstruindo assim as críticas ao seu projeto por demonstrar que seria maior que acusações *ad hominem*. É uma visão que aparentemente busca descolar a imagem de Ildefonso do projeto de eletrificação da cidade, ao mesmo tempo que constrói a importância do próprio projeto para Sobral. Ou seja, ao negar sua importância em seu discurso, o vereador consegue erigir uma versão em que é fundamental para um projeto modernizador da cidade. É uma máscara, na perspectiva em que *Gumbrecht* (1998) desenvolve.

A mobilização ganha reverberações em estâncias políticas municipais e estaduais. Através da influência da Igreja e de *lobbys* políticos, os representantes do poder público apressam-se em responder à demanda proposta no *Correio da Semana* a fim de demonstrar sua interação com a pauta proposta. O prefeito da época, Antônio Frota Cavalcante dá explicações ao jornal em 9 de junho de 1951.

A matéria versa sobre a ida do prefeito à Fortaleza, capital do Ceará, com o intuito de viabilizar a concretização do empréstimo para realizar a proposta de Ildefonso Cavalcante. Segundo a matéria, “Que o Sr. Governador ao recebê-lo e inteirar-se do motivo que ali á levava, revelou a melhor disposição envidar os melhores esforços para que dentro do mais breve tempo fossem satisfeitas as aspirações do povo sobralense” (*Correio da Semana*, 9 de junho de 1951, p.1).

A narrativa nos revela o interesse do prefeito em levar esta proposta ao Governador e, segundo a versão do mandatário municipal, havia reciprocidade no interesse de Raul Barbosa em concretizar o empréstimo e realizar a obra. Destaca-se que tanto Ildefonso Cavalcante, quanto Antônio Frota e Raul Barbosa eram do mesmo partido político, o PSD. O empréstimo é tratado como única alternativa para a concretização da obra, “Dizendo-nos o Snr. Prefeito que só com a obtenção do aludido emprestimo só poderia tentar qualquer iniciativa para tão aspirado problemas [...]” (*idem*). Esta narrativa evidencia a defesa da proposta e de sua noção de futuro para a modernidade sobralense.

O texto busca uma narrativa dos fatos em que são evidenciadas as ações do prefeito municipal em prol da concretização “do mais palpitante assunto”. É um discurso que faz apologia às ações do prefeito, talvez com a prerrogativa de motivá-lo a continuar na luta pela efetivação da pauta proposta. Não cita a proposta do “Comitê contra as Trevas”, deixando como protagonista a proposta de Ildefonso Cavalcante e seu consequente empréstimo.

É notável que estrategicamente o problema é passado adiante, para as mãos do Governador do Estado, Raul Barbosa. Se realizado o empréstimo por parte do Governo do Estado haveria condições de efetivação da importante obra. Do contrário, certamente isso não seria possível.

A proposta do “Comitê” não havia sido abandonada. O mesmo caminho foi seguido, o de buscar diálogo e apoio do Governador do Estado. A estratégia do “Comitê contra as Trevas” passa a ser a de pressionar o próprio Raul Barbosa, a fim de alcançar seu grande objetivo. A intelectualidade por trás do movimento encaminha, dessa forma, um telegrama ao governador do estado, reproduzido publicamente no próprio Correio da Semana. Além de manter as relações que objetivavam a concretização da eletrificação da cidade, a publicação funcionava como elemento de propaganda do próprio “Comitê”. Segundo a reprodução,

Telegrama dirigido ao Exmo. Snr. Governador do Estado pelo Comitê pro-luz de Sobral

Exmo. Governador do Estado
Palácio da Luz
Fortaleza

Conhecedor maximo empenho vossencia resolver inadiavel problema luz Sobral vg Comitê Pro Luz constituido todas as classes sem quaisquer distinções fim criar melhor entendimento vg vem encarecidamente pedir preciosa contribuição vossencia para que seja aceita colaboração Fabrica de Tecidos único meio solucionar conveniente urgência premente problema pt Mesa redonda promovida hoje assistencia Exmo. Senhor/Bispo e com nossa participação alvitrou Comparecimento Prefeito Municipal e Snr. Oriano Mendes atual conssecionario perante Governador de quem sobralenses confiantes aguardam sabia decisão.

Respeitosamente

Mons. Fortunato Linhares
 Pe. Tiburcio de Paula – Presidente Comitê
 Eduardo Sanford
 Francisco Cavalcante Lopes
 José Aguiar Frota
 Seguem a estes mais 44 signatarios
 (*Correio da Semana*, 26 de junho de 1951, p.1)

Destaca-se a insistência na ideia da Fábrica de Tecidos. A alternativa era pedir a aceitação da colaboração da Fábrica para a solução rápida do conflito. Aparentemente, essa era uma das principais justificativas do movimento pró utilização da fábrica, a de solucionar emergencialmente a questão da “luz”. O progresso não poderia esperar. A perspectiva de futuro precisava ser construída rapidamente.

Dos cinco signatários evidenciados há dois clérigos, Monsenhor Fortunato Linhares e o Padre Tibúrcio de Paula, que é apresentado como Presidente do Comitê. Ou seja, junto à intelectualidade laica e homens ligados a cargos públicos da cidade, como Eduardo Sanford, Francisco Cavalcante Lopes, José Aguiar Frota e o próprio Ildefonso Cavalcante, havia presença e até liderança por parte dos clérigos sobralenses, indicando a grande participação da Igreja nas *práticas letradas* da cidade.

A reprodução do telegrama acima citado é usada apenas como elemento discursivo de propaganda do movimento, haja vista que a resposta do Governador é publicada na mesma edição. Segundo esta resposta,

Resposta do Exmo. Snr. Governador do Estado ao Presidente de Honra do Comitê Revmo. Mons. Fortunato Linhares

Mons. Fortunato Linhares
 Sobral.

De Fortaleza-Ce. Comunico presado amigo demais signatários telegrama dia 18 sobre situação problema luz essa cidade que Governo Estado esta examinando maior interesse assunto fim ir ao encontro reais necessidades povo sobralense pt Cds sds.

RAUL BARBOSA Gov.Estado

(*Correio da Semana*, 26 de junho de 1951, p.1)

A resposta do governador é genérica. Não nega ou defende nenhuma das propostas. Funciona apenas para ganhar tempo para uma resposta concreta sobre o auxílio para a efetivação do projeto que possibilitaria a eletrificação, escolhendo assim a melhor possibilidade de construção de ideal de *progresso* para seus ideais políticos. Raul Barbosa pode ser compreendido como um componente dos produtores de *práticas letradas* sobre o tema, buscando alargar seu capital político.

A produção escrita não cessa. É constante nas páginas do *Correio da Semana*. Em 28 de julho de 1951, por exemplo, há outro texto associativo à proposta de aproveitamento da

energia da Fábrica de Tecidos. Com o título “Nas mãos do povo”, o artigo assinado por “A.V.”, outro pseudônimo que funcionou como *máscara* na elaboração das *práticas letradas*, o autor do artigo reflete sobre as dificuldades impostas à concretização do projeto defendido pelo “Comitê contra as Trevas”. Segundo ele,

Se o mundo – este velho teatro de exibições variadas – fosse guiada pela vontade como um carreiro faz com o seu carro de bois, usando apenas o grito e uma vara, não haveria, realmente, nenhuma dificuldade para se conseguir aquele aproveitamento, mas, como, contrariamente, ele marcha à mercê de um emaranhado e inefável sistema de complexos, que produzem e ao seu organismo os poderes antagônicos; eis que se torna difícil e quazi impossível o tão falado aproveitamento da energia da fábrica para iluminação pública.
(*Correio da Semana*, 28 de julho de 1951, p.1)

O pessimismo em torno da solução do projeto é associado às questões de ordens “complexas”, de ordem política... A realização do antigo projeto modernizador da cidade estava estagnada por conta das disputas que seriam associadas ao grupo político que alcançaria a possibilidade meritocrática de tal concretização. Realizar o progresso, *fazer* o futuro, seriam condições essenciais para a obtenção de *capital político* que, sensivelmente, era o principal ponto norteador para estas batalhas pela “luz”.

Um elemento poderia ser utilizado para desequilibrar a balança para um lado ou outro nesta disputa. Em política, esse elemento é o “povo”. Se a população abraçasse uma das ideias de realização de futuro, haveria condições de ser aclamada uma das propostas. É o que deixa entender o próprio artigo analisado,

O povo desconhece, com certeza, os intentos da Prefeitura como desconhece, também a sua ação desenvolvida no sentido de conseguir algo e esse respeito, pois de fato já vinha sondando a disposição dos dirigentes da Fábrica de Tecidos, sem encontrar da parte deles o eco tão desejado pelos sobralenses – instalação rápida, custeada pela própria fabrica ou por quem a isso desejasse se responsabilizar, em vista da impossibilidade de fazer, a Municipalidade, com os seus próprios recursos. É certo que a Fábrica de Tecidos, conforme sua resposta ao ofício da Prefeitura não se propõe a realizar a distribuição de energia diretamente ao consumidor, mas sim fornece à Prefeitura ou a qualquer outra empresa que se encarrega do serviço.
(*Correio da Semana*, 28 de julho de 1951, p.1)

A má vontade política é expressa pelo texto, de forma redundante, como estratégia de exposição dos governantes, em especial o prefeito, com objetivo de pressioná-lo para uma resolução do conflito. A Fábrica de Tecidos é apresentada como solução rápida dos problemas. Por isso houve a estratégia de expor que o povo desconhecisse os reais motivos da não realização do projeto pela prefeitura. Havia rachaduras nos interessados pela eletrificação da cidade.

É feita uma alusão a uma carta publicada no mesmo jornal em 18 de julho onde os diretores da Fábrica, Carlos Ernesto Sabóia de Albuquerque e José Maria Mont'Alverne, esclarecem da possibilidade concreta de fornecer energia para a cidade, pois, “Dispõe esta Companhia de uma Usina termo-eletrica, recentemente instalada, a qual já foi projetada prevendo a possibilidade de fornecimento de energia a Sobral” (*Correio da Semana*, 18 de julho de 1951). Na continuidade da carta, foram respondidas várias pautas que evidenciam a possibilidade concreta de fornecimento de energia por parte da Fábrica de Tecidos.

Entretanto, a fragmentação política prejudicava a articulação. A alternativa, certamente, seria a união em prol de uma proposta. Todavia, quem em Sobral tinha condições de liderar um processo de aglutinação em direção a um objetivo? Um dos grandes chefes políticos de Sobral, o Deputado Federal Francisco de Almeida Monte, manteve-se em cima do muro nesses embates, inclinando-se um pouco mais para a proposta ligada à Fábrica de Tecidos, afirmando que,

“estando inteiramente alheio a tudo, nenhuma opinião poderia emitir, pois nem mesmo o projeto do vereador Ildefonso conhecia nos seus detalhes. Entretanto, estou com o povo [...] já que a Prefeitura não pode montar uma Empresa própria que se aproveite a energia da Fábrica de Tecidos <<Sobral>> é esta a minha opinião” (*Correio da Semana*, 16 de junho de 1951, p.1).

É notável que o elemento “povo” novamente é usado como recurso discursivo para justificar as ações da elite política sobralense. Na mesma edição é publicado um outro texto, com o título de “Mais um importante Memorial dirigido ao Sr. Prefeito Municipal” assinado por doze pessoas pertencentes para oficinas mecânicas, elétricas e radiotécnicas. Certamente mais um elemento apelativo ao pressuposto do povo comum para realizar o objetivo. Entretanto, mesmo com tais recursos e repertórios, não era Chico Monte o homem a buscar aglutinar ideais para a concretização da obra.

Talvez apenas um sujeito reunia condições. Dessa forma, além da já notável participação do clero, Dom José Tupinambá da Frota, um dos principais atores políticos da cidade, resolve adentrar ao campo de batalha das *práticas letradas*. Em 28 de julho de 1951 é publicado um texto do Bispo no *Correio da Semana*. Nele, Dom José busca consolidar sua imagem de aglutinador, possibilitando assim, sob liderança do grande chefe da Igreja na época, a marcha para uma perspectiva de progresso que em muito se distanciava do conservadorismo de outrora. Segundo Dom José,

A questão de iluminação pública tem despertado em todas as classes sociais o mais vivo interesse, porquanto todos compreendem que se trata de condição indispensável para o progresso da cidade e o desenvolvimento de indústrias.

Depois de uma fase de incompreensões de desconfianças e desfalecimentos, surgiu uma nova etapa que assinalará movimentos capazes de apressar a solução do crucial problema.

Creio prezados concidadãos, poder dā-mer-vos (sic) que vão cahindo dia a dia os preconceitos, as objeções, os temores e os malentendidos, ficando o campo limpo para o estudo e as discussões serenas entre todos os elementos sociais, capazes de preparar em ritmo acelerado o advento de uma nova vida para nossa querida cidade que esta a exigir de todos nossos conterrâneos a conjugação de todos os seus melhores esforços tendentes a solução não só do problema da luz como também do abastecimento da água, da instalação de telefones, hotéis e outros melhoramentos imprescindíveis para o bem estar coletivo.

Tenho trocado ideias sobre o assunto não só com o Prefeito Municipal como ainda com vários elementos mal destaque na nossa cidade e folgo mensamente em declarar que reinam a melhor vontade, harmonias de vista e a decisão de levar a bom termo no menor tempo essa jornada gloriosa que culminará na mais esplêndida iluminação pública, para gualdia e ufania dos sobralenses.

Eia pois conterrâneos mostremos quanto podem a união de vistas a conjugação de esforços e sobre tudo a firme vontade de vencer e progredir.

É esta a mensagem alviçareira que o meu coração de sobralense manda que eu vos dirija, e o fato na absoluta certeza de que estamos muito próximo da vitória da causa que atualmente nos empolga (sic).

Sobral 26 de Junho de 1951

José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral
(*Correio da Semana*, 26 de junho de 1951, p.1)

É explícito que a “Mensagem” escrita por Dom José Tupinambá da Frota tinha por trás de si o objetivo de concretizar uma aliança em prol da modernização da cidade. Unir diferentes segmentos da sociedade em torno de uma possibilidade de progresso, erigindo assim uma versão comum de futuro para todos. O diálogo com a classe política demonstra o caminho de relações de poder em que o bispo estava envolvido. Ele não estava, de forma alguma, à parte das negociações e embates que davam forma à cidade. Mostrava-se, apesar da idade, personagem ativo nas interferências políticas.

Além disso, o discurso do bispo era sustentando em sentimento intenso de valorização da cidade, associado a um sentimento quase que “nacionalista”, “ufanista”. Algo próximo ao sentimento pátrio que alguns autores associam a Sobral como sentimento de “Sobralidade” ou “Sobralização”¹⁴.

O “Comitê contra as Trevas”, nomeado de forma oficial como “Comitê Pró-Luz”, representava essa perspectiva de união pregada por Dom José. Tinha entre seus membros o Dr. Guarani Mont’Alverne, João Ribeiro Ramos, Monsenhor Fortunato Linhares, Padre Tibúrcio Gonçalves de Paula e Cezario Barreto Lima. Ou seja, tinha membros de vários grupos políticos da cidade que uniam forças naquele momento pela alternativa modernizadora

¹⁴ O conceito de “Sobralidade” remete a discursos que buscam construir a ideia de Sobral como modelo de cidade e de cultura a ser seguido. O conceito é construído por Parsifal Barroso em seu livro “O Cearense” (1969) e discutido por Nilson Almino em “Sobral: Opulência e Tradição” (2000).

da Fábrica de Tecidos como fornecedora de eletricidade à cidade. Tal grupo se direcionava, segundo sua convenção, para “fazer de viva o que prometemos ao povo [...] na solução do momentoso problema com o objetivo de encaminhar a opinião publica a uma diretriz única acertada” (*Correio da Semana*, 16 de junho de 1951, p.1).

Em 30 de julho é concretizada a decisão. A eletrificação ocorreria através da Fábrica de Tecidos, publicada concorrência no Diário Oficial de nº 5189. Compuseram a comissão julgadora o próprio bispo, Dom José, o prefeito, Jacyntho Antunes e o sr. Pedro Mendes Carneiro (*Correio da Semana*, 3 de outubro de 1951, p.1). A construção de uma proposta de futuro havia sido escolhida. Caberia agora lutar para concretizá-la.

Mesmo com esta concorrência em andamento, o problema não é solucionado. A campanha ganha forma nos meses seguintes. Intensifica-se. É incentivada pelo clero e pelo jornal. Em 7 de novembro é fundado o Comitê Feminino Pró-Luz, contando com senhoras componentes de diferentes núcleos sociais de Sobral (*Correio da Semana*, 7 de novembro de 1951, p.1). No mesmo mês, Dom José publica uma mensagem de agradecimento ao comitê no jornal diocesano, com o título “Excmo. Sr. Bispo dirige ao COMITE FEMININO PRO-LUZ a seguinte Mensagem de agradecimento” (*Correio da Semana*, 21 de novembro de 1951, p.1). Em tal mensagem há a evidência da aglutinação da população sobralense em prol da resolução da questão.

Mensagens conclamando o povo à participação popular ganham as páginas do jornal. Títulos como “O Povo aguarda ansiosamente a solução do caso da Luz”, onde é destacada, novamente, a proposta da Fábrica de Tecidos, ao afirmar que,

A Prefeitura não mais poderá alegar o fator PREÇO, uma vez que a Fabrica propõe uma tarifa mais modica do que a SIEMENS, sobre isentar a Municipalidade do ônus de um pesado empréstimo e oferecer ainda um potencial as vezes superior, com ampla margem para nosso desenvolvimento industrial.
(*Correio da Semana*, 17 de novembro de 1951, p.1)

Há indicações de mobilizações políticas e sociais. Em 21 de novembro há a reprodução de telegrama do Governador Raul Barbosa, autorizando o deslocamento de técnicos para Sobral com o intuito de examinarem as condições para a realização da rede (*Correio da Semana*, 21 de novembro de 1951). Na semana seguinte é exposta a realização de “Mais um sensacional comício Pro-luz”, liderada pelos membros do “Comitê”, contando com destacamento policial para “observar” as movimentações (*Correio da Semana*, 28 de novembro de 1951, p.1).

Um dos últimos esforços se dá em 5 de dezembro de 1951, quando é apresentada uma notícia com o título “Mais uma demonstração de boa vontade do povo para solucionar o CASO DA LUZ”. Na verdade, o teor do texto se baseia na proposta de Cesário Barreto, membro do “Comitê pró-Luz”, de tornar a exploração de energia de Sobral uma sociedade mista, a fim de realizar a divisão de ônus e bônus entre a Prefeitura de Sobral e a iniciativa privada.

Esforços são demonstrados nas *práticas letradas* com o intuito de enunciarem uma construção de mobilização em torno da realização da demanda da eletrificação da cidade. Aqui, as *práticas letradas* funcionam como armas para a concretização de uma noção de *progresso* e de *futuro*.

2.3 “SOBRAL COMO CIDADE PROGRESSISTA”: ENTRE PLANOS, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES DE SOBRAL

O MAPA

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...

(É nem que fosse o meu corpo!)

Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...

Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuance de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)

Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso

Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)

E talvez de meu repouso...
(MÁRIO QUINTANA, 2008, p. 157)

A cidade vista por cima, em uma perspectiva panóptica, dá-nos a (falsa) impressão de posse da cidade. É, como dizia Michel de Certeau, “o mesmo que ser arrebatado até ao domínio da cidade” (CERTEAU, 2009, p. 158). É um domínio erótico, sedutor, que entorpece mentes que objetivam estudar e compreender uma urbe.

Entretanto, como transparece Mário Quintana, na poesia acima, não é possível conhecer todas as ruas de uma cidade. Não a dominamos. Não se conhece todas as suas práticas. Devido a isso também, a utilização dos mapas (no caso desta pesquisa, de alguns que revelam os projetos de eletrificação da cidade) devam ser tratados não como o *real*, mas como *representações do real*. Segundo a Professora Sandra Jatahi Pesavento,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2012, p. 39).

Os mapas são, dessa forma, matrizes geradoras que explicam o real. São discursos. Contêm em si seletividades. Revelam, através de sua feitura, pontos de vista, perspectivas, que permitem perceber as interpretações de seus autores sobre a cidade. Trazem em si, também, dados que podem dar nuances sobre as problemáticas e seletividades dos projetos em que versam. Os mapas aqui trabalhados nas páginas a seguir serão problematizados nessa perspectiva.

Voltando à análise sobre o processo de eletrificação de Sobral e sua relação com a noção de *progresso*, o desfecho do caso da “luz” foi a eletrificação da cidade a partir da proposta de utilização da energia produzida na Fábrica de Tecidos. Entretanto, a concretização da rede elétrica para a cidade demorou ao menos mais um ano. Em 28 de novembro de 1952 é publicada a seguinte notícia,

Chegaram os transformadores da Companhia de Luz de Sobral

A Companhia Luz e força de Sobral acaba de receber os transformadores de que estava dependendo a instalação da iluminação definitiva da cidade e que será fornecida pela potente usina de energia da Fábrica Sobral.

Deste modo, dentro de poucos dias teremos iluminação e energia eficientes tanto noturna como diurna o que muito vem contribuir para o maior progresso de nossa terra.

(*Correio da Semana*, 28 de novembro de 1952, p.1)

A chegada dos transformadores coincide com a elaboração do “Projeto das Redes Primárias e Secundárias de Distribuição de Energia Elétrica da Cidade de Sobral”. Este detalhado projeto está preservado no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), arquivo ligado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Consta de um livro, com diversos anexos, produzido pela “TH. Marinho de Andrade Construtora S.A.”, tendo como cliente a “CIA Industrial Luz e Força de Sobral”.

É uma documentação que consiste em dados técnicos, acompanhados de algumas justificativas, expondo como se daria a execução da obra, onde seria ofertada energia elétrica, e quais os componentes materiais, técnicos e tecnológicos que seriam utilizados para a viabilização de tal empreitada.

Segundo a justificativa apresentada no projeto,

Sobral, como cidade progressista, não poderá ficar prêsa a um sistema limitado de distribuição de energia elétrica para atender tão somente as condições atuais de demanda ou a potência atual instalada na Central Elétrica Dr. José Sabóia. Assim, concebemos uma solução elástica e de grande margem de ampliação, quer para a rede quer para a usina. (Projeto das redes primária e secundária de distribuição de energia elétrica da cidade de Sobral, p. 7)

Sobral, como a premissa modernizadora em tona pedia, era apresentada como uma “cidade progressista”, onde o ideal de progresso e modernidade não deveria ficar preso às limitações de ordem técnicas. Dessa forma, os investimentos se justificariam para possibilitar para a cidade condições de desenvolvimento que alimentassem e saciassem os desejos de sua elite intelectual.

O senso de “andar para frente”, de dar um tom de “evolução” (ou crescimento) à cidade são inerentes ao discurso modernizador assumido pela empresa, que segue a linha das *práticas letradas* publicadas no *Correio da Semana* ao longo da campanha pró luz e força na cidade. Dessa forma, a noção e a defesa do progresso se completam na possibilidade de se realizarem nas mãos de seus idealizadores. É uma premissa na linha pensada por Zygmunt Bauman,

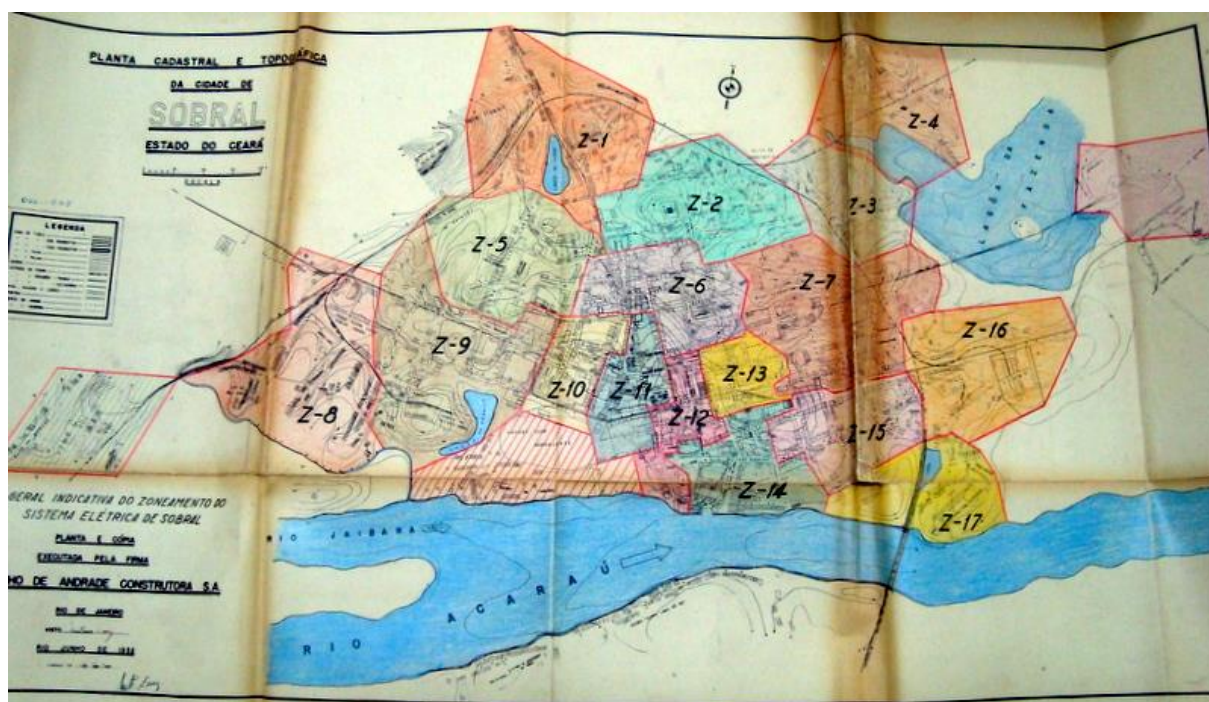
Esta é a questão: o “progresso” não representa qualquer qualidade da história, mas a *autoconfiança do presente*. O sentido mais profundo, talvez único, do progresso é feito de duas crenças interrelacionadas - de que “o tempo está do nosso lado”, e de que “somos nós que fazemos acontecer”. As duas crenças vivem juntas e morrem juntas - e continuarão a viver enquanto o poder de fazer com que as coisas aconteçam encontrar sua corroboração diária nos feitos das pessoas que as professam. (BAUMAN, 2001, p. 166).

Essa corroboração diária a que Bauman se refere é percebida em Sobral na tentativa de superação de empecilhos para a concretização do progresso. Mas que empecilhos seriam esses que justificavam os esforços em pleitear investimentos em busca do progresso? A continuidade da justificativa do “Projeto das Redes de distribuição de energia elétrica” esclarece o porquê de tais esforços. A questão era a *localização da usina*,

A localização da usina ante a área da cidade a ser servida pela rede não é das mais privilegiadas e se levarmos em conta o centro de gravidade de carga muito deixa a desejar, embora possamos declarar que não é fator primordial, entre limites, a localização da usina em relação a cidade e ao centro de carga, muito embora certa economia possa ser obtida em face a uma localização conveniente, diminuindo o número de transformadores e a perda em transmissão (vide planta geral).
(Projeto das redes primária e secundária de distribuição de energia elétrica da cidade de Sobral, p. 7)

Segundo a argumentação da empresa responsável pela obra, mesmo não sendo o fator primordial, uma localização privilegiada possibilitaria uma maior economia e uma maior potencialidade técnica. Entretanto, como já foi abordado neste texto, a proposta de ser efetivada a distribuição a partir da Fábrica de Tecidos foi vitoriosa. As questões técnicas apresentadas ficam claras na Planta Geral, também disponível na documentação.

Figura 2 - Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral

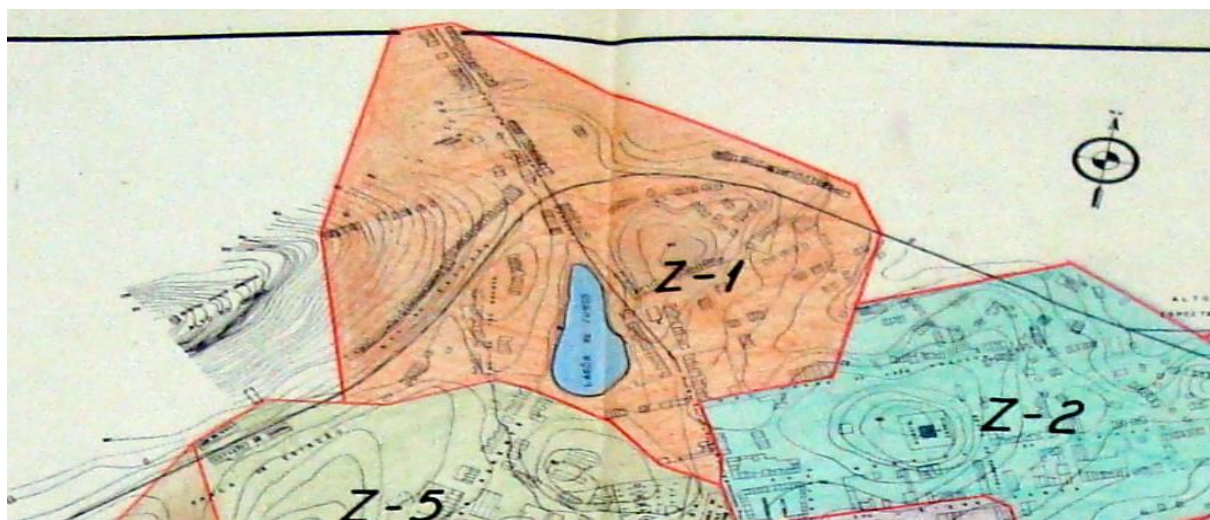


Fonte: NEDHIS, 2017.

Reitera-se que uma planta como essa acima e as demais que se apresentarão neste tópico são compreendidas antes de tudo como uma perspectiva de *representação do real*. Ou seja, ela é produzida a partir de um processo que envolve objetivos, escolhas, seletividades. É como cita Pesavento, “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2012, p. 40).

A partir da consciência desse processo de seleção, observa-se que Sobral foi subdividida em dezessete zonas para o processo de eletrificação, deixando zonas sem acesso ao “progresso” tantas vezes proclamado. Estas zonas, com início de contagem da parte superior da planta, findando-se na extremidade direita inferior, corresponde basicamente ao que hoje é o Centro de Sobral. Que Sobral era essa de 1952? Ou melhor, será que a Sobral escolhida para ser eletrificada era apenas o fragmento hoje considerado como centro da cidade? Que “cidade progressista” era a defendida pelo plano de eletrificação? Utiliza-se agora destaques da planta para sustentar as próximas problematizações.

Figura 3 - Destaque 1 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral



Fonte: NEDHIS, 2017.

Figura 4 - Destaque 2 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral



Fonte: NEDHIS, 2017.

A partir das duas partes destacadas da Planta, é perceptível que a “Sobral Progressista” era uma cidade excludente. O progresso e a modernidade não eram conceitos para todos. No destaque 1, apesar do “Alto do Cristo”, importante bairro da cidade, estar próximo das Zonas 1 e 5, ele não é completamente contemplado pela oferta de energia elétrica. O projeto excluía grande parte do interior do bairro, sendo beneficiadas apenas construções periféricas, próximas ao Centro da Cidade.

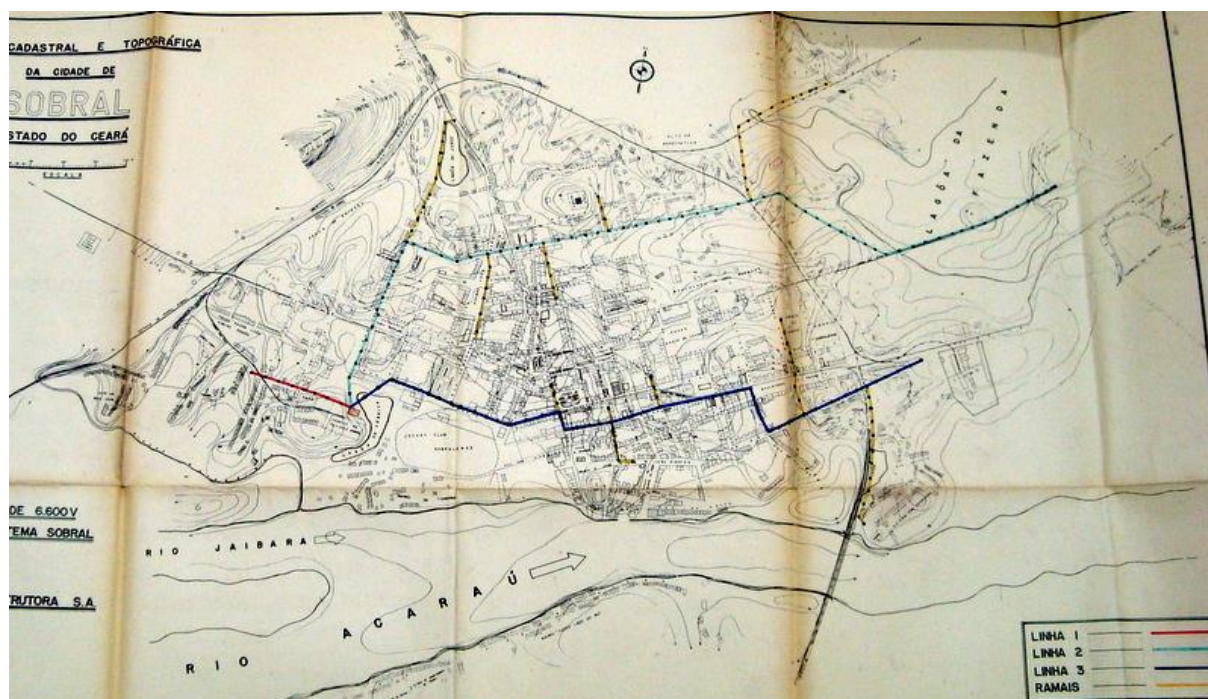
No destaque 2, apesar da grande quantidade de construções que margeavam o lado direito do Rio Acaraú, compondo o que hoje é nomeado como Bairro Dom Expedito, não há nenhum sinal de proposta de extensão do zoneamento de energia. Talvez mais contraditório que estes dois exemplos seja o exemplo do território correspondente hoje ao Bairro do Tamarindo e parte do Centro da Cidade.

O território a que me refiro está no centro da imagem do “destaque 2”, fica atrás da “Lagoa da Fábrica”, ou seja, bem próximo à usina responsável pela produção de energia. É uma área hachurada, abaixo das zonas 9, 10 e 11 e ao lado da 12. É notável, a partir da leitura atenta da planta e sua representação acerca do mapa de Sobral da época, que havia uma

grande quantidade de construções próximas à margem esquerda do Rio Acaraú, que não contavam no projeto com o acesso ao sonho progressista de acesso à energia elétrica.

Não há justificativas técnicas apresentadas na obra para esse processo de exclusão. Aparentemente, a questão econômico/social era essencial para definir os rumos do progresso e da modernização na cidade. Sobral seria modernizada, mas em uma perspectiva que agradaria parcelas da sociedade em detrimento de outras. O “povo”, usado como recurso retórico em muitos dos textos do *Correio da Semana* em busca da defesa poderia ser excluído como desejassem os realizadores da eletrificação da cidade. A elite, principalmente a católica, seria contemplada. Percebe-se essa possibilidade de privilégio ao ser analisada a planta da rede de 6.600 V e os respectivos postes a serem instalados.

Figura 5- Planta Indicativa da Rede de 6.600V e Posteação de Alta do Sistema Sobral – 1952



Fonte: NEDHIS, 2017.

Havia três linhas segundo o projeto. A Linha 1, em vermelho, que ligaria a Usina até as proximidades da Santa Casa. A Linha 3, em azul escuro, que partia da Usina até as proximidades da Companhia Industrial de Algodão e Óleo – CIDAO. E, mais interessante para nossas análises, a Linha 2, em azul claro, que partia do mesmo ponto, cortava a cidade pelas proximidades do Patrocínio e do Mercado Público, pela atual Rua Cel. Diogo Gomes, e

indo, já fora de uma área urbana, até o Seminário Diocesano, atravessando assim a Lagoa da Fazenda.

Ora, assim sendo, mesmo não sendo parte de nenhuma Zona de Distribuição, o Seminário teria a rede de energia ofertada. A distância e o esforço logístico para realizar tal empreitada é incomparavelmente mais complexo do que os esforços que seriam necessários para levar a energia as casas do próprio centro que foram excluídas ou até mesmo as casas da margem direita do Rio Acaraú, atual bairro Dom Expedito.

Ou seja, a Igreja Católica, uma das maiores apoiadoras do processo de modernização da cidade aliada à perspectiva de progresso, receberia, em uma propriedade sua, em uma área distante da cidade, a energia elétrica, enquanto o “povo”, usado pelos intelectuais que realizavam as *práticas letradas* nos jornais como elemento retórico, tinham a eles negligenciado este grande agente modernizador.

Tal esforço, para a Igreja, era facilmente justificável. O Seminário São José era considerado uma das grandes realizações do Bispo Dom José Tupinambá da Frota na cidade. É explícita essa atenção a partir de uma edição comemorativa do *Correio da Semana*, em 1951. Nele, dois textos são publicados em apologia a tal obra, então distante da zona urbana da cidade. O primeiro, faz um texto de narrativa histórica, com o título a “Fundação do Seminário”, associando sempre a figura do Bispo as benfeitorias da cidade. O texto seguinte nos interessa mais.

Tem como título “O Prédio do Seminário”, o texto versa sobre a utilização do prédio, desde maio de 1925, quando a sede da formação de novos padres foi transferida do antigo Palácio Episcopal (hoje onde funciona o Colégio Sant’Ana),

[...]para o aprazível bairro que, de então, passou a chamar-se <<Betânia>>. Modesta casa de campo que ali existia primitivamente foi transformada em edifício capaz de modo satisfatório ao novo estabelecimento. Concluídos os primeiros trabalhos de construção, efetuou-se, aos 19 de março de 1928, a benção do prédio pelo então Pe. Olavo Passos, com a presença do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano.
[...]

Prédio imenso, confortável, com luz própria e água encanada, vastos salões e salas bem equipados, em acordo com os requisitos da pedagogia e da higiene, parque de esportes (em construção), próprio para todos os jogos e exercícios físicos: eis o ponto a que notáveis melhoramentos trouxeram o Seminário de Sobral, graças à operosidade do Exmo e Revmo. Sr. Bispo Diocesano e de seus auxiliares na Direção da Casa e à generosidade dos seus Benfeitores.
(*Correio da Semana*, 17 de fevereiro de 1951, p.1)

O prédio era tão relevante e grande que tornava a partir de então possível a concretização daquela área em bairro. Trazia consigo benfeitorias próprias, devido a

relevância da obra. Além do grande espaço interno, e da água encanada, já tinha, em 1951, “luz própria”. Imagino que era um fornecimento de energia ainda advindo da antiga rede, existente desde 1926 na cidade. Mas demonstra a relevância e poderio político ligado à Igreja Católica naquele contexto. É importante ressaltar que a monumentalidade da obra, que durante anos também abrigou o Ginásio Sobralense, hoje ainda é notável e relevante, pois é o prédio que abriga a sede da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Na mesma matéria, há a publicação de uma Figura aérea do Seminário. Reproduzir-se-á a seguir,

Figura 6 - Vista aérea do prédio do Seminário Diocesano.



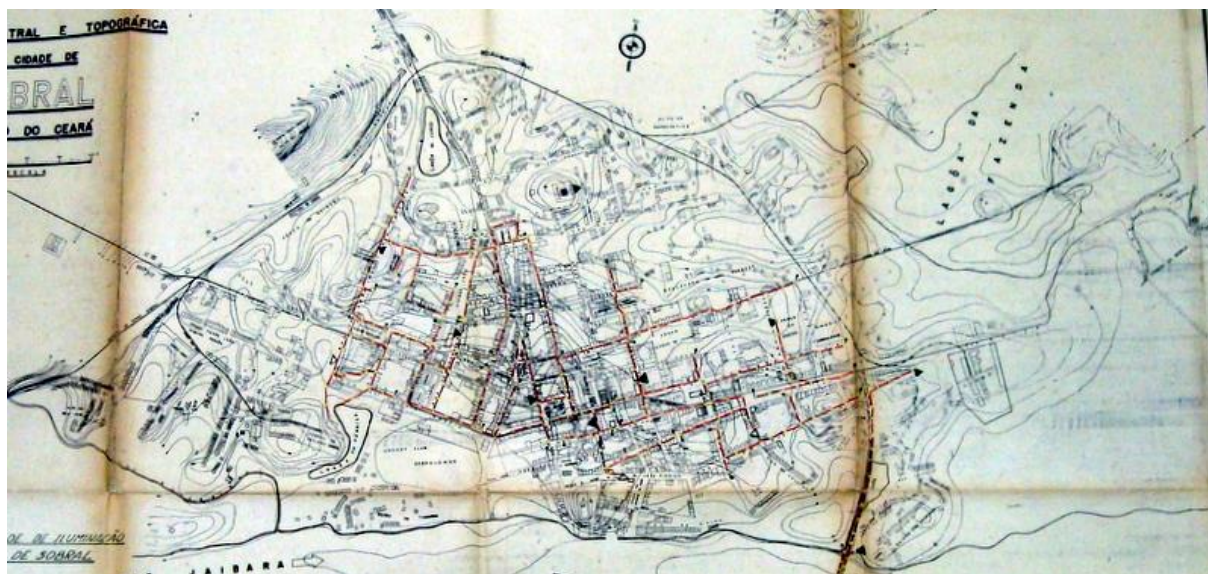
Fonte: *Correio da Semana*, 17 de fevereiro de 1951, p.1

A Lagoa da fazenda, no canto esquerdo da imagem, se estendia por uma maior área, devido ao não aterramento e nos direcionamentos das redes de esgoto ocorridos nas décadas seguintes. Não é possível identificar casas próximas ao Seminário nem consequente urbanização, mas seu prédio, de fato, já era de dimensões gigantescas na paisagem destacada. A justificativa para a rede elétrica ir até esta área da cidade se dava exclusivamente pela existência do Seminário, ou seja, da influência da Igreja Católica.

Desta forma, são perceptíveis as seletividades da implementação de uma perspectiva progressista em Sobral nesse contexto a partir do projeto do plano de iluminação pública. Vale destacar que a energia elétrica seria levada à quase toda a área urbana, com exclusões e

seletividades. Entretanto, a iluminação pública que seria ofertada nas ruas da cidade, seria mais seleta ainda. Isso é notável na planta a seguir,

Figura 7- Planta Geral indicativa da Rede de Iluminação Pública do Sistema Elétrico de Sobral – 1952



Fonte: NEDHIS, 2017.

As linhas vermelhas na imagem representam as ruas que gozariam de iluminação pública na cidade. A extensão partia do em torno da fábrica, expandindo-se por ruas e avenidas centrais da cidade, por logradouros considerados nobres. O privilégio a certas áreas da cidade existia em detrimento de outras. As vias próximas ao Rio Acaraú e paralelas à linha férrea foram negligenciadas.

Áreas próximas ao Mercado Público Municipal, às Igrejas de Nossa Senhora do Patrocínio e da atual Igreja de São Francisco ou a Rua da Vitória, atual Avenida Dom José Tupinambá da Frota, eram contempladas pela iluminação pública. Áreas mais periféricas nessas zonas da cidade, principalmente paralelas ao Rio Acaraú ou à Linha Férrea não tinham este benefício da modernidade.

É notável que, apesar de haverem privilégios, áreas consideradas como importantes ou nobres da cidade não tiveram a previsão de iluminação pública. Destaca-se a Santa Casa de Misericórdia, que tinham ainda poucas casas em suas imediações e, principalmente, a área

próxima à Catedral de Nossa Senhora da Conceição, que também engloba as proximidades da Câmara Municipal.

Outra possibilidade de avaliar a ideia de progresso ligado a Sobral eram as fábricas instaladas na cidade. Sobral teve seu desenvolvimento político e econômico ligado à agricultura, à pecuária e ao comércio. Entretanto, desde fins do século XIX, com a própria instalação da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, começam a emergir indústrias na cidade, modificando um pouco o panorama econômico da cidade e, também, motivando processos de urbanização.

O plano de eletrificação de Sobral proposto pela empresa “TH. Marinho de Andrade Construtora S.A.” também auxilia na percepção do panorama de desenvolvimento industrial da cidade no início dos anos 1950. Há uma planta detalhando onde havia indústrias em Sobral que eram potenciais clientes da nova rede de fornecimento de energia elétrica.

Figura 8- Planta Geral Indicativa de Localização das Principais Indústrias em Sobral Prováveis Consumidoras de Fôrça – 1952



Fonte: NEDHIS, 2017.

São vinte e cinco indústrias apontadas. Praticamente todas dentro do cinturão que compreende do interior das “fronteiras” da cidade, a linha férrea e o Rio Acaraú. Destaca-se que duas das principais indústrias não estão apontadas na imagem, a CIDAO e a própria

Fábrica de Tecidos. Dessa forma, Sobral é retratada como uma cidade com grande potencial industrial, o que embasa, ainda mais, o projeto de rede elétrica.

Neste ponto as fontes limitam o compromisso com a narrativa histórica. Entretanto, é de se imaginar como as fábricas, além de sua associação intensa com a noção de progresso, também eram marcadas pelas relações de trabalho. Caracterizavam a união entre *capital* e *trabalho*, própria, segundo Bauman, do que ele designa como “*modernidade sólida*” pois, “A modernidade sólida era, de fato, também o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela *mutualidade de sua dependência*”. (BAUMAN, 2001, p. 182)

Só é identificada através dos jornais a efetiva concretização da rede elétrica com a cobrança de novas taxas para o fornecimento do serviço em 1953, em nota publicada pela então CIA. INDUSTRIAL LUZ E FORÇA DE SOBRAL (*Correio da Semana*, 30 de setembro de 1953).

Destaca-se que essa possibilidade de futuro só foi possível através da união de alguns setores da sociedade sobralense. O que mais inquieta, certamente, é a mobilização da Igreja em prol da alternativa junto a Fábrica de Tecidos, possibilitando, evidentemente, lucros à mesma. É uma união por uma perspectiva de progresso e futuro aparentemente improvável nos anos anteriores, onde as batalhas das *práticas letradas* opunham os dois grupos.

3 “INCOMPREENSÕES POLÍTICAS”: TENSÕES E “MILITARIZAÇÃO” DO CLERO NA CIDADE DE SOBRAL

O capítulo a seguir tem como foco principal acompanhar a “guerra de discursos” envolvendo setores laicos e, principalmente, o clero sobralense que permearam os jornais de Sobral e do restante do Estado entre os anos de 1945 e 1947 produzindo uma intensa batalha pelo *presente* de então. Este capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, “*Lamentando que esteja o jornal da Diocese abertamente facioso*”: as tensões políticas na Igreja Católica e a disputa pela cidade”, almeja-se, a partir da documentação e das interpretações historiográficas, refletir sobre a “*overdose*” de imagens que marcam o poderio católico na cidade. São investigadas também as relações de poder no ano de 1946, a partir das disputas entre o Padre Sabino e Deputado Federal Francisco de Almeida Monte.

No segundo tópico, “‘Pelos domínios da política’: as convergências católicas a partir da *militarização* do clero”, são discutidos os embates discursivos entre o Dom José Tupinambá da Frota e Dr. José Saboya de Albuquerque, com o aporte de textos de clérigos engajados como “soldados” nas lides das disputas políticas. As disputas ocorrem em dois momentos, o primeiro é ligado ainda ao fim do período getulista em 1945, quando bispo usa de seu capital político para impedir um comício do grupo político do ex-juiz. Já o segundo momento é ligado às disputas eleitorais em nível estadual de 1947.

Por fim, no terceiro tópico, “‘Repto o senador a provar as suas declarações’: as eleições de 1947 e as tensões no campo político sobralense”, acompanha a produção de discursos em âmbito nacional pelo Senador Plínio Pompeu, genro de José Saboya de Albuquerque, e as consequentes respostas de políticos e do bispo Dom José. É um interessante momento para o acompanhamento das *tensões* existentes em torno das eleições e da apuração destas.

3.1 “LAMENTANDO QUE ESTEJA O JORNAL DA DIOCESE ABERTAMENTE FACIOSO”: AS TENSÕES POLÍTICAS NA IGREJA CATÓLICA E A DISPUTA PELA CIDADE

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.

(JOSÉ SARAMAGO, 1995, p. 310)

De que vale um historiador que flerta com a cegueira? Nada mais que um historiador que adota a surdez... As analogias que José Saramago usa em uma de suas obras mais conceituadas, *Ensaio sobre a Cegueira*, não significam apenas experiências físicas, mas de fato a cegueira da interpretação (e da ação), do egoísmo e do destrato, que em nossa prática profissional se refletem em nosso ponto de partida e de chegada, o estudo das coisas do homem no tempo.¹⁵

Os sentidos enganam, jogam os sujeitos a uma repetição quase que interminável, que tira o olhar das experiências cotidianas, tornando os homens “cegos que veem”. A cidade de Saramago, que poderia ser muito bem Sobral, é marcada por uma “epidemia de cegueira” que deixa apenas uma personagem isenta de tal martírio, a mulher do médico, que passa a guiar seu grupo dentro de uma cidade em total penumbra. Ela é, talvez pretensiosamente, como o historiador (ou cientista social) que interessado pela cidade, por obra do método, da teoria ou, principalmente, pela sensibilidade, pode refletir sobre a cegueira que epidemicamente é partilhada.

Em Sobral, a cegueira poderia ser associada ao discurso sobre a cidade construído pela Igreja, estudado aqui a partir das práticas letradas construídas por seus clérigos em artigos de jornal, em cartas e em livros de história da cidade. A construção escrita de Sobral, a experiência da cidade pensada por Saramago e o cotidiano pensado por Certeau têm similitudes. Para Certeau,

[a cidade,] os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada grupo corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à ilegalidade. *Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada.* (CERTEAU, 2009, p. 159) [Grifos Meus].

¹⁵ Conceituação conhecida de Marc Bloch. Durante sua argumentação, Bloch afirma que, “Diz-se algumas vezes: ‘A História é a ciência do passado.’ É [no meu modo de ver] falar errado” e chega à conclusão que “‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’”. (BLOCH, 2001, p. 41)

Essa cegueira não é palco da *ausência* de imagens, mas de uma *overdose* que espalha didaticamente, dia após dia, novos e velhos símbolos (re)apresentados como a inovação e a tradição, o modelo e o erro, o normal e a loucura. Em Sobral, *repete-se o discurso*.

A cidade pluralizada não é *uma*, são *várias*, invisíveis ao primeiro olhar. Nela “Penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas [...]” (CALVINO, 1990, p. 17 e 18). Há assim a possibilidade da criação de um ordenamento, nem que este seja feito através de várias mãos. A cidade é a zona de embates de diferentes discursos. Por ela,

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara [ou Sobral], não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. (CALVINO, 1990, p. 18).

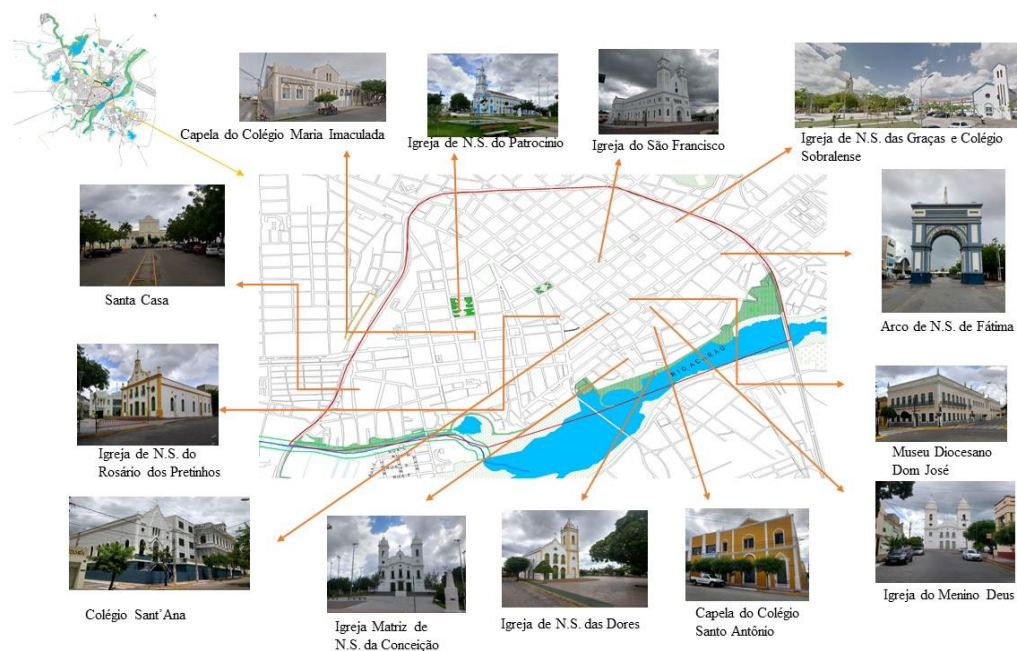
Essa polissemia de imagens torna o discurso materializado e ao mesmo tempo marcado por *vazios*. Para Certeau, “[...] na medida em que os objetos que povoam o imaginário fixam a topografia daquilo que não mais se faz, podemos nos perguntar se, reciprocamente, aquilo que *mais* vemos não define hoje aquilo que *mais* falta” (CERTEAU, 2010a, p. 43). O que mais vemos – ou talvez o que mais queremos ver – em Sobral são torres de igreja, prédios fundados por instituições católicas e cartões postais religiosos. As práticas urbanas devem ser vistas além dessas construções.

Como ex-coroinha quando jovem pratiquei por muitos desses espaços aprendendo um discurso oficial que revalorizava os grandes feitos de outrora. As cicatrizes que a cidade tem produzidas pela Igreja são exaustivamente demonstradas e reapresentadas. Estão expostas, explicitamente, por todo o centro da cidade.

Se fosse proposto um passeio em uma comum manhã ensolarada pelo centro da cidade, seguindo suas linhas, que corresponde basicamente ao perímetro entre a margem esquerda do rio Acaraú e aos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral, perímetro este que já foi considerado o núcleo urbano da cidade¹⁶, os participantes veriam vários prédios e símbolos católicos.

¹⁶ Este território, no começo do século XX, correspondia basicamente a área urbana de Sobral. Segundo o Francisco Dênis Melo, partindo da discussão do livro *Sobral, Humor e Prosa*, de Plácido Marinho Andrade, “o *Boulevard* Dom Pedro II, atual Avenida Dr. Guarany Mont’Alverne, terminava na casa de um importante morador da cidade à época, o jornalista e bancário Paulo Aragão. [...] do lado do nascente o *Boulevard* Pedro II terminava num quarteirão após o trilho. Do lado do poente estava a Santa Casa de Misericórdia, terminando a cidade na Praça do Patrocínio, próximo à Estação de Trem. Do lado da Avenida Dom José, nos diz, depois da Fábrica de Tecidos Ernesto Diocleciano, existiam dois quarteirões que terminavam próximos à Santa Casa. Do lado norte, que apontava para a Serra da Meruoca, a cidade terminava na Rua dos Cocos, Rua Diogo Gomes

Figura 9 - Centro de Sobral, em destaque, e a localização de construções católicas.



Fonte: Arquivo Pessoal, Imagem produzida a partir do programa Autocad, 2017.

Figura 10 - Planta da Cidade de Sobral, primeira metade do século XX.



Fonte: ROMEU, 2013, p. 36

hoje. No período o Cemitério São José, perto do atual mercado público, constituía um dos limites da cidade. Existia uma rua que levava para a Serra da Meruoca e que terminava, com a cidade, na Igreja da Saúde”. (MELO, 2015, p. 75)

Começando o imaginário passeio pela Catedral de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1742, reconstruída a partir de 1778 e reformada em 1941, sendo a sede do Curato de Nossa Senhora do Acaraú, próxima ao rio com o mesmo nome¹⁷. Foi a partir dali que surgiu o primeiro núcleo urbano da cidade. A Igreja mantém um discurso íntimo de fundação, quase como uma progenitora da cidade.

Figura 11 - Catedral da Sé – Sobral



Fonte: Arquivo Pessoal – Figura produzida em 22/01/2017

Os participantes do passeio caminhariam pouco mais de cem metros pela rua Vila das Flores, por trás da Sé, até a Igreja de Nossa Senhora das Dores, construída no século XIX e finalizada no século XX. É o templo mais próximo ao Rio Acaraú, tendo sua arquitetura marcante, principalmente para quem observa Sobral da outra margem. De lá, poderiam observar na outra margem do Rio Acaraú a Capela de São Pedro, no bairro Dom Expedito. Ali há um “choque” ao ver o desequilíbrio no número de torres que podem ser avistadas em uma margem ou na outra do rio que corta a cidade. De costas para o Acaraú o grupo voltaria à caminhada pela cidade.

¹⁷ Ver: MONT’ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral* (1915-2015). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 94 e 95

Figura 12- Igreja de Nossa Senhora das Dores



Fonte: elaborada pelo autor

Subindo pela rua Ozanan Santo Antônio, no cruzamento com a Rua Padre Fialho, passariam em frente ao Colégio Santo Antônio, de educação religiosa e que contém uma capela que mantém relativo destaque, apesar de estar encravada no cruzamento de ruas sem grande tráfego. A escola foi fundada em 1950 e é uma opção de educação privada para classes médias baixas.

Figura 13- Colégio Santo Antônio



Fonte: elaborada pelo autor

Os desbravadores da cidade continuariam até a Rua Menino Deus onde se defrontariam com a Igreja que dá nome a rua. Igreja construída no começo do século XX, tem marcante construção com duas torres, com galos no topo, ao lado da praça do São João, onde fica o Theatro com mesmo nome. A Igreja é notável de vários pontos da cidade, devido à sua altura, cor e localização privilegiada.

Figura 14 - Igreja do Menino Deus



Fonte: elaborada pelo autor

De lá, desceriam pela Rua Jornalista Deolindo Barreto até a Igreja do São Francisco, inaugurada em 1955 por Dom José Tupinambá da Frota durante o Congresso Diocesano das Vocações do Jubileu Sacerdotal em sua homenagem. É o maior templo religioso da cidade, sendo situado em frente à Praça Deputado Francisco de Almeida Monte. Ao lado do templo funciona a Escola São Francisco de Assis, também de educação católica, mas sem a existência de uma capela.

Figura 15 - Igreja de São Francisco de Assis



Fonte: elaborada pelo autor

Continuando a caminhada, seguiriam então as ruas João Barbosa e Coronel Rangel chegando em cerca de setecentos metros à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, sede da maior paróquia da cidade. Templo pomposo, com destaque em sua localização e tendo apenas

uma torre, teve a construção iniciada em 1895 e foi inaugurada em 1900¹⁸, tendo relação com o crescimento desta área da cidade provocada pela estrada de ferro e pela estação ferroviária. Foi em frente a esta Igreja que em 1919 uma comissão verificou durante um eclipse a veracidade da Teoria da Relatividade proposta por Albert Einstein.

Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio



Fonte: elaborada pelo autor

Descendo pela rua Conselheiro José Júlio chegariam, em um quarteirão, ao Colégio Maria Imaculada, também católico, administrado por freiras e que contém uma capela. Poder-se-ia continuar pela mesma rua até chegarem à Avenida Dom José. Nesta avenida há algumas das construções realizadas pelo 1º Bispo da cidade.

Figura 17 - Colégio Maria Imaculada



Fonte: elaborada pelo autor

¹⁸ Ver: MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral (1915-2015)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 102 e 103

No início da Avenida, parte sul do centro da cidade, os caminhantes se deparariam com a Santa Casa de Misericórdia de Sobral, fundada em 25 de maio de 1925 pelo bispo.¹⁹ Foi e continua sendo um dos principais centros de saúde da região tendo Unidade de Tratamento Intensivo, enfermarias, maternidade, consultórios entre outros dispositivos hospitalares. Foi objeto, nas décadas de 1910 e 1920, enquanto era construída, de grande disputa entre o bispo e então juiz de direito Dr. José Saboya. O hospital conta com uma capela em seu interior.

Figura 18 - Santa Casa de Misericórdia de Sobral



Fonte: elaborada pelo autor

Seguindo pela mesma avenida até a altura da rua Cel. José Saboya, desviariam um pouco a rota por alguns momentos. Subiriam pela rua citada, passariam em frente ao Becco do Cotovelo, local de efervescência da política local, e chegariam até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos. O templo foi construído no século XVIII e era a sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, com muitos escravos e ex-escravos fazendo parte. Seria interessante a observação da arquitetura do templo mais antigo da cidade, apesar de este ter sofrido mudanças na administração de Dom José.

¹⁹ Ver: MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral (1915-2015)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 68

Figura 19 - Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretinhos



Fonte: elaborada pelo autor

De lá, desceriam pela rua Ernesto Deocleciano, passando em frente da praça Coronel José Saboya, avô do Dr. José Saboya de Albuquerque. A praça é mais conhecida como praça da Coluna da Hora, por conta do relógio que ostentou décadas atrás e passou, após nova reforma, a ter recentemente. O grupo chegaria finalmente de volta à Avenida Dom José, que também margeia a praça.

A poucos metros está o Colégio Sant'Ana. Fundado em 1934 pelo bispo²⁰, a escola é de orientação religiosa, administrada por freiras da irmandade Filhas de Sant'Ana e conta com uma capela. O mesmo local já foi a sede da residência episcopal e, antes ainda, foi a casa onde morou o Senador Francisco de Paula Pessoa, o “Senador dos Bois”, importante político cearense do século XIX filiado ao Partido Liberal.

Figura 20 - Colégio Sant'Ana



Fonte: elaborada pelo autor

²⁰ MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral* (1915-2015). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 69

Na esquina seguinte da mesma avenida fica o Museu Diocesano Dom José. Outro lugar que serviu de residência para o bispo e hoje tem salas de visitação destinadas a conhecer a história de alguns clérigos, com destaque para o Padre João Mendes Lira e para o Padre José Palhano de Sabóia, além de ter um dos maiores acervos de arte sacra do Brasil²¹.

Figura 21 - Museu Diocesano Dom José



Fonte: elaborada pelo autor

Andando alguns poucos quarteirões o grupo chegaria à Praça Quirino Rodrigues, conhecida mais popularmente como Praça do Abrigo. Há nela duas construções católicas. A primeira, na rua Dr. Figueiredo, o prédio do Ginásio Sobralense, fundado em 1934²², funcionando originalmente na Betânia e ocupando aquele lugar a partir de 1941. O Ginásio Sobralense foi dirigido por clérigos durante décadas e sua capela, que recebia missas com frequência após sua fundação, foi desativada dando lugar às salas de aula. Nos últimos trinta anos, a escola passou por crises financeiras e alternou administrações da Diocese com arrendamentos e parcerias com escolas de Fortaleza. Desde 2007, no local, funciona o Colégio Farias Brito Sobralense.

²¹ Ver: MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral* (1915-2015). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 74 e 75

²² MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. (orgs). *Centenário da Diocese de Sobral* (1915-2015). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. P. 69

Figura 22- Praça Quirino Rodrigues, Colégio Sobralense à direita, Igreja de Nossa Senhora do Abrigo à esquerda.



Fonte: elaborada pelo autor

Na rua Maestro José Pedro, paralela à Avenida Dom José, há a Igreja de Nossa Senhora das Graças. Anexo a tal templo, funciona a Cúria Diocesana, as sedes da *Rádio Educadora do Nordeste* e do jornal *Correio da Semana*, além de uma das fundações mais importantes realizadas por Dom José, a do Abrigo Coração de Jesus, construído entre 1948 e 1953²³, que atende idosos em caráter permanente.

Findando a caminhada, saindo do abrigo, atravessando a Praça Quirino Rodrigues até a esquina entre a Rua Dr. Figueiredo e a Avenida Dom José, seguindo o sentido da rua Dr. Figueiredo para o Rio Acaraú, em menos de um quarteirão chegariam ao Boulevard do Arco situado na Avenida Dr. Guarany, onde fica o Arco de Nossa Senhora de Fátima, uma das imagens mais lembradas da cidade, construído em homenagem à peregrinação da santa em 1953.

Figura 23 - Arco de Nossa Senhora de Fátima



Fonte: elaborada pelo autor

²³ Ibidem. P. 70 e 71.

O grupo chegaria provavelmente cansado ao fim desta caminhada, ainda sem ver algumas das construções que remetem ao catolicismo no centro da cidade, como a Igreja de Nossa Senhora da Saúde ou a capela que existe no 3º Batalhão da Polícia Militar. Entretanto, os participantes desta caminhada pela cidade parariam com a sensação de que sempre que levantasse a cabeça veria um sol incandescente e um símbolo católico espalhado pela cidade. É uma *overdose* de imagens oferecida a qualquer transeunte.

Quem (d)escreve esta cidade? É certo que a cidade não é produzida por *um* autor, mas “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços” (CERTEAU, 2009, p. 159). Mas, esta cidade escrita a várias mãos é reclamada por alguns grupos. É vista por alguns como a cidade dos intelectuais, cidade da Igreja, do poder, da fábrica, dos trabalhadores, dos comerciantes, das prostitutas, da distinção ou do povo ordinário. São as relações de forças que constroem e espalham discursos, gradativamente, moldadas a partir de embates dos vários atores que (d)escrivem e desenham a cidade. A Igreja Católica, certamente, foi eficiente na construção de seu discurso.

Sobral, assim como qualquer outro teatro citadino, é palco ao longo da história para os embates e tensões dos diversos grupos e sujeitos, que desejam escrever o seu projeto de cidade como hegemônico. A Igreja Católica é um desses protagonistas na ação de construção de uma ordem na cidade²⁴. A partir do jornal *Correio da Semana*²⁵, da formação de novos e aguerridos padres no Seminário Diocesano²⁶, da educação básica nos colégios Sobralense e Sant’Ana²⁷ e nos grupos de ação política e religiosa como as irmandades, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica, a Igreja buscou (re)construir um imaginário de imponência e importância na cidade. Desejava associar sempre a imagem de Igreja e de Sobral como *uma só*. Seria a construção de um imaginário a partir de estruturas simbólicas, na mesma esteira do pensamento de Castoriadis que afirma que, “Não podemos compreender uma sociedade sem

²⁴ Outros estudos também realizam reflexões sobre a relação entre fé e política no Ceará. Destaco dois trabalhos, “O Trono e o Altar: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)”, de João Alfredo de Souza Montenegro e “A fé a razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses”, de Josênio Camelo Parente. Em ambos há uma reflexão mais geral sobre as relações macropolíticas entre o poder a religião católica no Ceará. Neste trabalho, optamos por privilegiar uma dinâmica de análise local, obviamente parte de uma conjuntura, mas que tem suas especificidades no tocante ao trato político.

²⁵ Jornal da Diocese de Sobral, em circulação desde 31 de março de 1918. Foi fundado pouco tempo após a elevação de Sobral a condição de Diocese. É de linha de orientação combativa no catolicismo, sendo o porta-voz dos interesses e opiniões do clero na cidade. Apresentava-se no contexto estudado como o “Órgão dos interesses da Igreja Católica em Sobral”.

²⁶ Seminário criado em 15 de fevereiro de 1925 pela Diocese de Sobral.

²⁷ Colégios fundados em fevereiro de 1934, com o objetivo de fomentarem a educação a partir de pressupostos católicos na cidade. Atendiam, respectivamente, meninos e meninas.

um fator unificante, que fornece um conteúdo significado e o entrelace com as estruturas simbólicas. Esse fator não é o simples ‘real’, cada sociedade constituiu *seu* real” (CASTORIADIS, 1982, p. 192). O real construído pela Igreja era o da sua própria relevância para a cidade de Sobral.

O papel dos intelectuais é essencial para a possibilidade de construção desse protagonismo da Igreja Católica na cidade, principalmente na elaboração de *práticas letradas* que mediavam e auxiliavam na orientação de algumas práticas na cidade. Segundo Sirinelli,

Quanto à mediação e, ela remete para o problema do poder de influência. Haveria aí, aparentemente, um terreno mais sólido. As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência. (SIRINELLI, 1998, p. 261)

A influência intelectual sensivelmente percebida por Sirinelli é praticada nas diversas instituições pertencentes a Igreja Católica na cidade. A Diocese de Sobral,²⁸ dirigida desde sua fundação pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota,²⁹ pertencente a elite eclesiástica brasileira³⁰, praticou na cidade ações de interferência no território urbano, construindo e dando significado a lugares como os citados acima, compondo todas as etapas do Processo de Romanização.

Segundo Sérgio Miceli, esta foi uma prática comum dos emergentes prelados brasileiros durante as primeiras décadas da República, a fim de (re)construir as zonas de influência e a importância da Igreja para a cidade. “Esse projeto-padrão de investimentos incluía a edificação do palácio episcopal, a criação do seminário diocesano, a construção ou reforma da catedral, a fundação de estabelecimentos de ensino e de jornais e/ou periódicos” (MICELI, 2009, p. 24).

Sobral e Igreja Católica (a partir de suas realizações) teriam a partir desse ideário uma só imagem fixada. Essa associação cidadina diria tudo o que devemos pensar, como alertara Calvino (1990). Mas esta ideia, pretensamente hegemônica e unificada a partir da repetição do discurso, é questionada, desafiada e fragmentada em diferentes momentos, por diferentes

²⁸ Criada pelo Papa Bento XV em 10 de novembro de 1915, através da bula “*Catholicae Religionis Bonum*”.

²⁹ José Tupinambá da Frota (1882 – 1959) Foi nomeado vigário de Sobral em fevereiro de 1908. [...] Tomou posse da diocese a 22 de julho de 1916”. FILHO, Craveiro. *Álbum do centenário de Sobral*. Sobral, CE, 1941. Acervo de Obras Raras, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza, CE. Foi bispo até sua morte em 25 de setembro de 1959.

³⁰ Título da obra de Sérgio Miceli (2009), em que o sociólogo avalia a formação e a influência dos clérigos formados em Roma após o fim do Padroado e a aplicação de um projeto de romanização e participação na política. Dom José Tupinambá da Frota é um dos clérigos citados na obra citada.

sujeitos. A Igreja reproduziu uma organização política a partir de seu bispo, Dom José, que supostamente seria modelar para a cidade. Segundo Aline Coutrot, “as declarações da hierarquia são uma das formas mais notáveis de intervenção da Igreja na vida da cidade” (COUTRAT, 2003, p. 340).

É em torno desta hierarquia que percebo mais claramente uma *aglutinação do clero*. É quando os sujeitos que compõem a Igreja parecem partilhar de um projeto comum. A Igreja se envolve em vários embates pela consolidação de sua visão de cidade ao longo de todo o século XX. Porém, são nas décadas de 1940 e 1950, com a maioria das construções católicas já realizadas na cidade e com Dom José fragilizado pela idade, que novas tensões são protagonizadas por diferentes personagens do clero sobralense, seja contra outros grupos políticos e ideológicos, seja disputas internas pelo protagonismo ou pelas ações na cidade.

Como já foi citado, esse período foi marcado por intensas transformações de ordem política e social que vão além das questões inerentes apenas a Sobral. A sociedade brasileira e a Igreja Católica estavam ligadas a um novo processo de estruturação de relações, que fugia na perspectiva das relações políticas do Estado-Novo e flertava com o jogo democrático. Segundo Thomas Bruneau,

A sociedade brasileira, nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos, era consideravelmente diferente, na metade do século, do que tinha sido apenas uma ou duas décadas antes. Essa afirmação lançada assim abstratamente não tem nada de extraordinário, mas traduzida em detalhes específicos revela uma força de impacto dramático na influência da Igreja. O Brasil, depois da Segunda Grande Guerra, experimentou uma tremenda irrupção de mudanças em todas as ordens da sociedade, depois de décadas de relativa estabilidade e até mesmo estagnação. (BRUNEAU, 1974, p. 101)

Ou seja, o período que perpassa o estudo dessa pesquisa é marcado por uma grande gama de mudanças incentivadas pelo panorama político brasileiro e mundial. Sobral estava inserida nesse processo e também foi marcado por esse conjunto de transformações políticas tratada como “confusa” por Bruneau³¹.

O bispo, já flertando com o peso da velhice, era o responsável por guiar a Igreja Católica em Sobral nesse processo. Havia grandes desafios para essa empreitada. Segundo o padre e historiador João Mendes Lira³² ao realizar uma biografia de Dom José Tupinambá da Frota,

³¹ Segundo Bruneau, “O que salta mais à vista numa revisão da sociedade brasileira do após-Segunda Grande Guerra, é a natureza confusa e mesmo paradoxal da mudança”. (BRUNEAU, 1974, p. 102)

Sem mais capacidade de [Dom José] atualizar-se e achando-se ainda que era o maior, surgiram grandes choques entre ele e os políticos, entre ele e o clero. Os impactos eram frequentes. Aos poucos ele ia se marginalizando. A Santa Sé cogitou logo em colocar na diocese de Sobral um Bispo Auxiliar (LIRA, 1982, p. 127).

De fato, foi indicado um Bispo Auxiliar para a diocese de Sobral, mas apenas em 1956, Dom José Bezerra Coutinho, que após a morte de Dom José Tupinambá da Frota permaneceu como vigário capitular até 1961. Ao longo da década de 1940 e da primeira metade da década de 1950 seria um Dom José envelhecido e com outros clérigos buscando protagonismo que definiriam as ações e práticas da Igreja no espaço sobralense. A união ocorreria principalmente em embates contra grupos vistos como antagonistas da cidade.

No mês de março de 1946 foi instaurado um dos “choques” citados por Pe. Lira. Os embates começam com uma nota apologética do jornal *Correio da Semana* em favor de João de Alencar Melo, nomeado prefeito entre 1944 e 1945 e, após dois curtos mandatos sucessórios – Dr. Arnaud Ferreira Baltar e Randal Pompeu de Saboya Magalhães, ambos em 1945 – estaria novamente no poder naquele ano.³³ Todos alinhados com os interesses das oligarquias políticas que se reversavam no poder no Estado, representados por Meneses Pimentel e seus sucessores³⁴. Na nota, o autor que não é identificado no texto, mas possivelmente é de autoria do diretor do jornal, o Padre Sabino Guimarães Loyola, identificado assim pelo modo cuidadoso de escrita e pela posição que ocupava no jornal. Segundo a nota,

O Dr. João Melo transformou em pouco tempo o aspeto da cidade, e com as suas atitudes firmes, serenas, de homem inteligente, que sabe ler “andando e esbarrando”, mostrou-se sempre na altura do cargo, das necessidades do município, da confiança do Governo, da simpatia dos sobralenses, que querem, acima de tudo, o desenvolvimento e o progresso da sua cidade – princesa do norte, cuja desgraça tem sido o ser obrigada a conúbios impostos pelas “razões de Estado”. Não somos políticos nem fetichistas, apenas observadores imparciais.
O povo está satisfeito com o Dr. João Melo
(*Correio da Semana*, 16 de março de 1946. p.1)

³² Padre João Mendes Lira (1925 – 2004), foi um padre, professor de história e geografia no Seminário São José, de escolas de ensino básico e da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Teve uma grande produção historiográfica sobre a cidade e, principalmente, sobre a Igreja em Sobral.

³³ Em 6 de março de 1946, “O Dr. João de Alencar Melo é nomeado Prefeito Municipal de Sobral, por ato do Interventor Dr. Pedro Firmeza. [...] Tomou posse a 21 do mesmo mês”. (ARAÚJO, 2015, p. 210).

³⁴ Entre 1945, ano que marcou o fim do governo de Meneses Pimentel, e 1947, posse de Faustino Albuquerque, primeiro governador eleito de forma direta após o período getulista, seis interventores foram conduzidos ao poder: Benedito Augusto Carvalho dos Santos, Tomás Pompeu Filho, Acrísio Moreira da Rocha, Pedro Firmeza, José Machado Lopes e José Feliciano de Ataíde.

O pretenso discurso de imparcialidade, mesmo em um texto de opinião como o citado acima, é uma das estratégias da escrita do *Correio da Semana*. O jornal era uma das principais ferramentas para a propagação da ideologia católica no contexto estudado. Sem dúvidas, foi um dos pontos que sustentaram e publicaram discursos que orientavam os fiéis e simpatizantes de Dom José no período. Segundo Luciana Moura Ferreira,

O Bispo Dom José utilizava-se do jornal *Correio da Semana* como escudo para defender-se dos ataques que sofria de alguns insatisfeitos com suas ações e também como espaço de defesa de seus interesses. O jornal fazia às vezes de defensor do povo e da cidade, usando suas páginas como instruções a ser seguida e obedecida por todos os cidadãos de bem. Era através delas que proferia críticas à cidade e ao comportamento daqueles que ousavam destoar da moral católica e da ordem, sendo um dos meios de fortalecer o processo civilizador, iniciado na cidade desde o século XX. (FERREIRA, 2010, p. 36)

Ou seja, o jornal era um porta-voz da diretriz que os sujeitos que liam, em sua maioria uma *elite* que era alfabetizada e morava no centro da cidade, deveria seguir nas práticas da cidade. As *práticas letradas* orientavam como os indivíduos deveriam ou não agir dentro de uma perspectiva ideológica católica.

Voltando a análise do *Correio da Semana* de 16 de março de 1946. A “noção de progresso” empreendida por João Melo em sua primeira passagem como prefeito de Sobral era alinhada com os interesses da diocese de Sobral. É, também, uma apologia a um político não pertencente ao grupo de influência do deputado federal Francisco de Almeida Monte³⁵, conhecido por Chico Monte, político que controlava a escolha e eleição dos prefeitos em Sobral desde a década de 1920.

A afirmação que a “desgraça [da princesa do norte] tem sido o ser obrigada a conúbios impostos pelas ‘razões de Estado’” desfaz a noção de imparcialidade e, ainda, é ponto base para um conflito entre um clérigo e o deputado não citado na nota, mas que se sentiu ofendido. Ele deixa claro isso no texto do telegrama que envia ao *Correio da Semana*, apresentado logo a seguir. Compreendo que as “razões de estado” a que o autor se refere em seu texto estão se referindo aos acordos políticos tramados a partir de chefes políticos locais, como o próprio Francisco de Almeida Monte. É uma *performance* discursiva que busca trazer para o texto os olhares da população.

³⁵ Francisco de Almeida é uma das principais personagens da política sobralense no século XX. Manteve relações afinadas com diferentes grupos políticos ao longo das décadas. O discurso de que “não quis estudar” proposto por Lustosa da Costa é superficial para analisar sua relevância política. Chico Monte, nesse período, é deputado constitucionista. Foi eleito no pleito de 2 de dezembro de 1945 com 11630 votos, sendo o sexto deputado mais votado pelo Ceará, eleito PSD. Seu genro, José Parsifal Barroso, foi eleito com modestos 1724 votos pelo PDC. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>, acesso em 14 de julho de 2016.

Mas quem era Chico Monte para desafiar os interesses de alguns membros da Igreja neste contexto? Francisco de Almeida Monte nasceu em 1895, era da elite da cidade. “Filho de juiz, neto de farmacêutico, ligado ao Partido Conservador e a seu chefe, Dr. José Sabóia, não quis estudar” (COSTA, 2006, p. 114). Foi membro do grupo de Dr. José Saboya até 1933 quando migrou para a LEC, grupo de Dom José. Em 1946 foi eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) para a assembleia constituinte. Migrou para o PTB de Vargas e se reelegeu em outras oportunidades para deputado, falecendo em Brasília em 1961. Seu grande mérito político, talvez, foi ter eleito seu genro, Parsifal Barroso, Senador em 1954 – fazendo lobby para que logo assumisse o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1956 e 58 – e, posteriormente, Governador do Estado do Ceará, em 1958.³⁶

O deputado Chico Monte e o diretor do *Correio da Semana* – um dos grandes defensores dos interesses da Igreja em Sobral no período estudado –, Pe. Sabino Guimarães Loyola, trocaram farpas e acusações que foram publicadas, por interesse do padre, no jornal católico. Primeiramente o deputado sobralense questiona em telegrama enviado ao *Correio da Semana* o porquê de a Igreja, via *Correio do Ceará* no dia 18 de março, questionar as ações políticas de aliados de Chico Monte. Segundo ele, a Igreja não deveria se ater a questões “puramente políticas”, “desviando [da] finalidade superior espiritual [da] imprensa católica”. O telegrama é reproduzido integralmente na edição de 30 de março de 1946 como parte da estratégia de *performance* do clérigo sobralense:

**Telegrama do Deputado Francisco Monte ao Diretor do ‘Correio’
Padre Sabino Loyola – Sobral**

Lendo Correio Ceará dia 18 transcrição trecho comentário *Correio da Semana* sobre nomeação Dr João Melo vg cumpre-me declarar vossa reverendíssima não posso concordar tenha autoridade para querer interferir assunto político pessedista vg tendo sido ardoroso propagandista Brigadeiro atacando General Dutra também posse adiantar que como chefe político só posso desejar desenvolvimento progresso. Sobral vg extranhando (sic) e lamentando esteja jornal Diocese abertamente facioso em questão puramente política vg sem compreender fatos desviando finalidade superior espiritual imprensa católica. **FRANCISCO MONTE**
(*Correio da Semana*, 30 de março de 1946. p. 1)

O telegrama evidencia projetos políticos diferentes para a cidade e os atritos da Igreja dentro do mesmo partido político, o Partido Social Democrático (PSD), para onde os antigos membros da Liga Eleitoral Católica – LEC migraram após a redemocratização. Há aqui uma clara fissão no partido, pouco tempo após sua fundação, o que pode ser compreendido como ato comum nas construções do campo partidário. Concordando com Serge Bernstein, que

³⁶ Cf. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Parsifal_Barroso. Acesso em 13 de abril de 2016.

afirma que, “uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar” (BERSTEIN, 2003, p. 69). Esta existência própria é produzida a partir dos conflitos dentro do próprio partido.

Chico Monte, neste contexto, era do mesmo grupo político de Dom José (COSTA, 2006, p. 118). Padre Sabino não parecia preocupado com esta aliança do deputado. O então diretor do periódico católico e também antigo membro da LEC, fez questão de tornar público a sua resposta ao telegrama, além de publicar a resposta do telegrama. Nela, a atuação *performática* de Sabino foi estruturada da seguinte forma,

Resposta do Diretor do “Correio”

Cel. Francisco Monte – Natal Hotel – Rio

Orgão independente *Correio da Semana* dispensa seu beneplácito como qualquer político apreciação fatos relacionados progresso comuna célula grandeza nacional pt Jornal católico não abdica sentimentos brasilidade pt Quem ditou termos telegrama desconhece linha conduta semanário Diocese esquecendo facioso seria se frequência tratasse assuntos política apresentados favoravelmente mesmo partido pt Sua afirmação ataquei General Dutra constitue inverdade pt Quem trabalhou trapézio partido sindicalista mostrou-se sempre indiferente causa católica fechou olhos necessidades contrerrâneos não se interessou instituições locais qualquer gênero, não fez único melhoramento, limitou-se pedir empregos correligionários, entravou ação repressiva polícia favor desordeiros não possui absolutamente força moral dizer deseja progresso Sobral, nem delo cristão censurar orientação definida jornal aplaudirá autoridades combatem chagas morais promovem bem coletivo pt Poderia citar fatos provam Vossenhoria impediu desenvolvimento município. – **PE Sabino Loyola Diretor Correio.**

(*Correio da Semana*, 30 de março de 1946. p. 1)

A indiferença com a “causa católica” citada por Sabino, com o projeto de prática moralizante e civilizatória que “combatem as chagas morais” e produzem o “bem coletivo”, ou seja, da própria comunidade católica e da visão de cidade da Igreja. As obras e o progresso para Sobral partiriam de uma visão orientada em prol de um senso moral católico. Aqui era requerido o protagonismo religioso frente à política leiga. O jornal, a partir da *performance* de Sabino, demonstrava independência política para criticar qualquer sujeito que não partilhasse do projeto de progresso assumido pela Igreja.

O padre não tinha dúvidas em afirmar que poderia citar fatos que demonstrariam que Chico Monte prejudicou uma perspectiva de desenvolvimento da cidade. Ser membro da LEC e, naquele momento, do PSD,³⁷ não absorvia o deputado, apesar de suas ligações bem próximas ao bispo Dom José Tupinambá da Frota. O Bispo, como será visto adiante, afirmava que não era ciente de antemão das publicações de Sabino.

³⁷ “Os getulistas fundaram duas agremiações: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro, também de direita, era formado, sobretudo, pelas oligarquias rurais e burgueses varguistas, interventores estaduais e grupos detentores de privilégios do Estado Novo”. (FARIAS, 2009, 303).

Além de negar os ataques ao presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que Chico Monte cita, o telegrama do Padre Sabino evidencia o sentimento idealizado e modelar de “*brasilidade*” e o posicionamento de teoricamente não favorecer nenhum grupo político. A Igreja, defendida por Sabino nas lides do *Correio da Semana*, não se submeteria às pressões da classe política cidadina. Ali seria escancarada uma disputa pelo discurso de posse da cidade de Sobral.

Além de dar publicidade à correspondência trocada com o deputado Chico Monte, Sabino ainda produz um texto reflexivo sobre a cidade publicado na mesma edição do jornal. Com o sugestivo título “De quem é Sobral?”, que empresta o nome a esta dissertação, Sabino marca terreno nas disputas simbólicas sobre a posse da cidade a partir da escrita.³⁸

Segundo o clérigo, “Outrora quando os Ouvidores e Corregedores inauguram as suas audiências gerais, começavam por perguntar aos presentes: De quem é esta vila? A resposta era: D’El Rei Nosso Senhor” (*Correio da Semana*, 30 de março de 1946). Entendo esta *performance* do clérigo a partir de uma leitura de reminiscência da experiência colonial, ligada ainda a uma perspectiva feudal de posse da terra ao Senhor, herança mantida no gradual processo de fortalecimento das monarquias europeias. Mas Sobral, segundo o modelo republicano e democrático que então vigorava, não deveria estar nas mãos de *um* político como o deputado Chico Monte. Sabino continua,

Hoje passado a período (sic) ditatorial se um diretor de jornal em Sobral quer escrever sobre os acontecimentos que se referem à vila da cidade, ao seu progresso, (só um palpitezinho!) terá que fazer idêntica pergunta: de quem é esta cidade E não duvidamos que brotasse de alguns lábios esta resposta: é do seu Chico Monte! [...] Isso de ser chefe político não nos interessa. Ademais não lhe devemos um só favor de ordem política. Adeus, seu Chico, passe bem e volte ao Ceará com firmeza depois de ter perdido a terceira cartada.
(*Correio da Semana*, 30 de março de 1946. p.1)

“Só um palpitezinho”, que novamente evidencia a fuga do discurso de imparcialidade afirmado no dia 16 de março. A grande disputa nas escritas do jornal daquele mês de março de 1946 é a de não permitir a hegemonia política de Chico Monte, mesmo este sendo oficialmente aliado de Dom José nas práticas de poder cidadinas desde a criação da Liga Eleitoral Católica em 1932.

A LEC foi criada para dar condições a setores da Igreja de se inserirem nos jogos de concorrência do *campo político*. Teve a clara intenção de agregar membros da Igreja Católica

³⁸ Segundo Cornelius Castoriadis, “Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. [...] Encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem”. (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

e setores laicos que se opunham ao protagonismo do juiz de direito Dr. José Saboya. Segundo Lustosa da Costa,

Em 1932, a Igreja funda seu próprio partido, a Liga Eleitoral Católica e vai à luta. Ela se instala em Sobral a 22 de novembro abrindo oportunidade para o confronto direto entre o bispo e o juiz (...). [O bispo] namora escandalosamente o integralismo de Plínio Salgado, como toda a Igreja Católica daquela época, namoro que prosseguia na década seguinte. (COSTA, 2006, p. 23)

A Igreja Católica em Sobral, nos primeiros anos posteriores ao fim do Estado Novo (1937-45), buscava se (res)situar nas relações de poder. O fim da ditadura varguista deu luz a uma nova experiência democrática que possibilitava novas condições de campos políticos para o exercício de um poder simbólico.³⁹ Os membros da LEC migraram para um novo partido após a redemocratização, o Partido Social Democrata, contando com a simpatia do clero sobralense (COSTA, 2006, p. 25).

Como Dom José reagiu aos confrontos publicados no jornal de sua diocese? Segundo o Padre Lira, a partir dos originais de um livro inédito sobre política atribuído à Dom José, “O Bispo não teve conhecimento da resposta do Padre Sabino senão depois de publicado: e ele lhe disse no dia 9 de abril de 1946 que ‘de propósito não o havia mostrado ao Bispo, porque sabia que o Bispo mandaria cortar alguma coisa’” (LIRA, 1982, p. 128).

Pode-se interpretar, a partir da versão de Lira, que Dom José não conseguia exercer sempre influência política e Igreja sobre seus subordinados. As ações de alguns de seus subordinados eram calculadas para evitar suas reações, o que revelam tensões entre suas visões e a dos outros agentes históricos no clero.

Outros historiadores ligados à Igreja optaram por silenciar em seus escritos os conflitos dentro do seio do campo político católico. Padre Francisco Sadoc de Araújo⁴⁰ foi um deles. Em sua obra “Cronologia Sobralense”, em cinco volumes, ele faz um grande trabalho de levantamento de fatos ocorridos em Sobral desde o século XVIII até 1950. Fez este levantamento a partir do arquivo da Cúria Diocesana de Sobral e dos jornais que circularam na cidade, entre eles o *Correio da Semana*, palco da tensão narrada até aqui. Porém, sobre o dia 30 de março em questão, Sadoc afirma apenas que “A imprensa local elogia o Circo Nerino pelos bonitos espetáculos que está realizando na cidade” (ARAÚJO, 2015, p. 210).

³⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. [Tradução: Fernando Tomaz.] 14ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

⁴⁰ Francisco Sadoc de Araújo (1931), é padre e historiador sobralense de grande produção ligada à genealogia e a cronologia na cidade de Sobral.

Padre Sabino tinha o perfil de membro participativo do clero sobralense. Nascido no até então distrito de Forquilha da cidade de Sobral, em 1909, foi membro da primeira turma de seminaristas ordenados pelo Seminário Diocesano – uma das construções de maior orgulho de Dom José – entrando aos 16 anos de idade em 1925 e sendo ordenado padre dez anos depois em 1935.⁴¹

Ainda nos tempos de seminarista, vivendo parte da formação no Seminário da Prainha de Fortaleza, mantinha intenso contato epistolar com o Bispo, também seu padrinho, onde buscava recomendações pessoais e religiosas. Nas cartas, contava experiências, aventuras e descobertas vivenciadas em Fortaleza. Em uma delas é perceptível sua decisão retilínea de adentrar à vida sacerdotal, ele confidenciou a Dom José “Como sabe muitas vezes tenho dito a meu Padrinho, que o meu desejo é ser padre, e hoje ainda tenho o mesmo ideal. Além disso alimento bons sentimentos: quando fôr me entregarei com ardor e zelo à salvação das almas”.⁴²

Sabino foi, durante sua jornada, Secretário do Bispado, Reitor do Seminário Diocesano, Diretor do *Correio da Semana* e fundador da *Rádio Educadora do Nordeste*, além de um dos grandes incentivadores da Ação Católica em Sobral. Certamente foi um dos mais intensos combatentes católicos na cidade. Foi uma personagem importante para as relações de poder em Sobral. É um sujeito de temperamento forte e muitas vezes individualizado, que pode ser pensado na perspectiva de Goffman, que afirma “A coerência expressiva exigida nas representações põe em destaque uma decisiva discrepância entre nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado” (GOFFMAN, 1985, p. 58). Ou seja, Sabino se encaixava entre uma prática política individual, e como componente de um grupo marcado por intencionalidades coletivas.

A Ação Católica, que teve Sabino como um dos incentivadores, é um dos exemplos de organizações que funcionaram a serviço dos interesses da Igreja na década de 1940. Ela serviu aos interesses de participar da dinâmica política brasileira e manter a influência católica na sociedade. Desde o início da década de 1940, a Igreja deu continuidade à sua estratégia de propaganda pedagógica de instituições e grupos ligados a ela, usando como principal veículo

⁴¹ Data da ordenação: 10 de fevereiro de 1935. Cf.: MONT’ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. *Centenário da Diocese de Sobral – 1915 – 2015*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. p. 62.

⁴² Cartas para Dom José. Pasta 10. Disponível no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS, vinculado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

o jornal.⁴³ Era uma forma de a Igreja imprimir seu discurso, construindo ou até negando sua pesada materialidade. É, talvez, uma das principais estratégias para manter a associação entre Igreja Católica e Sobral. Não é algo exclusivo das terras sobralenses. Michel de Certeau, refletindo sobre as concepções de cultura da *Elite* e da *massa* na *estrutura social do saber*, reflete sobre a Ação Católica da seguinte forma:

A organização dos sindicatos, dos partidos ou dos movimentos da Ação Católica evidencia também uma estruturação análoga: tende a fazer da “base” o receptáculo das idéias ou dos programas elaborados nos altos cargos, nas “sedes” do pensamento e da direção... (CERTEAU, 2010a, p. 167).

A “base” como receptáculo e a “sede” como produtora da direção dão sentido aos anseios e escolhas da elite eclesiástica. Os sujeitos da “base” da Igreja, leigos em sua extensa maioria, são apresentados como “corpos dóceis”⁴⁴ da engrenagem católica. São, a partir do que é evidenciado, os soldados da construção da *cidade ideal*. Fiéis adeptos a essa campanha tinham características de um verdadeiro “exército” que se colocaria na linha de frente da proposta católica em oposição às propostas tratadas como laicas, protestantes e comunistas. Existem até certas semelhanças entre a criação da Ação Católica e as estruturas das associações de tom corporativistas do fascismo italiano daquele momento, pois, a tentativa de unir sujeitos que não pertencem ao exército (ou no caso desta pesquisa a Igreja) em prol da defesa de ideias em comum como se fossem membros de um verdadeiro “batalhão”.

O nacionalismo do fascismo se assemelha muito ao radicalismo da religião. Marina Bandeira acrescenta que, “Trata-se de formar um laicato de elite, absolutamente fiel às determinações da Santa Sé e dos bispos diocesanos, para desempenhar a difícil tarefa de confrontação com os Estados fortes – muitos deles nitidamente anticlericais” (BANDEIRA, 2000, p. 29).

Esses discursos de acirramento político e partidário podem ser melhor percebidos em outros conflitos pelo poder local. É forte no imaginário sobralense a lembrança das tensões entre o Dr. José Saboya, ex-juiz local, dono da fábrica de tecidos da cidade e líder da UDN até sua morte em 1950, e o Bispo Dom José Tupinambá da Frota. Serão analisadas algumas destas tensões no tópico a seguir.

⁴³ Ao longo do ano de 1942, por exemplo, foi constante a campanha “Que é a ação católica?”, que visava esclarecer à população qual a função do grupo que se desejava instalar em Sobral. Tal indagação é respondida da seguinte forma: “1º) essencialmente um apostolado; 2º) um apostolado de leigos; 3º) um apostolado organizado; 4º) um apostolado auxiliar, subordinado *ipso facto*, ao da Igreja com que colabora no mesmo afan (sic) de dilatar o reinado de Cristo em todo o mundo”. (*Correio da Semana*, 27 de julho de 1942. p. 1).

⁴⁴ “O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa” (FOUCAULT, 2009, p. 131. (b)).

3.2 “PELOS DOMÍNIOS DA POLÍTICA”: AS CONVERGÊNCIAS CATÓLICAS A PARTIR DA “MILITARIZAÇÃO” DO CLERO

[Os emissários] Pediam, em primeiro lugar, que ele renunciasse à revisão dos títulos de propriedade da terra para recuperar o apoio dos latifundiários liberais. Pediam, em segundo lugar, que renunciasse à luta contra a influência clerical para obter o apoio do povo católico. Pediam, por último, que renunciasse às aspirações de igualdade de direitos entre os filhos naturais e os legítimos, para preservar a integridade dos lares.

– Quer dizer – sorriu o coronel Aureliano Buendía quando terminou a leitura – que só estamos lutando pelo poder. [...] “O importante é que a partir deste momento estamos lutando só pelo poder”. Sem deixar de sorrir, tomou os papéis que os delegados entregaram a ele e se dispôs a assinar.

(GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, pp. 206 e 207)

Assim como a fantástica e melancólica cidade de Macondo, do grande romance de Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, onde o coronel Aureliano Buendía, até então líder íntegro do partido liberal na guerra civil que avançava sobre seu país, que poderia ser qualquer um de nossa grande América Latina, Sobral também foi palco para disputas que se adaptavam às novas configurações políticas, às novas alianças que viabilizassem o exercício do poder.

Na cidade cearense, esse ponto de reconfiguração pode ser apresentado pelos idos do ano de 1945, ano de importantes mudanças nacionais e mundiais. Aqui também parece que gradativamente estavam “lutando só pelo poder”, ao abrir mão de discursos antes tão cuidadosamente construídos.

Talvez essa impressão se deva às peculiaridades dos líderes políticos sobralenses no período. Os dois protagonistas dos embates estudados neste tópico, o Bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota e o ex-juiz, Dr. José Saboya de Albuquerque já tinham idades avançadas. O primeiro com mais de sessenta anos e o segundo com mais de setenta anos de idade.⁴⁵ Isso não os impediu de continuarem a lutar pelo poder mais algumas vezes, mesmo que com perspectivas bem diferentes das que tinham em sua juventude. Aqui parecem muito com os velhos que ficavam ao muro da “cidade invisível” de Isidora observando os jovens e

⁴⁵ Dom José nasceu em 10 de setembro de 1882, tendo sessenta e dois anos em 1945, data do primeiro embate problematizado neste tópico. Já o Dr. José Saboya nasceu em 6 de agosto de 1871, tendo setenta e três anos na época do primeiro embate aqui narrado.

vendo os *desejos* virarem *recordações*.⁴⁶ Lutavam pelo *presente* que viviam, a fim de não verem o passado se dissipar por uma derrota política.

O mundo passava por grandes transformações que preparariam o palco para novas relações políticas nas décadas seguintes. O *capitalismo* e o *socialismo real*, com suas perspectivas de *ressignificação* utilizadas por polos ideológicos distintos, ajudariam a construir esse novo mundo de sociabilidades ao longo da Guerra Fria. Segundo Eric Hobsbawm,

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (HOBSBAWM, 1995, p.224)

No Brasil, também havia um novo panorama. No último ano de governo do presidente Getúlio Vargas, houve uma reconfiguração partidária brasileira. Era um período de transição que marcava o retorno do pluripartidarismo, agora com partidos de identidade nacional, preparando caminho para novas eleições que ocorreriam, ainda, em 1945.⁴⁷

O governo de Vargas não resistiu às contradições de ser uma *ditadura* lutando contra outros regimes antidemocráticos em nome da *democracia* ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Desmoronou com uma onda democrática aliada a mais uma intervenção militar de nossa história, e as interventorias que o apoiavam ruíram de forma compassada, dando lugar a uma nova experiência de concorrência eleitoral democrática, “Após a derrubada de Vargas, foram convocadas eleições presidenciais e legislativas para dezembro de 1945”. (CARVALHO, 2011, p. 126).⁴⁸

Esse panorama de mudanças também atingiu o Ceará. Segundo Aroldo Mota, “Ainda em pleno governo ditatorial, o Interventor Menezes Pimentel foi substituído por ato do

⁴⁶ “Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos: com uma diferença. A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em cidade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos são agora recordações”. (CALVINO, 1972, p. 12)

⁴⁷ No período, “Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947”. (CARVALHO, 2011, p. 127).

⁴⁸ As eleições ocorreram em 2 de dezembro de 1945 e elegeram Eurico Gaspar Dutra a presidência. No Ceará, Dutra, do PSD, foi apenas o segundo candidato mais votado, com 108363 votos, ao passo que Eduardo Gomes, da UDN, recebeu 164862 votos. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>, acesso em 14 de julho de 2016.

Presidente Getúlio Vargas, em que pese a reação oferecida pelo Secretário da Fazenda, Martins Rodrigues, que se encontrava no Rio na ocasião”. (MOTA, 2000, p. 295)

No Ceará, Francisco de Menezes Pimentel sai de cena como governador do Estado depois de dez anos, abrindo caminho para disputas democráticas. Em Sobral, foram Vicente Antenor Ferreira Gomes (1935 - 1944) e João de Alencar Melo (1944 - 1945) que viram suas influências políticas serem ameaçadas pelo novo jogo de poder. Estariam abertas nos próximos anos disputas amplas pelo exercício de cargos públicos executivos e legislativos, destoando do panorama ditatorial anterior.

Uma personagem, que parecia à primeira vista à margem, estava mais uma vez buscando se equilibrar nas malhas do poder e se ver representada nas disputas simbólicas pela posse da cidade: a Igreja Católica. Teria que buscar cada vez mais a luz, revela-se como força motriz da política sobralense.⁴⁹ Buscava o exercício do poder político, questão central para a manifestação da sua visão de sociedade e de cidade para seus seguidores.⁵⁰

Desde 1932, com a fundação da Liga Eleitoral Católica - LEC, no Ceará como um todo e, em Sobral, como exemplo em particular, a LEC funcionou como um partido político que disputou eleições e apoiou políticos nos sufrágios. O próprio Menezes Pimentel, governador entre 1935 e 1945, foi um dos que gozou do apoio católico⁵¹ ao longo de seu governo. Em Sobral, Vicente Antenor Ferreira Gomes e João de Alencar Melo também obtiveram apoio eclesiástico.

O certo é que as disputas pelo poder político executivo estadual e municipal não alcançariam o monopólio do poder. No aspecto estadual, as elites locais não conseguiram traduzir sua influência em um poder oligárquico hegemônico no Estado do Ceará. Segundo Francisco Josênio Parente,

A fragilidade das elites políticas cearenses se revela com toda clareza no período da redemocratização, de 1945 a 1964, quando o padrão dominante foi,

⁴⁹ Segundo o brasilianista Scott Mainwaring, “Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas o preço de evitar mudanças mais profundas na sua eclesiologia e na sua orientação política. Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos” (MAINWARING, 2004, p. 53).

⁵⁰ Segundo Foucault, “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. (FOUCAULT, 1979, p. 8).

⁵¹ Por exemplo, em 1941, já na segunda metade do extenso governo de Menezes Pimentel, é perceptível esse estreitamento a partir de mensagens de felicitações no *Correio da Semana*. Em 30 de maio, em texto de primeira página, o jornal trazia, “Transcorreu no dia 26, a festiva data do aniversário de governo do ilustre sr. Dr. Francisco Menezes Pimentel. [...] Durante seis anos de fecundo governo o Exmo. Sr. Interventor Federal tem sabido com inteligência e cultura dirigir os destinos de nosso prospero Estado, merecendo de todos francos aplausos, apoio e solidariedade”. (*Correio da Semana*, 30 de maio de 1941, p. 1).

indubitavelmente, a recorrência oposicionista, isto é, a cada eleição o governador não conseguia eleger seu sucessor. Não era o padrão brasileiro. (PARENTE, 2007, p. 382)

Em 1945, estavam (re)abertas as disputas políticas pela cidade. Algo que a Igreja não iria negligenciar. Mas que armas seriam utilizadas para essa disputa? A produção de cultura escrita e sua exposição nos jornais é a principal ferramenta nessa construção de narrativas e relatos que buscam conjurar “soldados” para a defesa de uma perspectiva ideológica. Segundo Alan Bowman e Greg Wolf,

A cultura escrita não é um fenômeno isolado, mas um conjunto muito variável de habilidades na manipulação de textos [...]. Além disso, a cultura escrita não funciona como uma força autônoma no contexto da história, seja em termos de mudança, progresso e emancipação ou repressão. (BOWMAN e WOOLF, 1998, p. 6)

A cultura escrita por si só não constrói a dominação de uma camada social sobre a outra. Entendo que ela é um dos palcos para a atuação ou *performance* política dos sujeitos históricos. A partir dela, pode-se compreender uma construção de relatos e discursos que visa conclamar outros sujeitos ao apoio ou ao combate no campo de ideias.

Dessa forma, entende-se a escrita como instrumento de poder por quê? A escrita, dentro da conjuntura de fenômenos que ocorrem na multiplicidade de experiências da cidade, tem o papel de orientação para ideias e ações. “Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição” (RANCIÈRE, 1995, p. 7). Em Sobral, o *Correio da Semana* seria o palco para as constituições estéticas da comunidade a que Jacques Rancière se refere de maneira geral.

Já em abril daquele ano de redemocratização, ainda com Vargas no exercício do Poder Executivo Nacional, é perceptível através da documentação a preocupação eclesiástica com a política em Sobral. A tradução dessa preocupação se dá pela produção de textos que orientem a comunidade católica a agir de determinada forma.

As disputas pelo domínio do poder local simbolizam pontos de grande envolvimento clerical, apesar de, como já foi dito, ser comum um discurso de “neutralidade” da Igreja, pretensão de demonstrar que os interesses católicos estão à margem dos meandros políticos, mas que caíam em contradição nas ações e sugestões de práticas políticas. É o que pode ser notado no texto a seguir,

PELOS DOMÍNIOS DA POLÍTICA

Estamos seguramente informados de que certo político tem procurado vários sacerdotes desta Diocese, oferecendo até chefia para os atrair ao seu partido.

O Clero deve estar fóra dos *partidos* e acima deles, e somente quando os reaes interesses da Igreja e da Patria exigirem, poderão orientar os fieis sobre o cumprimento dos seus deveres.

O Clero, porém, saberá cumprir o seu dever, não se afastando das normas da ultima Pastoral Collectiva do Episcopado Brasileiro.
(*Correio da Semana*, 16 de junho de 1945, p. 4)

O clero poderia até manter um discurso de estar “fora dos partidos”, mas não parecia se manter muito distante deles. Os partidos da época, UDN, PSP, PTB e, principalmente, PSD, buscaram o apoio eclesiástico ao longo das eleições estaduais e municipais. A Igreja não se mantinha na prática de “neutralidade” defendida pelo discurso acima. Pelo contrário, apareciam cotidianamente “reaes interesses da Igreja e da Patria” que provocavam ações do clero, envolvimento e disputas que uniam a política e os homens da religião cada vez mais.

Mas os envolvimento não sugeriam uma participação na mudança social. Indicavam basicamente questões políticas, muitas vezes ainda ligadas à oposição ao comunismo. A administração eclesiástica no Brasil mantinha-se à margem do envolvimento com questões sociais. Segundo Scott Mainwaring, “os bispos percebiam os problemas sociais de uma forma moralista e ignoravam as causas estruturais”. (MAINWARING, 2004, p. 49).

Os surgimentos das tensões políticas em Sobral são visíveis a partir de intrigas e disputas políticas baseadas em relações de poder entre participantes de diferentes membros do campo político sobralense que ganham evidência nos jornais, o grande palco para as *performances* dos autores/atores através de seus discursos, buscando apelo da opinião pública, ou de seus já ativos espectadores, a fim de aumentar o número de apoiadores (ou soldados) nas disputas discursivas pela cidade que não chegam a um fim. Dessa forma, esta pesquisa partilha da compreensão sobre as relações de poder na esteira da microfísica pensada por Michel Foucault. Segundo ele,

[...] o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. (FOUCAULT, 2009b, p. 29).

A “rede de relações sempre tensas” a que Michel Foucault se refere pode ser (res)significada em Sobral em diferentes episódios envolvendo o clero.

Alguns dos principais sinais de união do clero em meio a “batalha perpétua” a que Foucault se refere, são revelados nos confrontos discursivos que ocorreram em 1945. No final de maio de 1945 houve a proibição em Sobral de um comício da União Democrata Cristã –

UDC⁵². O Dr. José Saboya de Albuquerque, ex-juiz de direito e dono da fábrica de tecidos da cidade fazia parte desse grupo antes de compor a União Democrática Nacional (UDN). O ex-magistrado ficou incomodado com a proibição do comício de seu grupo político. Ele conseguiu publicar em primeira página no jornal “*O Povo*” do dia doze de junho, provavelmente a partir de sua influência política e financeira, a troca de cartas entre ele e o Bispo Dom José Tupinambá da Frota.

Na primeira, é atribuído ao Dr. José Saboya o seguinte texto,

Sobral, em 6 de Junho de 1945.

Exmo. Snr. D. José

M. D. Bispo de Sobral

Tendo o jornal “O Estado”, de Fortaleza, publicado hoje um telegrama em que V. Excia. Declarou haverem pessoas fidedignas lhe afirmado que o Capitão Leite, por ocasião do comício projetado para 29 de maio p. passado, não impediu dito comício, se limitando a fazer ponderações quanto à inconveniência de serem no mesmo proferidas palavras insultuosas às autoridades, e como esteja em jogo uma afirmação minha em sentido contrário, rogo a V. Excia. de me declarar quais foram essas pessoas fidedignas, afim de que eu, deante do grau de responsabilidade do testemunho delas, possa ou não me considerar um adúltero da verdade.

Por sua resposta, agradeço e assino-me.

José Saboya

(*O Povo*, 12 de junho de 1945, p. 1)

Fica clara a disputa pelo ideal de honra política nesse texto. O ex-juiz, desafeto antigo do bispo⁵³, almejava a defesa de suas ações e tentava fugir das acusações episcopais acerca do “adulterio da verdade”. A ideia de defesa ou propagação da “verdade” foi um dos pontos de maior tensão nos embates políticos e discursivos em prol da tentativa de obter uma *posse* da cidade. É uma das principais disputas percebidas na sociedade contemporânea.⁵⁴ O Bispo Dom José não se omite. Responde no mesmo dia a carta de seu rival, sendo bastante evasivo na resposta,

Sobral, em 6 de Junho de 1945.

Exmo. Sr. Dr. José Saboya de Albuquerque.

Nesta Cidade.

⁵² Uma das organizações partidárias fundadas ao longo de 1945 e que rivalizaria com grupos da própria Igreja como a Liga Eleitoral Católica – LEC

⁵³ Segundo o Dr. Agenor Soares e Silva Jr, “Em Sobral, a facção política considerada mais forte era comandada pelo juiz de direito, Cel. José Saboya, inicialmente desafeto do bispo. O embate desses dois poderes iniciou em 1915, quando Dom José criou uma rifa para angariar recursos à construção da Santa Casa”. (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 279 e 280)

⁵⁴ Refletindo sobre a questão da subjetividade e da verdade, Foucault afirma que, “O fio condutor que parece ser o mais útil, nesse caso, é constituído por aquilo que poderia se chamar de ‘técnicas de si’, isto é, os procedimentos, que sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si”. (FOUCAULT, 1997, p. 109).

Recebi a prezada carta de V. Excia, data de hoje, e, em resposta, cumpre-me dizer-lhe que efetivamente pessoas que reputo fidedignas, graves e desinteressadas, afirmaram-se que o sr. Capitão Leite, Delegado Regional, não impedira o comício em questão, limitando-se a ponderar que, por motivos serios, não permitiria palavras injuriosas ou insultantes contra as autoridades constituídas do país.

Quanto, porém, a declinar os nomes de tais pessoas, como V. Excia. pede, não me persuado da conviência de satisfazer-lhe neste particular.

Apresento a V. Excia. As minhas cordiais saudações.

D. José, Bispo de Sobral

(*O Povo*, 12 de junho de 1945, p.1)

A decisão do Bispo em não revelar os nomes dos sujeitos que este antes tachou de “fidedignas pessoas” ao ex-juiz, demonstram o desinteresse em facilitar a este a defesa de sua honra política. Dom José diretamente toma partido contrário a realização do comício da UDC e tenta dificultar ao máximo a mobilização política do Dr. José Saboya.⁵⁵ Contradiz as orientações que o jornal de sua própria diocese indica, “o clero deve(ria) estar fora dos partidos [...]”. O Ex-juiz, por último, responde também ao Bispo,

Sobral, 6 de junho de 1945

Exmo. Sr. D. José Tupinambá

M. D. Bispo de Sobral.

Acuso o recebimento da carta de V. Excia. de hoje datada, em resposta à minha de igual data, na qual C. Excia.. embora endossando, a respeito do frustrado comício de 29 de Maio, a versão que lhe foi fornecida por informantes “GRAVES, FIDEDIGNOS E DESINTERESSADOS”, se recusa a lhe declinar os nomes, por não estar “persuadido da conveniência de fazê-lo”, a meu pedido.

Deante da omissão de V. Excia., que quer impedir sejam eles conhecidos, para que sejam desmascarados, só me resta o direito de acreditar que os adúlteros da verdade não se encontram entre os promotores do comício, mas ao de V. Excia.

Respeitosas saudações

José Saboya

(*O Povo*, 12 de junho de 1945, p.1)

Além das trocas diretas de correspondência entre ex-juiz e bispo, com o magistrado acusando literalmente que os “adúlteros da verdade” se encontravam junto a Dom José, chama a atenção o desejo de externar isso à opinião pública do Estado, publicando a tensão política de forma estratégica, copiando-a em ordem de troca de correspondências, em um dos jornais de maior circulação do Ceará, o jornal *O Povo*. Era uma alternativa a publicação em âmbito municipal, que só tinha como grande periódico o *Correio da Semana*, de propriedade da Igreja.

⁵⁵ Apesar do antagonismo político e ideológico, relações de cordialidade foram mantidas entre o jornal e o ex-juiz. Em 6 de agosto de 1943, por exemplo, foi publicado o seguinte texto: “transcorre hoje a festiva data do aniversário natalício do ilustre conterrâneo Dr. José Saboya de Albuquerque. [...] Por nossa vês, mandamos-lhe nosso cartão de sinceras e respeitadas congratulações com os melhores votos de felicidades crescentes ao lado de sua Exma. Família”. (*Correio da Semana*, 6 de agosto de 1943).

E são nas páginas do *Correio da Semana* que são reveladas novas respostas do clero sobralense ao Dr. José Saboya de Albuquerque. A edição do dia 16 de junho traz em seu corpo discursos de solidariedade ao Bispo, tentando demonstrar coesão do corpo eclesiástico frente às atitudes políticas do ex-juiz. “Atingindo agora campanha de descrédito que se vem movendo contra clero [com] má fé com que foram publicadas cartas [...] o Seminário de Sobral [...] vem hipotecar irrestrita solidariedade querido Bispo e grande amigo”, escrevia o clérigo Padre José Osmar, reitor do Seminário Diocesano de Sobral na época, no *Correio da Semana* de 16 de junho daquele ano.

No mesmo dia, são publicadas manifestações coletivas dos “soldados da Igreja”. O clero assumia para si a ideia de ter sido atingido como um grupo. Um sentimento de coesão que atendia o interesse de uma visão de campo clerical marcado por toda uma hierarquia. O Bispo sendo atingido demandaria todo um sentimento de solidariedade ao chefe hierárquico da Igreja. “Ante deselegante atitude [de] Dr. José Saboya publicando contra todas as formas [de] direito [com] intuito talvez [de] diminuir autoridade [de] vossencia. Junta Diocesana Ação Católica vem apresentar lhe completa e filial solidariedade [...]”. (*Correio da Semana*, 16 de junho de 1945. p. 1).

O texto assinado por Padre Expedito Lopes, posteriormente Bispo de Oeiras no Piauí e de Garanhuns em Pernambuco⁵⁶, por Raimundo Medeiros Frota e Antonio Ferreira Porto, presidente e secretário da Ação Católica na época, evidenciam o sentimento de luta contra a tentativa de diminuir a autoridade do Bispo, a partir de uma filial solidariedade. Por fim, há um último texto explicitado na primeira página do *Correio da Semana*,

Exmo. Revmo. Sr. Bispo Diocesano de Sobral
 Clero sobralense vem prestar Vossa Excia. Revma. Testemunho sua inconcussa solidariedade contra ataque dignidade episcopal vg contida carta Dr. José Saboya vg publicada jornal POVO doze corrente pt Lamentando atitude inconciliável reverência devida eminente Bispo Diocesano alheio competições partidárias com exclusiva solicitude rebanho feliz hora lhe foi confiado vg pede humildemente sua benção pastoral.
 Mons. Olavo Passos Vigário Geral vg Cônego Domingos Araújo Cura Catedral vg Pe. Manuel Henriques Vigário Patrocínio vg Pe. José Osmar Carneiro Reitor Seminário vg Pe. Expedito Lopes Secretário Bispado vg
 Mons. Vicente Martins Costa vg Mons. Fortunato Alves Linhares vg
 Pe. José Aloísio Pinto Diretor Ginásio vg Pe. Luiz Franzoi vg Pe. Gerardo Gomes vg Pe. Gonçalo Eufrásio vg Pe. Joaquim Arnobio vg Pe. Sabino Loyola Diretor Obra Vocações vg Pe. José Inacio Mendes Parente vg
 Pe. Joviniano Loyola vg Pe. José Edson Frota Mendes vg Pe. José Furtado
 (*Correio da Semana*, 16 de junho de 1945, p. 1)

⁵⁶ Sobre a interessante personagem histórica, [Dom] Francisco Expedito Lopes, conferir a dissertação de mestrado publicada em livro, “Do Bispo morto ao Padre Matador: Dom Expedito e o Padre Hosana nas construções da Memória – 1957/2004), pelo Msc. Igor Alves Moreira. (MOREIRA, 2015).

Dezessete padres. Todos os componentes da base da Diocese na época assinam o texto de solidariedade ao prelado. Segundo o texto, o Bispo seria alheio às competições partidárias, porém, esta suposta indiferença não é percebida nas práticas de poder nas disputas pela cidade. A historiografia sobralense não silencia essa tensão política. Padre Francisco Sadoc de Araújo a cita como fato importante em seu *Cronologia Sobralense*, obra que buscava narrar todos os fatos considerados pelo autor como importantes na história de Sobral, em ordem cronológica. Aqui Araújo informa,

12 de junho (3ª-feira): O jornal “O POVO” de Fortaleza, publicou três cartas trocadas entre Dom José Tupinambá da Frota e o Dr. José Saboya, ex-juiz de direito da comarca. A publicação provocou ondas de protestos e gestos de solidariedade ao Bispo Diocesano. O jornal “*Correio da Semana*”, órgão da Diocese local vem em defesa do Bispo e cria-se polêmica na imprensa entre o Diretor Pe. Sabino Loyola e o Dr. José Saboya.
(ARAÚJO, 2015, p. 205).

Como é possível perceber nas ações reveladas nos jornais e na produção historiográfica eclesiástica sobralense⁵⁷, a toda oportunidade a Igreja mobiliza seus “soldados” para as lutas em prol de decisões políticas. As eleições ocorridas nos anos seguintes são um dos pontos altos desse processo de aglutinação clerical em prol da posse do modelo de cidade a ser seguido.

Esta perspectiva dos membros da ação em Sobral como “soldados” da Igreja é, em vários momentos, usada como recurso para o “alistamento nas fileiras”.⁵⁸ É uma perspectiva de “militarização”, conceito que segundo Pierre Bourdieu,

[...] consiste em basear a autoridade na situação de ‘guerra’ com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre *representação* da situação, a fim de produzir e de reproduzir o *medo de ser contra*, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares. (BOURDIEU, 2010, p. 202)

⁵⁷ Sobre a Historiografia Eclesiástica Sobralense, é possível destacar trabalhos dos clérigos Monsenhor Linhares, Monsenhor Vicente Martins, Dom José Tupinambá da Frota, Padre Francisco Sadoc de Araújo e Padre João Mendes Lira. Ver: MELO, Francisco Dênis. *A história local e a transubstanciação do passado em presente*. In MELO, Francisco Dênis. *Os Intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – E a Invenção da Cidade Letrada* (1943-1973). Tese em História. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife - PE, 2013

⁵⁸ “Está se realizando nesta cidade, desde o dia 21, a II Semana da Acção Católica, promovida pela Junta Diocesana desse admirável movimento de renovação social, com o objetivo de tornar conhecido e melhor difundir o apostolado daqueles que se alistaram nas fileiras da Acção Católica”. (*Correio da Semana*, 24 de maio de 1947, p.3).

A *militarização* pode ser compreendida como uma das estratégias mais eficazes para a atração de novos membros para suas fileiras. É extremamente eficaz quando aliada com os ideais de “bem” e “mal”, produzindo grupos que, buscando se identificar com o primeiro pressuposto, atacam o segundo.

Uma dessas produções simbólicas do “medo de ser contra” pode ser percebida nos embates ocorridos no mês de janeiro de 1947 entre a Igreja e o Dr. José Saboya. Segundo o memorialista Lustosa da Costa,

No meu tempo de menino, pude registrar como os aristocratas, que dominavam a cidade, eram ciosos do controle sobre a plebe. O Bispo-Conde, Dom José Tupinambá da Frota punha a Igreja Católica a serviço dos candidatos do PSD de Chico Monte e de seu genro Parsifal Barroso contra a UDN de José Saboya e de seu genro Plínio Pompeu. José Saboya, industrial riquíssimo, era simultaneamente acusado pelo bispo de aliado dos comunistas e de mau patrão, que demitia funcionários de sua empresa que votassem contra a UDN. (COSTA, 2006, p. 85)

A partir das memórias registradas por Lustosa da Costa em suas obras, em destaque *Clero, Nobreza e Povo de Sobral* (1985), analisar como eram seletivas as campanhas de difamação e a construção dos embates públicos entre a Igreja e os demais membros da elite sobralense. A *militarização*, caminhava em duas frentes. A primeira, a fim de desconstruir a figura do opositor e sua visão de cidade a partir da associação em alguns momentos à identidade de rico industrial. A segunda era a associação de José Saboya a figura afastada do povo e ao “perigo comunista”.

Para as eleições de janeiro de 1947⁵⁹ houve a disputa para governador do Estado do Ceará. Foram concomitantes a deputados estaduais, federais e senadores. Nessa eleição dois candidatos monopolizaram a disputa. O político do PSD e General do Exército Onofre Muniz Gomes de Lima, apoiado por setores conservadores do estado com a justificativa de ser opositor ao comunismo, velho inimigo da Igreja e, representando a UDN o desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, apoiado pelo ex-juiz Dr. José Saboya de Albuquerque, então chefe local da União Democrática Nacional e ainda opositor do Bispo.⁶⁰

⁵⁹ Faustino de Albuquerque e Sousa (UDN) e Onofre Muniz Gomes de Lima (PSD) foram os únicos candidatos ao executivo estadual nesse contexto. A diferença entre eles foi de apenas 23.059, em um universo de 272.763 votos. Faustino venceu com 147.911 contra 124.852 do General Onofre. Além do pleito para executivo estadual, houveram também eleições Senador e suplente e para legislativo estadual. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>, acessado em 14 de julho de 2016.

⁶⁰ Devo o contato a documentação a seguir ao fundo Padre Lira do Museu Diocesano Dom José. O clérigo e historiador João Mendes Lira fez a conservação da documentação selecionada dos embates ocorridos entre os anos de 1946 e 1947, por Dom José Tupinambá da Frota, com a intenção do bispo de publicá-los em seu livro sobre política. O livro foi publicado em 1991 e é a fonte principal para o terceiro capítulo. Nem toda a

Havia um apoio velado da Igreja em Sobral ao candidato General Onofre Muniz que se deveu à oposição ao inimigo comum, o comunismo, além das relações de aliança que ocorriam junto ao Partido Social Democrata nos âmbitos municipais. Porém, um documento se destaca. Em 20 de novembro de 1946, após receber um telegrama do candidato Faustino comunicando-lhe de sua candidatura, o Bispo de Sobral escreve ao candidato udenista a seguinte resposta cordial, reproduzida no *Correio da Semana* de 7 de dezembro daquele ano,

Exmo. Snr. Desembargador Faustino de Albuquerque. Fortaleza.
Agradecendo a atenciosa comunicação por seu telegrama de 18 do corrente, vejo que os membros da U.D.N. souberam escolher um candidato à altura do cargo e das responsabilidades da hora presente, na ilustre oessoa de V. Excia.
José, Bispo de Sobral
(*Correio da Semana*, 7 de dezembro de 1946, p. 1)

O texto, ao que tudo indica, provoca comentários de que Dom José estaria apoiando o candidato de seu rival, o ex-juiz Dr. José Saboya. Teria um uso político por parte dos partidários de Faustino Albuquerque. O *Correio da Semana*, porta voz dos interesses eclesiásticos, apressa-se em tentar desassociar a figura do Bispo à da candidatura do desembargador. Em 10 de dezembro o jornal da Igreja expunha,

Podemos afirmar que o Sr. D. José, alheio às competições partidárias, não toma atitude facciosa a favor de qualquer dos dois candidatos à Presidência do Ceará, pois ambos são dignos dos votos do eleitorado, e estão à altura das imensas dificuldades do momento. [...] Fica, pois, bem certo que os telegramas do Sr. Bispo publicados nos jornais, têm apenas a significação de uma cortesia e nada mais.
(*Correio da Semana*, 10 de dezembro de 1946, p.1)

O pretenso discurso de neutralidade busca ser sustentado a fim de evitar um passo em falso para a política de alianças após as eleições. A Igreja, oficialmente, buscava muito mais combater candidatos indesejados, associados ao comunismo em seus discursos, do que manifestar claro apoio a algum nome que concorresse a cargos públicos. Justificava inclusive as qualidades dos dois candidatos ao executivo estadual,

Se a cultura jurídica e a probidade inatacável de um [Faustino Albuquerque] é garantia do reinado da justiça durante o seu governo, a instrução e o civismo, sobretudo a intemerata atitude do outro [General Onofre Muniz], diante do comunismo agressivo, ateu e anti-nacional, desassombradamente manifestada nos seus discursos de propaganda eleitoral, e em outras circunstâncias tem despertado a mais viva simpatia no meio do povo cearense.
(*Correio da Semana*, 10 de dezembro de 1946, p.1)

É notável que as qualidades narradas são características de um bom governante para Igreja. Os dois se encaixariam nessa narrativa. Mas é perceptível que a imagem de Onofre Muniz é mais trabalhada, com pinceladas que evidenciam além de seu caráter as suas ações frente ao inimigo comum da Igreja, somados uma interpretação de recepção popular de seu nome. A Igreja não oficializava apoio, mas estava longe de manter-se “neutra”.

Em 8 de janeiro de 1947, já próximo às eleições estaduais, o Bispo de Sobral ocupa local de destaque nas notícias do *Correio do Ceará*. Sob o título “Revidaremos qualquer [sic] ataques à Igreja, venha de onde vier”, são transcritas falas de Dom José mantendo seu posicionamento político e orientação para os católicos ao longo das eleições de 1947. Segundo o jornal, o Bispo conclamava “Nossos inimigos desejam a luta. Pois que a luta venha”. Ainda na perspectiva do jornal, a mobilização política do Bispo junto à população sobralense é extremamente eficiente,

A população católica de Sobral prestou domingo passado significativa manifestação de solidariedade a dom José Tupinambá da Frota pelo fato de o mesmo haver tornado suas as declarações contidas na Circular n.º 64, publicada pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, aprovando-a integralmente.

A manifestação constituiu uma eloquente prova da amizade que o povo sobralense dedica ao bispo dali, dela participando milhares de pessoas pertencentes a diversos partidos políticos, que se concentraram na praça fronteira ao palácio episcopal de Sobral [...].

(*Correio do Ceará*, 8 de janeiro de 1947. p. 1)

Pelas linhas da documentação é possível interpretar que Dom José objetivava combater qualquer candidato associado ao comunismo. Talvez esperando a derrota nas eleições ou simplesmente não querendo anexar oficialmente a Igreja à política, afirmava categoricamente em seu discurso, “[...] a Igreja não tem candidato ao governo constitucional do Estado”. Porém, apesar de não apoiar de forma oficial o General Onofre, expunham que “[...] os católicos não devem votar naqueles nomes que já receberam a desaprovação” (*Correio do Ceará*, 8 de janeiro de 1947. p. 1).

A desaprovação sugerida era a que a Igreja indicava na circular N° 64. Texto publicado pela Arcebispo de Fortaleza que sugeria aos clérigos o combate a qualquer candidatura associada ao espectro do comunismo. Faustino Albuquerque se torna alvo dos ataques a partir da circular porque recebe apoio formal do Partido Comunista do Brasil – PCB⁶¹ naquela eleição.

⁶¹ O PCB, desde sua fundação até os anos 1960, tinha como nome Partido Comunista do Brasil. A partir dos anos 1960, passou a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla.

Dom José não podia se manter à margem daquela conjuntura. O discurso beligerante era notável. “Os inimigos da Igreja desejam a luta. Que a luta venha. Nada nos intimida. Revidaremos qualquer ataque parta de onde partir. Seremos intransigentes na defesa dos legítimos e soprados direitos da Igreja”. É um conclave à *militarização* do movimento, revidando aos projetos políticos de cidades diferentes com uma guerra de discursos. Ele alcança seus alvos, mas também é atingido.

A partir de então inicia-se um intenso conflito discursivo entre a Igreja e o ex-juiz, líder da UDN em Sobral, Dr. José Saboya. Difícil ser identificada a gênese desse conflito em especial, mas ele vem pelo menos desde o “O histórico brinde do Dr. José Saboya de Albuquerque”, ocorrido em um banquete em prol da candidatura de Faustino Albuquerque em Sobral, em 27 de dezembro de 1946. Nele, segundo os documentos datilografados contidos no fundo documental Padre João Mendes Lira, o Dr. José Saboya afirmou,

A questão eleitoral, assim, no Ceará, se deslocou do terreno da confiança política, para o domínio da afinidade religiosa, chegando os pretensos diretores da consciência católica, a dirigir questionários aos candidatos, perscrutando-lhes o fôro íntimo e querendo torna-los responsáveis pela ajuda que os eleitores taxados de indignos lhes viessem espontaneamente oferecer.
(Museu Dom José. Fundo Padre Lira).

O “domínio da afinidade religiosa” sugerido por Dr. José Saboya colocaria seu candidato em desvantagem. Aqui há um testemunho involuntário⁶² que evidencia a força que a Igreja matinha durante um processo eleitoral, ao escolher simplesmente a quem não apoiar. Segundo Lira, Faustino Albuquerque “teria gostado mais se não tivesse publicado nos jornais de Fortaleza o mencionado brinde”. Sem almejar isso, o candidato da UDN viraria rapidamente o candidato indesejado da Igreja, ao menos em Sobral.

O discurso do Dr. José Saboya acaba por provocar reverberações nas atitudes do clero sobralense. Em 4 de janeiro o Padre Sabino Guimarães Loyola, um dos mais combatidos soldados da Igreja, que é acompanhado desde o tópico passado acerca das disputas simbólicas pela cidade contra o Deputado Francisco de Almeida Monte, publica um texto de grande teor político, *O Anticlericalismo do Dr. José Saboya ao lado dos Inimigos da Igreja*, onde expunha, entre outros pontos, que,

⁶² Sobre o conceito de Testemunho Involuntário, ver: MELO, Francisco Dênis. *Os Intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – E a Invenção da Cidade Letrada* (1943-1973). Tese em História. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife, 2013.

Em Sobral o Dr. José Saboya achou de fazer côro com os inimigos da Igreja. [...] fez intempestivo discurso em que atacou, faltando apenas declinar-lhes o nome, a Circular do Sr. D. Antônio Lustosa e a Ação Católica.

Poz-se desta maneira, com o espírito laicista e anti-clerical que o caracteriza, ao lado dos inimigos da Igreja, revelando-se dócil ao sentido apelo dos comunistas [...].

Sociedade perfeita, a Igreja possui os seus departamentos e órgãos, legitimamente autorizados, pelos quais se movimenta e atua na defesa dos seus direitos inalienáveis. [...]

Para S.S. os integralistas são a corja maldita, os vendedores da Pátria, os que puseram os barcos brasileiros a pique. E os comunistas o que são? Defina-os também. Se as posições dessas correntes estivessem trocadas, a corja maldita, apostaríamos, não seriam os integralistas, mas os comunistas.

Fiquemos hoje por aqui, já que o assunto é fértil e o manancial inexgotável.

(*Correio da Semana*, 4 de janeiro de 1947. p. 2)

São duras palavras colocando o ex-juiz contra os membros da Igreja a partir da ideia de anticlericalismo. É mais uma prática militarista que busca a união do grupo a partir da oposição a um inimigo. Nesse caso, o inimigo é o Dr. José Saboya. A Igreja é apresentada como uma “sociedade perfeita”, certamente modelo a ser seguido pelos leigos. Há aqui uma *continuidade* do ideal civilizador presente no discurso da Igreja. Segundo Norbert Elias,

Os círculos clericais, acima de todos, tornam-se os divulgadores dos costumes de corte. O controle das emoções e a formação disciplinadora do comportamento como um todo, que sob o nome de cidade se desenvolveram na classe alta como fenômeno apenas secular e social, como consequência de certas formas de vida social, apresentam afinidades com tendências particulares no comportamento eclesiástico tradicional. A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos. (ELIAS, 2011, p. 107)

Há, ainda, no fragmento do texto do Padre Sabino uma clara defesa do Integralismo frente ao comunismo, sempre tentando associar a figura do ex-juiz à perspectiva “vermelha”, apesar deste ser dono da maior fábrica de tecidos da cidade. A demonização do outro buscava invalidar o respeito pelo indivíduo, possibilitando o crescimento de adeptos às fileiras da Igreja.

Sabino também se esforça em associar o ex-juiz e rico industrial, a de patrão que doutrina seus funcionários a fim de que estes votassem no candidato indicado. Segundo o padre,

O procedimento [...] do dr. José Saboya em relação ao voto dos operários da fábrica está em flagrante oposição aos princípios democráticos que prega. Nas eleições do dia 2 de dezembro os “fabricantes” puseram-se em fila diante da Fábrica de Tecidos para receber as chapas q’ alise-lhes impunham, sem se dar aos mesmos liberdade de escolha entre os candidatos do partido. Depois desfilaram rumo às secções eleitorais, sob o olhar vigilante e atento dos guardas do “procer” político. E em Sobral se sabe que ameaça pesava sobre os operários, se por ventura os democráticos patrões da Fábrica de Tecidos soubessem que votaram com outro partido seriam despachados do serviço. Perderiam o emprego por que a (sic) agora tanto zelo em salvaguardar o

“foro intimo” dos candidatos católicos contra a orientação e esclarecimento que os Bispos querem dar aos fieis em face dos perigos iminentes desta hora gravíssima da história?

(*Correio da Semana*, 4 de janeiro de 1947, p.2)

A contradição de tachar o Dr. José Saboya de burguês doutrinador e comunista no mesmo texto não importava para o bispo e não invalidaria a estratégia maior de construir simbolicamente o *medo do outro*. Mas não era apenas o Padre Sabino que encampava as lutas da Igreja.

A perspectiva de oposição às práticas de poder e às possíveis associações é endossada pela publicação de um outro extenso artigo, de autoria do próprio Bispo de Sobral, que leva as tensões a um outro *status*. O título é bem sugestivo, “Por que vês tu o argueiro no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?”. É importante a discussão de alguns pontos desse importante artigo do prelado sobralense. Logo em seu segundo parágrafo Dom José disserta que,

Bem poderia S.S. ter omitido as infelizes e inoportunas refencias à Acção Catholica, ferindo e ridicularizando as Autoridades Ecclesiasticas do Ceará, cuja moderação em matéria de política é mais que notoria. A linguagem do Sr. Dr. José Saboya faz lembrar a sentença de Christo “d’aquillo de que está cheio o coração fala a boca” (Math. XII, 34). (*Correio da Semana*, 14 de janeiro de 1947, p. 1)

Nesse trecho, Dom José busca defender a Igreja dos ataques do rival, expondo as possíveis reais intenções do prelado sobralense, a fim de associar o Dr. José Saboya contra os católicos por ele “ferir” e “ridicularizar” as “autoridades” eclesiásticas cearenses. É uma tentativa de expor que os sentimentos anticlericais e políticos do ex-juiz foram finalmente revelados.

Nos parágrafos seguintes são reproduzidas reflexões que endossam essa ideia, até que o bispo busca refletir sobre a questão do eleitorado católico frente a configuração política naquele contexto. Segundo o então bispo,

O eleitorado catholico está dividido entre as varias facções políticas, e a Igreja nada tem a oppôr, uma vez que esses partidos não hostilizem a sua fé e o seus direitos. Mas, como muito acima dos interesses políticos, geralmente, personalíssimos, estão os interesses morais e religiosos d’esse mesmo eleitorado, nada mais logico do que os seus chefes, que não são “pretensos diretores da consciência”, mas homens de alto descortino, à vista do perigo iminente em que a Patria se acha, procurarem abrir os olhos dos catholicos, premunil-os, guial-os, dirigil-os, coordenal-os. Si os catholicos não quizerem agir, serão esmagados. (*Correio da Semana*, 14 de janeiro de 1947. p.1)

Novamente é reiterada a prática de conclamar os católicos a um discurso belicoso. Chama a atenção a ideia de divisão do eleitorado católico nesse contexto exposta por Dom

José e a preocupação em manifestar quem seria a referência a orientar os passos desse eleitorado para as escolhas políticas, tratando como uma questão de sobrevivência, senão, seriam “esmagados”. Justifica assim a ação da Igreja na orientação da participação na votação indicando em quais candidatos não deveria votar. O Bispo provoca, ainda, o desafeto ao afirmar que,

Vê, pois, o Sr. Dr. José Saboya, que ser votavel ou não votavel, se habet ex parte rei, non ex intentione agentis [na parte da coisa, não a partir da intenção do agente]. E, na verdade, o Sr. Dr. José Saboya, que sabe organizar tão bem as suas hostes eleitorais e dar-lhes a palavra de ordem, (que seja dito de passagem, muitas vezes têm sido burladas porque o voto é secreto e livre, e a consciência é terra onde ninguém entra), permitiria aos seus correligionarios e aos seus operarios votarem nos candidatos do P.R.P., do P.S.D., e de outros quaisquer PPP porventura existentes?
Evidentemente, não! E é logico. Pois é o que fazem os catholicos, foi o que fizeram o Sr. Arcebispo e a Acção Catholica.
(*Correio da Semana*, 14 de janeiro de 1947, p.1)

Aqui é justificado o título do artigo de Dom José ao expor que o que a Igreja faz, selecionar, apontar e doutrinar os eleitores durante as eleições, nada mais é do que uma prática também realizada pelo desafeto Dr. José Saboya, mas que este não consegue ser eficiente haja vista que o voto era secreto e seus empregados usavam a consciência em voto contrário ao do ex-magistrado. O Bispo aqui iguala a Igreja às práticas de poder desenvolvidas por Dr. José Saboya. Nesse aspecto são dois lados da mesma moeda.

Os ataques coordenados não cessariam nesse ponto. Em 14 de janeiro o Padre Sabino traz um novo texto de ataque aberto ao candidato da UDN e a figura do Dr. José Saboya. Mais uma vez, o inimigo a ser associado a figura do ex-magistrado a fim de aglutinar os católicos é o do comunismo. No texto “Quem é o candidato dos comunistas?”, Sabino expõe que,

Claro ficou que dos dois candidatos à Presidencia do Estado não é o General Onofre o que conta com o apoio oficial dos vermelhos e dito claramente a nota de esclarecimento aos eleitores católicos. Daí terá que se concluir, logicamente, que os comunistas apoiam o Desembargador? De nenhum modo. Seria uma ilação apressada e apaixonada, por que poderia suceder que o PCB não dêsse o seu apoio a nenhum dos ilustres candidatos.
(*Correio da Semana*, 14 de janeiro de 1947. p.2)

O discurso nessa parte do texto corrobora com a ideia de que a Igreja não deveria tomar partido algum nas eleições, apenas indicando os candidatos que não deveriam ser votados. Se Faustino não se identificasse com a égide comunista, não deveria ser atacado de forma “apressada e apaixonada”. Porém, na sequência, a ordem do discurso muda de figura, “Deante, porém, dos factos e das circunstancias reais dissipam se as duvidas e faz crer aos que

refletem desapassionadamente que de fato os comunistas apoiam a candidatura do Desembargador [...]”.

Sabino apresenta justificativas para associar os comunistas a Faustino Albuquerque, evidenciando as pessoas que fazem apoio ao desembargador naquele contexto. Aqui passa o General Onofre a contar com apoio oficial de parte do clero, mas com ressalvas:

Na qualidade de sacerdote, de cidadão brasileiro como os que mais o sejam e de conhecimento anti-comunista não passo em consciencia votar no Desembargador. Posso destacar, no entanto, que se o apoio comunista passasse do Desembargador para o General eu seria imediatamente eleitor do ilustre homem da toga.
(*Correio da Semana*, 14 de janeiro de 1947, p. 1)

A ofensiva da Igreja não ficaria sem resposta. O Dr. José Saboya usa de sua influência política no judiciário para obter um direito de resposta autorizado pela justiça no próprio jornal da Igreja. Isso não poderia acontecer em melhor momento. Faustino Albuquerque vence as eleições estaduais e a resposta do Dr. José Saboya agora poderia ser carregada de todo o triunfalismo político frente à Igreja. Intitulado “O meu anti-clericalismo”, o texto traz duras respostas ao Bispo Dom José e ao Padre Sabino,

Compensando-se da inibição jornalística em que se tem mantido nos últimos meses, o Sr. D. José Tupynambá, bispo de Sobral, viu chegar nas vespertas das eleições estaduais, a ocasião [p]asada para manifestar a sua má vontade para com os que sustentavam a candidatura do Desembargador (sic) Faustino de Albuquerque, contra a daquele, que especulação política, os seus partidários denominaram o candidato do povo católico do Ceará. Partidário do General Onofre Muniz, apoiado pelo pessedismo da Igreja, do qual S. Excia., que o jornal de sua propriedade e sob sua orientação e redação, abrisse um fogo de barragem, obedecendo à tática nazista, contra aqueles que se achavam na linha de frente em defeza da candidatura Faustino (sic), enquanto não chegava o momento de dirigir suas baterias contra o próprio Desembargador, como depois sucedeu.
(*Correio da Semana*, 11 de fevereiro de 1947, p. 1).

Aqui o ex-juiz expõe uma perspectiva de atuação da Igreja no âmbito político. A seu ver, o Bispo orientou suas ações de forma calculada a fim de prejudicar a candidatura do Desembargador Faustino. Para o ex-juiz era claro o apoio do prelado ao General Onofre, e utilizou inclusive de táticas nazistas de propaganda de massa para alcançar seus objetivos. O adversário de Dom José, ainda, ataca a construção social de uma memória de veneração à sua personalidade. Segundo ele,

Por último, quero lastimar que as minhas pobres letras, por vezes motivo de imaginárias ofensas a S. Excia. dêem lugar a tão repetidas manifestações de desagravo que, por sua frequência, e sem razão de ser, já estão sendo encaradas pelo grosso público sob o prisma do ridículo, e não representam mais do que simples manifestações de caráter político; ainda no ultimo meeting teve de ser cassada a

palavra a um orador, por sinal, comunista fichado, que ali acoressa, para exaltar a personalidade do candidato de S. Excia. não sofrem contraste tanto assim, que no último um dos oradores chegou ao ponto de taxar S. Excia. como sendo o maior sobralense, já porventura, nascido e ainda por nascer.
(*Correio da Semana*, 11 de fevereiro de 1947, p. 1).

Dr. José Saboya tenta ainda desassociar sua imagem à do comunismo, inimigo comum de ambos, mas não nega sua ação de pressionar seus subordinados por votarem em seu candidato. Segundo o ex-juiz,

Se, como diz S. Ex^a. Para perscrutar as consciências dos nossos operários, os fazemos seguir para secções eleitorais, acompanhados de fiscais, não é para esse fim que o fazemos, mas para livrá-los da sanha de indivíduos inescrupulosos, entre os quais alguns padres que se dedicam ao papel indigno e criminoso de trocadores de chapas.
(*Correio da Semana*, 11 de fevereiro de 1947, p. 1).

As conquistas que o Dr. José Saboya alcançou ao longo desse embate não poderiam ficar sem respostas. Uma tréplica seria produzida. É inegável o destaque que o ex-juiz alcançou a ter seu candidato vitorioso nas eleições de 1947, apesar dos ataques feitos pelo jornal católico naquele período. Mas dentro da rivalidade entre Bispo e Juiz, a publicação de um direito de resposta tão extenso e ofensivo, expõe fissuras que não cessariam tão facilmente.

A Igreja reage quase que instantaneamente a publicação do direito de resposta do líder udenista sobralense. Em 12 de fevereiro, o Monsenhor Olavo Passos, Vigário Geral, elimina o Dr. José Saboya da Irmandade do SS. Sacramento. Na declaração de eliminação, endereçada ao Tenente Delfino Batista de Melo que era o presidente da irmandade, o clérigo afirmava,

Considerando que o Dr. José Saboya de Albuquerque tem, por mais de uma vez, desacato publicamente ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano;
Considerando que o desacato chegou ao auge, levando o Dr. José Saboya a publicar, por força de lei, um artigo insultuoso ao Exmo. Prelado Diocesano, no mesmo jornal da Diocese "*Correio da Semana*", para mais amesquinhar a Autoridade Ecclesiastica;
Considerando que o Regulamento da Irmandade do S.Smo, de Sobral, no Cap. 1. Art. 7. reza o seguinte: "Será eliminado o Irmão que, por ato publico e formal, haja desacatado a Autoridade Diocesana ou seus delegados e não queira volver à resipiscência";
MANDO que o nome do Dr. José Saboya de Albuquerque seja cancelado do álbum da Irmandade do SSmo Sacramentado de Sobral. E isto tenha V. Senhoria por entendido e dê pronta e cabal execução.
(*Correio da Semana*, 13 de fevereiro de 1947, p.1)

A expulsão da Irmandade do SS. Sacramento foi um duro golpe para o rico industrial e homem das leis de Sobral. Significava a saída de uma associação religiosa que conjurava

tradição e membros de diferentes segmentos da elite da cidade. Tentou em vão, através da participação do seu genro, também integrante da irmandade, o retorno ao grupo. Não se resignou. Mas viu seu isolacionismo dentro da Igreja controlada por seu arquirrival na cidade.

Com o discurso de “busca da verdade”, uma das principais estratégias utilizadas pela Igreja para justificar suas ações, surgem novos textos contra as ações de José Saboya. O primeiro, já em 13 de fevereiro, dois dias depois do direito de resposta do ex-juiz, é a reprodução de um telegrama circular a todos os párocos da diocese escrito pelo próprio Bispo, que novamente vai às lides escritas para defender seus ideais. Em sequência são reproduzidos os textos em resposta, sinalizando apoio ao prelado sobralense. No telegrama, o Bispo afirmava que,

6 de fevereiro - Havendo José Saboya afirmado artigo que publicara *Correio Semana* seguinte aspas Palavras de ordem tinha sido dado por Intermedio da Diocese para que todos os Padres condenassem do pulpito a candidatura Faustino vg e essas ordens não cassadas vg tanto assim que à véspera dp pleito até em Missas de sufragios de defuntos vg se fizeram calorosas pregações a esse respeito aspas peço dizer sinceramente que sabe a respeito. (a) Bispo.
(*Correio da Semana*, 13 de fevereiro de 1947, p. 1)

Os párocos da Diocese de Sobral respondem em peso, tendo seus telegramas e cartas reproduzidos na sequência do *Correio da Semana*, ocupando três das seis páginas do jornal. Os vigários de Guaraciaba, Santa Quitéria, Ibiapina, Coreaú, Licania, Reriutaba, Viçosa, Chaval, Monsenhor Tabosa, Cariré, Nova Russas, Ipu, Marco Referencial, Groairas, Tianguá, Massapê, Granja, Camocim, Bela Cruz, Crateús, Meruoca, Aracatiassú, Acaraú, Ipueuras, Tamboril e Ubajara. Além destes, os clérigos de Sobral também respondem a circular com destaque para os Padres José Inácio Mendes Parente, Edson Frota Mendes, José Aloísio Pinto, Joaquim Arnobio de Andrade, José Gerardo Ferreira Gomes, Joviniaro Loyola, Domingos Araújo (Cura da Sé), Manuel Henriques, Gonçalo Eufrásio, José Palhano de Saboya e Benedito Maia.

Todos são unânimes em afirmar que não houve indicação oficial do Bispo em quem votar naquelas eleições. Há aqui um claro interesse em manter o prelado como vítima dos ataques realizados por Dr. José Saboya. O apoio não fica relatado apenas nos textos de resposta ao telegrama episcopal. Em 18 de fevereiro é publicado um novo texto de defesa, “Mensagem de solidariedade do Clero sobralense ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano”. Nele, afirma-se de forma inflamada que:

As desairosas invectivas do Sr. Dr. Jose Saboya podem passar à poeira da história sem qualquer desdouro para a vida do mais insigne benfeitor de Sobral, o Exmo. e

Revmo. Sr. Bispo Conde Dom José Tupinambá da Frota. Estariam a desmerecer qualquer atenção se não emanassem de um homem que pela idade proveeta, pela posição social, pela tradição que representa, seria possível índice de uma maior responsabilidade.

(*Correio da Semana*, 18 de fevereiro de 1947, p.1)

Neste ponto houve uma clara tentativa de engrandecer a imagem do bispo em detrimento do “apequenamento” que representariam as ações do ex-juiz contra ao prelado Sobralense. A imagem do Bispo, no discurso apresentado, não poderia ser atacada e não ganharia atenção se não fossem as peculiaridades em torno da figura do ex-juiz. A construção de uma memória de grandeza de Dom José é insistente. Na sequência do texto se afirma que,

O Clero Sobralense, num gesto unanime e espontaneo, vem protestar, cheio da mais justa indignação, contra a linguagem desrespeitosa ao seu digno Prelado, recusando ao Dr. José Saboya o direito de vir em publico afrontar a própria Autoridade Episcopal, tentando inutilmente amesquinhar S. Excia. Revma., conhecido no mundo católico como uma de suas glórias imarcescíveis, pela sua ilustração invulgar e pelas virtudes que redoiram a sua excelsa personalidade. O Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Tupinambá assumiu, durante o longo período de sua afanoso episcopado, a posição honrosa de um Príncipe da Igreja, nobre pela virtude grande pela inteligência, festejado e admirado pelas obras.

O ideal de nobreza, a partir das obras construídas, dos títulos didaticamente repetidos e da intelectualidade sugerida, evidenciam a construção, a partir do clero sobralense, de um homem que não poderia atacado. Assinam o texto os Monsenhores Olavo Passos, Fortunato Alves Linhares, Vicente Martins da Costa. Assina o Cônego Domingos Araújo e também os padres Manuel Henrique, José Osmar Carneiro, José Palhano de Saboya, José Gerardo Ferreira Gomes, José Aloísio Pinto, Gonçalo Eufrásio de Oliveira, Sabino Loyola, Luiz Franzoni, Expedito Lopes, Joaquim Arnóbio de Andrade, José Inácio Mendes Parente, Joviano Loyola, Edson Frota Mendes, José Lourenço Araújo, Ivan de Carvalho e Benedito Maia. Vinte padres. Ou seja, todos os clérigos residentes em Sobral.

As defesas públicas nos jornais não cessam. Em 1 de março de 1947, é publicado um editorial, provavelmente pelo Padre Sabino Guimarães Loyola, no *Correio da Semana* com o título “Perseguição religiosa em Sobral: As ovelhas não podem ouvir o seu Pastor”. No texto, o autor revela que,

A campanha totalitaria e anti-clerical do bacharel José Saboya, atingiu as raias da perseguição religiosa. Sabendo ele que o Exmo. Sr. Bispo ia falar aos seus diocesanos, residentes nesta cidade, sobre os fatos relacionados com a atitude insolente do industrial de Sobral, proibiram aos operários assistir à leitura Pastoral, sob pena de serem postos fora da fábrica. E para exercer a espionagem, em obediência à tática nazista, foram destacados alguns veteranos empregados de

confiança da gerencia. Ao que se afirma, até uma operaria, residente à praça da Sé, onde se fez a leitura da carta episcopal teve que se retirar da própria casa, por intimação do prepotente patrão, para não ouvir o seu Chefe espiritual protestar contra o desrespeito do bacharel Jose Saboya.

Alguns operarios não se conformaram com aquele abuso da liberdade alheia e foram ouvir o seu Bispo. Hoje não são mais empregados da fabrica de cujo serviço foram despedidos.

Estamos vivendo, em Sobral, os tristes dias do nazismo. Esta terra tem o seu Hitler!
(*Correio da Semana*, 1 de março de 1947, p.1)

Dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, tachar um adversário de totalitário, que usa de táticas nazistas e, mais diretamente ainda, de que “Hitler de Sobral”, era uma estratégia de demonização do outro que era evidenciada nas páginas do jornal. O editorial revela também as tensões inseridas dentro da própria fábrica de tecidos com a doutrinação realizada pelo patrão frente aos seus operários.

Além dessa resposta coletiva do clero, mais um claro exemplo de tentativa de coesão do clero, há ainda outra exposição discursiva a partir do Padre Sabino Guimarães Loyola. Agora publicando um artigo no jornal católico de Fortaleza, *O Nordeste*, com a intenção de rebater o direito de resposta do Dr. José Saboya contra-argumentando os principais pontos do discurso do líder da UDN em Sobral. Com o título de “Recebendo o labéu merecido”, ou seja, a mancha de honra merecida, Padre Sabino afirmava que desde o início do século o então juiz da cidade demonstrava seu anticlericalismo.⁶³ Segundo o clérigo defensor incondicional da Igreja, “Volvidos mais de 40 anos, vemos o mesmo homem de ontem, sem ter evoluído, de cabeça coberta de cans pelos anos, não muito distante da sepultura, a mostrar agora a sua cólera contra os padres que, com ele, não quiseram salvar a honra da Igreja no Ceará”. (*O Nordeste*, 22 de fevereiro de 1947. p. 1).

O Dr. José Saboya era um opositor de longa data, que não tinha argumentos sólidos o suficiente, na perspectiva do clérigo, para desafiar os rumos da Igreja. Sabino rebate as críticas contra a circular N° 64⁶⁴, contra os ataques à Ação Católica e os Processos Empregados. Nota-se que as disputas simbólicas não ficam restritas apenas a cidade de Sobral. Ganham repercussão e espaço na mídia de Fortaleza. É através desta também a publicação da resposta de José Saboya, mas o palco escolhido foi o jornal *O Povo*. Em 5 de

⁶³ Segundo Sabino, “O anticlericalismo de S. S^a. é mal velho. No jornal ‘A cidade’ de 5 de Janeiro de 1904 lê-se este trecho: “As palavras infamantes que tentaste atirar no sacerdote honrado, as injurias que soltasse ao Padre Custódio, este ministro virtuosíssimo, não o atingem porque ele está muito acima destes miseráveis que ufanam-se em morder a reputação dos homens que lhe fazem sombra”. (Jornal *O Nordeste*, 22 de fevereiro de 1947).

⁶⁴ Segundo Sabino, Da Circular N° 64, Quanto às candidaturas dos deputados estaduais, nosso dever será: 1º.) recusar nosso voto aos candidatos do Partido Comunista; 2º.) recusá-lo igualmente aos candidatos INDIGNOS dos outros partidos. (INDIGNOS para nós católicos são, por exemplo, os maçons, os comunistas, os protestantes, os espirituais); 3º.) votar em candidatos dignos.

março de 1947 é publicado um texto de resposta do ex-juiz, fazendo um aparato geral do embate, com ênfase no caso de sua expulsão da irmandade do Santíssimo Sacramento. Dr. José Saboya afirma no texto que,

Não estou com isto me defendendo, pois não pretendo “*volver a resipiscência*”, conforme ridiculamente se me insinua; já me sinto bastante confortado com o ato de inúmeros dos meus ex irmãos, que se recusaram a assinar as listas de solidariedade a S. Excia., e sde condenação à minha conduta, pois sendo de quase 300 o número dos associados, pouco mais de 40 assinara ditas listas, ao mesmo tempo que 31 outros se eliminaram espontaneamente da Irmandade, constituindo assim o apelo episcopal, um esplêndido fracasso, em holocausto à sua prepotência.
(*O Povo*, 5 de março de 1947, p. 1).

O Dr. José Saboya não demonstrava estar intimidado com a campanha de defesas (e ataques) organizada pela Igreja. Batia de frente e, na construção de seus discursos, evidenciava sua envergadura política e seu capital simbólico. Talvez em Sobral só ele conseguisse fazer frente ao Bispo de Sobral.

Três semanas após a publicação do texto do ex-juiz no jornal *O Povo*, o Padre Sabino constrói um texto para tentar finalizar as disputas. Com o sugestivo título de “A vitória da verdade”, o clérigo expõe aspectos que do direito canônico que sustentaram a expulsão do ex-juiz da Irmandade do S.S. Sacramento. Segundo ele, “Baseado no Canon 2344, o Bispo da Diocese ou o Vigário Geral poderia tomar medidas mais enérgicas e graves” (*Correio da Semana*, 25 de março de 1947, p.1).

Os grupos católicos continuaram a se mobilizar em torno do bispo, construindo redes de apoio de reprodução de discursos nos jornais. A correspondência pessoal do bispo revela o recebimento de apoio de diferentes regiões do estado, por exemplo, um antigo colega de Dom José no seminário da prainha, em Fortaleza, envia um texto com um discurso intenso de apoio e afago. Nele, é possível destacar que,

Esta tem o fim de levar ao meu bom amigo, o conforto necessário aos seus grandes sofrimentos, ante a incompreensão dos homens, que desconhecendo os preceitos sublimes da caridade, ordenadas por N. S. Jesus Cristo atacam baixamente ao seu digno Bispo, vigário de Nosso Senhor, chagando o seu puro e formoso coração de santo apóstolo, com palavras e irreverências baixas, digo apenas dos acatólicos e desumanos. Tenho curtido os maiores sofrimentos com seus vexames. (Cartas para Dom José. Pasta 6. Disponível no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS, vinculado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.)

Além de mensagens de solidariedade do período, é perceptível que a historiografia eclesiástica também nutria suas seletividades nas narrativas. Em *Cronologia Sobralense*, obra publicada originalmente em 1990, Padre Sadoc de Araújo detalha, dia a dia, os embates entre

a Igreja e o ex-juiz de direito e chefe da UDN nos meses de janeiro e fevereiro de 1947. A obra, que nutre o caráter de sequenciar fatos entendidos como importantes para o clérigo que indicassem a história da cidade, fez suas seletividades.

Em 4 de janeiro há a narrativa acerca da publicação da “Circular nº 64, do Arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio de Almeida Lustosa e contra ataques do Dr. José Saboya de Albuquerque, por motivo da orientação dada pela Igreja para que os católicos não votem em candidatos amparados pelos comunistas”, segundo o padre e historiador, “Tal artigo suscitou polêmica entre o Bispo de Sobral e o ex-Juiz de Direito” (ARAÚJO, 2015, p. 213). Já no dia 18 de janeiro é evidenciado um artigo do Padre José Inácio Parente com o título “Revela-se mais uma vez o anti-clericalismo do Dr. José Saboya” (ARAÚJO, 2015, p. 213).

No dia 11 de fevereiro, após a vitória do desembargador Faustino de Albuquerque, candidato apoiado pelo Dr. José Saboya e combatido pela Igreja, que por seu turno apoiava o General Onofre, é tratado como fato importante por Araújo a publicação do “artigo de Dr. José Saboya de Albuquerque, sob o título de ‘O meu Anti-Clericalismo’, contra Dom José Tupinambá da Frota, Bispo Diocesano” (ARAÚJO, 2015, p. 214). É o artigo de direito de resposta citado acima.

Nos dias seguintes fatos importantes atrelados à publicação do direito de resposta no *Correio da Semana* são narrados por Araújo. No dia 12 de fevereiro, o ex-juiz “é expulso da Irmandade do SS. Sacramento”. No dia seguinte, “O ‘*Correio da Semana*’ publica artigo do diretor Pe. Sabino Loyola, rebatendo o Dr. José Saboya, e protestos do clero e de associações católicas”. (ARAÚJO, 2015, p. 214).

Finalmente, no dia 18 de fevereiro, o último fato marcante acerca dos embates entre bispo e ex-juiz no contexto das eleições estaduais. Nele, “Continua a defesa de Dom José no jornal ‘*Correio da Semana*’, com artigos de linguagem forte e contundente contra o Dr. José Saboya”. (ARAÚJO, 2015, p. 214).

O que há então no contexto problematizado é uma Igreja combativa e palco de combates. Ou seja, ao mesmo tempo em que utiliza de seus “soldados” para os combates discursivos pela posse da cidade, percebe em seu próprio campo intelectual e político tensões sobre que discurso e prática católica havia na cidade. Nela há o palco de embates para saber quem está autorizado a imprimir um *poder simbólico* a partir da Igreja, entendendo este poder, a partir de Bourdieu, como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo” (BORDIEU, 2010, p. 9).

É uma disputa contínua para poder instituir um projeto de cidade. Ela não fica restrita apenas ao ex-juiz. Seu genro, que era Senador da República, também se envolve em disputas discursivas com o bispo de Sobral. É o que se pretende estudar no tópico que se segue.

3.3 “REPTO O SENADOR A PROVAR AS SUAS DECLARAÇÕES”: AS ELEIÇÕES DE 1947 E AS TENSÕES NO CAMPO POLÍTICO SOBRALENSE

E vejo enquanto o olhar dirijo ao cerco
um com a cabeça em tanta merda sujo,
que a ver se é leigo ou clérigo me perco⁶⁵.
(DANTE ALIGHIERI, 2010, p. 241)

O *inferno* narrado por Dante, em seu Canto XVIII, do *inferno*, impossibilita a distinção entre *leigo* e *clérigo*. Será que há distinção entre esses dois sujeitos quando o tema é a política? Ou melhor, o quão *animal político*⁶⁶ pode ser um padre? O quão o clérigo tenta negar sua condição política dentro da cidade? Esse é o desafio dos religiosos que enveredam pelas práticas de poder além dos muros das igrejas, o de ainda serem reconhecidos pelas suas obras ligadas à religião ao invés do que pelo exercício do poder.

Neste tópico são estudados como foram colocados ainda mais alguns dedos nas chagas políticas dos clérigos sobralenses, com destaque para o bispo. Será que como bispo Dom José era um “desastroso político”? É, dessa forma, um desdobramento das disputas entre a Igreja e o grupo político do Dr. José Saboya. Nas discussões que se seguem isso será evidenciado pela participação de seus genros, o Senador Plínio Pompeu de Saboia Magalhães e o bacharel José Maria Mont’Alverne.

As disputas políticas em Sobral não cessaram com as tensões entre o Bispo e o líder do então partido da “situação”, Dr. José Saboya e UDN, nos jogos de poder em âmbito estadual. As eleições de 1947 provocaram rupturas e rivalidades que tornaram expostas fissuras cidadinas. A cidade fica dividida em duas opções para apoiar. Ou o bispo que há quase quatro décadas administrava a Igreja e intervinha de forma efetiva na cidade, ou o lado do ex-juiz

⁶⁵ No original, em italiano, “E mentre ch'io là giù con l'occhio cerco,/ vidi un col capo sì di merda lordo,/ che non parëa s'era laico o cherco”. Canto XVIII, 115-117.

⁶⁶ Faz-se aqui referência a clássica definição de homem como animal político por Aristóteles. Segundo o livro II de A Política, “Fica evidente, pois, que a Cidade é uma criação da natureza, e que o homem, por natureza, é um animal político, e que o homem que, por sua natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem” (ARISTÓTELES, 2010, p. 56). Percebe-se ainda, segundo a visão do filósofo clássico grego, que a cidade é vista como o habitat para o homem político, que usa de tal pressuposto para poder viver em sociedade.

que ganhava projeção estadual com parlamentares eleitos e que acabavam de ver seu candidato ao executivo cearense ser vitorioso.

Sobral se parece muito com Sofrônia⁶⁷, dividida em duas “meia” cidades que ficam à mercê da desmontagem de uma de suas metades, no caso sobralense, a partir dos rearranjos políticos que de temporadas em temporadas colocavam em cheque uma pretensa unidade da cidadina. A cidade fica à espera do passar dos embates para voltar a ser uma só. Qual o lado seria desmontado?

Em Sobral, um dos principais “soldados” do Dr. José Saboya passa a ser seu genro, Plínio Pompeu de Saboia Magalhães (1892-1994), político ipuense, que já tinha sido prefeito de Fortaleza entre 1934 e 1935, e naquela conjuntura era Senador da República⁶⁸, o que já evidencia o quão próximas eram as estruturas de poder da influência de José Saboya de Albuquerque. Plínio era casado com Maria da Soledade Saboya, uma das filhas do ex-magistrado. Logrou consistente carreira política em sua longa vida. O seu embate com o Bispo Dom José tem em muito relacionado com seu sogro. É mais um relato que almeja associar as disputas políticas da eleição à participação da Igreja contra o candidato vitorioso, Faustino Albuquerque.

O embate é intrinsecamente ligado às eleições de 1947. Reproduz ainda ressentimentos que marcam as disputas eleitorais entre o grupo do General Onofre, que recebeu apoio não oficial da Igreja, e do Desembargador Faustino Albuquerque, da UDN e apoiado pelo Dr. José Saboya. É notável que algumas dessas questões a partir do estudo das eleições, que têm o papel de desnudar eventos e intrigas inerentes as disputas pelo poder, que ficam à margem da percepção na maior parte do tempo.⁶⁹

⁶⁷ Sofrônia é a quarta cidade da sessão “As Cidades Delgadas”, presente na obra *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino. Nela, segundo o autor, “A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira, encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda-gigante com cabinas giratórias, o globo da morte com motociclistas de cabeça para baixo, a cúpula do circo com os trapézios amarrados no meio. A segunda meia cidade é de pedra e mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina a sua temporada, é desparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade”. (CALVINO, 1990, p. 61).

⁶⁸ Plínio foi eleito senador pela UDN nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Conquistou 160468 votos, sendo o mais votado do pleito, ficando à frente de nomes como Cesar Cals, Menezes Pimentel e Luiz Carlos Prestes. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>, acesso em 14 de julho de 2016.

⁶⁹ Nesse aspecto, concordo com as reflexões de René Rémond. Segundo ele, refletindo sobre o estudo das eleições na história: “A dimensão política não absorve toda a sua atenção: esta se dirige mesmo, em geral, prioritariamente, para as estruturas sociais ou as flutuações da conjuntura econômica, na esperança secreta de descobrir aí a chave das evoluções políticas. Mas o político está longe de estar ausente do seu campo de observação, e as eleições têm direito a um lugar privilegiado como um elemento incomparável de informação sobre os movimentos de opinião”. (RÉMOND, 2003, p. 42)

É importante destacar como os laços afetivos de amizade ou rivalidade são indissociáveis das ações dos intelectuais nas batalhas simbólicas pela cidade. Aparentemente, os textos que nutriam um discurso de “razão” fogem desse ideário a fim de defender as personagens que lideravam um grupo ou outro. Dessa forma, essa análise segue a linha proposta por Sirinelli, que afirma que,

A atração e a amizade e, *a contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microssociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão. De outro lado, a imbricação das tensões devidas aos debates de idéias e desses fatores afetivos desemboca talvez, em alguns casos, numa patologia do intelectual. (SIRINELLI, 2003, p. 250)

Os embates aqui narrados, com o protagonismo para os dois genros do Dr. José Saboya de Albuquerque, não podem ser compreendidos fora desse eixo que permeia a afetividade entre os intelectuais. Aqui, como em vários outros momentos estudados nesta pesquisa, a razão é deixada de lado pelas paixões na elaboração das *práticas letradas*.

É destacável que no recorte temporal em questão as disputas partidárias de uma nova experiência democrática eram marcadas por um novo jogo de relações partidárias, que muitas vezes não se baseavam na ideia de fidelidade. O período, marcado por alternâncias de grupos partidários no poder, também é marcado pelas constantes trocas de partidos pelos políticos cearenses. Segundo Francisco Josênio Parente,

Na região Norte do Ceará, os partidos não tinham fidelidade como na região Sul, e sofriam defecções mais frequentes por encontrarem lideranças organizadas de forma independente. Essa característica, segundo Parsifal Barroso, um político daquela região, pode ser avaliada na relação dos líderes políticos locais com os eleitores, “pois os coronéis da zona Norte eram mais bem estruturados quanto aos seus eleitorados. Quer fosse em Sobral, quer fosse em Granja, quer fosse em Camocim, quer fosse em qualquer município da zona Norte”. (PARENTE, 2014, p. 385)

Dessa forma, interessava mais o grupo político de um “coronel” do que o partido político em que ele estava filiado. Também por isso foram tão relevantes as práticas de poder praticadas por sujeitos como Dr. José Saboya, Chico Monte e, inclusive, Dom José Tupinambá da Frota.

O pleito para governador do Estado ocorreu em 19 de janeiro de 1947. O resultado demorou aproximadamente duas semanas para ser oficializado. Dependeu do ritmo lento de apuração das cédulas, algo típico no período, somado às tentativas de impugnação no Tribunal Superior Eleitoral. Nesse ínterim houve ainda comentários e interpretações sobre a disputa e o

resultado do pleito. Alguns desses embates ganham desdobramentos que acabam por marcar a divisão da cidade, intensificando rivalidades.

Os embates narrados aqui, tornados visíveis a partir das eleições de 1947 e da produção de discursos em torno delas, revela algumas das tensões do campo político⁷⁰ sobralense.

A partir então dessa perspectiva, qual a *distância* entre Plínio Pompeu e Dom José nas relações políticas locais? É sensível, a partir da documentação a seguir, que eles estavam mais próximos do que se pressupõe à primeira vista a relação entre um senador federal e um bispo do interior. Eles podiam se inserir numa mesma tensão política, disputando a posse pelo exercício do poder institucional na cidade.

Em 25 de janeiro, Plínio Pompeu concede entrevista ao jornal carioca *Diário da Noite*. Era um importante jornal do grupo “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand. Nela, em primeira página, há o seguinte título e entrevista em destaque,

O DEPUTADO [sic] REVELA QUE ESTEVE CERCADO POR MAIS DE 20 FACÍNORAS ARMADOS DE FACA

Como o sr. Plínio Pompeu viu o pleito eleitoral no Ceará – Arma contra a União Democrática Nacional

O senador Plínio Pompeu passou o último domingo em Fortaleza e dá do pleito impressões muito nítidas:

- O entusiasmo foi maior que nas eleições de dezembro de 45, de sorte que a cifra avultada das abstenções constituiu inexplicável surpresa para muita gente. Para mim, digo-a sem a menor hesitação (sic), a razão está na campanha que certos círculos moveram contra a UDN.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 1).

Nesse trecho, há um claro destaque dado ao político udenista no jornal. A chamada da matéria também mantém grande destaque e atração ao leitor, haja vista que não é toda hora que se vê um relato de um parlamentar⁷¹ afirmando que fora cercado por mais de vinte pessoas portando armas brancas. É destacado na primeira parte dessa importante entrevista que guia as análises neste texto a atenção dada pelo senador ao grande número de abstenções

⁷⁰ Entendo a ideia de campo político a partir de Pierre Bourdieu. Segundo o autor francês: “O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações”. (BOURDIEU, 2010, p. 64).

⁷¹ No título consta “Deputado”, mas nas primeiras linhas Plínio Pompeu é apresentado como Senador, que era o seu cargo político na época.

ocorridas ao longo das eleições de 1947. Aqui vale pensar sobre a *lucidez política*⁷² ou sobre a *obediência religiosa*. Plínio não hesita em afirmar que a responsabilidade está envolta na campanha de certos grupos contra a UDN

Mas que círculos seriam estes? Na continuidade da entrevista o senador expõe que,

UMA ARMA CONTRA A UDN

E entrando nos detalhes do caso:

- Evidentemente grossos contingentes eleitorais não querendo votar no PSD conforme a pressão exercida por numerosos padres em posição de destaque em meio à população, preferiram abster-se, e assim os candidatos udenistas perderam não poucos sufrágios.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 1).

Ou seja, a responsabilidade do pequeno quórum de votação seria da Igreja. Plínio Pompeu demonstra, segundo sua lógica política, que os eleitores se sentiam pressionados pela suposta atuação dos padres nas lides da política, gerando um mal-estar para a realização do sufrágio. Os eleitores sentiam-se indispostos em votar no candidato supostamente indicado pelos clérigos, todavia não rompiam totalmente com a Igreja e preferiam a abstenção do que votar no candidato udenista, combatido, supostamente, pelos sacerdotes. Seria uma terceira via de ação para o eleitor, entre optar por desobedecer a Igreja ou o grupo udenista, o eleitor preferiu não votar.

Na entrevista, Plínio Pompeu começou a narrar cuidadosamente o seu relato, colocando o bispo Dom José, protagonista das tensões narradas no tópico anterior junto ao Dr. José Saboya, como cerne do projeto de combate aos udenistas. Segundo a entrevista,

A CIRCULAR

Apertam-se os amigos em roda do representante da União Democrática, que exemplifica:

- Prestem atenção no que se passou com alto prelado de Sobral, que não cessou de recomendar publicamente candidatos do PRP, apresentando para governador o general Onofre. Sobral é precisamente minha terra. Ali chefiando nossa política o dr. José Saboya o qual comentando em comício a circular n. 64 do arcebispo de Fortaleza, estranhou que a autoridade religiosa houvesse considerado indignos os protestantes, os maçons e os comunistas, sem citar outros grupos. Tanto bastou para que determinados sacerdotes iniciassem tenaz e desarrazoada campanha contra a U.D.N.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p.1).

⁷² Faço aqui analogia à obra *Ensaio sobre a lucidez*, de José Saramago. No início de tal romance, há a narrativa de uma eleição da capital, a mesma de *Ensaio sobre a cegueira*, onde a taxa de abstenções era baixa, porém, há uma avalanche de votos em branco, provoca um grande impacto nas relações políticas de todo o Estado onde se passa a narrativa. Nesse trecho, “Os votos válidos não chegavam a vinte e cinco por cento, distribuídos pelo partido da direita, treze por cento, pelo partido do meio, nove por cento, e pelo partido da esquerda, dois e meio por cento. Pouquíssimos os votos nulos, pouquíssimas as abstenções. Todos os outros, mais de setenta por cento da totalidade, estavam em branco”. (SARAMAGO, 2004, p. 24).

Esse trecho possibilita refletir novamente, de quem é [era] Sobral? Plínio Pompeu associa a chefia da política da cidade ao seu sogro, Dr. José Saboya, ao mesmo tempo que revela o esforço de outro protagonista, o bispo Dom José, em combater tal exercício do poder político. Isso nos faz pensar em outro ponto, quantas [visões de] cidades existem dentro de uma mesma cidade? O referencial varia conforme o *lugar social* em que o observador está.

O senador cearense não se intimida com as possíveis reverberações que seus ataques trariam em Sobral. Além de construir uma narrativa que associa a política da região ao seu sogro, o político adverte a participação do alto prelado sobralense, além de chamar a atenção para o fato de a circular n. 64 ter sido utilizada como base para que os padres “iniciassem tenaz e desarrazoada campanha contra a U.D.N.”. O tópico anterior da entrevista é apenas mera introdução para o cerne dos posicionamentos contra o bispo de Sobral. Na sequência é reproduzido que,

OUTROS FATOS

Detendo-se na conduta de D. José Tupinambá da Costa [sic] no bispado daquela cidade do norte cearense.

- Tendo montado um amplificador na praça principal de minha cidade, d. José fazia diariamente viva propaganda contra a UDN sempre elogiando o Sr. Plinio Salgado. Aproveitando-se do incidente que tive com o padre Domingos Barreto, o bispo ordenou a todos os religiosos sob sua influência para que divulgassem que a UDN estava processando sacerdotes e assim encontrou uma forma prática de aumentar a pressão contra determinado e numeroso setor do eleitorado udenista.

E passando aos algarismos:

- Não admira que em dezembro de 45, tivéssemos em todo o Estado 65 mil sufrágios, enquanto desta vez chegaremos a uns 50 mil, dos quais 18 mil ganhos em Fortaleza.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 2).

O bispo de Sobral é narrado como um sujeito que usa de seu capital político e das instituições da Igreja para atacar os rivais. A narrativa do uso de um amplificador católico para o viés eleitoral constrói a imagem de um bispo inserido nas práticas de poder da cidade, usando das técnicas e tecnologias necessárias para alcançar seus objetivos. Além dessa descrição, Dom José também é tachado como um aproveitador factual, a usar um fato político diferente, a contenda entre o próprio Plínio Pompeu e um clérigo, o Padre Domingos Barreto, para conclamar todos os religiosos a divulgarem que a UDN processava os clérigos. É, a partir do testemunho do senador, uma possibilidade de interpretação de mais uma tentativa de *militarização* do clero.

É um Dom José cada vez mais envolvido na política que é possível perceber na narrativa do Senador Plínio Pompeu. Não é um fenômeno estranho à história as relações de proximidade entre religião e política, apesar da constante negação desta relação por parte da Igreja. Segundo Aline Coutrot,

[...] o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. [...] A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade. (COUTROT, 2003, p. 335)

As relações entre política e religião, dessa forma, são inerentes a condição relacional entre instituições e sociedades. Porém, o caso religioso causa efervescência por conta da constante negação do envolvimento na política por parte da Igreja Católica. Expor o envolvimento do prelado é uma estratégia de miná-lo politicamente. Porém, as narrativas de Plínio também buscam construir uma visão heroica de si.

Além dessa construção narrativa de um bispo engajado politicamente contra a UDN, Plínio Pompeu ainda busca relatar sua *vitimização* ao longo das práticas de poder. É assim que o jornal relata o tópico seguinte da entrevista,

O RAIO DAS FACAS

A respeito dos acontecimentos de Ibiapina assim se referiu o senador Pompeu:

- Estávamos em pleno comício, e a nosso lado encontrava-se o próprio candidato da União Democrática ao governo constitucional, desembargador Faustino Albuquerque, quando um grupo de indivíduos embriagados rompeu por entre a multidão comandados por aqueles que, horas antes, havia sido nomeado prefeito, precisamente o genro do chefe político situacionista, candidato na chapa pessedista.

Avançaram aos vivos ao general Onofre, e como nossos correligionários respondessem com vivos a seus candidatos, puxaram facas e sabres. Como saísse a defender nossos amigos, vi-me de repente cercado por mais de vinte facínoras de arma em punho, tendo de segurar um deles pelo braço. Telegrafei imediatamente ao chefe de polícia em Fortaleza, que nenhuma providência tomou, logo depois empossando-se em Ibiapina com o prefeito o chefe do raid a arma branca contra os udenistas.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 2).

Dito isso, perpassando de toda narrativa “romantizada” do senador, o que chama atenção é o fato de sempre associar a violência ao grupo situacionista, deixando o fato de que os indivíduos que causam a agressão estavam embriagados em segundo plano, e explicitando, de forma estratégica, que a cidade de Ibiapina, palco do comício, era um palco propício a tensão devido à eleição de um candidato do PSD, destacando ainda que este era genro do

chefe político local. Irônico que o próprio Plínio Pompeu devia boa parte de seu capital político também a ser genro de um importante chefe político da região, o Dr. José Saboya.

Pode-se entender a narrativa do senador, um homem que não foge das facas nem se deixa intimidar, como uma tentativa de o associar a da perspectiva de *homem nordestino* ligado ao arquétipo de macheza inventado ao longo do início do século XX e problematizado por Albuquerque Júnior,

O nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histérica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, áspero, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 150)

Depois dessa narrativa que beira uma valorização heroica do fato de ter escapado do cerco dos homens armados, que se apoia nos valores conservadores, rústicos, ásperez e masculinizados a que Albuquerque Júnior fala, o senador ainda busca evidenciar que a atuação do chefe de polícia de Fortaleza fora parcial para não resolver a contenda. É interessante imaginar o que tal chefe poderia fazer a mais de trezentos quilômetros distantes da cidade em questão.

Mas as narrativas posteriores à vitória de Faustino Albuquerque não cessam no caso do comício cercado de facas. O Senador Plínio Pompeu ainda faz questão de evidenciar sua discordância com o então interventor do Ceará, o militar José Machado Lopes, que antecede o Desembargador Faustino no executivo cearense. No jornal é reproduzido que,

O INTERVENTOR

Passou nosso entrevistado a focalizar a atitude do governo estadual:

- A conduta do interventor, foi parcial, pois colocou todas as forças e autoridades do interior à disposição das correntes pessedistas ao mesmo tempo em que demitia os prefeitos udenistas, bem assim como delegados e funcionários partidários de nossa facção. Não é de admirar que conseguindo, em 45, no norte do Estado, mais de 22 mil sufrágios, mal chegemos a 18 mil desta vez, enquanto no interior conseguimos da outra vez 35 mil contra uns 12 mil agora. Em Fortaleza, apesar das pressões, melhoramos pois devemos dobrar a contingente que foi de oito mil e tanto no ano da derrubada ditadura.

(*Jornal Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 2)

A narrativa que associa as ações do governador à noção de parcialidade, combinada com o decréscimo da participação popular e da quantidade de votos, é somada a narrativa de vitória heroica empreendida pelo senador Plínio Pompeu, pincelada por supostas dificuldades ao longo do pleito. Plínio Pompeu, naquele dia 25 de janeiro, fez seu discurso de vencedor,

fazendo questão de expor as contradições, a partir da sua óptica, que permeavam as ações de seus adversários políticos. O senador não ficaria sem respostas...

A primeira seria em defesa do Interventor do Ceará, José Machado Lopes, e o palco seria o mesmo veículo jornalístico, o *Diário da Noite*, sediado na capital federal de então. O suplente de deputado federal, sr. Jayme de Vasconcellos, segundo o jornal, “um dos líderes políticos do P.S.D. no Ceará”, toma defesa do interventor estadual ao afirmar que,

As afirmações do meu eminente amigo Plínio Pompeu foram feitas, naturalmente, num estado de profunda exaltação partidária. Sou suspeito para falar do coronel Machado Lopes cuja conduta à frente da Interventoria cearense, tem sido inatacável. São lembrados os seus esforços quando por todos os meios, procurou harmonizar a família política do meu Estado. As possíveis demissões só podem ter sido feitas a bem da organização administrativa, pois o coronel Machado Lopes é apolítico, sendo antes de tudo, um centrado cumpridor dos seus deveres. A sua brilhante atuação na F.E.B. na campanha na Itália, e por fim como Interventor da Leopoldina Railway, num momento crítico, em que o povo ficou ameaçado de falta de transporte e o comercio de receber gêneros alimentícios de primeira necessidade, dizem perfeitamente o que é a linha de conduta do homem, que para felicidade dos cearenses, governa a minha terra.

(*Diário da Noite*, 27 de janeiro de 1947, p. 2).

A imagem do Interventor, talhada como herói de guerra e homem “apolítico”, sustentada pela ideia de que o Senador Plínio Pompeu teceu afirmações “num estado de profunda exaltação partidária” buscam descaracterizar os ataques à suposta parcialidade encampada por Machado Lopes, marcante na narrativa do senador udenista. É uma nova construção discursiva que visa apresentar um Interventor diferente do da óptica de Plínio. Mais do que isso, revela que ser relacionado à política é algo visto com negatividade. Os apoiadores do interventor, assim como os sujeitos pertencentes ao clero, tentam se desassociar da prática política.

Jayme de Vasconcellos ainda faz questão de manter acesa a chama de esperança de uma vitória do General Onofre Muniz, do PSD, naquelas eleições. Ainda no *Diário da Noite*, o suplente de deputado pessidista afirma que,

Os primeiros resultados do pleito, sem uma impugnação e tudo em absoluta ordem, dizem o que foi a imparcialidade do interventor. A diferença de votos entre os dois candidatos é pequena e só com a apuração final, o público saberá quem venceu. Qualquer prognóstico agora, é prematuro. Entretanto pelos telegramas que tenho recebido e diante de uma conversa telefônica que mantive hoje com o ex-Interventor Menezes Pimentel, estou certo de que o P.S.D., vencerá e o general Onofre Muniz será eleitor governador.

(*Jornal Diário da Noite*, 27 de janeiro de 1947, p. 2).

Aqui são expostas, além das relações de acirramento no pleito de 1947, as ligações partidárias entre o membro do PSD e o ex-Interventor Menezes Pimentel, que governou o Ceará entre 1935 e 1945, e tinha abertas relações com a Igreja Católica sendo, inclusive, antigo membro da Liga Eleitoral Católica – LEC. É possível perceber, de forma indireta, as ligações de antigos líderes do partido da Igreja com o apoio ao nome pessedista, o General Onofre Muniz.

As relações entre Menezes Pimentel e o grupo de católicos não é uma novidade. Ele, que foi um dos integrantes dos círculos intelectuais católicos nas décadas anteriores, exerceu o poder por uma década na interventoria do Estado:

Percebemos que, mesmo com o passar dos anos e mesmo antes do Estado Novo, a grande maioria política que era eleita em nosso Estado saía de bases católicas. Raimundo Alencar Araripe e Menezes Pimentel foram dois exemplos máximos dessa força política ligada à intelectualidade católica, tendo forte apoio da Arquidiocese de Fortaleza, podendo ainda ser citado o nome de Waldemar Falcão, que foi senador e Ministro do Trabalho, em 1938, o que mostrava a força dessa entidade dentro do território cearense. (LIMA, 2013, p. 13).

Dessa forma, o político e religioso estavam intimamente interligados no Ceará. É algo conjuntural no estado. Ao longo do governo Vargas houve uma grande (re)aproximação da Igreja com as relações de poder do Estado. Além da criação da LEC, é possível destacar as relações de legitimação que envolviam o clero e setores da classe dirigente. Segundo Thomas Bruneau,

A instabilidade política cresceu, e a Primeira República eventualmente caiu em 1930 ante o movimento revolucionário de Getúlio Vargas. Não estou afirmando que a República caiu por falta de apoio da Igreja: seria simplista demais e incorreto. Entretanto afirmaria que a legitimidade da Igreja é uma vantagem preciosa para o governo. Vargas compreendeu isso e fez tudo para ganhar a aprovação da Igreja. A compreensão que resultou na cooperação Vargas-Leme pode muito bem ter facilitado o governo de Vargas, e certamente ajudou a Igreja a reformular a sua abordagem da influência. (BRUNEAU, 1974, p. 78)

Ou seja, Vargas, apesar de não ser um católico praticante convicto, abusou das relações de conveniência que a Igreja poderia ofertar a si ao longo de seu extenso governo. Como já salientado, nesse caso o Ceará faz parte dessas práticas de poder que envolvem Igreja e Estado⁷³.

⁷³ O Professor Erick da Silva Araújo acrescenta que, “Durante as décadas de 1930-40, o Estado do Ceará experimenta uma crescente ascensão dos grupos políticos católicos. Esta façanha é liderada por D. Manoel da Silva Gomes” (ARAÚJO, 2007, P. 72). Em Sobral, o prefeito que por mais tempo ficou no poder, Vicente Antenor Ferreira Gomes (1935-1944), contava com a simpatia do Bispo Dom José Tupinambá da Frota.

Ainda são notáveis, dessa forma, resquícios da influência católica na administração estatal até as eleições de 1947. Menezes Pimentel e outros políticos católicos ainda mantinham certo protagonismo nas relações de poder eleitorais. Mas as palavras duras do Senador Plínio Pompeu não ficaram ligadas apenas à atuação do Interventor Coronel Machado Lopes. O principal alvo foi um adversário de seu berço político, o Bispo da cidade de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota. Houve respostas duras contra Plínio Pompeu por parte do Bispo de Sobral.

As acusações que os padres se envolveram na política, combateram a UDN e, principalmente, de que Dom José montou uma amplificadora na principal praça da cidade para fazer propaganda contra a União Democrática Nacional, divulgando que este partido estava processando clérigos, tendo o Bispo o objetivo de pressionar a população a rejeitar a o partido rival, apelando para o senso de catolicismos, foram rebatidas através dos veículos de imprensa.

Em 10 de fevereiro o *Correio do Ceará* reproduz em sua edição um telegrama enviado pelo Bispo de Sobral ao *Diário da Noite*. Nele, Dom José escreve que,

Diário da Noite,
Rio

Em referência à notícia publicada pelo “*Diário da Noite*” de 25 de janeiro passado declaro que a amplificadora local não foi comprada por mim nem por minha iniciativa nunca tendo a mesma recebido instruções minhas mormente em questão de candidaturas. É falso ter eu mandado que os padres divulgassem estar a UDN processando um sacerdote. É falso ter eu feito diariamente propaganda contra a UDN elogiando sempre Plínio Salgado.

Repto o senador a provar as suas declarações.

Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral.

(*Correio do Ceará*, 10 de fevereiro de 1947. p. 2)

Dom José faz questão de responder uma a uma as acusações construídas por Plínio Pompeu em sua entrevista de 25 de janeiro no jornal da capital federal. Além da negação de não ter comprado a amplificadora e desta ter recebido orientação para o envolvimento em questões eleitorais, o bispo sobralense ainda indica que não usou de seu pressuposto hierárquico para incentivar os padres para divulgarem propaganda antiudenista ou que o próprio bispo realizasse tal tipo de propagando. O prelado sobralense vai além, desafia o senador a provar as suas declarações. O *repto* (desafiar, provocar) expõe o combatismo do clérigo em “provar” sua ação política na cidade de Sobral.

Em 14 de fevereiro é publicada no *Correio do Ceará* e, no dia seguinte, no *Diário da Noite* (Rio de Janeiro), a resposta do Senador Plínio Pompeu ao desafio proposto pelo bispo sobralense. Segundo o *Diário da Noite* em seu título e subtítulo, em primeira página,

O SENADOR ACEITA O REPTO DO BISPO DE SOBRAL

Em telegrama ao DIÁRIO DA NOITE o parlamentar udenista articula o seu libelo contra o prelado

Recebemos do senador Plínio Pompeu, em telegrama urgente, taxado de Fortaleza, Ce-994-610 – 14º - 9h10, o seguinte (...).

(*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p.1).

A apresentação do libelo, ou seja, da acusação (ou dedução apresentada por uma das partes a um magistrado antes de um julgamento), por parte do Senador é prontamente reproduzida nas páginas tanto do jornal de circulação na capital do país, *Diário da Noite*, quanto no de sede em Fortaleza, *Diário do Ceará*⁷⁴. É um texto extenso, que além de demonstrar aspectos referentes aos temas anteriormente já levantados, ganha novos contornos. Primeiramente, Plínio Pompeu faz questão de iniciar sua resposta expondo a temática ainda ligada a amplificadora,

Diante do repto que me dirigiu o Bispo de Sobral, em telegrama ao DIÁRIO DA NOITE, declaro que o aceito e provarei pelos testemunhos dos aís insignes cidadãos desta cidade e pela consciência de amigos e correligionários de sua excelência, que a Amplificadora Católica de Sobral foi adquirida por subscrição popular de iniciativa do padre José Inácio, com o aparente objetivo de propagar a religião e está a disposição do sr. Bispo, como declarou o mesmo padre e minha presença e dos drs. José Saboya, Ernesto Saboya e João Batista Vasconcelos. Provarei que a aludida amplificadora fez forte propaganda do grande sociólogo Plínio Salgado, na expressão de seus speakers.

(*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 1).

Nesse ponto, a estratégia utilizada por Plínio Pompeu foi a de expor as relações entre o bispo e amplificadora a partir do elo que seria o Padre Inácio Mendes Parente⁷⁵. A suposta conversa em que o clérigo afirmava tal ligação teoricamente fora feita em frente a homens ligados ao próprio político, com destaque para seu sogro, Dr. José Saboya.

Mas as acusações contidas em seu libelo não se fixaram apenas no tal uso da amplificadora para usos políticos na cidade de Sobral. O alvo seguinte é o de indicação das

⁷⁴ Ambos os jornais faziam parte do conglomerado “Diários Associados”, presidido na época pelo jornalista e empreendedor Assis Chateaubriand.

⁷⁵ Tal clérigo, segundo o historiador da Igreja Sobralense e clérigo Pe. Francisco Sadoc de Araújo, foi no período narrado, “Nomeado Assistente Diocesano dos Círculos Operários, em 1946, [e] demonstrou muita operosidade, tendo construídos dois prédios onde funcionou, por muito a Escola de Aprendizagem dos Círculos Operários de Sobral” (SADOC, 1985, p. 110).

ações realizadas pelos clérigos na data das eleições. Segundo o senador, “Provarei que a quase totalidade dos padres, que celebraram em Sobral missas no dia da eleição, declararam em sermão que o padre Domingos Barreto estava sendo processado pela União Democrática e que essa ordem foi enviada do palácio Episcopal”.

O embasamento de Plínio aqui é de que os padres sobralenses, sob a orientação do prelado, professavam a ideia de que um clérigo estava sendo processado pela UDN. Assim sendo, os fiéis seriam influenciados, no dia das eleições, a não apoiarem o partido em questão e boicotarem o candidato Desembargador Faustino Albuquerque. É uma ideia que ele já apresentara na entrevista realizada em 25 de janeiro do mesmo ano e também no *Diário da Noite*, apresentada nas primeiras páginas deste tópico.

O direcionamento, a partir de então, passa a ser o do jornal da Igreja em Sobral, o *Correio da Semana* que, segundo a lógica construída por Plínio Pompeu, servia a interesses políticos da Igreja. Segundo o Senador,

Provarei que o “*Correio da Semana*”, órgão dos interesses religiosos e políticos da Diocese, cujo diretor é de nomeação do referido Bispo, que o escolhe de certo tempo a essa parte, entre os padres mais modestos e incompetentes, fez intensa propaganda contra o desembargador Faustino, tendo o número da véspera da eleição publicado o seguinte:

“Os eleitores católicos não poderão votar naquele candidato não obstante os laços de amizade, parentesco e outras afinidades”.

Em artigo assinado por seu diretor, declarou: “Que na qualidade de sacerdote, de cidadão brasileiro como os que mais o sejam e de conhecido anti-comunista, não posso e consciência votar no desembargador”.

Mais adiante ainda:

“Diante da esperada adesão dos comunistas ao desembargador Faustino, no ‘Nordeste’, órgão da arquidiocese de Fortaleza e ‘*Correio da Semana*’, órgão da Diocese de Sobral, passaram a recomendar expressa e formalmente aos católicos a candidatura do general Onofre.”

(*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 1)

O diretor do jornal católico, escolhido, segundo a óptica de Plínio Pompeu, “entre os padres mais modestos e incompetentes”, era o Padre Sabino Guimarães Loyola⁷⁶. Este, como já foi acompanhado nos dois tópicos anteriores, era um dos principais “soldados” a serviço da Igreja nas batalhas dos jornais.

Os artigos citados por Plínio Pompeu, que antecedem as eleições de 19 de janeiro de 1947, já foram apresentados e discutidos nesse texto. Neles, como já foi reiterado, há uma

⁷⁶ Segundo o Padre Sadoc, Sabino “Fundou e dirigiu o jornal ‘O Sacerdote’, com a finalidade de despertar vocações para o estado eclesiástico. Dirigiu também o jornal diocesano ‘*Correio da Semana*’, revelando-se jornalista combativo” (SADOC, 1985, p. 182). O último trecho, ligado ao combate, denota provavelmente da análise da *performance* do clérigo durante os embates até aqui estudados.

guinada ao apoio ao General Onofre Muniz. Dessa forma, parte do discurso apresentado pelo Senador Plínio Pompeu que associa a Igreja ao apoio ao candidato pessedista é embasado pelos textos do Padre Sabino publicados antes das eleições.

Entretanto, os combates às ações políticas da Igreja continuam. Na sequência, o Senador dirige sua ofensiva ao reitor do Seminário São José, o clérigo José Osmar Carneiro. Plínio também afirma que “Provarei que o reitor do Seminário de Sobral declarou pela amplificadora de Massapê que era portador da palavra de dom José, e que os católicos não deviam votar no desembargador Faustino e sim no general Onofre” (*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 2).

Nesse trecho, ele não apresentou condições de comprovar seu discurso, apenas dirigiu sua assertiva a possíveis ações do clérigo em questão. Vale ressaltar que o senador também buscava desassociar a candidatura de Faustino Albuquerque com o apoio comunista.⁷⁷

O genro do Dr. José Saboya também buscava apontar em sua estruturação narrativa à experiência que Dom José teve ao longo da existência da Liga Eleitoral Católica, tentando associá-lo ao ex-Interventor do Estado. Segundo o então senador,

Provarei também que a atitude do Bispo de Sobral é correlata aquela que tomou na vigência da antiga Liga Eleitoral Católica, orientada nesta cidade por sua excelência, que colocou no governo Menezes Pimentel, de quem o mesmo Bispo tudo conseguiu nesse curto espaço de 12 anos, inclusive nomeações contrárias à lei, como a do Terceiro Tabelião Público, irmão do cura da Sé.
(*Jornal Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 2)

Há aqui a tentativa de revelar a cumplicidade entre as relações da Igreja e a política no período em que Menezes Pimentel esteve no poder. Destaca-se a acusação de que o Cura da Sé no período, o Monsenhor Olavo Passos, era beneficiado, de forma ilegal, pelo governo através da indicação de um parente seu a um cargo no Governo do Estado. Não é revelado que parente seria esse, mas é uma acusação de grande cumplicidade entre religião e Estado.

No texto já citado no tópico anterior, “A vitória da verdade”, Sabino rebate as acusações de que seriam “contrárias as leis” o favorecimento ao Cura da cidade⁷⁸. O padre

⁷⁷ Na sequência de seu telegrama reproduzido no *Diário da Noite*, Plínio afirma que “Provarei que deste o início da campanha, tanto o desembargador Faustino como a União Democrática Nacional repudiaram publicamente qualquer apoio dos comunistas, tendo aquele magistrado recusado receber a comissão daquele partido, que viera comunicar a resolução tomada em relação sua candidatura”. (*Jornal Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 2).

⁷⁸ Sabino argumenta em seu artigo, “Com a trágica morte do Sr. José Fabião de Vasconcelos ocorrida a 5 de junho de 1943 deu-se a vaga no 3º Cartório desta cidade, cabendo, por não haver disposição legal a respeito, ao governo do Estado nomear, de sua livre escolha, o serventuário interino. A nomeação interina feita a 1º de Julho daquele ano, foi efetivada a 19 de Setembro de 1945 por força do artigo 7 do Decreto-Lei n. 1216, de 9 de

não está preocupado em negar as relações de proximidade política entre a Igreja e o Estado. Na verdade, ele as expõe, nesse momento, como algo natural. Segundo ele,

A pretensão do Cônego estava fadada ao triunfo> primeiro por ter a seu favor o pedido do Sr. D. José, depois por contar com a influência do seu tio Cel. Dracon Barreto, terceiro por ter junto ao governo um amigo de prestígio que era o Sr. José Martins e finalmente porque entre dois candidatos a um mesmo cargo era de se esperar que o da preferência do governo fosse aquele da política dominante. (*Correio da Semana*, 25 de março de 1947, p.1).

O pedido de D. José, somado a não estranheza pela escolha de um representante cartorial pela predileção política jogam luzes às relações de afinidade entre Igreja e Governo do Estado no período narrado. Porém, Sabino faz questão de demonstrar que essa prática de “lobby” político não era uma exclusividade da Igreja. O próprio sogro do senador tentou a nomeação da mesma vaga para um apadrinhado político seu⁷⁹.

Voltando ao fio condutor do telegrama de Plínio Pompeu publicado no *Diário da Noite* em 15 de fevereiro, o senador também tentou demonstrar que Dom José buscava apaziguar a situação, após a derrota do General Onofre para o Desembargador Faustino Albuquerque, através de publicação de um texto, de 8 de fevereiro, em que negaria que fizesse qualquer ataque ao senador⁸⁰.

Por fim, o Senador da República pelo Estado do Ceará não esclareceu o que faria com as provas, mas expõe sua interpretação sobre o “mal” que os sacerdotes faziam à democracia, além de demonstrar consciência política de que tão extenso e rico em embates era esse telegrama. Plínio Pompeu finalizava com as seguintes palavras,

Levarei comigo as provas, não para serem publicadas, porque preencheriam todas as páginas desse conceituado órgão, mas para o conhecimento do grande mal que

Novembro de 1944, após o parecer do Procurado[r] Judicial do Estado. Só o ano passado, o Sr. Acrísio Moreira da Rocha, que governou o Ceará 25 dias, de Janeiro a Fevereiro, baixou um decreto fazendo dos cartórios cargos transmissíveis aos filhos dos tabeliães [sic] falecidos...” (*Correio da Semana*, 25 de março de 1947, p. 1)

⁷⁹ Na continuação do texto, o Padre Sabino afirma, “Molhando a pena no sangue que se derramava em borbotões, o Sr. José Saboya escreveu a dois amigos pedindo o cartório para o advogado Ataliba Barreto, esquecendo assim, a dedicação a toda prova que lhe teve o morto e o enfamigatê censura em outrem aquilo que ele mesmo fez”. (*Correio da Semana*, 25 de março de 1947, p.1).

⁸⁰ Segundo o senador em seu extenso telegrama, “Proverei ainda que o número do ‘*Correio da Semana*’ editado em 8 do corrente, já eleito o desembargador Faustino e depois de haver fracassado no Superior Tribunal Eleitoral o recurso contra essa candidatura, traz uma nota do secretariado do Bispado em que referindo-se a comentários sobre o combate que sua excelência fizera à candidatura do desembargador, declara: ‘O sr. Bispo Diocesano manda desmentir do modo mais formal, expresso e categórico tal tendenciosa afirmação destituída de qualquer fundamento’”. (*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p. 2).

alguns sacerdotes estão fazendo com a divisão e ódio entre as forças democráticas, beneficiando inconscientemente os inimigos que pretendem combater. Estou certo de que esse meu telegrama será pretexto de mais uma das constantes manifestações de desagravo ao nosso ilustre prelado, que é deveras respeitável como sacerdote, mas, como chefe político, o mais desastrado possível.
(a.) Senador Plínio Pompeu.
(*Diário da Noite*, 15 de fevereiro de 1947, p.2)

Levar consigo as provas sem apontar que medidas iria tomar não nos ajuda a esclarecer como foi a continuidade desse embate. Porém, sua visão era claramente a de discórdia entre a parceria entre Igreja e relações políticas, talvez por conta da oposição que a instituição religiosa fazia ao seu grupo político naquele contexto.

Por mais combativo que fosse o bispo no âmbito das disputas pelo poder, na visão do senador, ele ainda era “deveras respeitável como sacerdote”, sinalizando para um desejo de alocar a participação do clérigo apenas no âmbito religioso, pois “como chefe político, [era] o mais desastroso possível”. Desastre? Discordo. Dom José conseguiu se manter como um dos principais protagonistas nas disputas políticas da cidade de Sobral. Não logrou vitória em todas as oportunidades, mas “abençoou” vários dos políticos vitoriosos para o legislativo e para o executivo municipal e estadual.

Entretanto, o Senador Plínio Pompeu não foi o único genro do Dr. José Saboya que usou os jornais e a produção de textos para realizar uma oposição ao bispo. Tão ou mais combativo foi o bacharel em direito Dr. José Maria Mont’Alverne. Filho de Antonio Mont’Alverne Filho e Maria Marfisa Mont’Alverne, nasceu em 1908. Segundo o Monsenhor Martins, importante biógrafo das elites daquele período, José Maria Mont’Alverne cursou direito entre 1930 e 1933 na Faculdade de Direito do Ceará, que tinha Meneses Pimentel como diretor. Casou-se em 1936 com Prudenciana Saboya Mont’Alverne, além de ter sido Promotor Público e 1º Suplente de Juiz de Direito na Comarca de Sobral (MARTINS, 1987, p. 234).

O ponto central dos ataques deste ator histórico a Dom José foi a não realização de uma missa em comemoração à vitória de Faustino Albuquerque no município de Cariré, pertencente à Diocese de Sobral, pelo clérigo Padre Tibúrcio. Aparentemente, na óptica do grupo do Dr. José Saboya, a não realização da missa congratulatória em homenagem a vitória do candidato da UDN.

O bacharel usa de sua influência política para fazer publicar um telegrama na Gazeta de Notícias, em 5 de março de 1947. No telegrama, há o seguinte conteúdo,

A propósito um telegrama Vigário Cariré, dirigido Doutor Joaquim Bastos, publicado hoje, “*Correio da Semana*”, no qual se afirma, entre outras coisas, estar eu empenhado na “campanha mentirosa indispor Bispo Sobral com Desembargador Faustino”, venho declarar e pedir publicação seguinte:

Estando Fortaleza 1.º Março, recebi ali diversos telegramas procedentes Sobral, informando não haver sido permitida celebração missas gratulatórias ocasião posse novo Governador, nessa cidade nem em Cariré.

Tratando-se assunto interesse político, forneci uma pessoa GAZETA resumo fiel conteúdo aqueles despachos, cujos signatários poderão ser facilmente identificados mediante simples diligência, por quem se interessar, junto repartição transmitiu mensagens.

Situação indisfarçável constrangimento atualmente existente entre senhor Bispo Sobral e preclaro Governador Faustino, não foi criada ou provocada por mim, mas unicamente pelos excessos de atividade partidária a que se entregaram alguns padres dessa Diocese, os quais seguindo suas inclinações políticas, combateram pública e ostensivamente candidatura Desembargador, sob pretexto achar-se apoiada comunistas, e, sobretudo, pela orientação do Jornal de Dom José, que hostilizou aquele candidatura até ao fim, chegando mesmo, em sua edição de 14 de Janeiro passado, vésperas portanto, do pleito, a condená-la em editorial e a enumerar, pela pena do seu diretor, em seis substanciosos itens, os motivos pelos quais o eleitorado católico não deveria votar em Faustino de Albuquerque pt.

O mal causado é do conhecimento de todos, inclusive do Desembargador candidato pt.

Duvido que o Padre Tibúrcio, a despeito do ardor com que defende seu superior, possa afirmar, de público, que isso é mentira pt.

Assuma, cada um, como já o fez dignamente Dom Antônio, a responsabilidade do seus atos ou omissões, e então estará tudo devidamente esclarecido, sem necessidade de se imputar aos que souberam guardar, na campanha, uma posição discreta, as consequências de erros alheios pt.

Saudações.

José Maria Mont’Alverne

(*Gazeta de Notícias*, 5 de março de 1947. p. 1)

Analisando o documento é perceptível que cuidadosamente, José Maria Mont’Alverne buscou expor uma suposta relação embaraçosa entre Dom José e Faustino Albuquerque, motivadas pelo que ele chama de “excesso de atividade partidária” do clero. Segundo ele, indo na esteira dos conflitos já narrados junto a Dom José e o Doutor José Saboya, os padres militaram contra o Desembargador Faustino ao longo da campanha eleitoral para as eleições estaduais.

O bacharel indica então que uma saída para o clero é o reconhecimento de suas ações no contexto das eleições de 1947, copiando assim a postura de Dom Antônio de Almeida Lustosa, que buscou uma reconciliação com o Faustino Albuquerque. Ainda em seu texto ele desafiou o Padre Tibúrcio a desmentir em público essa versão dos fatos. A resposta não tardaria.

Em 13 de março, *O Nordeste*, jornal de clara orientação católica, já reproduz uma réplica do clérigo citado aceitando o desafio,

O telegrama publicado na “Gazeta de Notícias” do dia 5, afirmando haver eu, em virtude ordem do Governo Diocesano, recusado celebrar missa gratulatória pela posse do De. Faustino, é a expressão da mais pura inverdade. É de todos sabido que jamais o governo diocesano emitiu qualquer ordem, insinuação ou parecer, nesse sentido. Acerca do dizer que não fui convidado para celebrar a referida missa, e de que nem mesmo em tal pensaram os amigos do Des. Faustino, aqui residentes, os cariréenses, sem distinção de partidos, confirmam a minha asserção e todos percebem que o aludido telegrama foi apenas um número premeditado da campanha de insultos e calúnias contra o inatacável e venerando chefe da Diocese. – Saudações. – (a) Padre Tiburcio Gonçalves Vigário de Cariré. (*O Nordeste*, 13 de março de 1947, p. 1)

Já no começo da narrativa o clérigo trata de afastar a versão de que o Governo Diocesano, ou seja, Dom José, tenha impedido a realização de missa em comemoração da vitória de Faustino. Pela narrativa do clérigo a missa não foi realizada por conta da não solicitação feita pelos partidários de Faustino na cidade de Cariré. É possível interpretar que existem ao menos duas possibilidades para a não realização da missa: primeiramente a versão do clérigo é verdadeira e não houve recusa já que não houve convite. A segunda possibilidade é de que existindo uma possível recusa do clérigo em realizar culto religioso em prol de um opositor, ele não queria associar essa decisão à de Dom José por questões de hierarquia. O certo é que a comunidade de clérigos católicos mais uma vez se viu em condições de se *militarizar*.

Chama-nos atenção que antes da publicação do telegrama de José Maria Mont’Alverne na *Gazeta de Notícias*, apenas em 5 de março, apesar de datado do dia 11 [provavelmente de fevereiro], foi editada uma nota oficial do Governo Diocesano, assinado pelo secretário do bispo, o Padre José Palhano de Sabóia. Suponho que havia algum burburinho ou disse-me-disse que já contagiava o clero por conta das acusações do genro do Dr. José Saboya possivelmente provocado pela prática de panfletagem, comum na época. A nota tinha o seguinte conteúdo,

Governo Diocesano

Nota Oficial.

O Exm.º e Revmº Sr. Bispo Diocesano manda declarar destituída de qualquer fundamento a notícia propalada nesta cidade e maliciosamente transmitida para Fortaleza, segundo a qual fora proibida, pela Autoridade Diocesana, a celebração da Missa em Ação de Graças pela posse do Sr. Presidente do Estado.

Nem havia razão para tal medida.

Sobral, 4 de Março de 1947.

Pe. José Palhano de Sabóia.

Secretário do Bispado.

(Fundo Padre Lira, Museu Dom José, livro de recortes)

Ou seja, segundo a documentação, Dom José buscou antecipar os passos de seu rival ao expor o problema e negá-lo, a fim de tornar o relato de Mont’Alverne uma mera fofoca. É uma estratégia de antecipação da informação a fim de construir uma noção privilegiada de

construtor do discurso. Foi parte inaugural, de forma alguma isolada no grande arsenal de matérias e notas publicadas a fim de conservar um ideal de verdade.

Apenas três dias depois da publicação do telegrama na *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Semana* também já traz um pequeno comentário sobre as palavras do bacharel Mont'Alverne. Nesse texto, que será reproduzido a seguir, fica clara a tentativa de associar as palavras do rival ao ideal de mentira. Eis o texto do *Correio da Semana*,

Mais ruído fazem dez garotos a gritarem do que cem sábios a calarem, diz o conhecido rifão. E muitas vezes a mentira repetida consegue foros da verdade.

Os nossos leitores hão de ter verificado, se a paixão política lhes não embotou o senso moral, que de certo tempo a essa parte, foi promulgada a lei da **língua livre** para mentir a valer. O alvo preferido tem sido o Sr. Bispo diocesano, o que é, além de mesquinho, muito sintomático.

Das colunas intemeratas desse jornal temos desfeito, e havemos de desfazer.
(*Correio da Semana*, 8 de março de 1947. p. 1)

A ideia de que “mentira repetida consegue foros da verdade” indica a preocupação do clero com a campanha opositora realizada pelo grupo do Dr. José Saboya, neste momento com destaque para o seu genro José Maria Mont'Alverne. A *repetição* do discurso poderia contagiar a população a crer na versão do grupo opositor à Igreja. Porém, os clérigos tinham uma boa arma para rebater a repetição discursiva do grupo rival, usar o *Correio da Semana* para o mesmo fim.

Em 18 de março o *Correio da Semana* rebate com mais ênfase as acusações de José Maria Mont'Alverne. É um artigo não assinado, mas provavelmente de autoria do Padre Sabino, diretor e principal escritor do jornal na época. O artigo é carregado de ironias,

“Mais um...

Agora é o Sr. José Maria Mont'Alverne, bacharel em Direito e ex-promotor público desta invicta cidade, que desce à arena, com ares de quem descobriu a pólvora.

Dizem as crônicas que o monge São Romualdo era tão sereno e amável que bastava vê-lo para que logo o espírito se alegrasse. Assim é o nosso bacharel, cuja presença, ou até o nome sozinho, desperta hilaridade em quem tem a felicidade de conhece-lo e trata-lo de perto.

No seu telegrama de refutação ao Padre Tiburcio, parece que ele está pensando ter sido um grande pecado não se ter votado no Sr. Desembargador Faustino e que daí há de provir a queda das cataratas do céu.

Meu jovem sempiterno, ouça uma verdade. A candidatura do Des. Faustino mereceu sempre a Simpatia pública. Aos olhos dos católicos só havia uma nuvem a dissipar, e era a adesão de certos elementos com os quais os católicos em terreno algum devem colaborar. Mas essa nuvem foi oportunamente desfeita com a segurança oficialmente dada, infelizmente nos últimos dias que precederam as eleições, por quem era competente a quem também o era para recebe-la. Desde aquele momento não era mais vedado aos católicos sufragarem o nome do candidato hoje vitorioso. O irrequieto promotor de protestos bem base disso, tanto que se

desmanchou em amabilidades, salamaleques e adocicados agradecimentos ao Exmo. Vigário Geral, a quem tem sabido corresponder com as esperadas infantilidades.

Nobre bacharel, hábil criador dos mais belos espécimens [sic] da raça canina em Sobral, ouça mais essa, e se deixe de tolices: a Igreja só quer justiça e não teme perseguições, e o Prelado Sobralense, que talvez venha prestar maiores serviços ao governo do que às suas impertinências, não pretende pleitear favores, nem para si, nem para sua família, e de boa mente cede ao succulento vice-industrial a tarefa de conseguir colocações, até mesmo a vice-Presidência do Estado, para si ou para quem aprouver.

(*Correio da Semana*, 18 de março de 1947, p. 1)

Além das ironias iniciais, o Padre Sabino destaca de modo indireto a liberdade dos cidadãos de votarem nos candidatos que desejarem. Acrescenta que sempre houve simpatia pública no nome do então desembargador, porém, ela deveria ser verificada a fim de perceber se havia ou não apoio de grupos comunistas. Dessa forma, a ameaça comunista ainda em 1947, era tratada pela imprensa católica como um dos pilares políticos. Era um momento de afirmação que a Igreja, e a política brasileira, estavam passando. Essa afirmação institucional e política perpassava pelo ataque a outras ideologias consideradas perniciosas.

Percebe-se que segundo a versão do artigo citado, após a comprovação do não envolvimento comunista com a candidatura de Faustino Albuquerque, não havia mais objeções à sua candidatura. Respondendo à postura de José Maria Mont'Alverne, é exposto que Dom José poderia adquirir muito mais influência política, em forma de ajuda, do que o bacharel. Cabe ainda uma ironia final tentando atacar os interesses de José Maria em alcançar um cargo de prestígio político, como o de vice-governador.

Mas não se encerraria neste ponto as respostas do *Correio da Semana* direcionados ao bacharel José Maria Monte'Alverne. Em 22 de março de 1947, na edição seguinte do *Correio da Semana*, é publicado um último texto rebatendo as ações do rival. Com o título “Ainda ele...”, há uma evidente tentativa de novamente associar os relatos de José Maria Mont'Alverne como mentiras ou falsidades. A seguir o texto integral do artigo, de autoria do diretor do jornal, Padre Sabino Guimarães Loyola,

CORREIO DA SEMANA

ANO XXIX – SOBRAL, 22 DE MARÇO DE 1947 – N. 93

AINDA ELE...

O Sr. José Maria Mont'Alverne, como advogado até de causas infelizes, deu no vazo de reproduzir em boletins os documentos, publicados na imprensa cearense pelo seu invicto sogro, pelo seu inefável cunhado e até por si sobre uma questão que, se não agora, há de futuro encher de pasmo os leitores.

O nosso grande publicista não compreende que, longe de nos causar mal, está prestando um relevante serviço à causa da verdade e da justiça, não só porque das colunas deste jornal rebateremos vitoriosamente as “soleníssimas mentiras despudoradas”, como também porque proporciona aos Reverendos Párocos desta Diocese, todos solidários com o seu Prelado, ocasião oportuna para, em suas

predicas dominicais, denunciar perante os católicos, os inconcebíveis métodos de caluniar, de que estão lançando mão os inimigos da Igreja nesta diocese, e também retificar as notícias, intencionalmente propaladas contra o Bispo Diocesano.

E destas colunas do nosso jornal, concitamos a todos os Párocos a defenderem a causa da verdade e da justiça, agora irmanada com a da Igreja.

O proverbial sportman nos seus boletins, que reproduz o que o bom senso aconselha não reproduza-se, para honra da firma Sabóia, Maria & Cia. Ltda., emprega sempre um papel amarelo, escolhendo, assim, e inteligentemente, a cor que melhor traduz o papel de bajulador e de intrigante, que está desempenhando nesta cidade e em quase todo o Ceará o atarefado boletinista.

Temos documentos para afirmar que o egrégio bacharel, que tudo pode fazer menos bacharelices, foi que mandou para todo o interior da diocese o esquema dos “inofensivos” e inoperantes protestos contra o justificado ato de Monsenhor Olavo Passos, e recomendou aos seus amigos que depois lhe mandassem a cópia da obrinha para ver se corresponde aos cromossomas da geração alvernina. E aqui deixem-nos dizer aos leitores, não sabemos o que mais admirar, (ou antes deplorar), se a monumental inépcia do gozadíssimo diplomata, ou a subserviência dos que atenderam às exigências descabidas de quem sabe “maravilhosamente” deturpar os fatos e saltar de um galho para outro, como se a esgrima intelectual não tivesse as suas leis, que, quando inobservadas, podem até ferir de morte o esgrimista.

Ao Sr. José Maria **de Mont’Alverne** lembramos o dístico de Virgílio; “o Formose puer, nimium ne credas colori”, o que em linguagem trivial soaria mais ou menos assim: nem tudo que reluz é ouro; não há nada como um dia depois do outro. Não suponha, Senhor advogado bacharel, que o céu é perto, e que aqui temos medo de papão.”

(*Correio da Semana*, 22 de março de 1947. p. 1 e 2)

Logo no primeiro parágrafo, além da tentativa de desqualificar o bacharel “como advogado das causas infelizes”, há um senso que acompanhará a escrita católica, a confiança de que no *futuro* os leitores irão ficar pasmos as acusações feitas por José Maria Mont’Alverne. Há aqui a confiança no ideal de comprovação da “verdade”, algo que ainda mais evidenciado no parágrafo seguinte, quando Sabino afirma que “O nosso grande publicista não compreende que, longe de nos causar mal, está prestando um relevante serviço à causa da verdade e da justiça”.

Na continuidade do mesmo parágrafo, há a revelação, através de um *testemunho involuntário* de que os clérigos, que seriam todos obedientes e “solidários” ao bispo, usariam do púlpito para rebater as acusações realizadas contra o prelado. Dessa forma, Sabino reconhece que os clérigos sobralenses usavam do ato litúrgico para realizarem embates institucionais e políticos. Há um reconhecimento de que o espaço religioso também é um espaço político aqui. No parágrafo seguinte é dado um passo além, o de conclamar os clérigos a realizarem esse tipo de ação, com o argumento de que *verdade, justiça, e Igreja* estariam no mesmo lado de ação.

A segunda parte do texto, e seus últimos três parágrafos, são direcionados a ataques à estrutura de divulgação das versões dos relatos de José Maria Mont’Alverne e o grupo à qual faz parte. Primeiramente são feitos ataques à publicação de boletins realizados pelo grupo

político liderado pelo Dr. José Saboya. A publicação de boletins é de grande importância para esse grupo nesse contexto pois, haja vista a dificuldade de acesso da população aos jornais da capital, eram realizadas reproduções dos conteúdos jornalísticos que agradavam o grupo liderado por Dr. José Saboya, Plínio Pompeu e José Maria Mont'Alverne.

Avaliando de uma maneira geral os embates entre os genros do Dr. José Saboya de Albuquerque e os clérigos de Sobral, suponho que as disputas pela posse política da cidade que efetivaram um poderio de influência católico no espaço urbano não foram simples de se construir. Foram realizados a partir de esforços políticos e discursivos sensíveis que, em certos momentos, receberam maior oposição. O recorte estudado destaca essa relutância de partes da cidade em aderirem ao pressuposto político encampado por Dom José e seus subordinados clérigos.

Percebe-se que houve preocupação nos textos produzidos no *Correio da Semana*, como foi visto no tópico anterior, tanto com Dr. José Saboya e seus discursos, com destaque para seu direito de resposta, “Meu anti-clericalismo”, quanto para a produção de relatos realizados por seus genros. Houve uma evidente preocupação com as campanhas realizadas por José Maria Mont'Alverne. Talvez isso se deva pela sua atuação política bem intensa em Sobral, usando como ferramenta a publicação de boletins para reproduzir textos jornalísticos oriundos da capital. Já o que se pode avaliar é que as tensões entre Plínio Pompeu e Dom José reproduzida nos “*Diários Associados*”, com destaque para o *Diário da Noite*, é que elas ganham dimensões de reprodução nacional, o que certamente foi bem explorado pelo grupo rival da Igreja no contexto. Talvez este seja um dos motivos que levaram a produção de práticas letradas, marcadas por seletividades, sobre esses embates, com destaque para o “Livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota”. É o que será estudado no próximo capítulo.

4 “O LIVRO INÉDITO DE DOM JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA”: A DEFESA HISTÓRICA DO PRIMEIRO BISPO DE SOBRAL

O capítulo a seguir busca analisar e compreender “O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota”, tratando-o como um testamento histórico e político do primeiro bispo de Sobral, ligado a uma perspectiva de perpetuar sua imagem e garantir uma posse sobre o *passado*. É um capítulo intimamente interligado ao anterior, pois o documento supracitado foi produzido com o intuito de responder historicamente aos embates ocorridos na década de 1940, com ênfase nas disputas de 1947, evidenciando a visão do bispo Dom José acerca das disputas políticas, centrada em uma perspectiva defendida pelo prelado de suposta perseguição do grupo rival para com ele. O livro é mais um exemplo de *prática letrada* que auxilia a dar forma a cidade.

No primeiro tópico, “‘Engana-se o Dr. José Sabóia; nunca o considere meu inimigo’: O porquê do(s) ressentimento(s) de Dom José Tupinambá da Frota”, são analisadas as motivações que levaram Dom José a escrever sua obra, além de ser realizada uma análise da introdução e do prefácio do livro, percebendo quais intencionalidades, seleções e estruturas permeiam o texto de maneira geral.

Em sequência, no segundo tópico, “‘A Vitória da Verdade’: histórias e ‘posse’ da verdade em Sobral”, são evidenciadas e problematizadas as estratégias de construção de uma noção de verdade histórica por parte do bispo a partir da exposição de vasta documentação e de comentários que evidenciam sua visão histórica da realidade. Nesse tópico, é estudada a evidente tentativa de Dom José de se distanciar do ideal de “chefe político”, mesmo que contraditoriamente ele exemplifique momentos em que interferiu nas relações de poder local.

Por fim, no terceiro tópico, em “‘História concebida em termos dúplices’: as defesas históricas do prelado sobralense”, são investigados os destaques dados por Dom José para responder os genros do Dr. José Saboya, o Senador Dr. Plínio Pompeu de Albuquerque e o bacharel Dr. José Maria Mont’Alverne. O tópico acompanha como Dom José admite, em certos momentos, ações que beneficiaram familiares do clero.

4.1 “*ENGANA-SE O DR. JOSÉ SABÓIA; NUNCA O CONSIDEREI MEU INIMIGO*”: O PORQUÊ DO(S) RESSENTIMENTO(S) DE DOM JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA

Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.
(BORGES, 1998, p. 57)

O conto do escritor argentino Jorge Luís Borges citado acima tem como personagem central Irineu Funes, um jovem de dezenove anos que tem a estranha habilidade de lembrar, com total riqueza de detalhes, tudo o que viveu. É um sentido de total relação com a *memória*, deixando de lado as possibilidades do *esquecimento*. O narrador do conto “Funes, o memorioso” preocupa-se em alguns momentos com gestos e ações⁸¹, demonstra a sensação de que sua memória não é digna de comparação para com a de Funes⁸², produzindo assim um aspecto de incerteza em sua fala.

A memória privilegiada garantia a Funes a predileção de ser um portador da *verdade*, pois esta era apreendida com detalhes por seu olhar a cada minuto em que vivia e acumulava recordações. Funes não precisava de papéis ou documentos, sua memória bastava para o monopólio da verdade.

Bem diferente da personagem ficcional de Borges, uma personagem histórica também buscava alcançar tal estatuto, o de *monopólio da verdade*. Dom José Tupinambá da Frota, conde da Igreja Católica em Sobral e um dos principais agentes políticos da cidade, mantinha a preocupação de que sua versão dos fatos se manteria hegemônica. Ele é personagem central nas disputas pela memória e pela história a partir da óptica clerical na cidade.

Após as disputas travadas nos jornais cearenses entre o bispo, auxiliado por outros clérigos, contra o grupo do Dr. José Saboya de Albuquerque, auxiliado pelos seus genros, Dom José resolveu escrever um livro que serviria como ponto final para as disputas e discussões, dando a ele o pressuposto de “dono da verdade”. Esse pressuposto de escrita revela talvez mais sobre si do que sobre os fatos que busca narrar. O ato de escrita desempenhado por Dom José expõe suas *intencionalidades* através de seus testemunhos, auxiliando na elaboração de interpretações sobre sua visão de poder e passado. Ao escrever, o

⁸¹ “Pensei que cada uma de minhas palavras (que cada um de meus gestos) perduraria em sua implacável memória; entorpeciu-me o temor de multiplicar gestos inúteis”. (BORGES, 1998, p. 57).

⁸² “Recordo-o (não tenho direito de pronunciar esse verbo sagrado, somente um homem na terra teve direito e esse homem morreu)” (BORGES, 1998, p. 53).

intelectual se debruça sobre os fatos que observa e reflete, mas também sobre si mesmo, assim como demonstra Norberto Bobbio,

Uma das razões pelas quais os escritos sobre os intelectuais, sobre sua função, seu nascimento e seu destino, sobre sua vida, morte e milagres, são tão numerosos, que apenas conseguiriam ser inteiramente catalogados pela memória de um potente computador, é que uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever. É natural que os intelectuais escrevam sobre si mesmos. Se eles não se ocupassem de si mesmos, quem o faria? (BOBBIO, 1997, p. 67 e 68)

Para garantir uma melhor escrita sobre si e sobre os fatos narrados em que era protagonista, Dom José começou a catalogar uma infinidade de documentos, principalmente panfletos e jornais, a fim de embasar sua versão. A memória por si só não o garantiria o *status* desejado. Com a documentação isso seria mais possível. Deveria haver, dessa forma, uma *escrita*, garantindo o *status* de historiografia.

É o que Paul Ricoeur (2007) chama de *Memória Arquivada*. A fase documental que a história tem como elemento basilar garantir a estruturação da narrativa e seus consequentes desdobramentos investigativo e reflexivo, possibilitando a aproximação ao estatuto de verdade. Segundo Ricoeur,

Se a historiografia é inicialmente memória arquivada e se todas as operações cognitivas ulteriores recolhidas pela epistemologia do conhecimento histórico procedem desse primeiro gesto de arquivamento, a mutação historiadora do espaço e do tempo pode ser tida como a condição formal de possibilidade do gesto de arquivamento. (RICOEUR, 2007, p. 156)

Nessa perspectiva, o *arquivo*, que vem do grego *arkhé* (princípio; que vem no começo), possibilita a estruturação argumentativa da História. Dom José concretizou isso ao construir um livro basicamente de *reproduções* de documentos. A opção por selecionar as fontes que indicassem a sua visão de mundo, na maioria das vezes acompanhada apenas de pequenas notas explicativas, objetivava associar o seu discurso o mais proximamente do postulado de verdade.

O projeto, a princípio, foi abortado. O livro foi escrito no ano de 1947, o mesmo em que ocorreu a eleição de Faustino Albuquerque para o cargo de Governador do Estado do Ceará, ponto alto da rivalidade entre bispo e ex-juiz na época. Entretanto, o texto não publicado, ainda nos originais, foi entregue a um de seus clérigos de confiança e mantido no

arquivo pessoal deste subordinado por décadas. Hoje essa massa documental repousa no Museu Diocesano Dom José, onde provavelmente o texto da obra foi escrito e organizado⁸³.

Em 1991, o padre João Mendes Lira, um dos mais famosos padres da Diocese de Sobral, que em diversos momentos buscava apresentar o vínculo que outrora teve com o primeiro bispo da cidade, publica finalmente a obra carregada de ressentimentos, produto de uma defesa historiográfica do bispo nas disputas políticas dos anos 1940, “O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º bispo de Sobral”.

Dessa forma, na busca pelo postulado de *verdade*, o bispo tentava demarcar sua influência por mais uma temporalidade: *o passado*. O texto não serviria para uma disputa pelo *presente* em que foi vivido. Sua construção teria relevância, a partir de um *futuro*, ao dar uma resposta final ao *passado*, retirando a possibilidade dos inimigos de terem uma réplica final. Encaixa-se em uma perspectiva de narrativa histórica sugerida por Hayden White,

A relatividade da representação é função da linguagem usada para descrever e, desse modo, constituir eventos passados como possíveis objetos de explicação e entendimento. Isso é óbvio quando, como nas ciências sociais, a linguagem técnica é muito usada. Explicações científicas parecem se aproximar apenas daqueles eventos – por exemplo, aspectos quantitativos e, por essa razão, mensuráveis – que podem ser denotados pelos protocolos linguísticos usados para descrevê-los. Isso é menos óbvio nos relatos das narrativas tradicionais dos fenômenos históricos: primeiro, a narrativa é considerada um *container* neutro do fato histórico, um modo de discurso “*naturalmente*” apropriado a representar diretamente os eventos históricos; segundo, histórias narrativas geralmente empregam a chamada linguagem natural ou ordinária, no lugar de técnica, ambas para descrever seus temas e para contar sua estória; e terceiro, eventos históricos devem consistir ou manifestar um amontoado de estórias “reais” ou “vivas”, as quais têm apenas de ser descobertas ou extraídas das evidências e dispostas diante do leitor para ter sua verdade reconhecida imediata e intuitivamente. (WHITE, 2006, pp. 191 e 192)

Nessa perspectiva, é possível entender esta obra de Dom José, que foi passiva de manipulações do Padre e historiador João Mendes Lira – que a arquivou e, posteriormente, a publicou – como um exemplo de representação historiográfica que opta pela narrativa para se aproximar de uma condição de narrativa que flerta com as situações idealizadas como “reais” ou “vivas” a que White se refere.

Desde o início da obra, é apresentado o enredo do texto:

Este livro é a história de dois líderes que lutaram tenazmente pela hegemonia política e social de nossa cidade; é a história de dois líderes que enquanto viveram se hostilizaram, se insultaram levando cada um numerosos seguidores a usarem os maiores despautérios a favor dos seus líderes. (LIRA, 1991, p. 4)

⁸³ Desde a década de 1930 até sua morte, em 1959, Dom José Tupinambá da Frota viveu no Palácio Episcopal que hoje corresponde ao Museu Diocesano Dom José.

Nesta apresentação, escrita pelo Padre Lira, é perceptível que é uma visão basicamente maniqueísta a narrada na obra. Aparentemente nessa versão, Dom José e o Dr. José Saboya nunca mantiveram relações afins, nunca realizaram parcerias e/ou acordos políticos. É perceptível que a própria narrativa do Dom José convence do contrário.

Mas por qual motivo um texto escrito na década de 1940 só foi publicado em 1991? Ainda na apresentação, Padre Lira justifica a demora na publicação da obra, afirmando que foi preferência do bispo a não edição em vida e optou por Lira para guardá-lo, a fim de que não caísse nas mãos de Padre Palhano, o que impediria uma futura publicação.⁸⁴

É possível imaginar que essa versão revela muito mais um ressentimento de Lira do que de Dom José. Entretanto, o Padre José Palhano de Sabóia era um habilidoso político, eleito prefeito (1958) e deputado federal (1962), que de fato poderia impedir ou acelerar a publicação da obra em decorrência de opções políticas. Enfim, como é relatado por Lira, o livro foi publicado apenas após mais de quatro décadas de sua escrita.

Vale ressaltar novamente o trabalho da historiadora Ana Carolina Rodrigues da Silva, que pesquisou sobre a escrita ressentida de Lira e, problematizando brevemente esta obra publicada em 1991, afirmou que,

É uma obra que parece ter sido escrita no “calor dos acontecimentos”, em que o bispo direciona o discurso ao Dr. José Sabóia. Enfim, não entraremos nos pormenores da disputa entre o bispo e o juiz, pois o que nos interessa é a importância da ação realizada por Dom José em confiar a Lira a responsabilidade de cuidar desse material (que perceptivelmente era de grande valia para o bispo) e oportunamente o tornar público. (SILVA, 2015, 49)

Esta grande confiança em deixar a obra, com proporcionais grandes responsabilidades, ao clérigo confiável e que se versava como historiador, testemunha a nós a preocupação de Dom José em garantir a publicação do texto em momento oportuno, alcançando um pressuposto temporal diferente do memento de sua escrita.

É certo afirmar que a publicação posterior à morte de todos os envolvidos nas tramas das disputas pela cidade evidencia o postulado de posse sobre àquela narrativa a partir da visão do bispo. Dr. José Saboya e seus genros não teriam mais condições de responderem, seja por jornais, panfletos ou mesmo livros, à narrativa encampada por Dom José. A morte

⁸⁴ Segundo Lira, “Este livro é um desabafo profundo de um coração ferido, amargurado, maltratado, injuriado. Dom José preferiu não editá-lo. Entregou-me os originais e pediu-me que só os editasse quando todos os seus protagonistas estivessem mortos. Ele não deixou esses originais com o Padre Palhano porque com ele seria difícil a publicação. Preferiu entregar-me fazendo-lhe prometer que os publicaria. Adiei a sua publicação por 32 anos. Agora julguei que já era tempo de cumprir a promessa” (LIRA, 1991, p. 6).

silenciaria os adversários e propiciaria a Dom José, mesmo sem viver para isso, o pressuposto de *verdade final*.

Essa possibilidade de escrita do pretense último capítulo acerca das disputas políticas em que Dom José estava inserido possibilitaria, segundo minha interpretação, a implementação de uma tentativa de *posse* sobre o *passado*, produzindo assim o último passo sobre a tentativa de controle sobre o *tempo* pelo *Prelado*. Considero o livro publicado em 1991 como um dos últimos fragmentos do projeto de construção de um regime de controle do tempo, assemelhando-se a definição de *Regime de Historicidade* proposto por François Hartog,

Assim, um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias, justamente como se falava, na teoria política grega, de constituição mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes). (HARTOG, 2014, p. 11)

As disputas pelo *progresso* (trabalhadas em no primeiro capítulo), pelas *eleições* (discutidas no capítulo anterior) e pela *História* (problematizada nesse capítulo) dão essa dimensão temporal de disputa, respectivamente, por *futuro*, *presente* e *passado*.

O livro é uma publicação de uma coletânea de textos selecionados e comentados por Dom José. É um livro com oitenta e seis páginas, que conta com uma apresentação, escrita por Lira, e uma espécie de prefácio, escrita por Dom José. Um verdadeiro opúsculo, ou seja, livro de poucas páginas. Não há divisão de capítulos e temas, o que prejudica muito a leitura e compreensão da narrativa. A compreensão de seu texto é um desafio para qualquer um que não conheça os embates ocorridos nos anos 1940. Na obra, o bispo afirma que,

A RAZÃO DE SER DESTE OPÚSCULO

Na história do Ceará, e talvez no Brasil, dificilmente se encontrará um episódio tão doloroso quanto ao que o Sr. José Saboia de Albuquerque provocou no ano de 1947 contra um Bispo Brasileiro, que nenhum mal lhe fez, nem à sua terra, numa Diocese quase totalmente habitada por católicos, e sem crime algum que justificasse o proceder desse cidadão, acolitado por dois genros dominados pela obsessão de enxovalhá-lo aos olhos dos seus diocesanos e de todo o país. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 6)

É inquietante a proporção de católicos a que Dom José se refere. A quase totalidade ao que bispo se refere reproduz, além das *continuidades* da influência católica desde a colonização na região, o grande trabalho de aparelhamento encampado pelo bispo, criando jornal, hospital, escolas e construindo templos religiosos, proporcionando uma maior presença institucional do catolicismo na região.

Dom José cuidadosamente tece um relato onde apresenta uma perspectiva maniqueísta dos fatos vivenciados. A luta entre *bem* e *mal* é narrada a partir do prisma da narrativa de uma perseguição iniciada pelo ex-juiz contra um bispo que “nenhum mal lhe fez”. É uma batalha pela “verdade”, ou melhor, pela instituição de uma visão de verdade histórica sobre a população sobralense. Dessa forma, o bispo tentava entorpecer o leitor a fim de convencê-lo de sua lógica narrativa, tirando o caráter ficcional da história.

Para estruturar sua obra, a estratégia foi a de buscar uma exposição massiva de documentos, articulados por uma narrativa que ajuda a construir um *enredo*, dando sentido a discurso histórico apresentado. É uma premissa lógica que vai de encontro aos apontamentos de Hayden White,

Se, ao narrar sua estória, o historiador lhe deu a estrutura de enredo de uma tragédia, ele a “explicou” de uma maneira; se a estruturou como uma comédia, ele a “explicou” de outra maneira. A elaboração de enredo é a via pela qual uma sequência de eventos modelados numa estória gradativamente se revela como sendo uma estória de um tipo determinado. (WHITE, 2008, p. 23)

A perspectiva de narrativa apresentada por Dom José flerta mais com a Tragédia do que com os outros modos de elaboração de enredo apresentadas por White que englobam ainda o Romanesco, o Cômico e o Satírico. A obra é centrada em uma versão em que Dom José é perseguido e, devido a isso, deveria publicar essa obra histórica em nome da *verdade*.

O Prelado justifica que a publicação não é baseada na vaidade ou na vingança individual, e sim porque,

[...] a honra do Episcopado estava empenhada nessa mesquinha campanha de difamação toda urdida de mentiras e calúnias, sendo dolorosamente alvejado um dos seus membros mais antigos que sempre teve por ela o cumprimento dos seus deveres, durante os sete anos do seu Paroquiato nesta cidade que lhe deu berço, e onde, trinta e um anos de episcopado lhe fizeram melhor os homens e para deles de compadecer. Quis apenas apresentar ao público a série de documentos que por si falarão e se em certos assuntos desci a algumas particularidades, o fiz para melhor salientar a má fé dos acusadores (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 6).

Com este argumento, de defesa da honra da diocese, e não a sua própria, Dom José se sente à vontade de estruturar uma retórica final de defesa e ataque contra os fatos ocorridos em Sobral na década de 1940. Isso é possível a partir de sua perspectiva de História, a de que os “documentos que por si falarão” e que isso serviria à sua argumentação de verdade, ao passo que, se necessário, desceria a algumas particularidades, revelando para o leitor que,

apesar todo o fundo político que a rivalidade mantinha, as particularidades davam o tom em alguns momentos entre o bispo e o ex-juiz.

O bispo almejava se aproximar de uma idealização de neutralidade em suas palavras ao buscar uma aproximação com uma perspectiva de “verdade histórica” que garantiria a si imunidade aparente em suas afirmações. Entendo que a análise do discurso de Dom José não pode ser baseada na premissa de prática de neutralidade por parte do bispo. Concordo com Eni Orlandi que afirma que na análise do discurso é necessário,

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. (ORLANDI, 2001, p.9)

Desta forma, compreender as ações de escrita e seleção da obra de Dom José é buscar o entendimento de suas ações e opções políticas, inclusive no momento em que este tenta se afastar desta perspectiva. Vestindo a manta de “bem” e afirmando que lutaria contra o “mal”, o prelado estruturaria uma última cruzada que buscaria contar com o apoio dos leitores. Porém, a separação cronológica entre os fatos e a publicação da obra, quarenta e quatro anos, não produziria apenas uma versão hegemônica, mas sim um certo estranhamento a uma temática que repousava no *esquecimento*. Na década de 1990 o imaginário sobre o primeiro bispo da cidade já havia sido cuidadosamente elaborado, causando estranhamento do público uma visão de prelado tão combativo politicamente, destoando da visão de bispo-conde efetivada.

Em sua obra, Dom José almejava dar uma resposta de grandes proporções a seus inimigos políticos. Certamente, gostaria de retribuir a visibilidade dos ataques que caíram sobre si, principalmente em níveis estadual e nacional, vide a publicação da entrevista com Plínio Pompeu no *Diário da Noite*, um dos principais jornais em circulação na então capital federal. O bispo tinha noção que sua produção escrita poderia ter um impacto de visibilidade nacional. Segundo Dom José, a repercussão de sua obra seria nacional e geraria a atenção da população a partir do recurso à História:

Lamento deveras que o Brasil inteiro tome conhecimento dessa via-crucis, que tenho corajosamente palmilhado, na minha terra natal, à qual sempre consagrarei todas as minhas energias só para vê-la feliz e próspera, e nada jamais contra os seus legítimos interesses. Verdade é que nunca fui tão vilipendiado como agora, mas apelando para a Justiça de Deus, na voz da História, contento-me com a certeza de

que, quem estas páginas ler, se há de pasmar ante tamanha coragem. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p 7).

A História teria uma perspectiva de portadora da justiça divina. Isso seria possível apenas como portadora da verdade. O prelado não cansou de imprimir seu desejo de demonstrar que a sua versão dos fatos deveria ser tida como a correta.

Adentrando ao conteúdo do livro, logo em seu início, o bispo busca justificar o início do conflito dos anos de 1946 e 1947. Faz um novo aparato sobre a disputa eleitoral entre General Onofre Muniz e o Desembargador Faustino Albuquerque, fazendo questão de demonstrar que não havia oposição sua ao candidato vencedor, mas apenas que a campanha de Onofre Muniz fez questão de o visitar, ao passo que a de Faustino não teve a mesma preocupação pois,

Quando era esperado em Sobral, o General Onofre Muniz Gomes de Lima, candidato à Presidência do Estado nas eleições de 19 de Janeiro de 1947, a comissão do Partido foi expressamente a Meruoca onde eu passava uns dias, a fim de convidar-me a comparecer à chegada do ilustre General, meu amigo que sempre me honrou com os seus obséquios e com a sua visita sempre que eu ia à Capital, o que não fez a comissão encarregada da recepção do Desembargador Faustino. Por este motivo deixei de mandar um representante por ocasião da vinda do ilustre Magistrado a esta cidade. (*Ibidem*, 1991, p. 8)

O bispo não trata esse fato como determinante no distanciamento entre ele e o candidato da UDN. Pelo contrário, faz questão de evidenciar seu protagonismo político a partir da citação do discurso de Faustino Albuquerque no Theatro São João. Segundo Dom José,

Apraz-me salientar que o Exmo. Sr. Desembargador Faustino de Albuquerque, no discurso proferido no Teatro São João, por ocasião da sua vinda a Sobral, fez elogiosa referência a cada uma das obras realizadas por mim, com o concurso do povo, manifestando-se favorável a todas elas. (*Idem*)

A reprodução do trecho do discurso de Faustino que evidencia uma perspectiva de bem-feitor associado a Dom José é estratégico para a autopromoção do bispo para a posteridade, além de evidenciar para o público leitor e para o rival, Dr. José Saboya, de qual lado estava o “bem” na narrativa. Por mais de uma vez o bispo busca destacar o reconhecimento, por parte do Desembargador Faustino, de que suas ações foram benéficas à Diocese. Ainda na mesma página, Dom José afirma que,

Devido ao exíguo tempo, de que S. Excia., dispunha (uma hora apenas para receber visitas), segundo o protocolo estabelecido, não me foi possível retribuir-lhe a visita com que me distinguiu, assim como agradecer-lhe as benévolas expressões com que se referiu à minha pessoa e à minha atuação nesta Diocese. Este dever quero agora cumprir com o máximo prazer e profunda gratidão. (*Idem*)

Após a apresentação, o prelado começa a estruturar sua defesa com a estratégia de apresentar documentos cuidadosamente selecionados, seguidos de comentários que serviriam para embasar sua retórica.

Acredito que a receptibilidade da obra não tenha alcançado os objetivos traçados por Dom José e mesmo por seu procurador, o Padre Lira. Além do afastamento temporal, que impediu que boa parte do público leitor de ter participado das narrativas apresentadas, a impressão da obra foi marcada pela desorganização das páginas, não tendo um eixo conectivo entre os assuntos organizados por Dom José.

Para a construção de uma obra de cunho historiográfico é necessário o enquadramento e/ou a combinação da produção, segundo White (2008), em algum dos modos de explicação. Aparentemente, o escolhido por Dom José foi o de *enredo* (modo 1), mantendo alguns elementos de *argumentação formal* (modo 2) e, mesmo assim, ainda carregado de *implicação ideológica* (modo 3). Ou seja, mesmo baseado em uma lógica de *enredo*, há uma combinação com outros dois modos narrativos, o que tornaria a obra muito rica para a percepção do leitor. Entretanto, para que essa narrativa tivesse sentido, era importantíssima a manutenção de sua lógica. O *enredo* necessita de *coerência*, principalmente se flertar com uma perspectiva mais formal. Como afirma White,

O ponto importante é que, na medida em que um historiador apresenta explicações pelas quais as configurações de eventos de sua narrativa são explicadas mais ou menos na forma de um argumento nomológico-dedutivo, tais explicações devem ser distinguidas da impressão explicativa alcançada pela maneira como ele *pôs em enredo* sua estória como *uma estória de tipo particular*. (WHITE, 2008, p. 27)

É nesse ponto que houve grande prejuízo para a obra publicada postumamente. Percebe-se que houve algum erro de organização, seja na passagem dos originais ao Padre Lira, seja ao longo dos mais de quarenta anos e que esses originais ficaram em posse do clérigo, ou, como acredito que mais provavelmente, no envio dos textos para edição. A compreensão da obra é prejudicada pela falta de organização de seu conteúdo. Em vários momentos parece não haver conexão entre os vários textos elencados. Fico a imaginar o quão dificultoso foi para os leitores da década de 1990 a compreensão destes fatos da década de

1940, sem uma narrativa linear ou um fio condutor⁸⁵. Dessa forma, não é de se causar estranheza o ostracismo que a obra amargou após sua publicação. Seja por tratar de um “tema delicado” da tradicional elite sobralense, seja pela ausência de uma narrativa lógica que elencasse os fatos.

Dito isso, serão analisados os temas, evidenciando principalmente os comentários realizados pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota, em uma perspectiva cronológica, “quebrando” assim a paginação da obra que, segundo a interpretação desta pesquisa, não traduz a intencionalidade plena do autor. Ou seja, será almejada uma perspectiva de interpretação sobre a *imaginação histórica* proposta por Dom José que mais se assemelhe a sua idealização no processo de seleção das fontes e na elaboração do processo narrativo.

4.2 “A VITÓRIA DA VERDADE”: HISTÓRIAS E “POSSE” DA VERDADE EM SOBRAL

O senhor pode objetar que sequer se trata de um processo, e terá toda a razão, pois apenas se tratará de um processo se eu o reconhecer como tal.
(FRANZ KAFKA, 2012, p.58)

O personagem Josef K., do romance inacabado *O Processo*, de Franz Kafka, passa por toda a trama por um processo de investigação e julgamento, nunca chegando ao motivo que o levou ao tribunal, sabendo apenas que a defesa é uma certeza de que sempre deveria perseguir.

Ao contrário de K., Dom José sabia os motivos que o levariam a escrever seu livro sobre história e política. Partilhava do ideal de defesa incansável. Sabia que sua argumentação deveria ser construída não para apenas se descolar de um julgamento comum. Sua defesa seria histórica e buscava construir uma vitória processual que transcendia os limites físicos da vida, alcançando um status atemporal no imaginário citadino. *Dom José, vitória e verdade* não poderiam se separar.

O ponto de partida desta análise é a perspectiva que a relevância da noção de “verdade”, ao menos de uma “verdade” instituída, é central em todo o processo de argumentação do bispo a fim de construir uma narrativa histórica de tipo hegemônica. Dessa

⁸⁵ Sobre a relevância dos “fios” para a condução do enredo na narrativa histórica, Hayden White afirma que, “Os fios são identificados, estendidos para fora, na direção do espaço natural e social circundante dentro do qual ocorreu o evento, e para a frente no tempo, a fim de determinar seu ‘impacto’ e ‘influência’ sobre os eventos subsequentes”. (WHITE, 2008, p. 23)

forma, há de se concordar com a perspectiva de compreensão da relação entre *ordem do discurso* e *verdade* analisada por Michel Foucault,

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2009a, p. 14)

Nessa perspectiva de análise que se seguirá a partir de agora, será destacado a produção documental do livro que evidencia a “vontade de verdade”, baseado em um sistema de exclusão marcado por todo um processo de antagonismo discursivo, a fim de transformar a ordem do discurso do bispo em um pressuposto verdadeiro.

O texto é dividido em “apostilas”, sequenciadas por temas, e intituladas conforme a sequência apresentada (primeira, segunda e terceira). Não há uma sequência cronológica no levantamento de fontes e temas por parte do Bispo. Existe um amontoado de textos comentados a fim de justificar sua ação, sem necessariamente manter compromisso com a lógica. Para facilitar a vida do leitor, será seguida uma ordem cronológica dos assuntos apresentados.

A partir dessa linha, é identificado como primeiro elo de embate entre Dom José Tupinambá da Frota e seu rival, o Dr. José Saboya de Albuquerque, os breves comentários sobre a polêmica da proibição do Comício da UDC em 1945. Tal tema já fora apresentado, contendo alguns dos jornais originais, no segundo capítulo desta dissertação.

Na obra, novos documentos são revelados. É reproduzida, entre as páginas cinquenta e dois e cinquenta e quatro, uma carta de Dr. Gentil Barreira, de junho de 1945, oriunda do jornal “*O Estado*”, de Fortaleza, em que este queixa-se da não realização do comício por conta da influência de um “grupo”, não identificado de forma clara, endossada pela ação do Capitão Leite, que corrobora com esta ação. Na sequência, na página cinquenta e cinco, Dom José reproduz um documento com uma “mensagem do Clero Diocesano”, publicado no “*Correio da Semana*” em 16 de junho de 1945. Vale lembrar que as cartas trocadas entre Dom José e o Dr. José Saboya, publicados no “*O Povo*”, em 12 de junho de 1945, que expunham a atuação do bispo neste evento, são silenciadas no texto.

Dessa forma, é possível entender a narrativa como uma seleção, sabendo da impossibilidade de narrar todos os fatos. O autor/narrador sempre realiza seleções em seu

discurso, atendendo a intencionalidades, objetivando algo com seu testemunho. A fim de compreender os interesses de Dom José, é importante o diálogo com Paul Ricoeur,

De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado. (RICOEUR, 2007, p. 455)

Nessa perspectiva de análise, a narrativa tem o papel central na produção de um “regime de verdade” que autoriza e institui na ordem do discurso uma carga de seletividade baseado na intencionalidade que o leitor assuma a perspectiva totalizante elaborada pelo autor. Ou seja, através da narrativa histórica, em uma perspectiva de representação do passado, há a construção de uma possibilidade construção discursiva que associa o *texto* ao *real*.

Dessa forma, a partir das reflexões de Ricoeur, além das de Diego Roiz (2010), é compreensível que esse processo de aproximação flerta com o real, mas não o representa em sua totalidade em si. Segundo Roiz,

A evidência de que a linguagem não é puramente um reflexo, ou um simples espelho, da ‘realidade’, nem tampouco a sua exclusiva produtora, tem tornado cada vez mais complexa a percepção da relação e da produção do ‘texto’ e do ‘contexto’. Que a linguagem não traz em si a ‘totalidade do vivido’, nem que permite que se reconheçam todas as transformações que as palavras e os conceitos ganham ao longo do tempo, em função das mudanças políticas e culturais, primeiro, porque as ‘experiências humanas’ carregam uma complexidade maior do que a linguagem escrita pode representar, depois, porque as mudanças são algumas vezes tão sutis, que sentidos são esquecidos, significados são deixados de lado, e mesmo a melhor pesquisa, ou interpretação, não alcançam uma reconstituição plena, tornou-se um indício melhor circunstanciado graças às querelas entre o estruturalismo francês, a ‘virada linguística’ norteamericana, a ‘história conceitual’ alemã, e ao ‘contextualismo’ inglês, produzidas a partir da década de 1960[...]. (ROIZ, 2010, p. 272 e 273).

A lógica do autor, assumida aqui pelo prelado sobralense, atenta para uma perspectiva de passado que não poderia mais ser questionada. A seleção realizada por Dom José é marcada por vozes que cobram justiça histórica, mas também por silêncios que negligenciam ações do bispo. O pretense discurso de neutralidade de Dom José peca ao silenciar as correspondências publicadas no jornal *O Povo* em 12 de junho de 1945, que já foram problematizadas no capítulo anterior, sendo estas cartas as verdadeiras motivadoras da “Mensagem do Clero Sobralense”.

O assunto no texto publicado é cortado, sendo cerceada a conectividade. Volta-se ao tema apenas entre as páginas setenta e um e setenta e sete. A partir de então, Dom José reproduz, em sequência alguns textos do período. Inicialmente o texto de Audifax Mendes, publicado no jornal *O Nordeste*, em 13 de junho de 1945, ganha destaque. O texto é uma narrativa apologética ao bispo de Sobral.

Em sequência é publicado um texto de direito de resposta do ex-juiz, com o título de “Contradita”, presente no *Correio da Semana* de 1945. Como já foi destacado, nela o Dr. José Saboya busca fugir da perspectiva maniqueísta de vilão, almejando um status de homem centrado e corajoso. Justifica suas ações por conta da influência política do bispo no impedimento do Comício da UDC no mês de maio, deixando uma mensagem associada ao ideal de honra no texto, “O que escrevi, porém, está escrito e o confirmo, pois não vejo, no mundo, alguém bastante poderoso e respeitável, que me faça aceitar de suas mãos sem protesto, o labéu de mentiroso” (*Correio da Semana*, 30 de junho de 1945, p. 1).⁸⁶

Voltando à análise da obra publicada *post mortem* de autoria de Dom José, após a reprodução do texto do Dr. José Saboya, sem nenhum comentário novo realizado pelo bispo, é apresentado um artigo publicado pelo diretor do *Correio da Semana*, em 1945, “O Valor da Contradita do Dr. José Sabóia”. Não há comentários de Dom José nessa apostila. Há apenas a reprodução sequencial dos documentos, aproximando-se do que ele considerava um ideal de História, encerrando assim menções ao fato ocorrido em 1945, afinal os “documentos fariam por si mesmos”.

Entretanto, a grande concentração de fatos discutidos pelo bispo são, de fato, os ocorridos em 1947, no contexto das eleições estaduais que envolveram o candidato Faustino Albuquerque, vencedor apoiado pelo Dr. José Saboya, e General Onofre Muniz, derrotado que nutria a simpatia do clero cearense.

São apresentadas três apostilas, entre as páginas doze e dezessete. Nesse total de seis páginas, o bispo buscou contra argumentar os principais fatos ocorridos nas trocas de acusações e produção de discursos no ano de 1947. Ele cria linhas de raciocínio, elencando numerações e rebatendo temáticas de textos já citados, como será acompanhado na sequência.

A primeira apostila trata de um boletim (panfleto) distribuído por José Maria Mont’Alverne, genro do ex-juiz Dr. José Saboya. Segundo o bispo, o panfleto trazia o artigo publicado como direito de resposta do ex-juiz no *Correio da Semana*, o então polêmico texto

⁸⁶ O texto também é reproduzido na página 73 do livro. Ver: FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 8.

“Meu anticlericalismo”, garantido pelo então juiz de direito da comarca de Sobral.⁸⁷ A estratégia do bispo, a partir de então, é a de ironizar a atitude do bacharel e genro do Dr. José Saboya, ao afirmar que,

Não sei se o Bacharel José Maria Mont’Alverne está agora muito satisfeito com o Sr. Juiz de Direito (Varão realmente íntegro e imparcial), depois de ter comparecido dezenas de vezes à presença do mesmo, para responder pelo dano causado aos pobres operários da Fábrica de Fiação e Tecidos de Sobral, por ele sumariamente despedidos pelo fato de terem votado no candidato da escolha deles e por outras razões desse quilate. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 12)

Na sequência, Dom José ainda tacha a ideia de expor em forma de panfleto o texto de resposta do ex-juiz como um erro político, pois a população voltava-se contra ele. A apostila primeira tem por objetivo combater a figura de José Maria Mont’Alverne, minando assim o capital político de um dos genros mais próximos do ex-juiz. Ainda na página 12, onde está exposta toda a “Apostila Primeira”, o bispo afirma que,

O mesmo bacharel não se apercebia, quando inundava a diocese com seus amarelos ‘boletins que estava comprometendo os interesses do seu partido, porque o resultado dessa manobra altamente diplomática’ foi diametralmente oposto ao fim do colimado, e em vez de colocar bem e defender o sogro e chefe, mais uma vez o expôs e comprometeu. Houve acusação pública; veio a defesa, também pública; e os católicos da Diocese julgaram. É provável que em muitos casos a sentença tenha ficado oculta **propter metum judaeorum**. (*Idem*)

No trecho final, com citação em latim como recurso de erudição que significa literalmente “por medo dos judeus”, Dom José faz uma alusão a passagem bíblica de João, Capítulo 20, Versículo 19, onde os discípulos estariam trancados e escondidos por medo da perseguição judaica. É uma tentativa de demonstração que muitos católicos não publicitaram sua suposta insatisfação com o Dr. José Saboya por receio de posteriores perseguições.

Destaca-se também que a partir do testemunho de Dom José, é perceptível o quão importante eram os panfletos para as disputas políticas da época. Na ausência de uma grande circulação dos jornais da capital em Sobral e do pouco espaço que haveria no *Correio da Semana* para pautas não católicas, a circulação de panfletos era de grande importância para a efervescência política local.

⁸⁷ Na página 12 do livro, Dom José expressa que, “Este artigo foi reproduzido em boletins, em milhares de exemplares, por iniciativa do Bacharel José Maria Mont’Alverne, genro do Dr. José Sabóia; o mesmo bacharel escreveu no frontispício do boletim a seguinte cerebrina apresentação: ‘- O DR. JOSÉ SABÓIA RESPONDE AO CORREIO DA SEMANA. Íntegra do **magistral artigo** publicado no “*Correio da Semana*”, **órgão dos interesses políticos** da Diocese de Sobral, por força de um despacho do digníssimo Dr. Juiz de Direito da Comarca, com fundamento na atual lei de imprensa’. O grifo é meu”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 12)

A segunda apostila traz em si a resposta do bispo à provocativa realizada pelo grupo do ex-juiz de que o clérigo era um inimigo e chefe político da cidade. O bispo reproduz um texto atribuído ao Dr. José Saboya, destacando algumas falas,

“Somente **depois que S. Excia. se tornou chefe político** com a decantada Liga Eleitoral Católica e de dez anos de governo escuro de Menezes Pimentel, passou a ver em mim um **adversário a quem era preciso demolir** fosse como fosse, **o que S. Excia. está executando religiosamente**. (O grifo é meu – de D. José). (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 13).

O bispo responde diretamente que, “Engana-se o Dr. José Sabóia; nunca o considere meu inimigo; e se S. Senhoria estivesse persuadido disto não teria tratado com atenções, por carta e pessoalmente, o que agradeço” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 13). Na sequência, também se defende da “acusação” de ser chefe político, negando tal prática,

Quanto a ser chefe político, Deus me livre de o ser. Se o fui, só porque disseram que eu o era, bem, razão, tinha o outro genro de S. Senhor quando, no fim do seu telegrama ao “*Diário da Noite*”, do Rio de Janeiro, no qual prometeu provar tantas coisas, dogmatizou: “ao nosso ilustre prelado que é deveras respeitável como sacerdote, mas como chefe político **é o mais desastrado possível**”. (*Idem*).

Esses dois adjetivos, *inimigo* e *chefe político*, passam a ser gradativamente rebatidos, em uma sequência de argumentos que se estende por dezesseis tópicos, que servem como comprovadores da “verdade” defendida por Dom José. Segundo o bispo,

E na verdade não sei vingar-me, nem perseguir, nem guardar ressentimento de quem quer que seja. Sou realmente um chefe político desastroso. [...] Como, porém, as minhas afirmações dever ser comprovadas, passo a expor alguns fatos em abano do que acima disse. (*Idem*)

Há nesse fragmento uma perspectiva de ironia por parte de Dom José. Aceita a alcunha de desastroso chefe político associando o desastre de suas ações às práticas cristãs, como a de não praticar vinganças e perseguições ou manter ressentimentos. O bispo demonstra em seu discurso que o “erro” seria ser um bom chefe político, associando esse conceito a de práticas que fugiriam a prática cristã.

O bispo passa a argumentar, a partir de sua visão acerca de fatos relevantes ocorridos na cidade que envolviam a si e ao ex-juiz, exemplos de que não perseguia a ninguém nem era chefe político. Em alguns momentos, cai em evidentes contradições. Há aqui um esforço de alcançar um pressuposto de “neutralidade” que flerta o ideal de “verdade” a partir do próprio

trabalho intelectual. Entretanto, a visão partilhada nesta pesquisa sobre o papel de intelectual parte de algumas reflexões de Sirinelli, que afirma que,

A abordagem extensiva do feudo intelectual, de qualquer modo, constitui apenas uma faceta do estudo dos intelectuais. Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência. (SIRINELLI, 2003, p. 243)

Ou seja, compreender Dom José como um sujeito acima do estudo da cidade é antes de tudo negar sua ação como ator nas composições das tramas e enredos que compõem o espaço citadino. O autor, neste caso, revela não apenas enredos distantes de si, mas a sua própria história de vida e suas intencionalidades.

Os fatos narrados pelo bispo e anunciados em sua obra ajudam a perceber essa dinâmica. No primeiro e no terceiro tópico, a temática da exposição gira em torno da aposentadoria compulsória do Dr. José Saboya, no ano de 1935. Primeiro o bispo faz questão de afirmar que negou acesso à certidão de nascimento do então magistrado sobralense no processo de sua aposentadoria obrigatória, responsabilizando o possível acesso ao escrivão da Cúria Diocesana⁸⁸. Na sequência, faz questão de evidenciar que manteve uma postura de solidariedade ao ex-juiz quando a lei foi aprovada⁸⁹. A aposentadoria compulsória do Dr. José Saboya foi um dos pontos mais marcantes da trajetória de vida do magistrado. Simbolizou, no contexto do período getulista, o enfraquecimento político do então juiz sobralense em detrimento do grupo católico, liderado por Meneses Pimentel.

Já o segundo tópico de argumentação de Dom José é dirigido para suas ações políticas. Evidencia, de forma clara e objetiva, sua ação de interferência nas discussões de poder no Estado, colocando em contradição a sua negação a ser um “chefe político”. Segundo Dom José,

2) Quando ao tempo da LEC, se tratou de organizar a lista de **Deputados Federais**, eu incluí o nome do Dr. Plínio Pompeu, genro de S. Senhoria, e fiz uma certa

⁸⁸ “1) Quando em 1935 um certo deputado, já falecido, foi ao Palácio requerer-me pessoalmente lhe mandasse a certidão de batismo do Dr. José Sabóia, recebeu esta resposta: ‘Se for para perseguição não mandarei dar’. E o despacho será esse: ‘diga o que quer’. Se mais tarde o escrivão da Cúria forneceu, foi por supor que fora requerida por empregado de S. Senhoria. Que ateste ele”. (*Idem*)

⁸⁹ “3) Quando a Assembleia Estadual votou a lei, que compulsoriamente aposentou o Dr. José Sabóia, então Juiz de Direito de Sobral, eu manifestei a alguns deputados sobralenses a minha estranheza, por me parecer a lei evidentemente tendenciosa, e ouvi esta explicação: ‘Em política é assim’ ... Mandeí inserir o artigo da ‘A Ordem’, sobre o caso, ordem que não foi cumprida, sob a alegação de que não havia mais espaço no jornal. Fui à casa do Dr. José Sabóia, levar-lhe o conforto de minha visita”. (*Idem*)

pressão, para que seu nome entrasse na chapa. Infelizmente, em Fortaleza, não julgaram ser isto possível, e por este motivo foi excluído da chapa da LEC o **ponderado** Senador da entrevista. Pode dar o seu testemunho o Padre Gerardo Gomes que o Dr. José Sabóia chamava então Padre Gelado, é hoje seu correligionário insuspeito. (*Idem*)

Um bispo com grande poder de indicação na Liga Eleitoral Católica não é nenhum absurdo nesse contexto. Intriga-nos a não aceitação do nome indicado por ele, no caso o de Plínio Pompeu, para uma disputa para o legislativo federal. Convém questionar, será que o esforço de Dom José em emplacar o nome de Plínio Pompeu foi tão grande assim? Independente disso, com o Padre Gerardo Ferreira Gomes como testemunha arrolada pelo bispo, há a possibilidade de ver um prelado ativo nas lides da política estadual, caracterizando-o como chefe político da LEC.

A própria LEC foi fundada em Sobral por iniciativa do prelado. O livro de assinatura do partido tem como um dos primeiros nomes a gravar seu apoio o de Dom José Tupinambá da Frota. Entendo também que o grande nome de adesões naquela data só foi possível por conta da campanha realizada pelo bispo-Conde.

Os itens dos parágrafos quarto, quinto, sétimo e nono, buscam exemplificar uma relação cordial entre Dom José e o Dr. José Saboya a partir de atitudes de atenção familiar do bispo para com seu rival, como a presença ou solidariedade do bispo em funerais familiares. Segundo Dom José:

4) Quando faleceu D. Francisca Sabóia de Albuquerque, venerando e piedosa mãe do nosso articulista, espontaneamente quis presidir às cerimônias fúnebres do enterro, honra que só dispensei aos meus falecidos pais; além disso fui quem escrevi o necrológio daquela grande benfeitora dos pobres e das obras Pias, estampando no *Correio da Semana*. (...) 9) Quando faleceu sua irmã D. Quininha, eu que pouco tempo antes tinha sido tratado por S. Sa. pouco atenciosamente pelas colunas do “*Correio da Semana*”, justamente para provar-lhe que não guardava, por aquilo e por outras passadas amabilidades queixa alguma, passei-lhe de Fortaleza, onde eventualmente me achava, um telegrama de pêsames, ao qual S. Sa. Respondeu muito cortesmente. É verdade que um jovem seu parente mostrou a muita gente meu telegrama com a expressiva apresentação ‘Ecce homo’! é que nem todos chegam a perceber as alturas da caridade cristã que sabem esquecer, perdoar e até... desculpar. (*Ibidem*, p. 13 e 14)

A morte, ou melhor a ritualização desta, era um elo entre os dois líderes políticos locais. Como chefe maior da Igreja, Dom José usava desse subterfúgio para poder se aproximar em determinados momentos de outros grupos políticos, afinal, a Igreja ainda era uma das grandes monopolizadoras da ritualização das práticas sociais nesse contexto.

Outra ritualização era o matrimônio, e sobre este aspecto, Dom José também mantinha elos baseados em favores políticos para com o ex-juiz. O bispo cita a realização de casamento

em que cedeu “excessivamente mais do que podia e devia” entre a filha do Dr. José Saboya e um alemão luterano,

5) Quando se tratou do casamento da filha de S. Senhoria com o alemão Zeizemer, luterano, eu cedi **excessivamente mais do que podia e devia**, no tocante às cerimônias do casamento, realizado a 28 de Maio de 1938, tudo somente para contentá-lo e mostrar-lhe a minha propensa vontade de lhe ser agradável. Entretanto, tenho documentos valiosos que rezam haverem membros da sua família dito em Fortaleza que eu coloquei toda a sorte de dificuldades a tal casamento. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 14)

Nesse trecho, é evidenciado que as regras litúrgicas poderiam ser burladas por Dom José a fim de atender vontades pessoais. Religião e política caminhavam lado a lado em Sobral. A ritualização e as comemorações católicas eram de grande relevância para o bispo manter o seu capital político. Até as comemorações de bodas de ouro do casamento do Dr. José Saboya foram palco para a manutenção de elos entre os dois sujeitos. Segundo Dom José,

7) Quando de S. Sa. O 50º aniversário de seu casamento, fui pessoalmente cumprimentá-lo e por essa ocasião recebi, dele, o amável convite para almoçar em sua companhia e de alguns amigos. Apesar de ser convite de última hora, eu, que não costumo ir a banquete de ninguém, aceitei a gentileza e até por esta ocasião fiz aos cônjuges aniversariantes um brinde muito cordial, como hão de lembrar-se entre outros, três Desembargadores do nosso Superior Tribunal de Justiça”. (*Idem*, p. 14)

Nos exemplos apresentados, é evidente a tentativa de Dom José de mostrar-se próximo a família do seu rival, realizando inclusive favores além de suas possibilidades clericais, mesmo que o ex-juiz busque negar essas condições.

O bispo também buscou demonstrar que em repetidas ocasiões valorizar a importância do ex-juiz, tentando dar ares de distinção, seja em homenagens realizadas, como a colocação do retrato do Dr. José Saboya no salão de honra da Santa Casa de Misericórdia de Sobral⁹⁰, em orientações para que sejam realizados convites para o ex-magistrado em festas oficiais do

⁹⁰ 6) “Fui eu, como Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, quem promovi a 18 de Março de 1943 uma sessão da Mesa Administrativa para a aposição do retrato de S. Sa. no salão de honra daquele estabelecimento, entre os seus benfeitores. E a idéia partiu **somente** do suposto inimigo do venerando ancião além disto saudou cordialmente naquela reunião”. (*Ibidem*, p. 14)

Patronato Maria Imaculada⁹¹, ou em convites para que o ex-juiz ocupasse local de destaque na Igreja ao longo de festas e celebrações⁹².

Nessa linha de pensamento, o bispo faz questão de demonstrar que a rivalidade política e antipatia entre ambos partiam do ex-juiz e não do prelado. “13) Todos as vezes e foram inúmeras, que me encontrava muito em reuniões públicas, às quais assistia o venerando ancião, este nunca deu um passo para cumprimentar-me; entretanto eu **sempre** mais de um para apertar-lhe a mão”. (*Ibidem*, p. 15).

Dom José expõe que valorizou as atitudes de provimento realizadas pelo ex-juiz como, por exemplo, a reconstrução do altar da Igreja Nossa Senhora das Dores⁹³, que prestou visitas ao rival em momento em que este esteve convalescido⁹⁴, e que não perseguiu politicamente o ex-juiz, como, por exemplo, o caso do impedimento de realização de comício da UDC em maio de 1945⁹⁵. Nessa perspectiva Dom José termina sua argumentação com o item dezesseis, acompanhado de um apelo ao ex-juiz,

16) Em vista destas atitudes constantes e harmônicas, como se pode admitir sem reserva a queixa de S. Exa., que bem poderia alegar os motivos, que tem para assim pensar e sentir? Faz-me lembrar-me a Fábula de Esopo: ‘o lobo e o cordeiro’.

Remova o Dr. José Sabóia da sua mente a premissa de que eu sou chefe político e tudo entrará nos eixos e as coisas adquirirão as suas cores. Seja-me ainda lícito dizer que o chefe seu antagonista político de Sobral antigo correligionário também teve as queixas ‘políticas’ do Bispo, agora responsável por tudo, tal qual como outrora os cristãos eram apontados como responsáveis quer pelas cheias do Tibre, quer pelas secas da Campanha Romana e por mais alguma coisa.

⁹¹ O bispo afirma que, “14) Nas festas, modestas, sim, mas oficiais do Patronato Maria Imaculada, dirigido nesta cidade pelas beneméritas Filhas de São Vicente de Paulo, a estas recomentei sempre que não deixassem de convidar (sic) o Dr. José Sabóia, que, sem favor tem-se mostrado muito generoso para com aquela Instituição, como o tem sido para com a Santa Casa de Misericórdia – **Suum cuique tribure**”. (*Ibidem*, p. 15)

⁹² Segundo Dom José, “8) Quando do 1º Congresso Eucarístico de Sobral, vendo eu que S. As. Estava no meio da multidão, mandei um sacerdote convidá-lo em meu nome para tomar assento ao pavilhão, ao que S. Sa. Agradecendo, respondeu que ali estava bem. (...) 10) Quando da Festa Solene do Preciosíssimo Sangue em 1946 eu soube que S. Sa. Estava fora da Igreja, misturado com a grande massa de fiéis, mandei ao Padre Osmar Carneiro, Reitor do Seminário convidá-lo e bem como as pessoas de sua família para assentos de destaque na Capela Mor, mas S. Sa. Julgou não dever aceitar a cortesia do convite”. (*Ibidem*, p. 14 e 15).

⁹³ “11) Quando em 1946 S. Sa. Mandou reconstruir às suas expensas o altar da Capela da Nossa Senhora das Dores, em Sobral, fui eu que dei no jornal diocesano a notícia desse ato de piedade cristã, e espontaneamente quis inaugurá-lo celebrando nele a Santa Missa pela primeira vez”. (*Ibidem*, p. 15)

⁹⁴ “15) Quando S. Sa. Esteve gravemente doente, fui pessoalmente visitá-lo, interessando-me pela sua saúde e pronto restabelecimento”. (*Idem*)

⁹⁵ “12) Quando o “*Correio da Semana*” por ocasião da célebre questão do comício pré-Brigadeiro, na Praça São João, estava muito disposto a continuar na análise pouco elegante de S. Sa. Eu escrevi ao Diretor do Jornal uma carta pedindo completo silêncio. Aliás estavam nisso muito interessados os seus genros Bacharel José Maria e o alemão Ziezemer”. (*Ibidem*, p. 16)

É o caso de lembrar e epígrafe de um artigo irônico e terrível do jornalista Pe. Joaquim Severiano – ‘**minha gente me afroxé**’.” (*Ibidem*, p. 16)

O clamor do bispo de desfiliação de sua imagem à de um chefe político, realçada por todo o caminho argumentativo de seu relato narrado, produzem um efeito contrário, o de que Dom José mantinha íntimas e estritas relações com o exercício do poder local, inclusive na coisa pública, com o poder de indicar ou interceder por políticos do partido que ajudou a fundar, a Liga Eleitoral Católica. A participação em embates públicos e suas *performances* discursivas ressaltam essa ideia.

Interpreta-se aqui que os esforços de Dom José em mostrar uma relação que em vários momentos se mostrou próxima, ou ao menos cordial, de seu rival Dr. José Saboya, estruturadas a partir de relatos que evidenciam detalhes e até curiosidades das relações entre os dois, funcionam no texto do livro como um reforço linguístico que dá mais peso de veracidade a história narrada. Dessa forma, assemelhasse ao que Roland Barthes conceitua como *Efeito do Real*. Segundo Barthes,

Em outros termos, na história “objetiva”, o “real” nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito do real*. A eliminação do significado para fora do discurso “objetivo”, deixando confrontar-se aparentemente o “real” com sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido, tanto é verdade, uma vez mais, que, num sistema, toda carência de elemento é ela própria significante. (BARTHES, 2004, p. 178).

Ou seja, a produção de discurso produzido por Dom José traz novos sentidos para a narrativa histórica, aplicada a partir da ideia de que aquela narrativa é “verdadeira”. Dessa forma, usando de estratégias de narrativas linguísticas, o bispo/autor pode estruturar uma interpretação diferente da história para seus leitores, buscando alcançar objetivos diferentes.

Essa estratégia é recorrente no texto. A terceira apostila, seguindo a linha das duas primeiras, também é escrita a partir do embasamento de fatos que demonstram, na óptica de Dom José, que o bispo não era inimigo do Dr. José Saboya e que este sim se enganava em suas conclusões precipitadas. O texto é iniciado como uma citação do Senador Plínio Pompeu em sua entrevista ao *Diário da Noite*⁹⁶. A partir dela, Dom José busca desqualificar, novamente, o argumento de que era opositor do Desembargador Faustino Albuquerque, candidato vencedor pela UDN, nas eleições de 1947. Segundo o bispo, ele que apoiou nomes

⁹⁶ “‘**COMPENSANDO-SE DA INIBIÇÃO jornalística em que se tem mantido nos últimos meses**, o Sr. D. José Tupinambá, bispo de Sobral, viu chegar nas vésperas das eleições estaduais a ocasião ousada para manifestar a sua má vontade com os que sustentava a candidatura do Desembargador Faustino de Albuquerque’. O grifo é meu. Ignoro tudo isso. Quod gráti affimatur, gráti regetur”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 16)

para o legislativo estadual ligados a UDN, como o de Murilo Aguiar, em Camocim⁹⁷, encaminhou telegramas a diversos chefes políticos locais a fim de abalizar a candidatura de Faustino Albuquerque ao executivo estadual. Segundo Dom José,

“Murilo Aguiar-Camocim-Urgente. Referência meu telegrama de ontem venho comunicar-lhe que formais expressas declarações prestadas ao Sr. Arcebispo de Fortaleza por quem era competente não subsistem razões que desaconselhavam votar candidatura Faustino. (a). Bispo.”

Idêntico telegrama passei ao Sr. Álvaro Soares, chefe pessedista da Ibiapina, que, como o Sr. Murilo Aguiar, por telegrama me havia perguntado se era lícito votar no Desembargador.

Os Srs. Jarbas Aguiar de Massapê e o Sr. José Salustiano de Aguiar, de Serrota, aquele pessoalmente este por pessoa de sua confiança perguntaram-me se podiam votar e fazer votar no Desembargador e minha resposta foi afirmativa. Ambos correligionários do Dr. Sabóia.

Mons. Dr. Argesilau de Aguiar, chefe Udenista de Tianguá, e como tal reconhecido, veio expressamente consultar-me se podiam votar no Desembargador, fazendo então algumas declarações e recebeu e mesmíssima resposta: nada há que proíba votar no Desembargador. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 17)

Há que se destacar ainda o relato da “insistente consulta” do senhor José Maria Mont’Alverne, genro do Dr. José Saboya, ao então Vigário Geral de Sobral, o Monsenhor Olavo Passos, fazendo com que este publicasse um texto com firma reconhecida em uma farmácia da cidade, a fim de garantir que o Dr. Faustino Albuquerque ainda merecia o voto católico. É outro exemplo de *Efeito do Real* usado pelo bispo. Segundo o prelado,

“Mons. Olavo Passos, Vigário Geral procurado insistentemente pelo Bacharel José Maria Mont’Alverne, genro do doutor João Batista de Vasconcelos, deu por escrito a seguinte declaração, o que fizeram reconhecida pelo tabelião público, exposta num quadro vistoso, na Farmácia Monte, e de cujo teor reproduziram milhares de cópias, espalhadas por todo o Ceará: ‘Respondendo-me a uma consulta que me fez o Sr. Dr. João Batista de Vasconcelos, declaro, a bem da verdade, que, mediante as formais declarações do Exmo. Desembargador Faustino de Albuquerque, o ilustre Magistrado continua a merecer o voto do eleitorado católico. (a) Mons. Olavo Passos, Vigário Geral’ **Firma reconhecida**, para não haver dúvida”. (*Idem*)

No enredo das lutas políticas de 1946 e 1947, a afirmativa de um clérigo em não desqualificar um candidato era de grande importância para a retórica política. Demonstra-se assim o poder que a Igreja ainda nutria nesse contexto. Tachar um candidato como sendo contrário a Deus poderia convencer parte da população a não votar ou boicotar tal sufrágio. O

⁹⁷ “Telegrama de 15 de Janeiro de 1947 ao Deputado Murilo Aguiar, Chefe udenista de Camocim, aliás, ao seu pedido, recomendado por mim aos vigários da Diocese como candidato a uma cadeira na Assembléia Estadual”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 16)

que é possível compreender é que Dom José busca nessa sequência de textos dissipar a ideia que era contrário ao candidato da UDN.

É embasado nessa sequência de relatos pró candidatura do Desembargador Faustino Albuquerque que Dom José propõe uma desqualificação da lógica de ataques do clã do Dr. José Sabóia. Para ele,

Ora, segundo a hermenêutica do Dr. José Sabóia, eu sou o único responsável por tudo o que o *Correio da Semana* Pública (sic), ainda mesmo pelos artigos assinados pelos seus autores; por tudo que a amplificadora (hoje célebre pela entrevista do Senador Plínio Pompeu), **pour tout le monde et son père** diz e publica, e, a fortiori, por tudo o que o Vigário Geral declara. O Dr. José Sabóia, para ser coerente consigo mesmo e com a sua dialética deveria então atribuir a mim a declaração importantíssima, e para o seu partido oportuníssima do Mons. Olavo, que segundo os entendidos talvez tenha dado ganho de causa à candidatura do Desembargador Faustino até mesmo para provar que sou um **político desastrado**, na frase lapidar do Senador Plínio, pois na hipótese, sendo eu contrário a esta candidatura, forneci elementos para sua vitória.

Por fim direi que nenhum vigário desta Diocese, na sua parte de correligionários do Dr. José Sabóia, por sua livre escolha, poderá apontar uma palavra minha, que denotasse má vontade para com os udenistas nas vésperas da eleição. Nem eles, nem os seculares do seu partido.

Se ainda vigora o princípio do direito ‘**Nemo Malus nisi probetur**’, aguardo ulteriores documentos comprobatórios desta minha suposta má vontade, para que assim fique justificada a asserção de Dr. José Sabóia”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 16 e 17).

A lógica de Dom José, estruturada na negação dos argumentos do seu adversário político e na inversão de sua linha de raciocínio, alcança seu objetivo de formulação de uma defesa pública. Cuidadosamente, o bispo articulou fatos e depoimentos de outros clérigos que auxiliavam a sustentar a interpretação de que o prelado não apoiou declaradamente o General Onofre Muniz e também não fez oposição aberta ao desembargador Faustino Albuquerque.

Após as três primeiras apostilas, o texto publicado por Lira, atribuído ao primeiro bispo de Sobral, passa a não contar com uma organização linear. A escrita é estruturada a partir da reprodução de textos jornalísticos, a maioria já apresentados e problematizados em no segundo capítulo, seguidos de comentários do bispo que apresentassem a sua visão de “verdade” histórica, realizando assim a sua defesa histórica.

É uma visão de que o excesso de documentos, por si mesmos, produziram a verdade histórica. E quanto mais documentos fossem reproduzidos, mesmo não havendo uma contextualização, mais próximos da verdade Dom José acreditava estar se aproximando. Nesta perspectiva o excesso de história alcançaria os objetivos almejados.

Parece que a estratégia do bispo é um exemplo do que Friedrich Nietzsche conceitua como sentido *histórico*. O filósofo alemão, em sua *II Consideração Intempestiva sobre a*

utilidade e os inconvenientes da História para a vida reflete basicamente sobre dois extremos do conhecimento histórico. O primeiro, *a-histórico*, o homem é “inteiramente absorvido pelo presente, tal como um número que se divide sem deixar resto; ele não sabe dissimular, não oculta nada e se mostra a cada segundo tal como é, por isso é necessariamente sincero” (NIETZSCHE, 2005, p. 71). Ou seja, o homem carece de conhecimento e criticidade sobre os fatos do passado. Isso produz um indivíduo acrítico, incapaz de manipulações e reflexões devido a incompletude de seu intelecto. Seria similar a um animal.

Já o segundo sentido, *histórico*, também é nocivo ao homem na visão de Nietzsche. Este sentido se caracterizaria pelo excesso de história. Segundo Nietzsche,

Na verdade, só quando o homem pensa, medita, compara, separa, aproxima, é que ele pode delimitar este elemento a-histórico, é somente aí que um raio luminoso surge no seio desta nuvem envolvente, é somente aí que ele é forte o bastante para utilizar o passado em benefício da vida e para refazer a história com os acontecimentos antigos, é somente aí que o homem se torna homem: o excesso de história (*ein Uebermasse von Historie*), ao contrário, mata o homem, e, sem este invólucro de a-historicidade, ele jamais poderia ter começado ou pretendido começar a existir. (NIETZSCHE, 2005, p. 75)

O homem, dessa forma, necessita dos dois elementos, em equilíbrio. “O elemento histórico e o elemento a-histórico são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de um povo, de uma cultura” (NIETZSCHE, 2005, p. 74). Mas a proposta a que Dom José formula em sua obra não tangencia em hipótese alguma uma perspectiva de equilíbrio entre sentido histórico e a-histórico. O bispo-conde opta por um mergulho documental intenso que visa garantir a estruturação de seu discurso. A questão é: esse excesso de história produziria vida ou morte para os interesses do prelado? É notável que a estratégia se repete ao longo do texto em outros momentos, às vezes alternando com instantes em que o prelado busca comentar algum fato.

Os três primeiros textos são as reproduções completas de artigos oriundos do *Correio da Semana*. Os textos “Quem é o candidato dos comunistas?”, de Pe. Sabino Loyola, “Adesão Oficial dos Comunistas ao Desembargador”, sem autor declarado, mas provavelmente do Padre Sabino, então diretor do jornal, e “O presidente da Ação Católica fala-nos sobre a atitude a seguir nas próximas eleições”, também sem um autor identificado. Todos os textos são de 14 de janeiro de 1947 e não expõem *a posteriori* comentário do bispo. Aparentemente, foram colocados sequencialmente para embasarem por si só o raciocínio defendido pelo bispo.

Após estes três textos introdutórios, é apresentado um novo cujo autoria acredita-se ser de Dom José⁹⁸. Em “O brinde do Dr. José Sabóia de Albuquerque”, o bispo problematiza acontecimentos ocorridos em um banquete oferecido em 27 de dezembro, no Palace Club, ao candidato da UDN. Neste banquete, o Dr. José Saboya, no afã de ver seu candidato favorito à disputa, teria realizados ataques à Ação Católica e ao Arcebispo de Fortaleza. Segundo o bispo, “(...) o próprio Desembargador teria gostado mais se não tivessem publicado mais nos jornais de Fortaleza o mencionado brinde por assim me haverem afirmado pessoas insuspeitas aos senhores udenistas” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 22).

Na continuidade do texto, Dom José atribui as seguintes palavras de ataque ao Dr. José Saboya,

Divorciados completamente do favor público, incapazes de pleitearem do eleitorado livre, a prorrogação por mais um quadriênio, de um governo de sangue e misérias, como o que por dez anos conspurcou o Ceará, envergonhando-o diante do Brasil e do mundo, os corifeus do partido dominante recorrem às potências celestes para colocar o seu candidato sob a égide de seus representantes da terra. É assim que estão explorando a religião em seu benefício, e por meio de intrigas obrigando a boa fé dos seus ministros e ajuda-los na campanha; chegaram a dividir o mundo político em homens votáveis e não votáveis, para pontarem aqueles que são os correligionários da situação dominante como os únicos que poderão obter o sufrágio do eleitorado católico. (*Idem*)

É um discurso de palavras duras e direcionadas à instituição católica, buscando a evidenciação das escolhas políticas realizadas pelos clérigos cearenses. A Igreja é tratada como uma organização fechada em si, não interessada no “favor público” e à mercê dos interesses políticos dos grupos que as utilizam na disputa política. É também, antes de tudo, um ataque ao governo de Menezes Pimentel, aliado íntimo da Igreja durante sua gestão (1935-45). A divisão dos votos, proposto pela Circular 64 que indicava a não votação em candidato apoiado pelos comunistas, é mais um ponto somado à perspectiva de interferência da religião nos assuntos políticos.

O bispo, na sequência, usa como elemento de estruturação retórica a apresentação dos textos em resposta ao “brinde” do Dr. José Saboya. São reproduzidos então os artigos publicados no *Correio da Semana*, em 4 de janeiro de 1947, “*Por que vês tu o argueiro no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?*”, de autoria do próprio bispo, e “*O anticlericalismo do Dr. José Saboya ao lado dos inimigos da Igreja*”, de autoria do Padre Sabino Guimarães Loyola.

⁹⁸ Inexistem referências claras no texto, mas a escrita em primeira pessoa, somada às “aspas” em passagens atribuídas ao Dr. José Saboya nos indicam que é um texto próprio do bispo.

São, como já foi analisado no capítulo anterior, dois textos diretos e ofensivos às palavras do ex-magistrado. São carregados de um discurso *militarista*, especialmente a produção do Padre Sabino⁹⁹, que não se intimidam em atacar as palavras de José Saboya, a fim de expor a insatisfação clerical dentro da cidade.

Em sequência, em sua estratégia de exposição documental como elemento de estruturação de seu discurso, Dom José expõe a reprodução da petição judicial em prol do direito de resposta de José Saboya. Nele, é destacável que o único veto realizado pelo juiz que deferiu o pedido, Dr. Floriano Benevides, foi o referente a uma ofensiva à Ação Católica. No documento, consta o seguinte trecho, “No mandado se transcreverá a resposta, cuja publicação se pede, cancelada, porém, a expressão ‘gestapo cearense’, referente à Ação Católica do Ceará, que importa em abuso de liberdade de imprensa” (LIRA, 1991, p. 31 *apud* Folha 61 dos autos do pedido de retificação do artigo, requerido pelo Dr. José Saboya de Albuquerque).

Comparar a *Ação Católica* com um dos principais aparelhos de policiamento e repressão da ideologia nazista traz em si uma carga de associação ao totalitarismo evidente. Um dos principais aparelhos da Igreja é tachado como um elemento político, e mais, totalitário associado a uma perspectiva nazista. Isso possibilita a seguinte reflexão, o que havia de mais sério que ser associado ao nazismo em 1947? Certamente isso explique o indeferimento dessa citação em especial.

Após a apresentação desses documentos e do comentário sobre o “brinde do Dr. José Saboya”, o bispo adentra no polêmico direito de resposta do ex-juiz publicado por intermédio de decisão judicial no *Correio da Semana*. O texto “O meu anticlericalismo” é considerado, pelo bispo, uma das maiores humilhações protagonizadas pelas disputas contra o Dr. José Saboya. Segundo o bispo,

O Dr. José Sabóia quis responder ou refutar o artigo do Padre Sabino, escolhendo o próprio Jornal da Diocese, para mais profundamente humilhar-me. Os eleitores hão de notar que, e vez de dirigir-se ao autor do “O Clericalismo...” preferiu-me visar diretamente fazendo-me responsável por tudo. Que fazer? **HOC VOLO, SIC JUBEO: sit pro ratione volantes.**

Muniu-se o magistrado de ordem judicial, impetrada do atual Juiz de Direito desta Comarca para coagir o Diretor do Jornal a ajuda-lo a achincalhar-me convertendo o jornal católico da Diocese em pelourinho da minha dignidade pessoal e religiosa. (*Ibidem*, p. 37)

⁹⁹ Esta perspectiva afirma “Em Sobral, o Dr. José Saboya achou de fazer coro com os inimigos da Igreja”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p.26, *apud* *Correio da Semana*, 4 de janeiro de 1947)

É um texto percebido como uma afronta pessoal. Tratar as palavras do magistrado como *humilhação*, *achincalhamento* e ataques a *dignidade pessoal e religiosa*, demonstram o ressentimento do prelado sobralense em relação às atitudes do seu rival. O jornal *Correio da Semana* é entendido por Dom José como o palco escolhido por seu rival para a exposição de sua vergonha. Entendo que, na verdade, uma das marcas do jornal é o de servir como palco para as tensões entre os atores históricos da cidade.

A indignação, na óptica do bispo, é justificada por conta dos direcionamentos da ofensiva realizada pelo ex-juiz¹⁰⁰. Parece muito mais uma oportunidade de afrontar os clérigos em seu veículo de informação e de propagação de ideias, do que de fato um direito de resposta. Para Dom José,

Não se percebeu que o artigo não correspondia aos motivos alegados na petição do seu ex-colega. Muito antes da publicação o seu genro Dr. José Maria Mont'Alverne espalhada à boca pequena que o Dr. vai dizer coisas, de que o Bispo nunca poderá defender-se. (*Ibidem*, p. 28)

Como estratégia, Dom José reproduz na íntegra o texto de direito de resposta do magistrado (*Ibidem*, p. 32 a 35). Logo na sequência, textos do *Correio da Semana* que demonstram apoio da população católica sobralense são reproduzidos, produzindo um efeito de consequência pública aos atos do Dr. José Saboya (FROTA *apud* Lira, p. 36). Mais uma vez então o sequenciamento de informações e documentos a fim de embasar a versão do bispo. Este sequenciamento é baseado em seletividades que Dom José tinha acesso enquanto escrevia seu livro. São tentativas de dar uma *overdose de história* ao leitor, ausentes de cuidadosas reflexões e apresentações aos documentos. Após isso, o bispo passa a estruturar uma argumentação, uma forma de defesa pública, que busca evidenciar as ações de perseguição realizadas pelo ex-juiz. Segundo o bispo,

Quem quer que conheça os homens e as coisas de Sobral, quem quer que me conheça de perto, conhecerá as injustiças e leviandades contidas no artigo do Dr. José Sabóia. Para não repetir o que o Padre Sabino escreveu no seu artigo “**recebendo o labéu merece (sic)**”, apenas limitar-me-ei a pontar algumas ridículas afirmações desse varão octogenário tão mal informado das coisas desta terra, onde presume ter direito de assentar no seu discutível trono. Porventura haverá em tudo isto má fé? É um caso a estudar. (FROTA *apud* Lira, p. 37)

São apresentados pontos que buscam evidenciar a não dependência entre o bispo e o ex-juiz. Primeiramente é destacado o fato de que quem inicia a pendenga política é o grupo da

¹⁰⁰ Segundo Dom José, “Ainda não pude convencer-me da elegância desse ato vingativo do concidadão, e também não compreendo como Sabóia não respondeu ao Padre Sabino e só se ocupou em ofender-me”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 28).

UDN de Sobral, no momento em que se realizou o já citado banquete e brinde no Palace Club em homenagem ao Desembargador Faustino Albuquerque, momento em que associava a prática política dos clérigos ao apoio ao candidato rival, General Onofre Muniz.

Dom José apresenta-se como o contraponto, como o sujeito que não participa das artimanhas de direcionamento de ataques políticos. Ao mesmo tempo, reconhece que alguns de seus subordinados eram entusiastas da candidatura de Onofre Muniz, reconhecendo inclusive que suas ordens foram desobedecidas em certos momentos,

fui um dos muitos que censurei a descortesia de certos rapazes, que manifestaram os seus entusiasmos pela candidatura do General Onofre por ocasião da chegada do ilustre Desembargador Faustino, tanto assim que mandei uma nota sobre o assunto ao Diretor do *Correio da Semana* para ser inserida no Jornal como da própria redação. Não sei por que, não o foi, mais isto prova o bastante. (*Idem*)

O testemunho de Dom José, por si só, não tem valor de prova, de defesa histórica de sua memória. É difícil imaginar que o diretor do jornal, subordinado direto do bispo, não o obedecesse e, pelo contrário, continuasse a publicar textos em defesa do prelado nas tensões que se sucederam tornando-se um dos principais protagonistas das disputas discursivas nos jornais.

O padre Sabino tinha o perfil combativo. Como foi visto no capítulo 2, utilizou do *Correio da Semana* como ferramenta para responder a textos de diferentes personalidades políticas, incorporando o papel militarista a suas ações. Aparentemente, o respeito à hierarquia era uma de suas qualidades. Não nos admira o fato de o Padre Sabino ter galgado outros cargos de destaque política eclesiástica católica, como fundador de rádio, diretor do seminário e combativo membro da LEC, antes de ser Vigário de uma grande paróquia da cidade, a de Nossa Senhora do Patrocínio.

Outro ponto evidenciado pelo Bispo remonta a um episódio anterior em mais duas décadas às eleições de 1947. Em 1923, Dom José Tupinambá da Frota foi indicado para uma mudança de Diocese. Iria para Uberaba, cidade do interior de Minas Gerais. Prática comum na Igreja, a troca de dioceses tem como objetivo desestruturar perspectivas de poder e personificações pessoais na administração religiosa. Dom José relutou em migrar para Minas Gerais. Para o Padre João Mendes Lira, que produziu uma biografia do bispo,

A sua transferência para a Diocese de Uberaba foi um duro golpe. Para uns era considerada castigo, para outros um meio de retirá-lo de Sobral a fim de poder se recuperar e galgar altos postos. Este era, sem sombra de dúvida, o pensamento do seu parente D. Jerônimo que acompanhou todo o drama. (LIRA, 1982, p. 6)

Mesmo a possibilidade de alcançar novos postos parece não ter seduzido Dom José. Apesar de ter como aliado até o início de 1924 o primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé da Silva, o bispo sobralense tem dificuldades em permanecer em sua terra natal. Vem daí então um dos pontos de maior entrelaçamento das vidas de Dom José Tupinambá da Frota e o Dr. José Saboya de Albuquerque. Parte da historiografia local, com destaque para o próprio Padre Lira, destacam que foi através do *lobby* do Dr. José Saboya, ou seja, da influência política do magistrado, que a Igreja considerou e aceitou a permanência do bispo em Sobral. Segundo Lira,

D. José não queria sair de Sobral. Achava humilhante, embora não deixasse transparecer. Achou bom ter sido reconduzido para Sobral embora tivesse que se curvar diante dos fatos, isto é, que foi o prestígio do Dr. José Saboia que solucionou o caso. O Embaixador do Brasil junto a Santa Sé era muito amigo do irmão do Dr. José Saboia a que foi confiado todo o caso. (LIRA, 1982, p. 7)

Esta versão, hegemônica na historiografia local desde então, é rebatida por Dom José na narrativa de sua defesa em seu “livro inédito”. Ou seja, o prelado aproveitou o espaço de defesa dos fatos ocorridos em 1947 para trazer à tona um fato de 1923/1924 que permaneceu por décadas no imaginário sobralense. Na versão do bispo,

Houve um momento em que parecia poder ser sustada essa transferência. Em Outubro, recebi instruções do Sr Nuncio Apostólico para a posse do meu novo cargo. Foi quando o Dr. José Sabóia telegrafou ao seu irmão Coronel Vicente Sabóia de Albuquerque, residente do Rio de Janeiro, no sentido de, por meio dos seus amigos diplomatas, obter da Santa Sé a minha permanência em Sobral. [...]

Procurou-me uma tarde em minha residência o Dr. José Sabóia para comunicar-me que se estava interessado por esse assunto, havendo telegrafado ao dito seu irmão induzindo-o a agir com solicitude.

Efetivamente, houve trocas telegramas com o Dr. Magalhães de Azeredo, Embaixador do Brasil perante a Santa Sé, mas o fato é que esse notável diplomata nada pôde obter, conforme vi pelos telegramas, que o mesmo Dr. José Sabóia mostrara-me, à proporção que os ia recebendo.

Em Dezembro, dirigi-me diretamente ao Santo Padre Pio XI, apresentando as razões que justificavam a minha súplica, no sentido de permanecer em Sobral, e foi assim que Sua Santidade julgou benignamente aceder aos meus pedidos. Ainda é cedo para publicar os documentos sobre este caso, mas o certo é que devo ao Dr. José Sabóia somente o favor, que agradeço, de sua interferência amistosa, mas não o fato da minha permanência. (FROTA *apud* LIRA, 1991, pp. 38 e 39)

Há uma tentativa de deixar em segundo plano as ações do Dr. José Saboya por parte de Dom José. Parece-nos que o bispo tenta capitalizar a sua permanência apenas ao seu contato direto com o Papa, ignorando qualquer tipo de diplomacia ou influência política. Infelizmente as provas que abalizam o discurso do prelado não foram alcançadas por nós. Entretanto, outras questões podem ser levantadas a partir do episódio.

Dom José falece em 1959 e sua biografia, escrita pelo Padre Lira, é publicada apenas em 1982. Nesse ínterim, o padre e historiador sobralense teve acesso a versão do bispo, já que este, antes de morrer, entregou seus escritos para publicação posterior. Dessa forma, há duas hipóteses claras.

Primeiramente, Padre Lira não leu os escritos de Dom José ao longo de, pelo menos, vinte e cinco anos, que separam a morte do bispo da publicação de sua biografia. Cremos que essa hipótese tem pouca credibilidade, haja vista a riqueza da documentação e a citação, em alguns momentos da obra publicada em 1982, dos originais do “Livro Inédito de Dom José”. A segunda hipótese é a de que lendo os manuscritos e originais da obra, Lira achou de pouca credibilidade a argumentação apresentada pelo bispo, não concordando com esta, e mantendo a opinião de que o Dr. José Saboya foi o protagonista no sucesso da empreitada de manutenção do prelado sobralense. Esta pesquisa segue os rastros da segunda hipótese.

Dessa forma, isso faz indagar: que interesses o Dr. José Saboya de Albuquerque teria em fazer tamanho esforço político em manter o bispo na cidade? A única resposta cabível, fugindo do altruísmo romântico, é a de ganhar um aliado político a partir de então. De fato, por duas décadas as disputas entre os homens mais influentes da política local foram apaziguadas. Mas o fortalecimento da LEC durante governo de Menezes Pimentel, somado à aposentadoria compulsória do magistrado e seu revanchismo na redemocratização, justificam os embates entre 1945 e 1947.

Voltando à análise do “Livro Inédito de Dom José”, foram reproduzidas duas notícias de 1932, evidenciando mais uma vez a participação do Dr. José Saboya em socorro ao bispo. Nesse ano, ocorreram agitações entre a polícia, liderada pelo Sargento Milfon, e o Padre Gonçalo junto a outros membros da Igreja. Para contornar o incidente, o Dr. José Saboya usou de sua influência política para desfazer a tensão, favorecendo a proteção do bispo. As notícias são acompanhadas do breve comentário do bispo, que afirmou que “Esta foi a segunda vez que fui ‘amparado’. Sem ele, as coisas não teriam mudado”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 42).

Após esse pequeno momento de reconhecimento da ajuda do ex-juiz ao clérigo, sucedem-se reproduções de artigos do *Correio da Semana* que evidenciam a defesa e o ataque da Igreja na conjuntura de acontecimentos de 1947. O extenso artigo “Merecendo o Labéu Merecido”, do soldado da Igreja Padre Sabino Guimarães Loyola é sucedido por um Aviso Geral, assinado pelo Padre José Palhano de Sabóia, secretário do Bispado e filho adotivo de Dom José Tupinambá na Frota. É um aviso curto, em forma de circular, publicado no *Correio da Semana*, de 6 de fevereiro de 1947. O teor do texto é o seguinte:

Tendo-se propalado nesta cidade que o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano ordenara aos Páracos deste Bispado que o púlpito condenassem a candidatura do Sr. Desembargador Faustino de Albuquerque à presidência do Estado, manda S. Excia. Revma. desmentir de modo mais formal, expresso e categórico tal tendenciosa afirmação destituída de qualquer fundamento, como podem atestar todos os mesmos R R Páraco. (*Ibidem*, p. 48)

Com este Aviso Geral, especialmente a ordem para que sejam desmentidas as participações da Igreja, atende aos interesses eclesiásticos, principalmente com a derrota de Onofre Muniz e a vitória do candidato da UDN, Faustino Albuquerque. Era uma tentativa também de reforçar o pretenso discurso de neutralidade. Servia, dentro da estrutura retórica do livro, para transmitir este valor a fim de eximir as atitudes das Igrejas de influências ou paixões políticas.

Em sequência a estes textos, entra-se na polêmica ligada à expulsão do Dr. José Saboya de Albuquerque da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Este é um dos fatos que pode ser associado a um revanchismo por parte do clero católico após o direito de resposta publicado por Dr. José Saboya no *Correio da Semana*. O bispo busca refutar essa ideia, tentando distanciar-se das decisões ligadas à irmandade, apesar de este estar em um patamar superior dentro da hierarquia religiosa.

No livro, que pode ser entendido como um testamento político do bispo, é apresentada a notícia do *Correio da Semana* sobre a expulsão do ex-juiz a fim de embasar o discurso do bispo. Em sequência, há um comentário de Dom José, ironizando as ações do Dr. José Maria Mont'Alverne, genro do ex-juiz. Nele, o bispo afirmava:

Logo o irrequeto bacharel José Maria Mont'Alverne, genro do irmão eliminado, pôs-se em atividade, escrevendo a vários chefes políticos da região, enviando-lhe uma espécie de esquema para os protestos que deveriam mandar ao Sr. Vigário Geral, contra o seu ato, que classificava de intempestivo, injusto, ilegal. Obedecem ao novo mentor, por sinal mui pouco hábil os chefes de Tianguá, Ipú [sic], Ipueiras, Cariré, Reriutaba, Nova Russas, Santa Quitéria e Sobral. Tenho em meu poder os originais de alguns desses “abaixo-assinados”. (*Ibidem*, p. 49)

Infelizmente não tive acesso aos originais desses panfletos nem a reprodução integral desses textos na obra. Mas não avalio como um indicativo inválido a atuação do Dr. José Maria Mont'Alverne, haja vista que assim como os clérigos se uniam em torno da figura do bispo, em uma perspectiva de *militarização*, os familiares e membros do grupo político do Dr. José Saboya, agiam de forma análoga, defendendo seu líder. Escrever a chefes políticos e tentar defender o ideal moralizador de honra da família é algo comum para o período.

Em sequência, a fim de estruturar sua argumentação de isenção, o bispo publica cartas de cunho pessoal de correspondência entre ele e o Vigário Geral, Monsenhor Olavo Passos. Eis as cartas,

Sobral, 4 de abril de 1947
Exmo. e Revmo. Monsenhor Olavo Passos,
DD. Vigário Geral do Bispado,

Nesta Cidade.
Laudetur Jesus Christus!

Rogo a V. Excia. a fineza de dizer-me si algum dia recebeu mandado meu para ser eliminado da Irmandade do SS. Sacramento desta cidade, ou se agiu motu-proprio, firmado nas disposições do Compromisso, por que se rege a dita Irmandade, e no Can. 696 do Código do Direito Canônico.

A razão do meu pedido é a necessidade de retificar mais uma afirmação do Dr. José Sabóia no seu segundo artigo **“O meu anticlericalismo – o caso da Irmandade do Santíssimo”**.

Não tem esta carta o sentido de querer eximir-me de qualquer responsabilidade na ordem, baixada por V. Excia, para eliminação do referido Irmão. – Sendo possível desejaria que a resposta fosse dada nesta mesma folha. Com estima subscrevo-me – de V. Excia Revma.

servo e am.º in J.C.

+ José, Bispo de Sobral (*Ibidem*, pp. 49 e 50)

É de se supor que receber um documento escrito como este, com o pedido de ser respondido na mesma folha, em uma cidade com proporções geográficas não tão largas, o que não tornava nada difícil um contato pessoal entre os dois correspondentes, nos faz crer que a carta é apenas um elemento de retórica. Faz refletir que seria difícil, mesmo que não fosse verdade, o Vigário Geral contradizer o bispo, seu superior hierárquico, em um documento como este. Por isso não nos surpreende a seguinte resposta feita pelo Monsenhor Olavo Passos:

Em resposta à carta acima, afirmo jamais ter recebido ordem de V. Excia. Revma. Para eliminar da Irmandade do SSmo. O Dr. José Sabóia: fiz de motu-proprio estribado no Regulamento da referida Irmandade e no Código do Direito Canônico.

Deus Guarde a V. Excia. Revma.

Mons. Olavo Passos

(*Ibidem*, p. 50)

A resposta, breve é verdade, traz em si toda a estrutura da argumentação defendida pelos clérigos. É parte importante para a posteridade, ao buscar justificar a reação às ações do ex-juiz e seu direito de resposta na letra fria do regulamento da Irmandade do Santíssimo Sacramento. É um elemento de retórica, para distanciar a atuação dos homens que compõem a Igreja de um comportamento mesquinho e humano como o revanchismo.

Dom José avalia, a partir dessa carta, que é demonstrada a verdade dos fatos, que seria, na óptica dele, a da Igreja. “Esta carta vem desfazer a afirmação do Dr. José Sabóia, segundo a qual Monsenhor Olavo, cuja inteireza e inflexibilidade de caráter todos reconhecem, teria sido apenas a testa de ferro do Bispo, no Mandato da eliminação”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 50). Dessa forma, toda a responsabilidade da expulsão é dada inteiramente ao Monsenhor Olavo Passos, preservando assim a figura do bispo.

O prelado não perde a oportunidade de ironizar seu rival, “Se por este fato o ilustre ex-magistrado se convence que o mau jurista, convença-se que o epíteto compete Praesumptio cedit veritati [Presunção produz verdade]... ao enérgico Vigário Geral”. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 50).

Expõem no livro, mais tarde publicado pelo Padre Lira, um pedido para leitura do artigo publicado em 5 de março no jornal “*O Povo*”, segue-se a reprodução do documento,

Fortaleza, em 12 de Março de 1947.

Ilmo Sr. Raimundo Nonato de Menezes, M.D. Secretário da Irmandade do SS Sacramento de Sobral.

Acuso recebimento do ofício de 23 de Fevereiro p. passado, em que V. S. me comunicou a minha eliminação, de ordem superior, do quadro dessa Irmandade. Embora não tome conhecimento dessa resolução que, por aberrante das normas do direito, é irrita e nula, peço licença para juntar a este uma publicação que fiz, a respeito, pelo Jornal “O POVO” de 5 do corrente, e em que se encerraram as razões do meu procedimento, e que, por comeseinho dever de lealdade, VV. SS. devem mandar transcrever na ata respectiva. – Saudações. _ (a) José Sabóia de Albuquerque. (*Ibidem*, p. 50 e 51).

Além de Dom José usar de seu poder clerical para o acesso ao documento interno em questão, expondo as intenções do Dr. José Saboya, ele desqualifica a ação, afirmando de forma breve que “O seu pedido não foi deferido” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 51). É uma tentativa de mostrar a luta do ex-magistrado para se reinserir na Igreja. Entendo, entretanto, que a defesa a insatisfação do Dr. José Saboya está muito mais ligado aos aspecto distintivo que a Irmandade do Santíssimo Sacramento imperava do que fazer parte das bases religiosas da Igreja Católica.

A estratégia de exposição da relutância do Dr. José Saboya em sair da Irmandade é apresentada ainda nas páginas seguintes. É reproduzido um artigo de Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque, filho do ex-juiz, publicado no jornal “Gazeta de Notícias”, em 16 de fevereiro de 1947. Segundo Dom José, esta foi a única defesa, ao menos de forma pública, do filho ao pai. Percebe-se com essas palavras que os genros, Dr. Plínio Pompeu de Saboya e

José Maria Mont'Alverne, eram muito mais combativos que o filho ex-juiz. Refletindo sobre o teor da documentação, o bispo afirma:

Esta peça não deveria figurar neste livro, tal a imundície do seu conteúdo; mas para que me todo tempo conste o que foi esta campanha de calúnias e injúrias contra mim, resolvi stampa-la aqui para eterna vergonha do seu autor, cuja vida desregrada, como é público e notório, não abona seu autor. (*Ibidem*, 1991, p. 51).

É perceptível no texto a manutenção do pretense discurso de neutralidade de Dom José, argumentando o porquê de reproduzir o artigo na obra. Há aqui um discurso de compromisso com a verdade, expondo que esta estaria claramente do lado do bispo. Em sequência é reproduzido o artigo sequenciado do comentário irônico de que “É com estes argumentos que o bacharel retro-nomeado entende fazer a defesa de um progenitor. Risum taneatis, amici!” (FROTA *apud* LIRA, 1991, 51).

A partir desse momento, há uma interrupção de três laudas e meia nas reflexões e defesas sobre as ações políticas de 1947, ano da escrita do próprio livro. Sem aviso prévio e sem contar com comentário algum posterior, são reproduzidos dois documentos de disputas entre bispo e ex-juiz de 1945, quando a polícia impediu a realização de um comício da UDC, comandada na época por José Saboya. Como já citado no capítulo anterior, Dom José é acusado pelo ex-juiz de intervir contra a realização do comício.

Novamente, sem nenhuma conectividade aparente, volta-se a reproduzir os textos dos embates discursivos de 1947. Por seis páginas e meia, entre as páginas 56 e 62, é reproduzido o texto “A Vitória da Verdade”, extenso artigo de autoria do Padre Sabino Guimarães Loyola publicado no *Correio da Semana* em 25 de março de 1947.

Entendo que este texto, publicado originalmente em 25 de março de 1947, busca fechar a temática em torno das disputas políticas ocorridas entre o Dr. José Saboya e Dom José Tupinambá da Frota. Ele versa, de maneira geral, sobre a expulsão do Dr. José Saboya de Albuquerque da Irmandade do Santíssimo Sacramento, expondo que, ao contrário do que o Dr. José Saboya requeria, havia previsão estatutária para a exclusão do ex-juiz de seus quadros.

Entretanto, a publicação do texto de Sabino tem uma conotação simbólica ao finalizar uma temática na obra com “A vitória da verdade”. Percebo assim a ideia de que a fixação em alcançar uma verdade histórica nada mais é do que um elemento discursivo para o convencimento da população.

A obra, mesmo com toda a confusão da organização do texto que ela carrega, traz em si uma *ordem*, estruturada, que possibilita uma forma de organização do tempo atendendo os anseios de Dom José. As *ordens do tempo* auxiliam no processo de estruturação de uma possibilidade de compreensão do tempo complexa. Segundo François Hartog,

Na palavra de fato, pouco discutíveis ou quase nada negociáveis. Na palavra *ordem*, compreende-se imediatamente a sucessão e o comando: os tempos, no plural, *querem* ou *não querem*; eles se *vingam* também, *restabelecem* uma ordem que foi perturbada, *fazem às vezes de justiça*. *Ordem do tempo* vem assim de imediato esclarecer uma expressão, talvez de início um tanto enigmática, *regimes de historicidade*. (HARTOG, 2014, p. 17)

Construindo assim um *regime de historicidade* a partir da *ordem do tempo*, o prelado poderia instituir a possibilidade de manter sua influência cultural e política sobre a cidade muito além de sua própria existência física.

Através dessa estratégia, o bispo poderia alcançar um *status* de convencimento junto a seus leitores que instituísse uma lógica sobre os fatos narrados, tratando-os como plenamente verdadeiras, fugindo de possibilidades de contestações. Seriam imagens sobre o passado narradas que dariam o tom ao projeto de domínio de temporalidade que identifico em Dom José. Os domínios dos tempos históricos iriam além da questão do tempo natural. Em diferentes momentos o prelado buscou alternativas para poder lutar pelo *futuro*, tendo o *progresso* da cidade associado à Igreja, pelo *presente*, garantindo participação política e, porque não, sobre o *passado*, a fim de construir uma visão hegemônica sobre o *tempo*.

Nessa perspectiva, o projeto de Dom José visava construir um modelo efetivo de controle narrativo sobre os eventos que garantissem após a sua própria morte a perpetuação da sua imagem. Mesmo com ressignificações e reelaborações realizadas pelos seus herdeiros religiosos e políticos, avalio como eficiente a prática desse projeto. Mas isso só foi possível após a superação de contradições e de adversários.

4.3 “HISTÓRIA CONCEBIDA EM TERMOS DÚPLICES”: AS DEFESAS HISTÓRICAS DO PRELADO SOBRALENSE

OS NOMES

Duas vezes se morre:
 Primeiro na carne, depois no nome.
 A carne desaparece, o nome persiste mas
 Esvaziando-se de seu casto conteúdo
 - Tantos gestos, palavras, silêncios -
 Até que um dia sentimos,
 Com uma pancada de espanto (ou de remorso?),
 Que o nome querido já nos soa como os outros.
 (MANUEL BANDEIRA, 2004, p. 152)

Morrer, o *inominável* a que Certeau se refere em seu “A Invenção do Cotidiano” (2009), também é *inevitável*. A morte é uma certeza a qual Dom José não contava burlar. Mas seu nome, seu legado, sua história, poderiam ser construídas em terreno sólido a fim de buscar uma constante luta pela imortalidade. Não poderia deixar a seus rivais a possibilidade de negar o seu legado e que seu nome soasse como o do povo ordinário.

Destaco a perspectiva de análise da *ordem do discurso* sobre a obra a fim de identificar os elementos de construção de uma atuação de uma “força da verdade” por conta de Dom José. Orientamo-nos pela perspectiva de Foucault ao avaliar que,

Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem, enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência. (FOUCAULT, 2009a, pp. 13 e 14)

Entendo as violências, na perspectiva de Foucault, propostas por Dom José como sendo de cunho simbólico, ao construir uma narrativa que não poderia ser refutada pelos personagens históricos que entram em atrito com o próprio bispo. O autor/narrador teve a condição privilegiada de dar a última palavra nas disputas discursivas sobre o período.

Entre as páginas sessenta e cinco e setenta e um, é apresentada uma nova sequência argumentativa, extensa e numerada, contra o Dr. José Saboya e suas ações. Há, a partir de então, um novo erro de estruturação dos pontos de argumentação numerados, provavelmente por culpa do editor ou da organização realizada pelo Padre Lira. Será discutido esses textos na sequência numérica, buscando dar maior fidelidade à argumentação pensada pelo bispo.

Nesse trecho, são sete apostilas no total. Ele as apresenta da seguinte forma, “Já notaram os leitores que o Dr. J. Sabóia não se dignou responder a Monsenhor Olavo, e muito

menos ao Padre Sabino Loiola, - naturalmente por **deferência** para com a minha pessoa, a quem evidentemente quis amesquinhar. Que o faça!” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 67). As apostilas tratam temas inerentes ao direito de resposta, “Meu Anticlericalismo”, de autoria do Dr. José Saboya.

A documentação aqui trabalhada indica um processo refinado de construção discursiva para evidenciar o papel do bispo sempre como “verdadeiro” em oposição aos relatos indicados por seus adversários. Entra-se aqui novamente na perspectiva de proposição de uma narrativa histórica que busca flertar com uma apresentação factual de um discurso tratado como “verdadeiro”. É algo, dentro da esfera de análise de Hayden White, que corrobora a percepção de intencionalidades bem definidas no projeto de produção da História em uma tipologia tradicional de produção. Segundo White,

Dessa forma, para o discurso histórico tradicional, é presumido existir crucial diferença entre uma “interpretação” dos “fatos” e uma “estória” contada sobre eles. Essa diferença é indicada pela aceitação de noções de uma estória “real” (contra uma imaginária) e uma estória “verdadeira” (contra uma falsa). Ao mesmo tempo, as interpretações são tipicamente tidas como comentários dos “fatos”, as estórias contadas em histórias narrativas são presumidas como inerentes aos eventos (de onde vem a noção de “estória real”) ou aos fatos derivados do estudo crítico da evidência ao redor desses eventos (os quais levam à noção de estória “verdadeira”). (WHITE, 2006, p. 194)

Nessa perspectiva de análise, a crítica na história é praticamente inexistente, garantindo assim um pressuposto de “*sacralização*” do enredo, não devendo o mesmo ser contestado dentro de uma abordagem narrativa associada ao ideal de “*verdade*”.

Adentrando ao texto, o primeiro grupo de documentação versa sobre a nomeação para o cartório do Dr. José Barreto de Araújo. É uma temática levantada pelo artigo do Dr. José Saboya em 1947. Nela, como já foi problematizado em outros momentos, o ex-juiz busca associar a escolha do novo tabelião da cidade, no ano de 1943, à vontade e influência política de Dom José Tupinambá da Frota. Segundo Dom José, “Narremos os acontecimentos que por si falam melhor do que as suposições do Dr. J. Sabóia” (FROTA *apud* LIRA, 1991, 68). Há, dessa forma, mais uma vez a implantação de uma lógica de que a narrativa, por si só, garantiria um pressuposto de verdade histórica. Ele inicia então a narrar o acontecimento.

Na manhã de 6 de Junho de 1943 falecia, nesta cidade, vítima de um tiro casual, o Sr. José Fabião de Vasconcelos, 3º Tabelião Público de Sobral. Estava eu a tomar, às 10h do dia, o automóvel para ir à Estação da Estrada de Ferro, a fim de seguir para Granja, onde devia presidir o Congresso Eucarístico Paroquial, quando o Cura da Sé, Padre Domingos Rodrigues de Araujo, me deteve pedindo que eu telegrafasse ao Interventor Dr. Menezes Pimentel, no sentido de ser nomeado o seu

irmão, bacharel José Barreto de Araujo, para o cargo de Tabelião Interino, na vaga aberta pelo falecimento do respectivo titular.

In limine, recusei-me, alegando que não queria mais incomodar o Interventor com tantos pedidos, mas o Padre retorquiu, dizendo que nunca me havia pedido favor algum, que esse era o primeiro, ... etc. Tive que aceder. Sinceramente, o afirmo: no momento não me lembrei que o falecido Tabelião tinha um filho bacharel, que bem poderia substituí-lo, e que, além disto, era genro de um amigo meu, o Dr. Manuel Marinho de Andrade.

(*Idem*)

No trecho inicial, percebe-se a narrativa da questão envolvendo a sucessão do 3º Tabelião Público de Sobral. É uma tentativa de defesa da acusação de favorecimento a José Barreto de Araújo, irmão Cura da Sé, Padre Domingos Rodrigues de Araújo. Dom José atribui a uma falha de memória o motivo de aceitar o pedido de seu clérigo. Há aqui de se destacar que a argumentação evidencia o papel político de Dom José Tupinambá da Frota. Há um claro canal direto de diálogo deste com Menezes Pimentel, interventor do Estado do Ceará na época. Após enviar o telegrama, pedindo a nomeação do irmão de seu Cura, segundo Dom José:

[...] Durante a viagem lembrei-me de tudo e demonstrei aos Padres da minha comitiva o meu pesar de ter dado um passo, que nunca houvera doado, por não me parecer razoável. Não foi, por crueldade, que **molhei a pena no sangue borbulhante do meu parente para prejudicar a sua desolada família**. Um lapso de memória me impeliu a fazer um pedido, que também fez o Dr. J. Sabóia, molhando a pena no mesmo sangue do seu correligionário e amigo, que lhe fora sempre tão dedicado e até mais do que deverá ser em certos casos. O Dr. J. Sabóia apontou, então, o nome do Advogado Ataliba Barreto para ocupar o cargo do falecido Tabelião, preterindo o filho do falecido serventuário, Dr. João Batista Vasconcelos. Estou seguramente informado que o Dr. J. Sabóia escreveu uma carta ao Adv. Ataliba Barreto, que ocasionalmente se achava na fazenda “Contra Fogo”, comunicando-lhe que, apesar de não o ter ouvido, apresentara o seu nome para o cargo de 3º Tabelião de Sobral.

É o caso de dizer: SI VIS ME FLERE, DOLENDUM EST IPSI PRIMUM TIBI. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 68 e 69)

A argumentação de Dom José novamente é direcionada ao maniqueísmo de suas ações em comparação com as de Dr. José Saboya. É claramente um *Argumentum ad hominem*, ou seja, um argumento que visa (re)direcionar os olhares de suas críticas evidenciando os erros ou ações de outros sujeitos. O Dr. José Saboya servia ao bispo como ponto diametralmente oposto nesse esquema teórico, o inverso para o ex-juiz também servia, lembrando do bispo em vários momentos de sua defesa.

A segunda apostila exposta pelo bispo é a “História da Carta ‘**concebida em termos dúplices**’”. Ainda girando em torno do caso de nomeação do tabelião Dr. José Barreto. Nela, Dom José busca exaustivamente se justificar de sua interferência na dita nomeação. Dom José

inicia a argumentação desta apostila reapresentando a trama histórica, expondo o recebimento de uma carta em 7 de junho de 1943. Segundo ele,

No dia 7 de Junho, o meu amigo Dr. Marinho de Andrade escreveu-me uma carta, que solicitava a minha interferência perante o Sr. Dr. Andrada Furtado, Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, no sentido de conseguir a nomeação do seu genro Dr. João Batista de Vasconcelos, para tabelião interino.

Ser-me-ia muito agradável satisfazer o velho colega de escola e amigo, se já não houvesse pedido a nomeação para o Dr. José Barreto.

Regressando a Sobral, no dia 10 do dito mês, aguardava-me na Estação o Dr. Marinho, que me deu o prazer de acompanhar-me até ao palácio episcopal, aí expliquei-lhe todo o ocorrido, inclusive o meu **lapsus memoriae**, e disse-lhe que já não me ficava bem retirar o pedido anterior.

Insistiu ele, lembrando que eu poderia telegrafar ao Interventor, dizendo que, apesar do pedido feito a favor do Dr. José Barreto, eu ficaria satisfeito também com a escolha do Dr. Batista. Recusei-me a este expediente, por achá-lo inconveniente; e, insistindo o meu prezado amigo, disse-lhe eu: “o mais que posso fazer é escrever ao Dr. Pimentel, Interventor do Ceará, historiando os acontecimentos, o que por ele foi aceito”.

(*Ibidem*, p. 69 e 70)

Em sequência, a fim de “provar” que suas declarações eram verdadeiras, Dom José embasa suas afirmações com a publicação da carta que o próprio prelado enviou ao Interventor do Ceará. Ou seja, a fim de embasar seu discurso, Dom José usa um documento produzido por si mesmo. É basicamente a crença de que seus interlocutores e leitores creditavam a ele apenas o ideal de verdade.

A carta é reproduzida em sua totalidade, com o seguinte conteúdo:

Sobral, 10 de Junho de 1943.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Menezes Pimentel – Fortaleza
Respeitosas e cordiais saudações.

No dia 6 do corrente, dirigi à V. Excia., um telegrama pedindo, se fosse possível, a nomeação do Dr. José Barreto para o cargo de 3º Tabelião dessa cidade, pelo falecimento repentino do respectivo titular. Desejo agora dar à V. Excia., as seguintes explicações; o Pe. Domingos Araújo, Cura da Sé, irmão do Dr. José Barreto veio pedir-me o grande favor de telegrafar à V. Excia., naquele sentido. Excusei-me, dizendo não querer importunar mais uma vez a V. Excia., mas afinal acedi. Não me lembrava, no momento, que o falecido tabelião tinha um filho. Se me houvesse lembrado, não teria pedido para ninguém, deixando plena liberdade, de minha parte, à ação do poder competente, que sabe como deve agir. Com a maior estima e consideração subscrevo-me à V. Excia. – servo e amigo - + José, Bispo de Sobral.

(*Ibidem*, p. 70)

Ou seja, o bispo só praticou uma ação de intervenção política junto ao Interventor por conta do pedido do Cura da Sé, Padre Domingos Araújo. Não se esforçaria por ajudar o filho

do antigo tabelião que falecera ou qualquer outro sujeito. O prelado “não teria pedido para ninguém, deixando plena liberdade” para que “poder competente” agisse como desejasse. Dom José queria, em sua retórica, demonstrar que não desejava usar de sua influência política a toda hora, se distanciando assim da ideia de um sujeito “político”. Mas suas ações cirúrgicas de intervenção, solicitando favores e, mesmo justificando seus esquecimentos, não retrocedendo em seus pedidos, demonstram um sujeito com grande capital político que o utiliza para favorecer os seus aliados.

Mesmo assim, com todo esse poderio simbólico, havia uma necessidade do bispo de passar uma carga de neutralidade em seu discurso. Dom José almejava indicar que religião e política estavam distantes e que ele não estava entorpecido pelas relações de poder. Buscava justificar suas ações como provenientes do contexto que estava inserido. Mas suas ações e seus testemunhos involuntários nos documentos indicam contradições.

Segundo a narrativa do bispo, o Dr. Batista não desistiu da nomeação como Tabelião:

Indo a Fortaleza, o Dr. Batista entendeu-se com pessoas influentes, e depois telegrafou ao sogro, Dr. M. Marinho, dizendo ter conferenciado com o Interventor, e essa dissera-lhe que “só um telegrama peremptório meu poderia modificar a (p. 70) sua situação”, terminando assim: “Por caridade consiga de Dom José esse telegrama. Tudo depende de Dom José”.
(FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 71)

A ação do prelado indica claramente qual lado ele optou por apoiar nessa disputa na cidade. Dom José afirma na sequência que: “Não passei o telegrama desejado”. (*Idem*). É uma ação política, mas que o bispo busca associar à confusão proporcionada pela sua memória. Porém, em mais de uma oportunidade, ele pode solucionar esse problema, voltando atrás em sua decisão e apoiando o outro lado. Não demonstrou interesse. Em vez disso, o bispo busca justificar suas ações a partir da conjuntura contrária à nomeação do Dr. Batista. A argumentação é a seguinte:

É certo que a nomeação do Dr. Batista não se faria; 1º porque o candidato não era persona grata ao Governo; 2º porque tanto o Coronel Dracon Barreto, tio do Dr. José Barreto, como o do Dr. José Martins Rodrigues, amigo íntimo do Padre Domingos, estava empenhado em que fosse nomeado o Dr. José Barreto; 3º porque o próprio Dr. José Sabóia tinha pedido o cargo para o Adv. Ataliba Barreto.
(*Idem*)

Nesse trecho, o bispo apresenta uma linha de pensamento em que era praticamente impossível a nomeação do Dr. Batista por diferentes fatores. Contradiz dois documentos. O primeiro, já citado, remonta que era necessário apenas um telegrama por parte do bispo endereçado ao Interventor Menezes Pimentel para que a situação fosse revertida. Dom José,

como já foi dito, optou por não “passar” tal telegrama. O segundo documento que coloca em xeque a argumentação do bispo é o citado em sequência em seu texto. Nele, Dom José explicita que,

Afinal, no dia 17 de Junho, recebi, do Interventor, o seguinte despacho:

“Fortaleza – 17 de Junho de 1943 – Exmo. Dom José Tupinambá – Sobral – Atendendo pedido me fez Vossência em telegrama dia seis apraz-me comunicar-lhe assinei ato nomeação Dr. José Barreto 3º Tabelião dessa cidade. Atenciosas saudações – (a) Menezes Pimentel”.

(*Idem*)

Fica perceptível que a nomeação do Dr. José Barreto, parente do Cura da Sé, foi um favor político concedido pelo Interventor ao Bispo. Nenhuma das questões elencadas pelo bispo como motivos para não nomeação do filho do antigo tabelião são elencadas ou parecem ter relevância para o Interventor. A vontade do bispo parece ser magnânima e preponderante nessa questão. Dom José, a meu ver, não alcança seu objetivo de demonstrar seu afastamento da política ao demonstrar seu relato e a documentação em seu livro. Pelo contrário, gradativamente aparece como o sujeito mais influente na cidade.

Há sim uma tentativa de controle narrativo que busque alcançar uma condição de “verdade” dentro da óptica do bispo, flertando como uma manipulação na articulação entre *tempo natural* e *histórico*. Isso auxiliaria a instauração de uma ordem do discurso que dificultaria a contestação dos fatos pelos adversários políticos de Dom José.

Tempo natural e *histórico* flertam um com o outro, mas mantêm características distintas. Segundo Koselleck, “O tempo natural e a sua sucessão – da forma como sempre os temos experimentado – pertencem às condições dos tempos históricos, mas nunca se diluem neles. Os tempos históricos são dotados de sucessões temporais diferentes dos ritmos temporais regidos pela natureza” (KOSELLECK, 2006, p. 122). Pode-se perceber esses elementos na continuidade da documentação.

A terceira apostila, trazida nas páginas anteriores no livro, mas conectada retoricamente com a primeira e a segunda apostila, tem como tema central o acompanhamento das críticas realizadas pelo Dr. José Saboya e as respostas realizadas pelo bispo. Para Dom José, a justificativa de tal apostila foi: “Já que aprouve ao Dr. José Sabóia trazer à luz da publicidade um incidente, que eu poderia chamar doméstico, acompanha-lo-ei na sua excursão pela arena jornalística, embora constrangido, só para esclarecer alguns pontos” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 71).

Destaca-se a noção que prelado tem acerca dos jornais, como arena para embates. Palco este que é estendido ao livro, com publicação posterior a fim de garantir que suas réplicas não teriam trélicas... Dessa forma, Dom José inicia suas respostas às acusações propostas pelo ex-juiz. A pendenga central reproduzida nessa quarta apostila gira em torno da reação do Cura da Sé, Padre Domingos Araújo.

Segundo o que é possível perceber no discurso do bispo, o Dr. José Saboya questionou a atitude do Cura da Sé de questionar as atitudes do prelado, seu superior hierárquico. Há uma clara sugestão de que o bispo estaria acuado frente a um subordinado seu. Aparentemente, o questionamento da hierarquia serviria de deleite para o ex-juiz. Entretanto, o bispo busca negar essa perspectiva, reproduzindo inclusive um suposto diálogo entre ele e seu subordinado clerical:

Efetivamente, no dia 11 de Junho, veio o Padre ao Palácio, visivelmente agitado. Haviam-lhe dito que eu, apesar de ter pedido o cartório para o seu irmão, posteriormente, a instâncias do Dr. Marinho, o pedira também para o outro. Pura invenção!

O que então o referido sacerdote disse o seguinte: “Sr. Bispo, vim aqui para protestar contra a ingratidão de V. Exa., que disse diante de todos os Padres em Granja, que se houvesse lembrado do filho do Fabião, não teria pedido o cartório para ninguém.

Respondi: “certamente, se me tivesse lembrado, não faria tal pedido.”

- Eu, que trabalhei dez anos nesta cidade, não mereço nada? V. Exa. Foi desleal comigo, porque depois de ter pedido o cartório para meu irmão, pediu depois para o outro.

- Aqui estão o Dr. Marinho, a mãe e o irmão do Dr. Batista, justamente para me pedirem que, pelo menos, telegrafe ao Dr. Pimentel, declarando que, apesar do pedido feito, eu ficaria satisfeito com a nomeação de qualquer outro. E com que cara ficaria o Sr., se seu irmão viesse a ser nomeado”? Retorqui eu.

(*Ibidem*, p. 64 e 65)

Percebe-se na reprodução do diálogo, oriundo apenas do testemunho do próprio Dom José, que o *lobby* político é algo tratado como “comum” ou “normal” pelo clérigo. Trabalhar dez anos na causa religiosa, comprometido com os interesses de Dom José, deveria obter, segundo a lógica sugerida atribuída ao Padre Domingos Araújo, uma concessão de benefícios de forma “natural” a um irmão seu.

A justificativa de que o outro grupo interessado na vaga, representado pelo Dr. Batista, filho do antigo tabelião, poderia proporcionar outra reação, a de compaixão, como sugerida na argumentação do bispo, é ignorado pelo prelado, ao não interferir novamente na pendenga.

Na argumentação contida no livro, o bispo faz questão de buscar a desconstrução das suposições propostas pelo Dr. José Saboya. Segundo o prelado,

Foi este exatamente o diálogo rápido entre mim e o Padre, que não se exprimiu como afirmou o Dr. José Sabóia, que talvez tenha ouvido dos seus informantes que eu me portei com absoluta calma ao ouvir as recriminações de um sacerdote, que pela primeira vez se excedera assim.

O Dr. José Sabóia declara que não sabe “se o novo Cônego voltou à resipiscência, mas o certo é que não sofreu a mínima penalidade.” Pois eu lho digo para servir-lhe de exemplo e para honra daquele clérigo: voltou, sim, à resipiscência; escreveu-me uma carta muito humilde, reconhecendo que se havia excedido e pedido perdão.

(FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 65)

Dom José esforçou-se em demonstrar que houve uma restauração da hierarquia após o pedido de desculpas realizado pelo clérigo. Além de demonstrar que não estava encurralado por questões políticas, O bispo buscava também justificar a nomeação de seu subordinado à condição de cônego, ou seja, de responsável por realizar funções litúrgicas na catedral. Cargo de grande honra e de considerável posto hierárquico. O prelado justifica tal escolha numa associação com o texto bíblico. Segundo Dom José,

Não foi por esse ato irrefletido que o Padre mereceu as honras de Cônego, como não foi pela trina negação que o Apóstolo S. Pedro mereceu o Sumo Pontificado na Igreja fundada por Jesus Cristo Nosso Senhor. Foram os serviços prestados à Igreja, a sua dedicação ao ministério sacerdotal. O seu ardor apostólico, a sua coragem em enfrentar os inimigos da Igreja nesta cidade, e outras razões desta natureza, que justificaram a honorificência concedida ao Cura da Sé. Felizmente ao Dr. José Sabóia provou assim que eu não sou vingativo nem odiento...

(*Idem*)

Ou seja, Domingos Araújo é tratado como Pedro, apóstolo que negou Cristo três vezes no texto bíblico (Mc 14, 66:72; Lc 22, 54:62; Jo 18, 15:18). De certa forma, o Cura da Sé é tratado como um sujeito que realizou uma traição pessoal, assim como o apóstolo. Entretanto, suas obras o credenciavam a um posto de destaque na Igreja. Destaco o cuidado do Bispo em construir uma percepção de mundo em que suas ações não são tratadas como “políticas”, mas sim religiosas. É um cuidado e uma habilidade digna de destacados parlamentares e líderes do executivo.

A quarta apostila, última com tema central acerca da nomeação do novo Tabelião de Sobral, também disserta contra acusações do Dr. José Saboya. Inicialmente é reproduzido um trecho do direito de resposta do ex-juiz no *Correio da Semana*.

“Um filho do serventário desaparecido, também bacharel, e com tirocínio de advogado acorreu ao paço episcopal, pedindo a preferência para o cargo **em face dos direitos que assistiam, firmados em lei**. S. Excia., magnânimo e justo, entregou-lhe uma carta dirigida ao governante, **em que expunha a situação de primazia** que desfrutava o novo candidato, sem contudo retirar o pedido, que fizera pelo anterior”. Os grifos são meus [Dom José]. (*Idem*)

Destaca-se que além de evidenciar o fato de o bispo não retirar seu pedido original em prol do irmão do Cura da Sé, é alarmado o fato da existência “dos direitos que assistiam, firmados em lei”, ou seja, da legalidade na escolha do filho do antigo tabelião. O bispo utiliza esse ponto como central na contestação dessa argumentação. Segundo ele, “Confesso que a desconheço [a lei] e dizem os juristas que essa lei começou a existir ao tempo do governo precário do Dr. Acrísio Moreira da Rocha, isto é, em 1946”. Voltando-se então contra o próprio ex-juiz, invertendo a lógica de alvo para atirador na pendenga. “E por que, então, o Dr. José Sabóia não pediu a nomeação desse bacharel? Por que a pediu para o advogado provisionado Ataliba Barreto?” (*Idem*).

As apostilas seguintes, quinta, sexta e sétima, versam sobre o caso da expulsão do Dr. José Saboya em 1947, no contexto das eleições do mesmo ano para governador do Estado, da Irmandade do SS. Sacramento, mais tradicional irmandade da cidade. Na quinta apostila, Dom José elenca os motivos da eliminação. Segundo o prelado,

Quinta: Os motivos da eliminação do Dr. José Sabóia não foram as suas boas qualidades, que em parte reconheço, mas os modos desrespeitoso e irreverente, com que tratou a autoridade diocesana, (1) as inverdades e calúnias contra a mesma, a intenção evidente e inegável de ferir-me, tanto assim que, em vez de dirigir-se ao Monsenhor Olavo e ao Padre Sabino, preferiu alvejar-me sob pretextos ridículos, como se pode ler nos artigos que publicou em sua defesa: o que não parece leal e elegante. (*Idem*)

Nesse trecho, o prelado não esconde que o principal motivo para expulsão de seu desafeto são os ataques que este fizera ao bispo. O texto muda de terceira para primeira pessoa em determinado momento, substituindo a ideia de “autoridade diocesana” pela “intenção evidente e inegável de *ferir-me*” (Grifos Meus). É ressaltado assim para o leitor a sugestão de uma perseguição realizada pelo Dr. José Saboya. O prelado continua sua lógica evidenciando a falta de comprometimento do ex-juiz com a irmandade:

O ressentido irmão não tem motivo para tanta queixa: nunca tomou uma opa, nunca conheceu o peso de um brandão, nunca tomou parte nos atos coletivos da Irmandade, nunca frequentou a Comunhão nem mesmo na Páscoa, nunca assistiu à adoração do SS. Sacramento nos dias determinados pelo Compromisso, nunca tomou parte nas procissões de Corpus Christi.

O meu artigo de 4 de Janeiro de 1947, estampado atrás, que tanto desgostou o Dr. José Sabóia, e desafiou as suas iras, não foi refutado, e seria difícil tarefa fazê-lo. (*Idem*)

Evidenciasse assim que a participação do Dr. José Saboya na irmandade, segundo as afirmações de Dom José Tupinambá da Frota, era puramente social, destoando assim da prática religiosa. A participação na Irmandade era muito mais uma questão de *distinção* política e social do que religiosa.

Vale destacar o quão relevante era a partição do Dr. José Saboya na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Era a irmandade católica mais antiga de Sobral e mantinha uma grande relação com segmentos da elite. Ser expulso da irmandade era, de certa forma, perder um pouco da distinção simbólica instituída na cidade. Segundo Bourdieu, as *distinções* por títulos, como é o caso do Dr. José Saboya no episódio da Irmandade, são,

Definidas pelos títulos que os predispõem e os legitimam a ser o que são, que transformam o que fazem na manifestado de uma *essência* anterior e superior a suas manifestações, segundo o sonho platônico da divisão das funções baseada em uma hierarquia dos seres, eles estão separados, por uma diferença de natureza, dos simples plebeus da cultura que, por sua vez, estão votados ao estatuto, duplamente desvalorizado, de autodidata e de “substituto” (BOURDIEU, 2007, p. 28)

Para retirar um sujeito tão relevante de uma irmandade com tamanha distinção e relevância, trazendo o Dr. José Saboya para um outro ponto da hierarquia dos seres apontado por Bourdieu, o bispo buscava ao menos uma tentativa de argumentação para poder fugir da lógica de perseguidor. Na sexta apostila, Dom José expõe as regras da Irmandade, a fim de evidenciar a não perseguição ao ex-juiz. Segundo o prelado,

Sexta. – A reforma do Compromisso da Irmandade do SS. Sacramento.

O Concílio Plenário Brasileiro, celebrado no Rio de Janeiro em 1939, pelo Dec-147, determinou: “As pias associações dos fiéis, dentro de seis meses após a promulgação deste Concílio, apresentam ao Ordinário do lugar os próprios estatutos, para serem por ele examinados e aprovados de acordo com as prescrições do cânon 689.”

Em obediência ao Decreto supra, foram apresentados pela Irmandade do SS. Sacramento de Sobral os respectivos Estatutos para a devida aprovação, o que fizeram todas as associações pias da Diocese. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 66)

Dessa forma, apesar da Irmandade do Santíssimo Sacramento ter sido fundada em 1752, um século e meio antes da elevação de Sobral a condição de Diocese, em 1915, haveria subordinação hierárquica total dela para com a administração episcopal. Sendo assim, fazer parte de uma associação religiosa como a do SS. Sacramento, resultaria em obedecer uma hierarquia que manteria Dom José no topo.

O bispo esforça-se ainda em destacar que havia previsão legal para a expulsão de seu desafeto. Estava previsto anos antes em mudança estatutária,

A última reforma dos Estatutos ou Compromisso da referida Irmandade foi realizada em 1944, não visando, de forma alguma, o Dr. J. Sabóia, que devia bem conhecer o Compromisso reformado em 1935, que no seu artigo 4º determina:

“Será eliminado o irmão que, por ato público e formal, haja desacatado a Autoridade Diocesana ou seus delegados e não queira volver à resipiscência”.

Este artigo figura no Compromisso de 1935, sob o n.º 7.º, com os mesmos dizeres, sem modificação alguma. Tal eliminação não é privativa da Mesa Regedora, pois o Câno 696 do código do Direito Canônico explicitamente declara:

“§3. – Ainda mesmo que nos estatutos nada conste expressamente, o Ordinário do lugar, quanto a todas associações, e o Superior religioso, quanto às associações em virtude de indulto apostólico eretas pelos Religiosos, pode demitir sócios.”

Já se vê que essa demissão não deve ser arbitrária o §1 do citado Cânon prescreve: “ninguém, legitimamente inscrito, seja demitido de uma associação, sem justa causa, segundo norma dos estatutos.” (*Ibidem*, p. 66 e 67)

Dom José se esforça em demonstrar que, mesmo com atraso, a Irmandade realizou modificações em seu estatuto. Nessa modificação havia previsão de expulsão de qualquer membro que desrespeitasse a hierarquia composta pela Diocese de Sobral, superior à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Com este artigo 4º, Dom José mantinha sob si grandes grupos de pessoas influentes de Sobral, participantes da Irmandade, que não poderiam se manifestar de forma ofensiva e ostensiva contra ele. Era um interessante dispositivo de dominação.

Assim sendo, Dom José passava a mensagem de que a expulsão do Dr. José Saboya da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1947 estava justificada, demonstrando que não passava apenas de uma medida legal e previsível realizada pelo corpo Diocesano. A expulsão serviria para ao menos duas coisas, primeiramente para atingir a distinção social que o Dr. José Saboya alcançava, culturalmente, com o pertencimento àquele grupo. Em segundo lugar, seria um aviso para que qualquer outro componente inferior hierarquicamente ao bispo, não repetisse a prática realizada pelo ex-juiz.

Por fim, a sétima apostila encerra o assunto da expulsão do Dr. José Saboya da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Dom José rebate o argumento de que poucos membros apoiaram o bispo após a expulsão do ex-juiz da Irmandade posterior aos ataques realizados pelo Dr. José Saboya no contexto das eleições, principalmente em seu direito de resposta no *Correio da Semana*. O Prelado registra em seu livro que,

Sétima. – O Dr. J. Sabóia afirma que “sendo quase 300 o número dos associados (**da irmandade**), pouco mais de 40 assinaram as listas de solidariedade à S. Excia.”

Tenho em meu poder o Relatório oficial do Presidente da Irmandade, datado de 20 de Fevereiro de 1947. Nessa data existiam 287 (duzentos e oitenta e sete irmãos); assinaram “a lista de solidariedade” 132 (cento e trinta e dois irmãos).

Informa o Presidente, Tenente Delfino Batista de Melo, que “deixaram, de assinar, porque residem fora da cidade, 72 irmãos”. (*Ibidem*, p. 67)

Ou seja, de duzentos e oitenta e sete (287) assinaturas possíveis, Dom José obteve apoio de cento e trinta e dois (132). Outros (72) não poderiam assinar porque morariam fora. Isso não significa um grande apoio ao bispo. Apesar de ser um número maior que o alardeado pelo ex-juiz, o bispo garantiu menos da metade de assinaturas em apoio de si. Considero um número baixo, haja vista que, desconsiderando as assinaturas em seu favor e os que moram fora (que necessariamente não precisariam assinar tal apoio), oitenta e três membros (83) moravam em Sobral e não assinaram o apoio ao bispo. Levando em conta ser uma Irmandade Religiosa, é perceptível um grande apoio ao ex-juiz em oposição ao bispo. A Igreja não era tão una como Dom José almejava.

A partir da página sessenta e dois, após a reprodução de “A vitória da verdade”, Dom José começa a voltar as suas atenções para a defesa de acusações proferidas pelos genros do Dr. José Saboya. Primeiramente, Dom José reproduz a entrevista do Senador Plínio Pompeu ao *Diário da Noite*, em 25 de janeiro de 1947. Percebe-se que em diversos momentos a ordem cronológica dos textos é alterada, demonstrando uma estrutura de argumentação algumas vezes temática, outras aleatórias. Sobre a entrevista, Dom José afirma em sua obra que:

A população de Sobral, estarrecida, teve conhecimento desta vergonhosa entrevista, testemunha que foi e é dos fatos contemporâneos, pois todos sabem e confessam que desta vez o Senador em muitos pontos faltou gravemente à verdade.

Julguei do meu dever esclarecer o público do Brasil inteiro sobre asserções infelizes do Senador Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães, e assim expedi a 8 de Fevereiro às Redações do “Estado” e “Nordeste” de Fortaleza o seguinte telegrama: (*Ibidem*, p. 64).

Como um jornal de circulação no Rio de Janeiro, então capital federal, traria grandes repercussões em Sobral fazendo com que a população de Sobral ficasse “estarrecida”? Isso foi possível através da reprodução de panfletos e boletins, como era habitual na prática política do grupo do Dr. José Saboya, para a divulgação de material de imprensa produzido fora de Sobral.

Posterior ao comentário realizado por Dom José acerca da entrevista de Plínio Pompeu, é reproduzida um curto telegrama, destinado e publicado no “*Correio do Ceará*”, em 10 de fevereiro de 1947. Novamente o erro de organização editorial que marca o texto é notável. Apenas doze páginas depois há nova menção ao caso da entrevista do Senador Plínio

Pompeu. É reproduzido um texto mais completo de refutação dos ataques do senador, genro do Dr. José Saboya, entre aspas, mas sem menção a uma publicação original de jornal. Aparentemente, trata-se do mesmo telegrama publicado no *Correio do Ceará* em 10 de fevereiro de 1947, mas com um texto completo. Nele, há o seguinte conteúdo:

Lendo declarações do Senador Plínio Pompeu relativas ao meu repto, venho reafirmar, primeiro, nenhuma ligação tive amplificadora, que nunca recebeu ordem qualquer minha. Segundo: é falso ter eu mandado Padres divulgares ocasião Missa estar UDN processando Cura Sé, sendo essa atitude iniciativa padres solidariedade seu colega com o que estão satisfeitos; terceiro: falsíssimo ter eu diariamente feito propaganda contra UDN, elogiando Plínio Salgado; quarto: conforme declaração Reitor Seminário Padre José Osmar, publicada *Correio da Semana* treze corrente, dito sacerdote nenhuma ordem recebeu de mim sobre candidaturas; quinto: não telegrafei diário Noite reptando dito Senador mas apenas Nordeste Estado. Suportarei, galhardamente, desleais investidas gratuitos inimigos podendo retificar, explicar quaisquer pontos acusações inclusive ato politicagem supostas quando a pedido Cura Sé pedi Interventor Menezes Pimentel nomeação seu irmão cargo Tabelião Sobral como também pediu meu egrégio amigo Coronel Dracon Barreto. NÃO É COM FALSIDADE QUE ESCREVE-SE HISTÓRIA. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 76)

Mais uma vez Dom José demonstra nutrir uma visão acerca do que é história. Sua perspectiva orbita em torno de uma visão unicista sobre a noção de verdade. O texto gravita também em mais uma tentativa de negar as acusações nutridas pelo grupo rival. Sobre elas, seria inocência afirmar que um prelado não manteria influência direta ou indireta sobre os usos dos aparelhos de posse da Igreja em que administra. Controlar a amplificadora e as bases de clérigos parece algo óbvio para uma prática de prelado.

É possível entender esses processos de intervenção e compreensão do *fazer histórico* realizados por Dom José como uma clara tentativa de associar sua imagem a um pressuposto de identidade social. Instituir, sensivelmente, seu *ser no tempo* é uma das prioridades do bispo. Segundo Paul Ricoeur,

De acordo com a orientação geral da historiografia que privilegiamos, o referente último do discurso da história é a ação social em sua capacidade de produzir vínculo social e identidades. São assim levados ao primeiro plano agentes capazes de iniciativa, de orientação, em situações de incerteza, em réplica a restrições, normas, instituições. (RICOEUR, 2007, p. 396)

Os vínculos sociais e a construção de identidades foram constantes na *ordem do discurso* elaborada por Dom José e instituída em sua obra. A partir da página 78, volta-se ao tema das intrigas envolvendo o Dr. José Maria Mont'Alverne, outro genro do Dr. José Saboya. Este, promotor público e casado com Dona Pudenciana Saboya de Albuquerque,

conhecida por Nazinha. Como dito, o Dr. José Maria Mont’Alverne também foi um dos grandes combatentes em prol de seu sogro. Era suplente de Senador, na chapa de outro genro do Dr. José Saboya, o Dr. Plínio Pompeu.

São elencados textos que envolviam a pessoa do magistrado. Primeiramente, um telegrama enviado pelo próprio José Maria Mont’Alverne, à *Gazeta de Notícias*, publicado em 11 de março de 1947, com o título “O Dr. José Maria Mont’Alverne responde ao Padre Tibúrcio”. Estes textos já foram abordados em seus originais no terceiro tópico do capítulo dois desta dissertação.

Primeiramente, é perceptível uma indicação de que havia um ressentimento político por parte dos clérigos em não celebrarem missas por conta da vitória de Faustino Albuquerque. O Padre Tibúrcio expõe um senso de coletividade ligado à hierarquia católica, não ousando ir comemorar junto aos adversários em uma celebração litúrgica. Evidencia-se ainda no trecho acima que José Maria Mont’Alverne insiste na estratégia de colocar o bispo de Sobral contra o governador eleito, Faustino Albuquerque. Talvez pela sua presença na cidade e importante atuação junto à intelectualidade local, sendo considerado o braço direito do Dr. José Saboya, seja reservado ao Dr. José Maria uma maior atenção do bispo em seu livro.

O telegrama do Dr. José Maria Mont’Alverne é seguido por um artigo, com o título “Mais um...”, publicado no *Correio da Semana*, em 18 de março de 1947, ou seja, uma semana após o telegrama em questão. Nele, como adverte Dom José antes de sua reprodução é apreciada “a resposta do Bacharel José Maria a Padre Tibúrcio” (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 79). No trecho, provavelmente escrito pelo Padre Sabino, diretor do *Correio da Semana* na época, há um tom de ironia marcante onde o autor rebate as críticas de José Maria e expõe que “A candidatura dos Des. Faustino mereceu sempre a simpatia pública. Aos olhos dos católicos só havia uma nuvem a dissipar, e era a adesão de certos elementos com os quais os católicos em terreno algum devem colaborar” (*Idem*).

Ou seja, após a vitória de Faustino, convergem os discursos em prol da noção de que o candidato da UDN nem sempre foi combatido pela Igreja, sendo um engano continuar as disputas em torno de tal assunto. O único problema era o suposto apoio dos comunistas, logo negado pelo candidato posteriormente eleito.

Em sequência, são publicados textos do Padre Tibúcio. Primeiro, um artigo no jornal de orientação católica *O Nordeste*, que mantinha sede em Fortaleza. O texto, com título “Desfeita mais uma intriga contra o bispo de Sobral”, busca negar a existência de qualquer determinação para a não realização de missas congratulatórias em prol de Faustino

Albuquerque. O segundo, endereçado ao Presidente da Assembleia do Ceará, Joaquim Bastos, traz o seguinte conteúdo:

Joaquim Bastos – Presidente Assembléia Constituinte – Fortaleza – Ceará – Fim resguardar autoridade Sr. Bispo peço cientificar eminente dr. Faustino: I – não recebemos mínima insinuação evitar celebra [sic] missa gratulatória. II – não me recusei a tal nem sequer recebi qualquer convite. III – telegrama publicado Gazeta é atribuído dr. José Maria Alverne empenhado campanha mentirosa fim indispor nosso Presidente com Sr. Bispo e Clero desta diocese. Abraços. Pe. Tibúrcio. (*Ibidem*)

Antes de tudo, o acesso à fonte primária, ou seja, ao telegrama privado do Padre Tibúrcio por Dom José evidencia questões hierárquicas inerentes as relações de poder nutridas por ambos. O bispo exercia acesso à informação e, possivelmente, à manipulação de ações de seus comandados.

No telegrama, é perceptível o esforço declarado do clérigo em afastar qualquer indisposição com o governo eleito. A Igreja adota uma postura de integração ao novo governo, buscando afastar a ideia de opositora. Não era interessante continuar a ser associada como opositora em um novo governo que acabara de começar. Porém, a ideia de manutenção de diálogos com o grupo político rival em Sobral é afastada. Os embates continuam.

Dom José faz uma pausa na simples reprodução de textos nesse momento para realizar um comentário breve, de dois parágrafos. Nele, o prelado afirma que;

Diante de tais documentos era necessário que o Bacharel José Maria Mont’Alverne viesse à fala; e veio, mas com a preocupação de intrigar. O documento nada vele, pois afinal confessa ter feito resumo fiel “das mentiras,” (digo eu), que mandou soltar aos ventos da publicidade.

Ignora, porventura, o ativíssimo bacharel que houve **alguém** que não quis aceitar a candidatura Faustino, pelo vício de origem, e que até na manhã do dia 15 de Novembro de 1946 ainda aconselhava o Sr. Desembargador a desistir da sua candidatura? Não serei eu que lho diga, pois há gente mais autorizada para tal. (*Ibidem*, p. 78)

O prelado, pelas ironias e indicações que faz, usa da mesma estratégia do grupo do Dr. José Saboya, ao propor que a oposição ao Faustino Albuquerque vem das próprias fileiras de seu partido. Além disso, o breve comentário visa reforçar a ideia de isenção que a perspectiva assumida pelo grupo do bispo assumia.

Somado a isso, em sequência no texto, é publicada uma argumentação retórica com o título de “A Minha Política”. Não há referências ao autor nem no livro nem nos originais, disponíveis no “Fundo Padre Lira” (Museu Dom José), o que possibilita atribuir o texto ao próprio Dom José Tupinambá da Frota. Nele, há uma narrativa romantizada das relações

políticas em que o autor está inserido, sempre atribuindo suas ações a uma coletividade. Eis o texto,

A MINHA POLÍTICA

Se pedir um favor ao Governo, para quem precisa for, política, confesso que fui político, mas tenho ao meu favor as seguintes atenuantes.
sempre que pedia, acentuava “caso seja possível”.
sempre pedia, porque solicitavam a minha interferência.
pedia para grandes e pequenos, para os sequazes de ambos os partidos.
sempre dizia que o meu pedido estava condicionado às conveniências do governo.
pedia a favor de pessoas ameaçadas de prisão, injustamente.
pedia ao Interventor, ao Secretário do Interior e Justiça, ao Diretor da Instrução Pública, aos Diretores de Hospitais, do manicômio, ao Diretor da Faculdade de Direito, ao Diretor do Liceu de Fortaleza, ao Diretor da Rede de Viação Cearense, ao Diretor da Estrada de Ferro de Sobral, ao Delegado de Polícia de Sobral, a vários Diretores de Escolas e Orfanatos, ao Ministro da Viação, ao Ministro da Fazenda, ao Diretor dos Correios e Telégrafos etc, etc, etc,... Um nunca acabar!

Sempre dizia aos que recorriam a mim: para mostrar-lhes a minha boa vontade no servir, farei esse pedido, mas não suponham que eu esteja certo do êxito. Recebi, sempre, muitas atenções e nunca grosserias, essas tenho recebido em Sobral e muitíssimas vezes, mas de pouca gente.

A minha política foi pedir: será isso um crime? Não é permitido usar do direito de pedir?

Nunca pedi para mim, nem para os meus interesses pessoais. E quando sabia que os políticos haviam pedido por alguém, procurava abster-me de lhes “fazer competência”.

E, de tantos pedidos, quantos foram atendidos? Talvez vinte por cento. (*Ibidem*, p. 81 e 82)

Novamente, o bispo reconhece sua atuação política, tentando descaracterizá-la como uma ação em prol dos outros, sustentando uma argumentação em que suas ações foram pedidos para outras pessoas que necessitavam das ações. Sua prática política seria atenuada por diversas variantes, como a utilização do predicado “caso seja possível”, indicando a ênfase no pedido, não em uma ordem, ou justificando sua intervenção por conta de pedidos externos e não de sua vontade pessoal, sendo esta para pessoas de grande capital político ou não, de diferentes grupos políticos e, segundo a argumentação do bispo, dentro dos interesses do estado.

Destaca-se o grande leque de cargos citados, demonstrando a grandiosidade do tráfego que Dom José mantinha com diferentes setores da burocracia estatal. De fato, do Interventor do Estado, perpassando por diferentes cargos de direção na saúde, no transporte ou na educação, o bispo podia exercer trocas simbólicas políticas com diferentes personalidades, a fim de intensificar seu poderio e alcançar seus objetivos, mesmo que estes sejam apenas tachados como favores a terceiros.

Após a publicação desse trecho, Dom José reproduz outros textos produzidos por clérigos e aliados seus sobre as ações do Dr. José Maria Mont’Alverne. Inicialmente é

reproduzido o texto “Outras Falsidades”, que reproduz parte do conteúdo publicado no jornal “A Gazeta de Notícias”, em 5 de março de 1947. É interessante destacar a introdução a este texto, onde Dom José afirma que “A ‘GAZETA DE NOTÍCIAS’ de 5 de Março de 1947, publicou um telegrama de Sobral, assinado ‘matreiramente’ por ‘CORRESPONDENTE’ [...]” (*Ibidem*, 1991, p. 82).

O bispo classifica o autor como uma forma de espertalhão, matreiro, que usa de sua esperteza para produzir mais confusões políticas na cidade. Em sequência, são reproduzidos outros textos dessa conjuntura, todos por aliados do bispo, sem comentários. Tais textos já foram problematizados no capítulo anterior. São eles: uma nota oficial do Governo Diocesano, assinado pelo Padre Palhano, negando o impedimento da missa congratulatória em homenagem ao candidato vitorioso Faustino Albuquerque e um pequeno artigo de autoria provavelmente do Padre Sabino ironizando as ações de José Maria Mont’Alverne, em 8 de março de 1947, publicado no *Correio da Semana*.

Em sequência, é publicada uma carta assinada pelo Padre Gonçalo Eufrásio endereçada ao bispo Dom José Tupinambá da Frota no dia 10 de março de 1947. Eis a reprodução do conteúdo da carta:

Exm.º e Revm.º Sr. Dom José Tupinambá da Frota.

Digníssimo Bispo de Sobral.
Nesta.

Na “Gazeta de Notícias”, de 5 desse, foi publicada uma nota em que, o correspondente daquele diário, nessa cidade, afirmou que eu teria deixado de celebrar a Missa gratulatória pela posse do Exmº Sr. Governador Faustino de Albuquerque “em virtude de determinação em contrário da autoridade diocesana” diante da gravidade dessa asserção, cumpre-me dar à V. Excia. Revma. Os verdadeiros motivos por que deixei de celebrar a Missa a que refere-se aquele órgão da imprensa fortalexiense. (Sic)

Fui, efetivamente, convidado pelos Senhores Wagner de Sá Pontes, Abílio Fernandes e José Donato para rezar a Missa da posse do Exm.º Sr. Governador Faustino de Albuquerque, e aceitei o convite que foi logo divulgado. À véspera da posse, porém, soube que a referida comissão enviara ao Monsenhor Olavo Passos, digníssimo Vigário geral da Diocese, uma mensagem de desagrado, vasada em linguagem insultuosa à sua dignidade.

De minha espontânea vontade, procurei o Sr. Wagner de Sá Pontes, um dos signatários da referida mensagem e membro da comissão dos festejos, que me havia pedido a Missa, e lhe comuniquei que desistia da celebração da mesma, embora prometida, pela posse do Governador Faustino de Albuquerque, em virtude das injúrias assacadas contra Monsenhor Olavo Passos, esquecidos agora dos bons serviços prestados por Sua Revma. À causa da União Democrática Nacional nos dias mais agitados da campanha eleitoral.

Com palavras claras e precisas procurei esclarecer a esse Sr. Wagner Sá Pontes de que tomara aquela nova resolução por que achava simplesmente paradoxal que me viesse pedir Missa aquela comissão que vinha de injuriar Mons. Olavo Passos, meu superior e amigo. Absolutamente não declarei àquela comissão que a autoridade diocesana me houvesse proibido de celebrar Missa naquela intenção. –

De V. Excia. Revma.
servo humilde em Xt.º

Sobral, 10 de Março de 1947.
 Pe. Gonçalo Eufrásio.
 (EUFRÁSIO *apud* FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 84)

A produção dessa carta não é uma mera correspondência entre clérigo e prelado, mas sim uma produção de prática letrada que visa externar um discurso para um público. Dom José aproveita-se disso e reproduz em sua obra, a fim de construir a versão de aceitação de sua perspectiva de verdade histórica.

A obra termina com um artigo do *Correio da Semana*, publicado em 22 de março de 1947, e um posterior breve comentário. O texto “Ainda Ele...”, de autoria do Padre Sabino, versa sobre as práticas do bacharel José Maria Mont’Alverne, com ênfase em ironias e ataques pessoais. Foi problematizado nesta pesquisa no tópico três do capítulo dois.

Entretanto, após o texto acima citado, Dom José realiza o comentário final de sua obra. Segundo ele,

O Bacharel José Maria mandou reproduzir em boletins os artigos do Dr. José Sabóia, os do Senador Plínio Pompeu e a sua resposta ao Padre Tibúrcio, e os espalhou profusamente pelo interior da diocese, e creio que do Ceará inteiro. Não se apercebeu ele que assim colocava mal a sua política e o seu chefe regional, porque as calúnias ficavam sendo bem conhecidas e os Párocos teriam sobejos motivos para refutarem as inúmeras inverdades, de que lançaram mão aqueles que talvez ainda venham mendigar os favores do bispo e do seu clero em futuras eleições. (FROTA *apud* LIRA, 1991, p. 86)

Aqui há um testemunho involuntário que admite a utilização dos altares para fins políticos. Dom José justifica as ações de José Maria Mont’Alverne como motivadoras dessas ações. Há outro reconhecimento ainda, o de favores políticos realizados pelo grupo do clérigo.

Dessa forma, com escrita breve e direta, é encerrada a produção de *práticas letradas* por parte do bispo acerca dos embates de 1947. Dom José almejou permanecer, *post mortem*, na memória dos sobralenses, evitando a segunda morte a que Manuel Bandeira se refere, a da memória.

A escrita da obra de Dom José é extensão de seu corpo que objetiva a construção de uma memória. Seu livro foi um testamento deixado para seus seguidores. Como afirma Certeau,

A escrita, possibilidade de compor um espaço conforme a um querer, se articula com o *corpo* como em cima de uma página móvel, opaca, fugidia. Dessa articulação o livro se tornava a experiência em laboratório, no campo de um espaço econômico, demográfico e pedagógico. O livro é, no sentido científico do termo, uma ‘ficção’ do corpo escrevível: é um ‘cenário’ construído pela prospectiva que

visa fazer do corpo aquilo que uma sociedade pode escrever. (CERTEAU, 2009, p. 271)

Nesta perspectiva, toda escrita ocorre sobre o corpo. Dom José deixou a nós um *corpus* para sua dissecação. Ponto para a tentativa de catarse da memória do bispo, indica a nós muito mais a sua *humanidade* do que sua *santidade*, expondo o quão político e contraditório pode ser um bispo, mesmo que busque negar com veemência que é também um *animal político*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ORAÇÃO AO TEMPO

[...]

E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Não serei nem terás sido
Tempo, tempo, tempo, tempo

Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo, tempo, tempo, tempo

[...]

(CAETANO VELOSO, 1979)

Dom José Tupinambá da Frota em suas orações diárias refletia e pedia pela sua continuidade temporal? Pedia que seus anseios sobre a cidade que dizia que tanto amava se concretizassem? Um historiador, sem fontes que indique isso, não pode responder a essas inquietações. O compromisso metodológico impede. Entretanto, outras perguntas foram respondidas nessa dissertação e são essas respostas que possibilitam a feitura dessas considerações que finalizam o texto, mas que não tem a pretensão de serem eternas.

Ao longo do período em que foi bispo de Sobral, Dom José direcionou suas ações para a implementação de um modelo de gestão que integrasse cada vez mais as obras eclesiásticas com os ritmos de movimento da cidade. Fundou e alterou muitas instituições, prédios e templos religiosos, espalhando a influência católica, e a sua própria, produzindo intervenções que até hoje podem ser vistas no ordenamento urbano. Dessa forma, construiu um discurso material efetivo que garantiu grande renome para si.

Entretanto, este processo não foi simples, natural ou pacífico. Contou, em muitos momentos com a oposição de outros sujeitos e setores da sociedade sobralense, indicando que as relações de poder aqui existentes eram intensas, produzindo embates reais, com visões divergentes sobre o modelo de cidade que poderia ou não ser praticada.

O “reinado” de Dom José durou muitos anos. Entre 1916 e 1959, ano de sua morte, foi bispo da cidade que nasceu e que buscava praticar dia após dia. Entretanto, as intervenções provocadas pelo prelado sobralense não podem ser avaliadas como contínuas em um período tão extenso. No período estudado, entre 1945 e 1953, Dom José, idoso, já havia feito a maioria das intervenções materiais e institucionais na cidade que são lembradas e ressignificadas pelo discurso local.

Devido a isso, suas batalhas não eram mais somente pela elaboração de novas construções, mas sim se dividiam em disputas políticas para manter sua influência na política e na cultural local. Estas disputas se revelam principalmente no campo do simbólico, a partir da efetiva realização de *práticas letradas*.

Como foi discutido, houve momentos em que essas práticas versavam por algum projeto de futuro na cidade, como a “Campanha contra as Trevas”. Mesmo com a *modernidade*, que de alguma forma poderia colocar em risco a influência eclesiástica, Dom José e o grupo que o cercava se aliam às forças em prol de uma perspectiva de progresso que, segundo o seu discurso, seria benéfico para a cidade.

Todavia, esse pressuposto de modernização trazia o progresso para apenas setores selecionados da cidade, excluindo algumas áreas periféricas ou de menor poder aquisitivo, mesmo que próximos ao centro de distribuição de energia da cidade. A Igreja incentivou o progresso, uma visão de futuro, baseada no discurso de que seria benéfico para o povo, mas não se entrincheirou quando a oferta da nova rede atendia ao Seminário Diocesano e excluía regiões já povoadas da cidade.

Mas as *práticas letradas* que foram aqui estudadas nessa pesquisa não versaram apenas pelo *futuro*. Outras temporalidades também foram objeto de disputa em nesta escrita. O *presente*, ou melhor, o poder de intervenção do presente vivido entre 1945 e 1947 foi uma das grandes disputas que marcaram os jornais e panfletos em Sobral. Eram épocas de disputa política onde decidir “de quem é Sobral?” ou, qual o melhor candidato para a cidade, eram temáticas que opunham, depois de muitos anos sem disputas eleitorais, grupos políticos opostos na cidade.

Nesse contexto, personagens como o Dom José Tupinambá da Frota, Padre Sabino Guimarães Loyola, Francisco de Almeida Monte, Dr. José Saboya de Albuquerque, Plínio Pompeu de Saboya, José Maria Mont’Alverne se opunham em grupos diferentes buscando a possibilidade de intervirem na cidade. Estas batalhas discursivas, compostas e disponibilizadas a partir de suas *práticas letradas*, chegam a nós como sinais das disputas que haviam, demonstrando que a *posse* do *presente* naquele momento histórico não era nada hegemônico e não garantia aos clérigos sucesso em sua empreitada.

Se o *presente* não poderia ser conquistado, o *passado* seria uma alternativa para os grupos que produziam cultura escrita. Dom José deixa uma obra que pode ser entendida como um testemunho histórico, marcado por intencionalidades, para garantir a posse do tempo após sua morte. “O Livro Inédito de Dom José Tupinambá da Frota”, guardado pelo Padre Lira durante décadas até sua publicação, em 1991, traz em si a exposição de um Bispo rancoroso

que se esforça em rebater toda a oposição que sentiu ao longo das batalhas do seu *presente vivido*. Dessa forma, o prelado sobralense poderia alcançar a elaboração de discurso final, esse sim hegemônico, pois seus rivais também já estariam sepultados.

Entretanto, a obra é carregada por uma organização confusa, que fazia sentido apenas para as pessoas que vivenciaram no passado o desenrolar daquelas tramas ou para pesquisadores como nós, dispostos a adentrar aos arquivos para realizar uma tentativa de compreensão do passado. A posse do *passado* ficaria ameaçada, talvez mais se os discursos tratados como hegemônicos na cidade fossem problematizados. Mas, como foi visto, há um esforço em negligenciar, a partir de estratégias seletivas que também envolvem os arquivos, alguns aspectos da documentação, ao passo que outros são monumentalizados.

“De quem é Sobral?”, importante título do artigo do Padre Sabino que dá nome a esta dissertação, pode ganhar nuances temporais diferentes a partir dessa batalha pela temporalidade da cidade. Possivelmente os agentes históricos protagonistas nessa dissertação iam além do presente do indicativo, conjugavam o *ser* e suas ações no *presente*, de quem *é*, no *futuro do presente*, de quem *será*, e no *futuro do pretérito*, de quem *seria* Sobral.

Enfim, não era pretensão minha ao iniciar a realização deste trabalho de pesquisa e escrita a destruição do personagem Dom José Tupinambá da Frota, ou até mesmo do grupo que se aliava a ele. A intenção se pautou na análise dos enredos em que o bispo estava inserido, desconstruindo sim a ideia de naturalidade de sua intervenção na cidade. Dom José conseguiu ser influente nas temporalidades históricas de Sobral, mas este processo foi feito a partir de muitas disputas que revelam um bispo muito mais humano que a imagem divina que lhe é tecida.

Tenho a esperança de que esta pesquisa contribua para reflexões sobre as *práticas letradas* existentes na cidade de Sobral, evidenciando atores da cidade e novas possibilidades para a compreensão cidadina. Como defendo, esta pesquisa não partilha da pretensão de ser hegemônica assim como os discursos que ela estuda. Espero que sirva para a crítica histórica, cumprindo assim a sua missão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

_____. **Nordestino**: a invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia–Inferno**. Tradução de Jorge Wanderley. São Paulo: Abril, 2010.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense 1911 – 1950**. 2. ed. Fortaleza: ECOA, 2015.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Dicionário biográfico de sacerdotes sobralenses**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1985.

_____. **Cronologia Sobralense – 1911 – 1950**. 2. ed. Fortaleza: ECOA, 2015.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BANDEIRA, Manuel. **Melhores poemas Manuel Bandeira**. 16. ed. São Paulo: Global, 2004.

BANDEIRA, Marina. A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964). In: SANTOS, Irinéia M. Franco dos. **O Pensamento Católico no Brasil**: da ação católica à teologia da libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/historiaecultura/OPENSAMENTOCATLICONOBRASIL.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

BARROSO, José Parsifal. **O Cearense**. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1969.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELCHIOR, Antônio Carlos; PENNA, José Luiz. Comentário a respeito de John. In: BELCHIOR, Antônio Carlos. **Era uma Vez um Homem e Seu Tempo**. Rio de Janeiro: WEA, 1979.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Moisés Felipe. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1999.

BORGES, José Luís. **Ficções**. Tradução de Carlos Nejar. São Paulo: Editora Globo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOWMAN, Alan K; WOOLF, Greg (Org.). **Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses: Literatura, Imprensa e Política (1873 – 1904)**. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **“Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”**: Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador: “luzes”, seca e abolicionismo em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTORIADIS, Cornéliu. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010a.

_____. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

COSTA, Lustosa. **Clero, Nobreza e Povo de Sobral**. Lisboa: Revistas e Livros, 2006.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizado, volume 1: uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 5. ed. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Luciana de Moura. **Memória social, imaginário e representação no Álbum do Centenário de Sobral – 1941**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral: opulência e tradição**. Sobral: UVA, 2000.

FILHO, Craveiro. **Álbum do centenário de Sobral**. Sobral, CE: [s.n], 1941.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Subjetividade e verdade. In: _____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009(a).

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. 82. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes: 1985.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: ed. 34, 1998.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LIMA, Janilson Rodrigues. **Em defesa da fé e da família**: intelectuais católicos e padrão comportamental em Fortaleza (1936-1941). 2013. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

LIRA, Padre João Mendes. **A vida e a obra de Dom José Tupinambá da Frota**: primeiro Bispo de Sobral. (1882 – 1982). [S.l.:s.n], 2010.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Monsenhor Vicente. **Homens e Vultos de Sobral**. 2. ed. Fortaleza: UFC; Stylus, 1989.

MELO, Francisco Dênis. **Os Intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL e a Invenção da Cidade Letrada (1943-1973)**. 2013. 205f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013

_____. **Abrem-se as cortinas**: histórias e memórias sobre o Theatro São João de Sobral (1930-80). Sobral: ECOA, 2015.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

MONT'ALVERNE, Glória Giovana Saboya; GOMES, Gonçalo de Pinho; ROCHA, Manoel Valdery da. **Centenário da Diocese de Sobral – 1915 – 2015**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **O Trono e o Altar**: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza: BNB, 1992.

- MOREIRA, Igor Alves. **Do Bispo morto ao Padre matador (Dom Expedito e Padre Hosana nas construções da memória – 1957/2004)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.
- MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1930-45)**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Loyola, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP. Pontes, 2001.
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das Elites Cearences**. Fortaleza: UFC; UVA, 2000.
- _____. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In.: SOUZA, Simone de. **Uma nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2014.
- PESAVENTO, Santra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PESSOA, Fernando. **Poesias Inéditas (1930-1935)**. Lisboa: Ática, 1955.
- QUINTANA, Mário. **80 anos de poesia**. 13. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- RAMA, Angel. **Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- RÉMOND, René. As eleições. In.: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: história da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alan França. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROIZ, Diego da Silva. **O ofício de historiador: entre a ‘ciência histórica’ e a ‘arte narrativa’**. In: História da Historiografia. Ouro Preto, SP: Edufop, 2010.
- ROMEY JUNIOR, Duarte. **Sítio Histórico de Sobral: patrimônio nacional**. Fortaleza: Lumiar Comunicações e Consultoria, 2013.
- SANTOS, Chrislene Carvalho dos. Imprensa, conflito e morte: a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1884-1924). 2005. 198f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ensaio sobre a lucidez.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Nelson Mello e. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1671-1720, nov./dez. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7151/5702>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. **Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira.** 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. **Cidades Sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”:** A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920) Sobral e Juazeiro do Norte. Fortaleza: Sobral: Edições ECOA, 2015.

SIRINELLI, Jean-Baptiste. As Elites Culturais. In: _____. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VELOSO, Caetano. Oração ao tempo. In: VELOSO, Caetano. **Cinema Transcendental.** Rio de Janeiro: Verve, 1979.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Meta-História: A Imaginação História do Século XIX.** Tradução de José Laurência de Melo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.